



**RELATÓRIO FINAL**

# Internacionalização da Educação e Formação:

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO PROGRAMA ERASMUS+ EM PORTUGAL

Diogo Lourenço (coord.); Cosmin Nada; Cristina Sin; Joyce Aguiar;  
Luís Fernandes; Orlanda Tavares; Ricardo Biscaia / **Universidade do Porto**





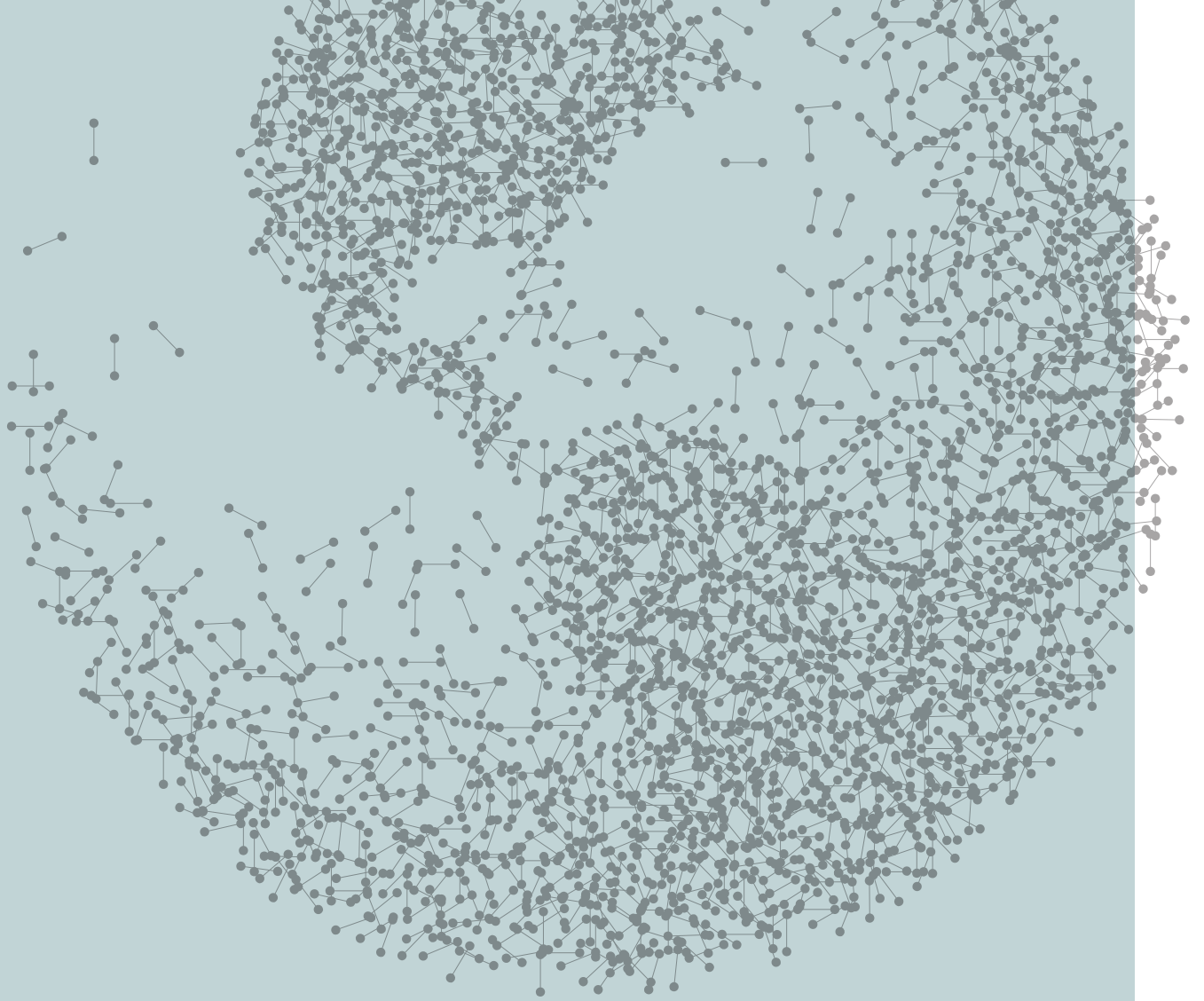
**RELATÓRIO FINAL**

# **Internacionalização da Educação e Formação:**

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO  
PROGRAMA ERASMUS+ EM PORTUGAL**

Diogo Lourenço (coord.); Cosmin Nada; Cristina Sin; Joyce Aguiar;  
Luís Fernandes; Orlanda Tavares; Ricardo Biscaia / **Universidade do Porto**







**EDIÇÃO** Agência Nacional para a Gestão do Erasmus+ Educação e Formação (ANE+EF)

**TÍTULO** **Internacionalização da Educação e Formação:  
desafios e oportunidades do programa Erasmus+ em Portugal**

**COORDENADOR** Diogo Lourenço <sup>1,2</sup>

**AUTORES** Diogo Lourenço <sup>1,2</sup>; Cosmin Nada<sup>3</sup>; Cristina Sin<sup>4,5</sup>; Joyce Aguiar<sup>5</sup>;  
Luís Fernandes<sup>1,2</sup>; Orlanda Tavares<sup>4,5</sup>; Ricardo Biscaia<sup>1,2,5</sup>

1 – FEP.UP – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

2 – CEF.UP – Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto

3 – CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto

4 – CeIED – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, Universidade Lusófona

5 – CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior

Universidade do Porto

**PROCEDIMENTO** N.º AN/E+EF/11188/2022

**DATA DE EDIÇÃO** Dezembro de 2023

**DATA DE PUBLICAÇÃO** Maio de 2024

**DEPÓSITO LEGAL** 531635/24

**DESIGN GRÁFICO** FPreto – Graphic Design

**IMPRESSÃO** Europress – Indústria Gráfica

**TIRAGEM** 230 exemplares

## AGRADECIMENTO DOS AUTORES

Gostaríamos de expressar o nosso agradecimento às centenas de pessoas das várias entidades que generosamente contribuíram para este estudo. Um agradecimento especial à Adriana Inácio pelo seu apoio na programação do inquérito por questionário no LimeSurvey, ao Carlos Santos pelas quase mil chamadas telefónicas com vista a sensibilizar e informar as entidades participantes no estudo sobre aquele inquérito, e ao Rodolfo Matos pelo seu apoio no envio e reenvio dos convites e lembretes de participação.

## FINANCIAMENTO



**Cofinanciado pela  
União Europeia**

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são as dos autores e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.

## ÍNDICE GERAL

**15 SUMÁRIO EXECUTIVO**

15	1.1. Introdução
15	1.2. Metodologia
16	1.3. Resultados
19	1.4. Recomendações

**21 1. INTRODUÇÃO**

**25 2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

25	2.1. A internacionalização da educação e formação – conceito em evolução
28	2.2. A internacionalização da educação e formação na Europa: a centralidade do Programa Erasmus
30	2.3. Internacionalização da educação e formação em Portugal
35	2.4. Avaliações prévias do Programa Erasmus+ 14-20

**39 3. METODOLOGIA**

39	3.1. Definição do universo do estudo
39	3.2. Análise ao Programa Erasmus+ 14-20
40	3.3. Recolha de informação quantitativa
40	3.3.1. Construção de listas de contactos
41	3.3.1. Recolha de dados
42	3.4. Recolha de informação qualitativa
42	3.4.1. Definição do conjunto de participantes nas entrevistas
43	3.4.2. Guião de Entrevista Final

**45 4. ANÁLISE QUANTITATIVA DOS PROJETOS FINANCIADOS**

45	4.1. Número de projetos Erasmus+ 14-20
49	4.2. Valor de financiamento dos projetos Erasmus+ 14-20
53	4.3. Entidades Beneficiárias em projetos Erasmus+ 14-20 portugueses
59	4.4. Participantes nos projetos Erasmus+ 14-20
62	4.5. Duração média dos projetos Erasmus+ 14-20
63	4.6. Conclusão

<b>65</b>	<b>5. ANÁLISE QUANTITATIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO</b>
<b>65</b>	<b>5.1. Caracterização da amostra</b>
<b>71</b>	<b>5.2. Dinâmicas de Internacionalização</b>
<b>71</b>	5.2.1. A internacionalização como objetivo estratégico
<b>76</b>	5.2.2. Determinantes da intensidade de internacionalização
<b>79</b>	5.2.3. Ações para a internacionalização
<b>82</b>	5.2.4. Motivações para a internacionalização
<b>83</b>	5.2.5. Desafios e obstáculos à internacionalização
<b>86</b>	5.2.6. Ações do Programa Erasmus+ 14-20
<b>88</b>	5.2.7. Áreas geográficas prioritárias
<b>90</b>	<b>5.3. O financiamento para a internacionalização</b>
<b>90</b>	5.3.1. As fontes de financiamento para a internacionalização
<b>92</b>	5.3.2. Relevância e impacto das fontes de financiamento
<b>95</b>	5.3.3. Sinergias entre as fontes externas de financiamento
<b>97</b>	5.3.4. Relação entre fontes de financiamento e atividades de internacionalização
<b>98</b>	<b>5.4. Impactos do Programa Erasmus+ 14-20 nas entidades beneficiárias</b>
<b>100</b>	<b>5.5. Obstáculos à participação no Programa Erasmus+ 14-20</b>
<b>100</b>	5.5.1. Razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20.
<b>102</b>	5.5.2. Ações que teriam fomentado a participação nos Programa Erasmus+ 14-20
<b>104</b>	<b>5.6. Dificuldades e satisfação na participação no Programa Erasmus+ 14-20</b>
<b>104</b>	5.6.1. Dificuldades no processo de candidatura
<b>106</b>	5.6.2. Satisfação com a participação no Programa Erasmus+ 14-20
<b>109</b>	5.6.3. Posição da entidade em relação ao Programa Erasmus+ 21-27
<b>111</b>	<b>5.7. Obstáculos à participação noutros programas de apoio à internacionalização</b>
<b>111</b>	5.7.1. Razões para a não-participação noutros programas de apoio à internacionalização
<b>112</b>	5.7.2. Participação atual e intenção de participação noutros programas de apoio à internacionalização
<b>114</b>	5.7.3. Ações que contribuiriam para uma maior participação noutros programas de apoio à internacionalização

## **117 6. ANÁLISE QUALITATIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO**

<b>117</b>	<b>6.1. Estratégias e entendimentos sobre a internacionalização</b>
<b>117</b>	6.1.1. Sobre o conceito de internacionalização
<b>122</b>	6.1.2. Objetivos para a internacionalização
<b>127</b>	6.1.3. Atividades
<b>132</b>	6.1.4. A importância da internacionalização
<b>137</b>	6.1.5. Estratégias de internacionalização
<b>141</b>	<b>6.2. Complementaridade do Programa Erasmus+ e sinergias com outras fontes de financiamento</b>
<b>141</b>	6.2.1. Fontes de financiamento para a internacionalização da educação e formação
<b>148</b>	6.2.2. As ações descentralizadas Erasmus+ no panorama das fontes de financiamento
<b>152</b>	<b>6.3. Impacto do Erasmus+ e satisfação com o Programa</b>
<b>152</b>	6.3.1. Perceção dos impactos na internacionalização da entidade e nos participantes e comunidade
<b>155</b>	6.3.2. Efeitos inesperados
<b>157</b>	6.3.3. Satisfação com o Programa Erasmus+
<b>165</b>	<b>6.4. As novas atribuições da ANE+EF no apoio da internacionalização da educação e formação</b>

## **173 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

<b>174</b>	<b>7.1. Internacionalização da educação e formação em Portugal</b>
<b>177</b>	<b>7.2. Financiamento</b>
<b>178</b>	<b>7.3. Impacto e avaliação do Programa Erasmus+ 14-20</b>
<b>181</b>	<b>7.4. Recomendações para as entidades de educação e formação</b>
<b>183</b>	<b>7.5. Recomendações para a ANE+EF</b>

## **187 REFERÊNCIAS**

## **190 ANEXOS**

<b>190</b>	<b>1. Inquérito por questionário</b>
<b>201</b>	<b>2. Termo de consentimento Informado</b>
<b>201</b>	2.1. Entidades de educação e formação
<b>202</b>	2.2. ANE+EF e SEPIE
<b>203</b>	<b>3. Guiões de entrevista</b>
<b>203</b>	3.1. Instituições beneficiárias
<b>205</b>	3.2. Instituições não beneficiárias
<b>206</b>	3.3. ANE+EF
<b>207</b>	3.4. SEPIE

## ÍNDICE DE TABELAS



40	Tabela 1: Fontes e número de contactos
46	Tabela 2: Proporção de projetos por ação-chave (base anual, arredondamento às décimas)
47	Tabela 3: Proporção de projetos por setor (base anual, arredondamento às décimas)
47	Tabela 4: Proporção de projetos por região (NUTS-II, base anual, arredondamento às décimas)
47	Tabela 5: Distribuição da população residente e dos matriculados em todos os níveis de ensino por região (NUTS-II) entre 2014 e 2020 (arredondamento às décimas. Fonte: INE, DGEEC e cálculos próprios)
48	Tabela 6: Proporção dos projetos de cada ação-chave nos projetos da região (NUTS-II) entre 2014 e 2020 (arredondamento às décimas)
49	Tabela 7: Proporção dos projetos de cada setor nos projetos da região (NUTS-II) entre 2014 e 2020 (arredondamento às décimas)
49	Tabela 8: Proporção do financiamento por ação-chave (base anual, arredondamento às unidades, total em milhares de euros)
50	Tabela 9: Valor de financiamento médio por ano e por ação-chave (euros)
51	Tabela 10: Proporção do financiamento por setor (base anual, arredondamento às décimas, total em milhares de euros)
51	Tabela 11: Valor de financiamento médio por ano e por setor (euros)
52	Tabela 12: Proporção do financiamento por região (NUTS-II, base anual)
52	Tabela 13: Valor de financiamento médio por ano e por região (NUTS-II, euros)
53	Tabela 14: Número de entidades envolvidas em projetos por ação
54	Tabela 15: Proporção de entidades internacionais por ação-chave (arredondamento às unidades)
55	Tabela 16: Número médio de entidades envolvidas em projetos por ação-chave
55	Tabela 17: Número de entidades envolvidas em projetos por setor
56	Tabela 18: Proporção de entidades internacionais por setor (arredondamento às unidades)
56	Tabela 19: Número médio de entidades envolvidas em projetos por setor
56	Tabela 20: Número de entidades envolvidas em projetos por região (NUTS-II)
57	Tabela 21: Proporção de entidades internacionais por região (NUTS-II, arredondamento às unidades)
57	Tabela 22: Número médio de entidades envolvidas em projetos por região (NUTS-II)
58	Tabela 23: Países das entidades parceiras em proporção do número total de parcerias por setor (arredondamento às centésimas)
59	Tabela 24: Região das entidades parceiras em proporção do número total de parcerias por setor (arredondamento às centésimas)
60	Tabela 25: Proporção dos participantes por ação-chave (base anual, arredondamento às décimas)
61	Tabela 26: Proporção de participantes por setor (base anual, arredondamento às décimas)
61	Tabela 27: Proporção de participantes por região (NUTS-II, base anual, arredondamento às décimas)

62	Tabela 28: Duração média dos projetos por ação-chave (dias, arredondamento às unidades)
63	Tabela 29: Duração média dos projetos por setor (dias, arredondamento às unidades)
63	Tabela 30: Duração média dos projetos por região (NUTS-II, dias, arredondamento às unidades)
65	Tabela 31: Distribuição das entidades respondentes por tipo (arredondamento às décimas)
66	Tabela 32: Distribuição das entidades respondentes por setor (arredondamento às décimas)
66	Tabela 33: Entidades com atividade em múltiplos setores (arredondamento às décimas)
66	Tabela 34: Distribuição das entidades respondentes por natureza (arredondamento às décimas)
67	Tabela 35: Número de trabalhadores das entidades por setor (arredondamento às unidades)
67	Tabela 36: Número de pessoas abrangidas pelas atividades de educação e formação das entidades respondentes, por setor (arredondamento às unidades)
67	Tabela 37: Distribuição das entidades respondentes por região (NUTS-II, arredondamento às unidades)
68	Tabela 38: Número de regiões (NUTS-III) em que a entidade desenvolve atividade de educação e formação (arredondamento às décimas)
68	Tabela 39: Participação no Programa Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013, por setor (arredondamento às décimas)
69	Tabela 40: Participação no Programa Erasmus+ 14-20, por setor (arredondamento às décimas)
69	Tabela 41: Distribuição das entidades respondentes que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20 por setor (arredondamento às unidades)
69	Tabela 42: Distribuição das entidades respondentes que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20 por região (NUTS-II, arredondamento às unidades)
70	Tabela 43: Comparação da frequência dos setores de atividade das entidades na amostra e nos projetos portugueses que obtiveram financiamento do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
70	Tabela 44: Comparação da frequência das regiões das entidades na amostra e nos projetos portugueses que obtiveram financiamento Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
71	Tabela 45: Proporção de entidades que consideram a internacionalização um objetivo estratégico, por setor (arredondamento às décimas)
71	Tabela 46: Proporção de entidades beneficiárias e não-beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 que considera a internacionalização um objetivo estratégico (arredondamento às décimas)
72	Tabela 47: Principal responsável pela definição da estratégia ou atividades de internacionalização por setor (arredondamento às décimas)
72	Tabela 48: Principal responsável pela definição da estratégia ou atividades de internacionalização nas entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
73	Tabela 49: Existência de planos de atividades das entidades, por setor (arredondamento às décimas)
73	Tabela 50: Existência de planos de atividades das entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

74	Tabela 51: Monitorização da estratégia ou atividades de internacionalização, por setor (arredondamento às décimas)
74	Tabela 52: Monitorização da estratégia ou atividades de internacionalização nas entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
75	Tabela 53: Orgânica de implementação da estratégia ou das atividades de internacionalização, por setor (arredondamento às décimas)
75	Tabela 54: Orgânica de implementação da estratégia ou das atividades de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
77	Tabela 55: Descrição das variáveis explicativas utilizadas nas regressões
78	Tabela 56: Resultados das regressões para a intensidade de internacionalização
80	Tabela 57: Atividades com vista à internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
81	Tabela 58: Atividades com vista à internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)
82	Tabela 59: Motivações para a internacionalização das entidades, por setor (arredondamento às décimas)
83	Tabela 60: Motivações para a internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
84	Tabela 61: Desafios e obstáculos à internacionalização das entidades por setor (média, mín. 1 e máx. 5)
85	Tabela 62: Desafios e obstáculos à internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5)
86	Tabela 63: (Des)conhecimento por parte das entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 acerca das ações centralizadas (arredondamento às décimas)
87	Tabela 64: (Des)conhecimento por parte das entidades acerca das ações do Programa Erasmus+ 14-20, por setor (arredondamento às décimas)
88	Tabela 65: Áreas geográficas estratégicas para a internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
89	Tabela 66: Áreas geográficas estratégicas para a internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)
90	Tabela 67: Peso da internacionalização no orçamento da entidade por setor (arredondamento às unidades)
90	Tabela 68: Peso da internacionalização no orçamento das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às unidades)
91	Tabela 69: Fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)
92	Tabela 70: Fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

- 93**.....Tabela 71: Importância das fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 93**.....Tabela 72: Importância das fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 94**.....Tabela 73: Média do peso aproximado das fontes de financiamento para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)
- 94**.....Tabela 74: Média do peso aproximado das fontes de financiamento para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)
- 96**.....Tabela 75: Resultados da regressão relativa às fontes externas de financiamento
- 97**.....Tabela 76: Fontes de financiamento das atividades de internacionalização (arredondamento às décimas)
- 99**.....Tabela 77: Impacto, mudança permanente e natureza dos efeitos da participação em projetos do Programa Erasmus+ 14-20 por ação-chave (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 101**.....Tabela 78: Razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas e às décimas)
- 102**.....Tabela 79: Razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20 por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 103**.....Tabela 80: Ações que teriam fomentado a participação no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 103**.....Tabela 81: Ações que teriam fomentado a participação no Programa Erasmus+ 14-20 por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 105**.....Tabela 82: Dificuldades encontradas no processo de candidatura (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 105**.....Tabela 83: Dificuldades encontradas no processo de candidatura por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 107**.....Tabela 84: Satisfação com o Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 107**.....Tabela 85: Satisfação com o Programa Erasmus+ 14-20 por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 109**.....Tabela 86: Participação no Programa Erasmus 21-27 (arredondamento às décimas)
- 109**.....Tabela 87: Participação no Programa Erasmus 21-27 por setor (arredondamento às décimas)
- 110**.....Tabela 88: Participação no Programa Erasmus 21-27 por participação no Programa anterior (arredondamento às décimas)
- 110**.....Tabela 89: Probabilidade de participação no Programa Erasmus+ 21-27 entre os não beneficiários (arredondamento às décimas)

- 111**.....Tabela 90: Razões para a não participação noutros programas de apoio à internacionalização (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 112**.....Tabela 91: Razões para a não participação noutros programas de apoio à internacionalização por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 112**.....Tabela 92: Frequência de participação noutros programas de apoio à internacionalização (arredondamento às décimas)
- 113**.....Tabela 93: Frequência de participação noutros programas de apoio à internacionalização por setor (arredondamento às décimas)
- 113**.....Tabela 94: Probabilidade de participação noutros programas de apoio à internacionalização entre os não beneficiários (arredondamento às décimas)
- 113**.....Tabela 95: Probabilidade de participação noutros programas de apoio à internacionalização entre os não beneficiários por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 114**.....Tabela 96: Ações que fomentariam a participação noutros programas de apoio à internacionalização (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 114**.....Tabela 97: Ações que fomentariam a participação noutros programas de apoio à internacionalização por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)
- 115**.....Tabela 98: Ações que fomentariam a participação noutros programas de apoio à internacionalização por participação no Programa Erasmus 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

---

## ÍNDICE DE FIGURAS

- 41**.....Figura 1: Estrutura do inquérito por questionário



# Sumário executivo



## Sumário executivo

### 1.1. INTRODUÇÃO

O Programa Erasmus+, uma iniciativa da União Europeia para educação, formação, juventude e desporto, foi estabelecido sob o Regulamento (UE) Nº 1288/2013, abrangendo o período de 2014 a 2020. Em Portugal, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 15/2014, foram criadas duas agências nacionais para gerir este Programa.

Com a renovação do Programa para 2021-2027, a missão da Agência Nacional para a Gestão do Erasmus+ Educação e Formação (ANE+EF) foi também prorrogada, mas com a função adicional de incentivar a participação das entidades de educação e formação em redes europeias e de reforçar a atratividade internacional destas entidades.

Este relatório, desenvolvido por uma equipa multidisciplinar da Universidade do Porto e encomendado pela ANE+EF, avalia a fase 2014-2020 e analisa a internacionalização das entidades de educação e formação em Portugal, oferecendo uma análise ampla e recomendações para futuras melhorias que pretendem servir de apoio à implementação do Programa Erasmus+, mas também às novas funções da ANE+EF.

### 1.2. METODOLOGIA

O estudo incluiu métodos quantitativos e qualitativos, abordando entidades beneficiárias do Erasmus+ 2014-2020 e outras entidades dos setores da educação e formação.

A análise quantitativa baseou-se num inquérito por questionário com 747 respostas válidas de uma grande diversidade de entidades de educação e formação. A análise qualitativa envolveu entrevistas a onze entidades de educação e formação diversas. As entrevistas visaram entender as estratégias de internacionalização e o impacto do Programa. Foram, ainda, entrevistados representantes da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e da agência homóloga espanhola, *Servicio Español para la Internacionalización de la Educación* (SEPIE) com vista à recolha de informação sobre a experiência com a gestão do Programa Erasmus+ 14-20,

bem como a identificação de boas práticas que pudessem ara o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pela agência portuguesa. Este método permitiu uma avaliação detalhada e diversificada do Programa e das práticas de internacionalização no contexto educativo português.

### 1.3. RESULTADOS

O presente relatório analisa a evolução de projetos, parcerias e mobilidades Erasmus+ em Portugal de 2014 a 2020; o financiamento e custos desses projetos e mobilidades; as estratégias de internacionalização das entidades de educação e formação portuguesas; e a contribuição do Programa Erasmus+ para os objetivos de internacionalização dessas entidades.

Durante o Programa Erasmus+ 14-20, houve um crescimento expressivo no financiamento total e médio por projeto. Grande parte do financiamento foi direcionada para a mobilidade de professores, staff e estudantes do Ensino Superior, que absorveu 40% do financiamento total. O financiamento médio dos projetos do Ensino Superior foi de quase o triplo do financiamento médio dos projetos do Ensino Escolar. A participação foi alta, especialmente no Ensino Superior, enquanto o Ensino Escolar e a Educação de Adultos tiveram os maiores crescimentos proporcionais no período.

Para as entidades auscultadas, a internacionalização apresenta diversos significados e objetivos, variando conforme o contexto e as necessidades particulares de cada uma. A aprendizagem, a inclusão, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos estudantes, a melhoria da qualidade da educação e a promoção da equidade são alguns dos objetivos centrais da internacionalização. As atividades para promover a internacionalização incluem mobilidade de estudantes e profissionais, projetos internacionais, intercâmbios culturais, formação profissional, parcerias e participações em missões. Enquanto no Ensino Superior as atividades de internacionalização são mais variadas, o Ensino Escolar centra-se na mobilidade de staff, investindo também na mobilidade de alunos (entre 2014 e 2020 através da ação Parcerias) e na partilha de boas práticas.

Mais de 89% das entidades consideram a internacionalização um objetivo estratégico e, no Ensino Superior, a incidência é de quase 100%. Este resultado não só reflete a importância crescente da internacionalização no panorama educativo contemporâneo, mas também sublinha a necessidade de integrá-la de forma mais eficaz e estratégica nas políticas e práticas institucionais.

É importante destacar que, embora a internacionalização seja frequentemente percebida como central no Ensino Superior, desempenhando um papel significativo no cumprimento de missões como o ensino e a investigação, em outros setores como o Ensino Escolar, ela tende a ser vista mais como um valor acrescentado do que como um elemento central. Nomeadamente, a internacionalização é vista no Ensino Escolar como um meio para melhorar a aprendizagem dos alunos e a formação do *staff*.

No entanto, a existência de uma estratégia para a internacionalização não significa necessariamente a existência de uma estrutura formal para a sua implementação. A partir dos dados analisados, verificou-se que é essencial a criação ou fortalecimento de estruturas internas dedicadas à internacionalização que possam liderar e coordenar as iniciativas neste campo. A existência de um gabinete ou departamento especializado pode facilitar a implementação de estratégias de internacionalização e garantir uma abordagem mais coesa e eficaz.

As áreas geográficas tidas como prioritárias pelas entidades são principalmente os países da Europa do Sul, o Reino Unido, a Alemanha, a Bélgica, os Países Baixos, a Áustria e a Europa do Norte. No Ensino Escolar, as áreas geográficas de colaboração podem depender dos projetos e redes que as instituições sejam convidadas a integrar.

Os principais desafios para a internacionalização relatados pelas entidades incluem a falta de recursos e elevada concorrência no acesso ao financiamento externo, reconhecidas não apenas pela ANE+EF como pelo SEPIE, e barreiras legais e burocráticas. Além disso, as entidades apresentaram conhecimento limitado sobre as ações do Programa Erasmus+ 14-20.

A internacionalização representa um peso significativo no orçamento das entidades, sendo mais elevado no Ensino Superior, onde constitui cerca de um quinto dos orçamentos. O financiamento da internacionalização provém principalmente do Programa Erasmus+ 14-20, embora também sejam utilizados fundos próprios e outros programas operacionais. As entidades que participaram no Programa Erasmus+ 14-20 apresentam naturalmente um maior peso orçamental na internacionalização em relação às não-beneficiárias.

No Ensino Superior, embora o Programa Erasmus+ seja predominante, observa-se uma diversificação maior das fontes de financiamento devido ao substancial financiamento próprio e ao acesso a outras fontes externas. O estudo também identificou várias outras fontes de financiamento utilizadas pelas entidades, apontando, no entanto, para a necessidade de uma maior capacitação por parte destas para tirar proveito das diferentes opções disponíveis e das sinergias que elas oferecem, uma vez que, em geral, raramente as entidades utilizam mais do que uma fonte externa de financiamento para apoio à internacionalização.

As entidades participantes do Programa avaliaram positivamente a sua experiência, destacando o impacto significativo em termos de abertura cultural, desenvolvimento pessoal e profissional, e melhoria do desempenho dos participantes. As dificuldades relatadas incluíram a falta de recursos, problemas técnicos e falta de conhecimento sobre o Programa. Para aumentar a participação, as entidades sugeriram mais apoio na preparação de candidaturas – apesar da organização contínua de eventos com esta finalidade, pela Agência Nacional - e maior clareza nas regras do Programa.

De modo geral, as entidades mostram-se satisfeitas com o Programa, embora ressaltem o elevado volume de trabalho administrativo como um ponto desfavorável. Adicionalmente, mencionaram a baixa taxa de sucesso na obtenção de financiamento em Portugal e o valor limitado das bolsas como aspetos problemáticos.

Para o Programa Erasmus+ 21-27, a alta participação das entidades de Ensino Superior é notável, e a falta de recursos para preparação de candidaturas foi citada como o principal obstáculo à participação em programas de apoio à internacionalização.

#### 1.4. RECOMENDAÇÕES

Este estudo permitiu elaborar um conjunto de recomendações para as entidades de educação e formação e para a ANE+EF, com vista à otimização da internacionalização da educação e formação em Portugal.

*Para as entidades educativas:*

1. **Estratégias Claras de Internacionalização** – definir objetivos específicos, com foco no Programa Erasmus+ em algumas instituições.
2. **Capacitação Interna** – investir em especialistas em internacionalização e formar profissionais em gestão de financiamentos e línguas.
3. **Divulgação de Oportunidades de Financiamento** – manter a comunidade interna informada sobre as diversas fontes de financiamento, além do Erasmus+.
4. **Incentivo à Participação** – promover os benefícios da internacionalização para aumentar a participação ativa.
5. **Compromisso com Diversidade e Inclusão** – assegurar a acessibilidade dos programas a todos, implementando medidas para reduzir desigualdades.
6. **Monitorização e Avaliação** – estabelecer processos de avaliação do impacto das atividades de internacionalização.

*Para a ANE+EF:*

7. **Simplificação de Processos** – facilitar a participação no Erasmus+ através da continuada simplificação de processos.
8. **Ajuste de Financiamentos** – advogar por recursos equitativos e adequados no Erasmus+.
9. **Fomento da Inclusão e Diversidade** – procurar garantir acessibilidade universal ao Erasmus+.
10. **Divulgação do Erasmus+ e Outras Oportunidades** – aumentar a consciencialização sobre os financiamentos para internacionalização.
11. **Apoio e Capacitação** – reforçar o suporte às entidades com dificuldades em alcançar objetivos de internacionalização.
12. **Redes de Cooperação** – incentivar a partilha de experiências e melhores práticas.
13. **Plataforma Digital de Informação e Apoio** – criar uma plataforma para recursos, orientações e interação ou desenvolver a CRM já existente.
14. **Monitorização Sistemática** – avaliar o impacto de forma contínua e a longo prazo do Programa Erasmus+.
15. **Flexibilidade Orçamental** – assegurar recursos adequados para a Agência Nacional cumprir a sua missão.

# 1

## Introdução





## 1. Introdução

O Regulamento (UE) nº 1288/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho criou o Programa Erasmus+, que é o Programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, executado no período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020 (Programa Erasmus+ 14-20).

A Resolução do Conselho de Ministros nº. 15/2014, de 24 de fevereiro, criou duas agências: a *Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação*, com a missão de assegurar a gestão do Programa nos domínios da educação e formação, e a *Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Juventude em Ação*, com a missão de assegurar a gestão do Programa nos domínios da juventude e desporto. Os mandatos destas agências correspondiam à duração do Programa, incluindo o período necessário à conclusão e apresentação dos relatórios finais.

Após o término do Programa Erasmus+ 14-20, foi criado o Programa Erasmus+ 21 -27, a ser executado no período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2027, através do Regulamento (UE) 2021/817, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2021.

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros nº. 115/2021 prorrogou o mandato da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação (ANE+EF). Contudo, esta prorrogação atribuiu também novas funções à ANE+EF, entre as quais a relevante para o propósito deste relatório encontra-se no artigo número 4 alínea a) da resolução. À Agência, foi dado o papel de apoiar a internacionalização das entidades de educação e formação de duas formas, a nível macro: através da constituição ou participação em redes europeias de entidades semelhantes, e no fortalecimento da atratividade internacional das instituições de educação e formação portuguesas.

Este relatório tem o objetivo de avaliar o *Programa Erasmus+ educação e formação 2014-2020*, do ponto de vista das entidades de educação e formação que são alvo do Programa, sejam estas beneficiárias ou não, bem como realizar um estudo profundo sobre a internacionalização dessas entidades de educação e formação em Portugal. Com estes dois objetivos a nível macro, o presente relatório procura informar as decisões da ANE+EF quer para a gestão do Programa Erasmus+, quer para as novas funções de apoio à internacionalização daquelas entidades. O presente relatório resulta de um projeto que a ANE+EF contratualizou a uma equipa de investigadores multidisciplinar da Universidade do Porto, com experiência em políticas de educação e processos de internacionalização, quer numa vertente quantitativa, quer numa vertente qualitativa.

O relatório tem como finalidade reportar à ANE+EF os resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Procedimento N.º AN/E+EF/11188/2022. Os objetivos específicos do estudo são os seguintes:

- Análise, com recurso a bibliografia, da internacionalização na área da educação e formação em Portugal, principais instrumentos, programas e recursos;
- Análise da evolução dos projetos, parcerias (países), mobilidades e beneficiários Erasmus+ em Portugal, no período 2014-2020;
- Análise da evolução do financiamento e dos custos dos projetos e mobilidades Erasmus+ durante o mesmo período;
- Levantamento e análise das estratégias de internacionalização das entidades de EF portuguesas (base amostral);
- Caracterização das entidades beneficiárias (tipologia, fontes de financiamento e estratégias de internacionalização);
- Análise dos principais resultados e impactos (quando aplicável) dos projetos Erasmus+ nos beneficiários, nas entidades, nos sistemas e na comunidade;
- Análise da contribuição do Programa Erasmus+ 14-20 e das diversas fontes de financiamento para as finalidades de internacionalização das entidades;
- Análise da internacionalização da educação e formação e dos contributos que a ANE+EF poderia ter neste âmbito;
- Desafios e recomendações para a internacionalização das entidades de educação e formação para a otimização sinérgica de fontes de financiamento, no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento.

Este estudo desenvolveu-se a partir da recolha de informação por via da aplicação de um inquérito por questionário e da realização de entrevistas, tendo estes instrumentos de recolha sido validados pela ANE+EF, e da análise dos dados provenientes dessa recolha. De acordo com o Caderno de Encargos, o relatório compreende, ainda, um conjunto de recomendações decorrentes da avaliação que o estudo apresenta, com vista a informar as decisões a tomar por parte da ANE+EF na gestão do Programa Erasmus+ e com vista ao cumprimento das suas novas funções de promotora da internacionalização das entidades de educação e formação.

O relatório inclui as seguintes secções: uma revisão da literatura que aborda a evolução do conceito de internacionalização, a internacionalização da educação na Europa e a importância do Programa Erasmus+, a internacionalização da educação em Portugal e uma avaliação prévia do Programa Erasmus+; a metodologia usada e a descrição dos instrumentos de natureza qualitativa e quantitativa desenvolvidos para a recolha de informação; a apresentação dos resultados do estudo quantitativo; a apresentação dos resultados do estudo qualitativo; e finalmente uma conclusão que discute os resultados e oferece recomendações decorrentes do trabalho realizado – quer para a melhoria do Programa Erasmus+, quer para o reforço da internacionalização das entidades de Educação e Formação em Portugal.

# 2

## A internacionalização da educação e formação



## 2. A internacionalização da educação e formação

### 2.1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – CONCEITO EM EVOLUÇÃO

A internacionalização da educação surgiu como resposta ao fenómeno de globalização que tem marcado o desenvolvimento da sociedade nas suas mais diversas vertentes. Ao longo de décadas, a internacionalização da educação tem evoluído, tanto no que diz respeito ao conceito, como às abordagens e atividades que a promovem. Porém, a literatura científica existente sobre educação internacional centra-se quase exclusivamente no Ensino Superior, pelo que a breve descrição da evolução que se segue refletirá este foco.

De Wit e Jones (2022) abordam o desenvolvimento das dimensões internacionais do Ensino Superior nos últimos cem anos. Segundo os autores, após a Primeira Guerra Mundial, e brevemente após a Segunda Guerra Mundial, a educação internacional foi impulsionada principalmente por razões políticas de paz e compreensão mútua. No entanto, na década de 1950 e durante a Guerra Fria, a educação internacional veio a prosseguir objetivos ligados à segurança nacional e à política externa. Nessa altura, o termo *internacionalização* ainda não estava em uso; falava-se de educação internacional, educação comparativa e cooperação internacional para o desenvolvimento (Knight, 2022). A educação internacional cingia-se a apoios bilaterais dos países mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos, normalmente sob a forma de bolsas, ações de formação e apoios à criação de entidades. Estes esforços bilaterais foram sendo substituídos por outros coordenados por organizações multilaterais como a OCDE, a ONU ou a UE (Mundy & Manion, 2014).

Nas décadas de 1970 e 1980, emergiram duas abordagens diferentes para a internacionalização. Na região anglófona, em particular na Austrália e no Reino Unido, a educação internacional passou da cooperação para a geração de receitas. Simultaneamente, sob o impulso dos programas europeus, em particular do Erasmus, a prioridade na Europa continental passou a ser a cooperação e o intercâmbio internacional (de Wit & Jones, 2022). Mais recentemente, houve um repensar da internacionalização com iniciativas como a internacionalização do currículo, na Austrália e no Reino Unido, e a “internacionalização em casa”, na Europa. A preocupação

com a internacionalização do currículo e a internacionalização em casa surgiram como uma forma de beneficiar todos os estudantes, já que o foco quase exclusivo na mobilidade limitava os benefícios do intercâmbio internacional apenas a alguns. A agenda da diversidade doméstica começou a confundir-se com a agenda internacional, como referido por Jones e Killick (2007), que argumentaram que “responder efetivamente à diversidade de estudantes internacionais e à diversidade de estudantes domésticos não são de facto duas agendas, mas uma” (p. 110). Mais recentemente, vários autores sugeriram que *interculturalização* podia ser um termo mais apropriado do que *internacionalização* para refletir o papel central da cultura nas atividades internacionais (Garson et al., 2016; Jones, 2019).

A pandemia de COVID-19, considerada por muitos um evento disruptivo, colocou desafios acrescidos à internacionalização. De Wit e Jones (2022) consideram que impulsionou a entrada numa nova fase ou paradigma, agora menos concentrada numa pequena elite de estudantes, docentes, administradores e programas de mobilidade, e mais focada numa internacionalização “em casa”, para todos os membros da comunidade académica. Esta internacionalização em casa, por via do desenvolvimento de programas de mobilidade virtual, tem a vantagem, por um lado, de vincular o global ao local e, por outro, de ser mais neutra em termos de carbono, contribuindo assim para a sustentabilidade. A par desta mudança de paradigma está o desenvolvimento de competências que incluem a capacidade de se adaptar às mudanças, de trabalhar virtualmente em equipa ou de usar a tecnologia de forma eficaz (Poszytek & Jezowski, 2021). Estas competências são especialmente relevantes para a realização, gestão e sustentabilidade dos projetos Erasmus+, especialmente em contextos como os da pandemia, onde a mobilidade física foi limitada. Além disso, é importante, na perspetiva de Poszytek, e Jezowski (2021), promover a formação e o desenvolvimento dessas competências nos participantes desses projetos.

Uma crítica crescente durante a última década tem sido dirigida ao enfoque cada vez mais forte nos benefícios económicos da internacionalização (Knight, 2014; Knight, 2021, de Wit & Jones, 2022), num processo que tem vindo a substituir os objetivos iniciais de cooperação, troca, capacitação e benefícios mútuos por objetivos de comercialização, competição e benefícios próprios (Knight, 2015). Para exemplificar, Knight (2021) referiu que enquanto nos anos 60 a internacionalização da educação envolvia bolsas para estudantes estrangeiros e projetos de desenvolvimento, as questões que estão a ser discutidas na década dos 2020 dizem respeito ao *branding*, *franchising*, fábricas de vistos e cidadania global. Nesse sentido, Brandenburg e de Wit (2011) assinalaram a crescente discordância entre a internacionalização percebida como “a última postura para as ideias humanísticas” e “o mundo dos benefícios económicos puros supostamente representado pelo termo globalização” (2011, p. 15). Hudzik (2011), por sua vez, apelou a uma “internacionalização abrangente”, integrando os mais variados aspetos da internacionalização, internos e externos, do Ensino Superior.



Num contexto em que o nacionalismo, o populismo e a xenofobia têm crescido, uma nova abordagem, mais inclusiva, equitativa e responsável do ponto de vista social, torna-se especialmente imperativa (de Wit & Jones, 2022; Helms & Rumbley, 2016). Outros autores enfatizam ainda a necessidade de a nova abordagem ser mais colaborativa e integrada (de Wit & Altbach, 2021). De Wit e Jones (2022) propõem uma nova visão sobre a internacionalização nas universidades, abandonando o paradigma ocidental competitivo em favor de uma estratégia global cooperativa. Os autores argumentam que o atual modelo de internacionalização universitária, focado em rankings, competição por estudantes internacionais e estabelecimento de campus no exterior, é insustentável e perpetua desigualdades globais. Em vez disso, propõem uma abordagem colaborativa baseada em parcerias interculturais, desenvolvimento de currículos internacionais, transferência de conhecimento e solidariedade global. Além disso, esta abordagem colaborativa e intercultural evitaria alguns riscos associados à internacionalização: o *colonialismo educativo*, pelo facto de as entidades de países desenvolvidos tenderem a impor as suas visões e práticas educativas às entidades dos países em desenvolvimento; e a *homogeneização da educação*, resultante do facto de as entidades de diferentes países tenderem a tornar-se cada vez mais parecidas, perdendo as suas características únicas (Knight, 2008). De Wit e Jones (2022) concluem que essa nova perspetiva pode levar a uma maior equidade global e promover a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Exemplos neste sentido seriam a contribuição do Ensino Superior na integração dos refugiados e o aprimoramento da sua inclusão social; a internacionalização de todos os níveis de educação, a fim de abranger uma população tão ampla quanto possível; ou parcerias internacionais focadas na responsabilidade social e sustentadas em mais igualdade.

Por fim, Rumbley (2015) argumenta a favor de uma “internacionalização inteligente”. A internacionalização inteligente assenta em conhecimento que abrange a teoria e a prática, de modo coerente, com o objetivo de melhorar a compreensão das realidades complexas da internacionalização local e globalmente. Considerar a interação das dimensões locais e globais da internacionalização (Rumbley & Altbach, 2016), implica, por um lado, que as entidades levem em conta as necessidades e as condições dos seus contextos locais, como a cultura, a política, a economia e as tradições académicas. Por outro lado, as entidades devem estar atentas às tendências e oportunidades globais. Os autores argumentam que o equilíbrio entre o local e o global pode ser alcançado por meio de estratégias integradas e sensíveis ao contexto, o que requer que haja formação de profissionais na área, que trabalhem em conjunto com investigadores, decisores políticos e líderes institucionais que sejam sensíveis às questões práticas de implementação decorrentes das “grandes questões” que dominam, hoje, tantas discussões estratégicas sobre internacionalização.

É no sentido destas novas tendências que à ANE+EF foi atribuído também o papel de apoio à internacionalização das entidades de educação e formação em Portugal. A resolução do Conselho de Ministros avança em duas direções com vista a promover a internacionalização destas entidades. Por um lado, o fomento da sua participação em redes de colaboração europeias, na lógica de internacionalização defendida por de Wit e Altbach (2021) e de Wit e Jones (2022), e tendo como inspiração o conceito de Universidades Europeias

desenvolvido no Programa Erasmus+ atual. Por outro lado, através do aumento da atratividade destas entidades como recetoras do esforço de internacionalização, na lógica do conceito de internacionalização em casa e no reconhecimento que ao aumento do esforço de atratividade está associado um conjunto de características desejáveis que as entidades devem ter para o desenvolvimento da sua função.

## 2.2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA EUROPA: A CENTRALIDADE DO PROGRAMA ERASMUS

Na Europa, a integração política e económica estendeu-se também a uma maior cooperação e sinergia nas áreas de educação e formação. A livre circulação de pessoas propiciou a procura de oportunidades de formação e emprego além do país de origem. Esta procura impeliu a aproximação, cooperação e coordenação entre os sistemas de educação e formação dos vários países (Pajnič et al., 2017). O Programa Erasmus é uma das faces evidentes desses esforços. Lançado em 1987, inicialmente dedicou-se especialmente à mobilidade no Ensino Superior, sendo depois expandido com o Programa Sócrates, juntamente com outros programas dedicados ao Ensino Escolar (Comenius), Educação de Adultos (Grundtvig) e Ensino de Línguas Europeias. Separadamente, surgiu também o Programa Leonardo da Vinci, direccionado para o Ensino e Formação Profissional. Estas e outras iniciativas fundiram-se no Programa Aprendizagem ao Longo da Vida em 2007. Finalmente, em 2014, foi lançado o Programa Erasmus+ 14-20, que aprofunda a lógica de incorporar conjuntos de programas previamente isolados (Coelho & Ribeiro, 2018; Pajnič et al., 2017).

O Programa Erasmus+ para o período 2014-2020 é aquele que nos ocupa. Este Programa agregou um conjunto de programas parcelares: o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, o Programa Juventude em Ação, o Programa Erasmus Mundus, o Tempus, o Alfa, o Edulink e outros programas avulsos de cooperação no Ensino Superior. Os fins desta agregação foram os de remover obstáculos entre os tipos de ações e projetos, incentivar novos tipos de cooperação e potenciar sinergias entre os diferentes domínios da educação e formação (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b).

No Programa Erasmus+ 14-20 podiam participar todos os estados-membros da União Europeia, bem como a Noruega, Islândia, Liechtenstein, Macedónia do Norte, Turquia e Sérvia. Além destes, em ações do Ensino Superior, podiam participar outros países parceiros: uma parte significativa das nações em África, Médio Oriente, Cáucaso, Américas, Ásia e Oceânia, bem como os Balcãs, Leste Europeu, Rússia, Suíça e os microestados europeus (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b).

O Programa Erasmus+ 14-20 procurou estimular o desenvolvimento sustentável e promover os valores europeus, bem como contribuir para os objetivos da estratégia Europa 2020 para a educação e formação. O Programa dividiu-se em duas grandes áreas: a Educação e Formação, e a Juventude. Nesta primeira incluem-

-se, entre outros, projetos de mobilidade para alunos e pessoal, parcerias estratégicas, alianças de conhecimento e de competências, ou mestrados conjuntos. Já na Juventude incluem-se, entre outros, projetos de mobilidade para jovens e animadores de juventude, parcerias estratégicas e mais (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b). O presente relatório versa apenas sobre os setores da Educação e Formação.

A Comissão Europeia foi a principal responsável pelo Programa Erasmus+ 14-20, responsável pela gestão orçamental e pela definição de prioridades, bem como pela orientação e avaliação da sua execução e monitorização das entidades nacionais envolvidas. Esteve também a seu cargo, através da Agência Executiva para a Educação, o Audiovisual e a Cultura, a execução de um conjunto de ações centralizadas (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b).

Uma parte considerável do orçamento do Programa Erasmus+ 14-20 (cerca de 78% de todo o orçamento em 2020, segundo o *Erasmus+ Annual Report 2020*) foi executado por Agências Nacionais nomeadas pelos países do Programa, através das ações descentralizadas. Procurou-se, assim, salvaguardar a proximidade aos potenciais beneficiários e a adaptação do Programa às especificidades, idiossincrasias e circunstâncias dos vários sistemas de educação e formação nacionais. Enquanto entidades de ligação entre a Comissão Europeia e as organizações beneficiárias, eram as Agências Nacionais que selecionavam as candidaturas a financiar, prestavam apoio a candidatos e beneficiários durante a execução dos projetos, e forneciam informação sobre o Programa. Em Portugal existem duas agências: a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, responsável por ações ligadas ao Ensino Escolar, Ensino Superior, Ensino e Formação Profissional e Educação de Adultos, e a Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto, Corpo Europeu de Solidariedade (entre 2014 e 2020 Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação), dedicada a metodologias de educação mais informais, trabalhando junto com os jovens e organizações para eles direcionadas (Guerreiro, 2017).

O Programa Erasmus+ 14-20 estava estruturado em três Ações-chave, destinadas tanto à Educação e Formação como à Juventude. A Ação-chave 1 (mobilidade individual para fins de aprendizagem) apoiou a mobilidade de estudantes e pessoal de entidades de ensino e organizações da sociedade civil, mas também ações centralizadas, tais como programas de estudo internacionais em parceria entre entidades do Ensino Superior de diferentes países (*Erasmus Mundus Joint Master Degrees*), e ainda os estudantes com vista a lograre empréstimos que financiassem a sua formação no exterior (*Erasmus+ Master Loans*). A Ação-chave 1 procurou desenvolver capacidades de aprendizagem, empregabilidade, competências profissionais e competências com línguas estrangeiras e sensibilizar para a diversidade cultural da comunidade europeia. Procurou também aprofundar a capacidade das entidades beneficiárias de colaborar com parceiros internacionais e de criar programas que respondam tanto às necessidades das entidades como às dos aprendizes, estudantes e estagiários, bem como apetrechá-las com um quadro profissional qualificado e adaptável (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b).

A Ação-chave 2 (cooperação para inovação e intercâmbio de boas práticas) apoiou parcerias estratégicas nos quatro setores, mas também ações tais como as alianças de conhecimento, alianças de competências setoriais e projetos de *capacity building*. Com a exceção da primeira, todas estas formas de cooperação são geridas de forma centralizada. A par das ações, desenvolvem-se, no âmbito do Programa, as várias plataformas de apoio: o portal *eTwinning*, o *School Education Gateway*, a Plataforma Eletrónica para a Educação de Adultos na Europa (EPALE) e o Portal Europeu da Juventude (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b). Enquanto a Ação-chave 1 se direcionou em grande medida para a mobilidade dos indivíduos, o foco da Ação-chave 2 estava na cooperação entre as organizações. Procurou modernizá-las e dinamizá-las, capacitando-as para cooperar com parceiros internacionais e fazer face à competição internacional. Espera-se, então, que tenha influenciado também os próprios sistemas de educação e formação (Pajnič et al., 2017).

Finalmente, a Ação-chave 3 (apoio às reformas de políticas) apoiou políticas de educação, formação e juventude com vista a lograr os objetivos da Estratégia Europa 2020. A sua execução foi maioritariamente centralizada e os seus alvos, sobretudo decisores políticos (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b).

Para além das três ações-chave, existiram ainda ações dedicadas ao desporto, bem como as ações Jean Monnet, que promovem o ensino e investigação da integração europeia, bem como o diálogo entre academia e os vários setores da sociedade (Comissão Europeia, 2014; 2015b; 2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b).

### 2.3. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM PORTUGAL

Portugal foi participando nas estratégias e programas europeus, mas a internacionalização da educação revela-se hoje ainda comparativamente menos desenvolvida. Mesmo no setor do Ensino Superior, em que a internacionalização mais cedo e mais profundamente se afirmou, Sin et al. (2016) salientam a falta de uma política de internacionalização antes do século XXI. O Processo de Bolonha suscitou uma maior consciência da necessidade de internacionalização e do potencial de colaboração dentro do espaço europeu. Porém, o sinal de um compromisso político com a internacionalização e com uma tentativa de alinhamento do Ensino Superior português com as tendências de globalização da ciência e da tecnologia foi dado apenas em 2014, com o lançamento de uma estratégia de internacionalização para o Ensino Superior (MADR/MEC, 2014). Esta previa como principais domínios de atuação a cooperação entre entidades (no âmbito da oferta de programas de formação em consórcio ou dos projetos de investigação em parceria), a instalação de campus de entidades portuguesas noutros países, a promoção do ensino a distância através da criação de *Massive Open Online Courses* (MOOC), a facilitação do reconhecimento de graus e a mobilidade de estudantes (de crédito e de grau), de professores, investigadores e técnicos. Porém, muitas das linhas de ação propostas para implementar esta estratégia continuam sem concretização, ou em fase de arranque.

Relativamente aos restantes níveis de educação e formação – Ensino Escolar, Ensino e Formação Profissional, Educação de Adultos – a internacionalização parece continuar especialmente conectada aos programas e iniciativas europeus. Ao contrário de fenómenos como o abandono escolar, a frequência do Ensino Pré-escolar, ou a aprendizagem ao longo da vida (Guerreiro, 2017), com evolução positiva expressiva, a internacionalização nestes níveis não tem sido prioridade expressa dos Governos de Portugal. Mas a falta de informação sobre a internacionalização além do Ensino Superior é aparente também em outros países, como sublinham Kaleja e Egetemeyer (2017). Ainda assim, as autoras apontam para dados do Instituto Federal de Ensino e Formação Profissional alemão, que indicam que cerca de 4% dos estudantes alemães do EFP tinham participado num programa de mobilidade em 2014. Apesar do baixo valor, este representa ainda assim uma melhoria substancial em relação aos 0,4% apresentados uma década antes. Kaleja e Egetemeyer sublinham ainda as dificuldades específicas na internacionalização do Ensino e Formação Profissional: primeiramente, os programas de EFP são mais específicos a cada país do que os do Ensino Superior, o que pode resultar em problemas acrescidos com o reconhecimento e transferência de competências; as entidades do EFP, por norma, possuem menor dimensão e menos recursos do que as entidades do Ensino Superior, o que pode tornar mais difícil realizar projetos de internacionalização; finalmente, há ainda a dificuldade acrescida de obter acordo entre as partes intervenientes (empregadores, escolas profissionais e estudantes), o que pode dificultar ações de mobilidade.

Tal como Cairns (2018) sublinha, a generalidade dos estudos sobre internacionalização opta por uma de duas abordagens: a análise de macrotendências ou padrões em conjuntos alargados de dados estatísticos através de métodos quantitativos; ou a análise dos indivíduos envolvidos em projetos de mobilidade e as suas perspetivas e experiências, geralmente através de métodos qualitativos como entrevistas. No que se segue, tentaremos captar esta diversidade de abordagens e revisitar tanto trabalhos de cariz qualitativo como quantitativo. Tentaremos também, dentro do possível, apresentar conclusões relativas ao caso português e aos vários níveis de educação e formação. Isto dito, há uma clara preponderância de trabalhos focados no Ensino Superior.

Sá et al. (2021) reportaram um crescimento para mais do dobro no número de estudantes internacionais em mobilidade de grau entre 2011/12 e 2019/20 e uma maior diversificação quanto às nacionalidades. Contudo, os países pertencentes à CPLP prevalecem ao longo do período em análise, sobretudo o Brasil, Angola e Cabo Verde. Para além dos estudantes vindos de países pertencentes à CPLP, entre os dez mais frequentes estão os estudantes do continente europeu: França, Espanha, Itália e Alemanha. Mourato (2019) avalia a internacionalização no ensino nos politécnicos em particular. Entre 2014 e 2017 o número de alunos estrangeiros nos politécnicos portugueses aumentou de menos de 8500 para mais de 11700. A internacionalização é impulsionada pela integração do Conselho Coordenador de Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) em redes internacionais como o *European Network of Applied Sciences Universities* e o *European Association of Institutions in Higher Education*. Adicionalmente, o CCISP celebrou acordos com organizações análogas no Brasil, Polónia e Macau, para o intercâmbio de docentes, estudantes, investigadores e técnicos, para a organização de conferências,

e para o reconhecimento mútuo de graus e diplomas. Este por sua vez inspirou os próprios institutos politécnicos a estabelecer parcerias com entidades estrangeiras.

Apesar de a ênfase dada ao Ensino Superior constituir uma tendência geral da literatura sobre internacionalização do ensino, parece ser ainda mais dominante no grupo de trabalhos que adotam uma perspetiva mais micro.

Dias et al. (2020) realizaram entrevistas individuais e grupos de discussão focalizada com estudantes externos e pessoal académico (professores e investigadores) interno numa universidade portuguesa com experiências de mobilidade. Concluíram que, em alguns fatores, o impacto estimado das experiências internacionais é claramente positivo:

- Contribui para a apreciação geral do multiculturalismo e para um sentimento de cidadania global, bem como para o crescimento pessoal dos participantes. Permite ainda disseminar a experiência de mobilidade, já que tanto estudantes como pessoal académico com experiência de mobilidade encorajam a mobilidade de outros estudantes;
- A mobilidade no pessoal académico permite angariar talentos, ao atrair estudantes internacionais para a sua entidade, e criar projetos de investigação conjuntos;
- A mobilidade estudantil ajuda na aquisição de competências que preparam os estudantes para trabalhar fora do seu país de origem.

Já em outros, o impacto é mais ambíguo:

- Apesar da mobilidade de estudantes e pessoal académico incentivar a mobilidade de outros estudantes, o mesmo efeito de contágio não se verifica no restante pessoal académico;
- A partilha de conhecimento é algo condicionada, visto que tanto estudantes como pessoal académico reportam apenas conseguir partilhar os seus conhecimentos em conferências de apresentação ou conversas informais;
- A aquisição de práticas e metodologias de ensino é algo negligenciada, uma vez que o pessoal académico partilha maioritariamente práticas e metodologias de investigação;
- A disseminação dos valores da sua entidade de origem parece ficar maioritariamente ao cargo do pessoal académico em mobilidade, que reporta sentir-se como representantes da sua entidade e ter oportunidade de a apresentar e promover. O mesmo não se verifica com os estudantes.

Finalmente também existem certos efeitos negativos, principalmente o facto de a mobilidade estudantil poder levar à perda de talento na entidade e no país em geral, já que muitos estudantes veem a sua experiência de mobilidade como um teste-piloto para viver, estudar ou trabalhar no estrangeiro.

Contudo, há um desequilíbrio entre a mobilidade estudantil *incoming* e a *outgoing*. Sin, Tavares e Neave (2017) reportaram que apesar de um aumento da mobilidade Erasmus, Portugal é sobretudo um país importador. A localização, clima e oportunidades de lazer são os fatores que explicam o poder de atração de Portugal, sendo um dos dez países que mais recebem estudantes Erasmus. Para os estudantes *outgoing*, entrevistas e grupos focais revelaram a empregabilidade como o principal motor. O principal obstáculo à mobilidade foi financeiro, pelo que a escolha do país se tem baseado cada vez mais na proximidade e nos custos de vida. Outra importante limitação foi identificada como sendo a inflexibilidade curricular das entidades do Ensino Superior portuguesas.

Galego (2016) entrevistou um grupo de professores/investigadores de universidades portuguesas e recolheu as suas considerações sobre o impacto na sua atividade das recentes políticas de educação e da internacionalização do setor. Na docência, a perceção geral é a de que pouco mudou, mesmo com as alterações de Bolonha e outras medidas de internacionalização. As maiores alterações na docência são trazidas por obra da alteração do perfil do estudante de Ensino Superior que requer novas estratégias e práticas pedagógicas. Já a investigação científica, apesar de ter tido sempre uma natureza internacional, viu o seu caráter alterado pelas políticas recentes. Enquanto, no passado, a internacionalização na área da investigação passava pela participação de investigadores portugueses em congressos científicos internacionais ou de investigadores estrangeiros em projetos nacionais como consultores externos, atualmente é mais incentivada a integração de investigadores em redes internacionais de pesquisa e cooperação institucional. Esta alteração, não obstante os seus benefícios, pode produzir o incentivo de criar e integrar redes de investigação internacionais não para cooperar em investigação e aprofundar conhecimentos, mas para atrair financiamento para as suas entidades.

Guerreiro e Barros (2018) recolheram as reflexões de reitores/presidentes/diretores de entidades do Ensino Superior português sobre as razões para a sua internacionalização, as estratégias de internacionalização usadas e os desafios encontrados. As razões enumeradas para a internacionalização são maioritariamente económicas, destacando-se a procura de mais fontes de financiamento. Para além destas, também as razões académicas, como a cooperação na investigação e partilha de conhecimento, ou a melhoria da reputação e ranking da entidade, assinalam-se como importantes. Razões socioculturais, como a promoção da diversidade cultural, bem como da cultura e língua nativas, são também apontadas, apesar de haver menos consenso.

A nível de estratégias de internacionalização, a aposta na mobilidade inserida no Programa Erasmus, bem como a colaboração através da investigação, são as que têm precedência (90% dos inquiridos). Além destas, também é frequente, de modo a melhor integrar estudantes internacionais, as entidades oferecerem formação em inglês ou nas suas línguas nativas. Outras criaram um “ano zero”, no qual esses alunos podem aprender a língua portuguesa e também adquirir competências em áreas de conhecimento fundamentais, sendo depois integrados com os alunos nacionais (60% dos inquiridos). Também as campanhas de marketing são bastante referidas como importantes ferramentas de internacionalização e promoção das entidades.

Finalmente, apesar da sua menor relevância (40% dos inquiridos ou menos), surgem ainda a realização de acordos de cooperação e parcerias, cursos em associação com entidades do Ensino Superior estrangeiras, e formação especializada não-conferente de grau ou de pós-graduação (principalmente para áreas em que há falta de formação especializada). Relativamente ao recrutamento de estudantes internacionais, o estudo de Sá et al. (2021) identifica estratégias mais específicas como pesquisas de mercado, a definição de públicos-alvo (com ações orientadas para a captação em um país ou região específica) e o estabelecimento de parcerias (acordos bilaterais entre entidades do Ensino Superior, protocolos com ordens profissionais, parcerias com embaixadas, câmaras locais e organizações não-governamentais).

Os desafios apontados são vários e diversos (Guerreiro & Barros, 2018). O problema das limitações de financiamento é unanimemente visto como o maior entrave à expansão da internacionalização das entidades do Ensino Superior. A língua continua a ser considerada por muitos (80% dos inquiridos) um obstáculo, já que há alguma resistência, tanto da parte de estudantes nacionais, como de docentes, em relação a aulas e cursos em outras línguas, mesmo o inglês. A expansão para novos mercados, principalmente fora da Europa, e a necessidade de adaptar a formação às necessidades de um mercado laboral em constante mudança também se revelam como desafios consideráveis na perspectiva de muitos dos entrevistados (60%). A concorrência com entidades do Ensino Superior estrangeiras também é mencionada com alguma frequência (40%). Finalmente, outras dificuldades com menor representação (30% dos inquiridos ou menos) são:

- A necessidade de diferenciação das entidades, especialmente aquelas situadas no interior do país ou afastadas dos grandes centros urbanos, de modo a serem mais atrativas;
- O sistema de divisão do Ensino Superior português em universidades e politécnicos, que se considera criar uma imagem negativa na mente dos estudantes internacionais;
- *Lobbying* nos *rankings* internacionais, o que influencia as escolhas dos estudantes internacionais;
- A necessidade de mecanismos que apoiem os estudantes que vão estudar fora da Europa;
- Apesar de desejável, a expansão da internacionalização na investigação em concreto é dificultada pela falta de recursos humanos, que são necessários para a docência.



## 2.4. AVALIAÇÕES PRÉVIAS DO PROGRAMA ERASMUS+ 14-20

Guerreiro (2017) examinou a execução do Programa Erasmus+ entre 2014 e 2016 em Portugal e avaliou a eficácia, eficiência, relevância e coerência das suas ações. Para esse efeito, analisou dados estatísticos relativos ao número de projetos propostos, de projetos financiados, número de mobilidades, entre outros, juntamente com questionários de satisfação de participantes no Programa, de modo a obter uma visão o mais panorâmica possível da sua implementação. As suas conclusões podem ser complementadas e confrontadas com dados mais recentes obtidos através dos *Erasmus+ Annual Reports* da Comissão Europeia.

A análise de Guerreiro (2017) ao número de participantes em projetos de mobilidade (KA1) revela o sucesso do Programa Erasmus+ 14-20 em fomentar a mobilidade nos vários níveis de ensino em Portugal, com o elevado e crescente número de participantes. O Ensino e Formação Profissional e o Ensino Superior destacaram-se com números de participantes particularmente elevados (superiores a 2000 participantes, nos anos entre 2014 e 2016). Tanto a mobilidade no Ensino Escolar como na Educação de Adultos revelavam uma certa tendência de estagnação ou mesmo de ligeiro decréscimo; no entanto, dados mais recentes (Comissão Europeia 2016a; 2017a; 2018a; 2019a; 2020a) mostram que essa tendência foi revertida, com os números de participantes a duplicar e mesmo a triplicar, respetivamente, entre 2016 e 2020. Já o posicionamento relativo não se alterou durante o Programa, com a mobilidade no Ensino Superior a manter-se com o maior número de participantes, seguido do Ensino e Formação Profissional e do Ensino Escolar, e a Educação de Adultos com o número mais reduzido. Dados dos *Erasmus+ Annual Reports* relativos a Portugal mostram que também o número de organizações de cada nível de ensino que participam em projetos de mobilidade tem vindo a aumentar gradualmente desde o início do Programa.

Outro indicador usado por Guerreiro é a taxa de sucesso, *i.e.*, a proporção de projetos financiados no total de projetos propostos. Guerreiro salienta as baixas taxas de sucesso em Portugal (em 2015, por exemplo nas ações de mobilidade: KA101 – 31%, KA102 – 34%, KA107 – 39%, KA104 – 26%), que se situavam em alguns casos também abaixo dos valores homólogos relativos ao conjunto dos países do Programa (KA101 – 35%, KA102 – 47%, KA107 – 59%, KA104 – 25%). A mobilidade no Ensino Superior entre países do Programa (K103) destacou-se com uma elevada taxa de sucesso (98%), que se encontrava próxima do nível europeu (97%). No entanto, como demonstrado pelos *Erasmus+ Annual Reports*, as taxas de sucesso em Portugal cresceram significativamente pós-2016, especialmente no Ensino e Formação Profissional e Educação de Adultos, cujos valores duplicaram entre 2015 e 2020, apesar do número relativamente estável de projetos candidatos. Apesar de o crescimento das taxas de sucesso se verificar no total do Programa (em 2020: KA101 – 32%; KA102 – 47%; KA116 – 98%; KA103 – 97%; KA107 – 75%; KA104 – 50 %), as taxas de sucesso portuguesas conseguiram convergir substancialmente em relação às suas equivalentes e mesmo superá-las em algumas ações (KA101 – 45%; KA102 – 76%; KA116 – 97%; KA103 – 100%; KA107 – 71%; KA104 – 51%).

Em relação às parcerias estratégicas (KA2), o número de projetos propostos não é significativamente diferente, mas as taxas de sucesso são bastante mais baixas do que na KA1 (situando-se todas abaixo dos 15% em 2015). Apesar de este ser um fenómeno que abrangia todo o Programa, as taxas de sucesso em Portugal eram ainda assim mais baixas que os valores do total europeu (que estavam entre 15% e 25% em 2015). Dados posteriores (Comissão Europeia, 2016a; 2017a; 2018a; 2019a; 2020a) revelam que as taxas de sucesso em Portugal cresceram até 2019, enquanto o número de projetos propostos se manteve relativamente estável. O aumento foi mais substancial no Ensino Escolar (KA201/219/229) e Educação de Adultos (KA204), onde as taxas de sucesso mais que duplicaram, algo que não se verificou no Ensino e Formação Profissional (KA202) e Ensino Superior (KA203). Apesar deste aumento, as taxas de sucesso nas parcerias estratégicas mantiveram-se, ainda assim, abaixo das taxas do total de países do Programa, que também cresceram (situando-se entre 30% e 45% em 2019). O ano 2020 destaca-se como um *outlier* nesta vertente, já que o número de projetos propostos aumentou significativamente face ao ano anterior em todos os níveis de ensino, o que levou a uma redução nas taxas de sucesso no Programa em geral e em Portugal em particular.

Ao longo do relatório, Guerreiro (2017) refere também alguns dos méritos e problemas que mais se evidenciaram durante a implementação do Programa Erasmus+ 14-20. Em relação aos pontos positivos, particular atenção é dada ao impacto positivo que este teve na dinamização do sistema de ensino e formação português e na sua integração no resto da Europa, resultante do seu foco em promover a mobilidade de estudantes, formandos, docentes e outros, as parcerias entre entidades, os cursos conjuntos, a disseminação de boas práticas e o reconhecimento de competências e qualificações obtidas no estrangeiro. Também os participantes no Programa reportaram um sentimento geral de satisfação, reconhecendo que este contribui para criar uma força laboral mais qualificada e com maior autonomia pessoal, bem como cidadãos europeus mais civicamente ativos e solidários.

Adicionalmente, Guerreiro (2017) considera que a integração de programas antecedentes no Programa Erasmus+ 14-20 conseguiu a simplificação da estrutura e implementação pretendidas. Os critérios foram simplificados; a informação estatística foi reorganizada; os formulários foram uniformizados; a elegibilidade das ações aumentou enquanto os seus públicos-alvo foram mais bem delineados e a tipologia de projetos foi reduzida; as regras de gestão orçamental e financeira foram simplificadas. Tudo isto permitiu melhor articular o Programa com as normas financeiras e administrativas nacionais, reduzir e agilizar os processos administrativos, e uma simplificação generalizada dos processos de candidatura, bem como da execução e acompanhamento dos projetos e um maior controlo sobre os seus custos.

Os maiores problemas apontados por Guerreiro (2017) prenderam-se com a insuficiência de recursos, com a falta de recursos financeiros à cabeça. Guerreiro entende que as dotações orçamentais disponibilizadas pelo Programa para apoio a projetos em Portugal são bastante baixas. Isto contribui para uma baixa capacidade de financiar projetos, sendo apontada como a principal causa das baixas taxas de sucesso (proporção de projetos

financiados no total de projetos propostos) em Portugal, que ficaram atrás dos valores relativos ao total dos países do Programa, especialmente na KA2. Adicionalmente, mesmo no total de projetos que foram aprovados com uma boa classificação, a percentagem de projetos que acabavam por ser efetivamente financiados era bastante baixa (cerca de 42% na KA1 e 19% na KA2), algo apontado por Guerreiro como simultaneamente consequência e evidência da baixa capacidade de financiamento de projetos em Portugal, resultante dos baixos montantes disponibilizados pelo Programa. Como já referido, dados mais recentes dos *Erasmus+ Annual Reports* demonstram um aumento geral das taxas de sucesso (que se aproximaram ou mesmo superaram as taxas a nível europeu) bem como o crescimento das verbas financeiras em todos os níveis de ensino e tipos de projeto. Tal indica que o problema tem vindo a ser combatido e que as verbas orçamentadas têm aumentado ao longo da execução do Programa. Mas também outros recursos se revelaram, segundo Guerreiro (2017), insuficientes: a falta de recursos informáticos manifestou-se no funcionamento insatisfatório das aplicações informáticas e na falta de articulação entre as mesmas; já a escassez de recursos humanos dificultou, às Agências Nacionais, a gestão do número acrescido de candidaturas e a transmissão de informações necessárias às autoridades nacionais e comunitárias.

Finalmente, Guerreiro (2017) argumenta que, apesar de a estrutura do Programa ter produzido resultados largamente satisfatórios, eram ainda necessárias alterações para melhorar a coordenação interna (*i.e.*, entre as várias ações no seio do Programa) e externa (*i.e.*, entre as ações do Programa e as políticas nacionais portuguesas) das suas ações. Tal poderia, por exemplo, passar por:

- Alguma descentralização da KA3;
- A facilitação do contacto entre beneficiários e os seus parceiros;
- Mais apoios financeiros aos estudantes do Ensino Superior em mobilidade, de modo a diminuir a necessidade da contribuição das famílias e permitir um mais fácil acesso à mobilidade a estudantes provenientes de famílias de baixos rendimentos;
- Direcionar mais apoios para estágios no estrangeiro no Ensino e Formação Profissional;
- Privilegiar refugiados, jovens *Not in Employment, Education, or Training* (NEET), imigrantes e outros grupos mais desfavorecidos nas ações destinadas à Educação de Adultos<sup>1</sup>;
- Melhorar a articulação entre as ações destinadas ao Ensino e Formação Profissional e à Educação de Adultos, dois setores com potencial para sinergia e aos quais o Estado português tem vindo a prestar crescente atenção.

---

<sup>1</sup> A partir de 2020, o apoio às pessoas com menos oportunidades (*fewer opportunities*) foi implementado de forma abrangente, em linha com a prioridade transversal de inclusão do novo Programa Erasmus+.

# 3

## Metodologia



### 3. Metodologia

#### 3.1. DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DO ESTUDO

Em diálogo com a ANE+EF, definiu-se que seriam incluídas no universo do estudo todas as entidades portuguesas beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 ou, não sendo beneficiárias, cuja atividade principal se insira no âmbito da educação e formação. No que concerne às escolas agrupadas da rede pública ou às unidades orgânicas de entidades do Ensino Superior, consideraram-se apenas os agrupamentos e as entidades do Ensino Superior no seu todo. Por outras palavras, no caso dos agrupamentos de escolas, consideraram-se as direções de agrupamento e não as escolas individualmente. Já no Ensino Superior, consideraram-se as reitorias ou os gabinetes centrais e não as diferentes unidades orgânicas que integram a entidade (por ex., as faculdades). Isto explica-se por as candidaturas ao Programa serem feitas, por princípio, a esse nível da organização das entidades. No caso do Ensino Superior privado, quando disponível, foi considerada a entidade instituidora pelo mesmo motivo.

Os métodos adotados, como abaixo detalhado, têm natureza qualitativa e quantitativa e procuram atingir os seguintes fins:

- a) Avaliação do Programa Erasmus+ 14-20 pelas entidades beneficiárias;
- b) Identificação e estudo das razões para a não participação das entidades não beneficiárias;
- c) Mapeamento, descrição e avaliação das estratégias ou atividades de internacionalização das entidades no universo de estudo;
- d) Identificação das principais fontes de financiamento para a internacionalização e potenciais sinergias.

#### 3.2. ANÁLISE AO PROGRAMA ERASMUS+ 14-20

Previamente à análise confirmatória realizada pela equipa, é feita uma caracterização do Programa Erasmus+ 14-20 usando indicadores como o número de projetos financiados, o número de participantes médio em cada projeto, o valor atribuído a cada projeto – bem como uma análise destes mesmos indicadores divididos por tipologia de ação e região da entidade.

Para a realização dessa análise, a equipa contou com uma base de dados enviada pela ANE+EF referente a estes projetos. Esta base de dados permitiu não só a realização desta análise, como também serviu de

ponto de partida para o contacto das entidades com vista à recolha de informação qualitativa e quantitativa. Também para a análise quantitativa, a base de dados foi útil para aferir a representatividade da amostra que foi utilizada na análise.

### 3.3. RECOLHA DE INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

#### 3.3.1. Construção de listas de contactos

Dada a dimensão do universo do estudo, optou-se por uma estratégia abrangente de recolha dos contactos. Assim, a lista final foi construída com base nas seguintes fontes:

- a) lista da rede de contactos das escolas portuguesas, disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC). Esta lista inclui todas as entidades de educação não superior e oferece informações de natureza geral como o nome ou o endereço de e-mail geral da entidade ou do agrupamento.
- b) lista da rede de contactos das entidades beneficiárias, sejam de educação e formação ou não (por ex., certas organizações beneficiárias no setor da Educação de Adultos), disponibilizada pela ANE+EF. Esta lista continha endereços de e-mail não profissionais associados a algumas entidades. Em caso de coincidência, foram preferidos aos contactos gerais disponibilizados pela DGEEC. Salienta-se que a Universidade do Porto, como entidade adjudicada para o estudo pela Agência Nacional, está contratualmente vinculada ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, procedendo à utilização dessa informação de acordo o previsto pelo Regulamento.
- c) lista de contactos das entidades do Ensino Superior ao nível das equipas reitorais ou de presidência para a internacionalização, bem como de gabinetes de internacionalização. A lista foi criada através da consulta de informação nos sites das entidades e de trabalho prévio da equipa de investigação.

A Tabela 1 sumaria os contactos obtidos de cada fonte, bem como o número de inquéritos enviados.

Tabela 1: Fontes e número de contactos

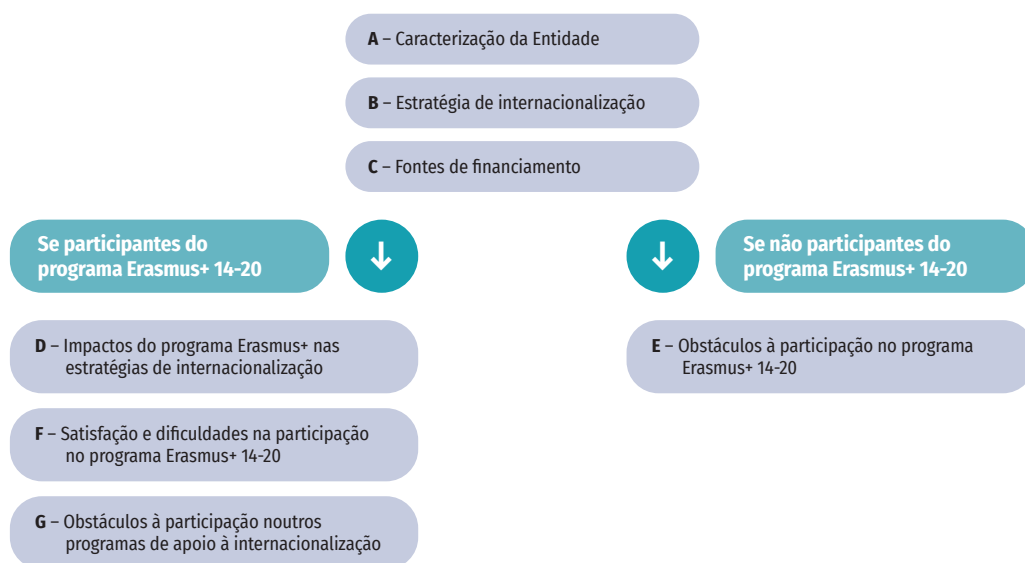
Fonte de Informação	Número de Contactos
Rede de Escolas DGEEC – Depois da remoção de duplicados, escolas pertencentes a um Agrupamento de escolas, e escolas sem contacto de e-mail (número muito reduzido)	3821 Entidades
Entidades de Ensino Superior e Cooperativas de Ensino Superior	95 Entidades
Lista de beneficiárias (proponentes e parceiras) Erasmus+ 14-20	1349 Entidades
Total de entidades contactadas – Depois de retirados os duplicados e aproveitados os contactos de ambas as fontes.	4665 Entidades

### 3.3.1. Recolha de dados

Para a recolha dos dados, elaborou-se um inquérito por questionário informado pela revisão de literatura e outros inquéritos com finalidades semelhantes. Uma das fontes consultadas foi o barómetro da *European Association for International Education* (EAIE), com vista à identificação de um conjunto delimitado de estratégias de internacionalização. O inquérito beneficiou também do diálogo com a ANE+EF. Este instrumento de recolha foi sujeito a pré-teste junto de algumas entidades, de que resultaram melhorias.

A estrutura do inquérito encontra-se descrita na Figura 1, onde se encontram as suas secções e o caminho lógico de resposta, que depende das respostas do inquirido. A resposta à generalidade das perguntas do inquérito é opcional, exceto àquelas que impliquem bifurcações no caminho de resposta. O inquérito encontra-se no Anexo 1.

Figura 1: Estrutura do inquérito por questionário



O inquérito foi construído e disponibilizado através da plataforma online *LimeSurvey* que permite a atribuição de uma hiperligação única a cada entidade. Assim, foi possível identificar o número de respondentes, impedir o acesso livre e evitar respostas duplicadas. Esta funcionalidade permitiu também o envio de lembretes personalizados às entidades bem como reforçar o apelo à participação, seja por e-mail ou chamada telefónica.

O trabalho de campo decorreu entre os dias 15 de março e 11 de abril de 2023. Semanalmente, foram enviados lembretes por e-mail e feitos contactos telefónicos a apelar ao preenchimento do inquérito. Os contactos telefónicos foram realizados entre 22 de março e 11 de abril de 2023.

### 3.4. RECOLHA DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA

#### 3.4.1. Definição do conjunto de participantes nas entrevistas

A constituição do conjunto de participantes no estudo qualitativo procurou considerar a diversidade das entidades no universo. Este inclui entidades de ensino e formação de diferentes níveis de ensino e áreas de atuação, associações empresariais e câmaras municipais. Além disso, no caso das entidades cuja atividade principal é a educação e formação, procurou-se também auscultar entidades não beneficiárias, de modo a perceber os obstáculos à sua participação no Programa Erasmus+ 14-20.

Após consultar a lista de entidades beneficiárias, várias foram contactadas a partir de endereços indicados nas suas páginas de internet, constantes da lista fornecida pela ANE+EF ou obtidos por contactos prévios da equipa de investigação. As duas primeiras entrevistas serviram como entrevistas-piloto para afinar e ajustar o guião da entrevista, mas foram incluídas no conjunto final de dados qualitativos devido à riqueza e relevância da informação recolhida. No total, foram endereçados convites de entrevistas, via e-mail, a três colégios privados, três agrupamentos ou escolas públicas, três entidades de formação profissional, duas associações empresariais, quatro câmaras municipais, três entidades públicas do Ensino Superior e quatro entidades privadas do Ensino Superior. Uma vez que algumas entidades não acederam ao pedido de participação no estudo, seja por falta de resposta ou por indisponibilidade, outras da mesma tipologia foram contactadas.

O conjunto de participantes do estudo qualitativo, determinada pelas respostas positivas recebidas, é composto pelas seguintes entidades (maioritariamente das regiões Norte e Centro):

- 1 colégio privado
- 2 agrupamentos de escolas públicas
- 2 entidades de formação profissional
- 1 associação empresarial
- 1 câmara municipal (pelouro responsável pela educação)
- 1 universidade pública
- 1 universidade privada
- 1 politécnico público
- 1 politécnico privado



Nas entidades incluídas, procurou-se entrevistar a pessoa responsável pela gestão do Programa Erasmus+ 14-20 (nos agrupamentos de escolas ou colégios, por exemplo), a direção das unidades de educação (nas câmaras municipais), responsáveis pelos gabinetes internacionais (nas entidades do Ensino Superior) ou representantes da direção (associações empresariais ou entidades de formação profissional). A todos os entrevistados foi enviado um termo de consentimento com a descrição do estudo, as condições de participação e a garantia do anonimato (cf. Anexo 2). As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2022 e abril de 2023 e tiveram uma duração aproximada de uma hora. Foi ainda efetuada uma entrevista a um representante do pelouro de internacionalização de uma câmara municipal. Porém, a equipa de investigação optou pela exclusão desta entrevista do conjunto final de participantes já que, por um lado, a orientação posterior da ANE+EF foi a de que as entidades não-educativas apenas deveriam ser incluídas se fossem beneficiárias e, por outro lado, da entrevista não resultou informação relevante para os fins do estudo.

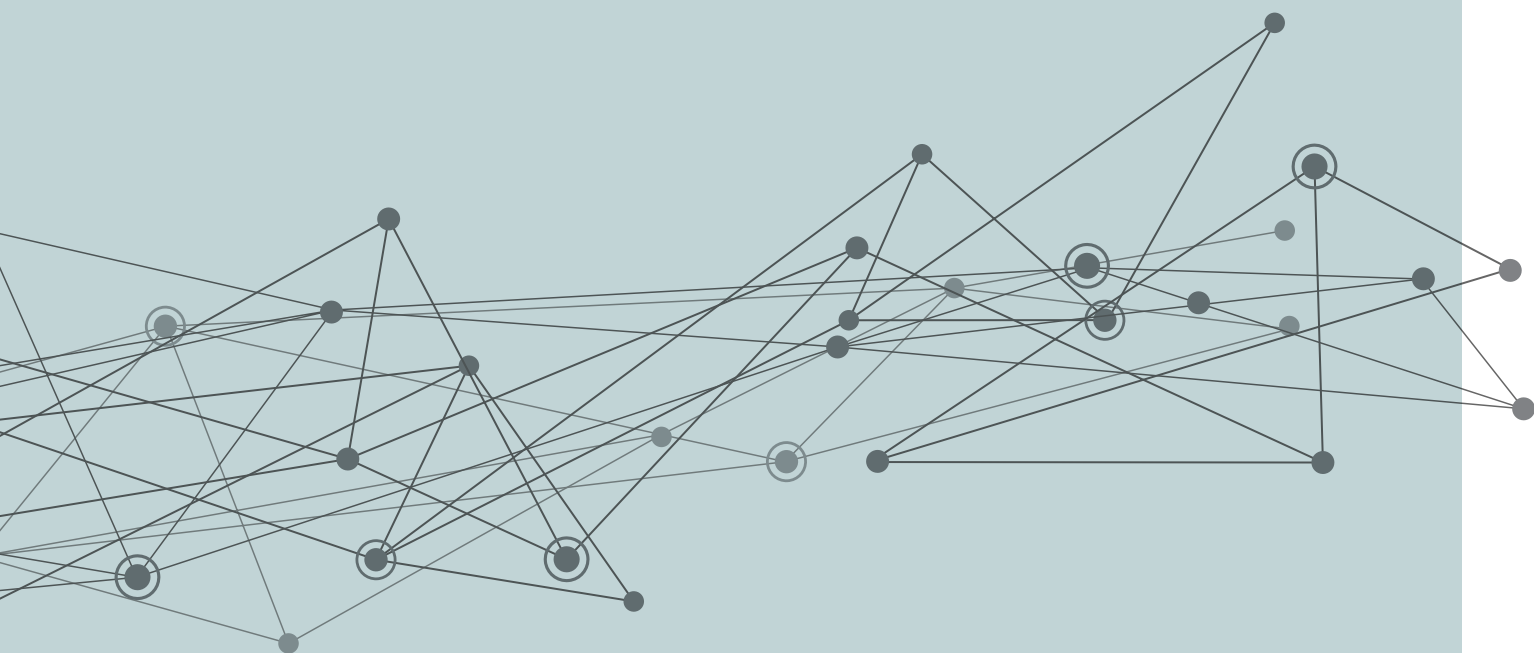
Entre outubro e novembro de 2023, foram, ainda, entrevistados representantes da ANE+EF e da agência homóloga espanhola, *Servicio Español para la Internacionalización de la Educación (SEPIE)*. A entrevista à Agência Nacional teve como propósito a recolha de informação sobre a sua experiência com a gestão do Programa Erasmus+ 14-20 e a sua perceção sobre o seu sucesso e impacto. Além disso, foram discutidas as novas atribuições da Agência para a internacionalização, nomeadamente as medidas implementadas no passado, em curso e os desafios encontrados ou antecipados. A entrevista ao SEPIE procurou recolher informação sobre boas práticas e experiências de outras agências que pudessem apoiar a agência portuguesa no desempenho das novas funções que lhe foram atribuídas recentemente, nomeadamente incentivar e apoiar a internacionalização das múltiplas e variadas entidades de educação e formação existentes.

### 3.4.2. Guião de Entrevista Final

Foram desenvolvidos dois guiões de entrevista: um para entidades beneficiárias e outro para entidades não beneficiárias (cf. Anexo 3). Ambos se centram nos temas do estudo e abordam questões ligadas às estratégias e aos objetivos de internacionalização das entidades, formas de financiamento das atividades de internacionalização e avaliação do Programa Erasmus+ 14-20, seja em termos do seu impacto seja da satisfação das entidades-alvo. Os guiões foram ainda ajustados após a experiência recolhida no decurso das duas entrevistas-piloto, e também no seguimento das sugestões da ANE+EF. No Anexo 3 apresentam-se também os guiões de entrevista à ANE+EF e ao SEPIE.

# 4

## Análise quantitativa dos projetos financiados



## 4. Análise quantitativa dos projetos financiados

Como explicado na metodologia, a análise desta secção resulta da base de dados disponibilizada pela ANE+EF relativa aos projetos portugueses do Programa Erasmus+ 14-20. Este Programa financiou 2138 projetos com entidades proponentes (ou coordenadoras) portuguesas, envolvendo à data do relatório da base de dados, mais 335 entidades portuguesas parceiras nos mesmos projetos. Dadas as regras orçamentais do Programa, a ANE+EF financiou entre 2014 e 2020 um total de 4244 instituições, correspondentes não só aos 2138 projetos coordenados por Portugal, mas a 2106 organizações participantes portuguesas em projetos coordenados por outros países, o que orçou no total em 363 milhões de euros.

Nesta secção, analisamos os 2113 projetos concluídos ou em curso, coordenados por Portugal e para os quais está disponível informação detalhada, mesmo que provisória (uma vez que inclui projetos ainda em curso, de 2019 e 2020)<sup>2</sup>. Caracterizamos as cinco dimensões deste universo para que dispomos de informação: o número de projetos, o valor financiado, as organizações envolvidas na candidatura, os participantes e a sua duração. A análise de cada dimensão procura discriminar padrões ao longo do tempo, por ação-chave (Key-Action, KA), setor e região da sede da entidade proponente (NUTS II).

### 4.1. NÚMERO DE PROJETOS ERASMUS+ 14-20

O número de projetos cresceu em todos os anos do Programa, de 229 projetos em 2014 para quase o dobro, 456 projetos, em 2020 (Tabela 2). Este crescimento observou-se em quase todas as linhas de ação. A exceção mais notável é a mobilidade no Ensino Superior (KA103), que manteve um número de projetos sensivelmente constante ao longo do tempo (dada a lógica da ação, dependente da

---

2 Excluem-se 25 registos de projetos cancelados ('terminated').

atribuição à instituição da Carta Erasmus, ou Carta ECHE). Isto explica-se, em grande medida, pela estabilidade do universo de entidades do Ensino Superior, quase todas beneficiárias. Além disso, aquela ação-chave não exige avaliação de candidatura, mas apenas o cumprimento de um conjunto de condições prévias associadas à referida Carta.

A KA103 foi a ação-chave que concentrou uma maior proporção de projetos, seguida daquelas dedicadas à mobilidade no Ensino e Formação Profissional (KA102) e no Ensino Escolar (KA101). Entre 2014 e 2020, estas três ações concentraram quase dois terços dos projetos (Tabela 2).

Tabela 2: Proporção de projetos por ação-chave (base anual, arredondamento às décimas)

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	14.0%	17.3%	13.7%	13.7%	19.1%	21.7%	16.9%	17.0%
KA102 - VET learner and staff mobility	31.9%	21.0%	21.6%	20.4%	14.4%	14.9%	21.9%	20.3%
KA103 - Higher education student and staff mobility	37.6%	38.3%	33.2%	26.3%	25.3%	22.0%	19.1%	27.1%
KA104 - Adult education staff mobility	2.6%	4.7%	3.7%	5.6%	4.7%	5.4%	5.9%	4.9%
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	0.0%	6.1%	6.6%	8.1%	7.8%	7.3%	6.4%	6.3%
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	0.0%	0.0%	4.1%	6.3%	6.9%	7.9%	6.1%	5.1%
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	4.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.5%
KA201 - Strategic Partnerships for school education	5.2%	4.2%	4.6%	6.0%	4.4%	4.9%	3.9%	4.7%
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	2.2%	3.3%	3.7%	3.5%	2.8%	2.4%	2.4%	2.8%
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	0.9%	1.4%	0.8%	2.1%	1.9%	2.2%	2.9%	1.9%
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	1.3%	1.9%	2.9%	2.8%	4.4%	3.3%	3.5%	3.0%
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	0.0%	1.9%	5.0%	5.3%	0.0%	0.0%	0.0%	1.5%
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.6%	0.6%
KA227 - Partnerships for Creativity	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	1.5%	0.3%
KA229 - School Exchange Partnerships	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	8.4%	7.9%	6.8%	4.1%
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>214</b>	<b>241</b>	<b>285</b>	<b>320</b>	<b>368</b>	<b>456</b>	<b>2113</b>

No que concerne aos setores, a proporção de projetos no Ensino Superior diminuiu. Em 2020, este setor foi mesmo ultrapassado pelo Ensino e Formação Profissional. Ao mesmo tempo, assistiu-se ao crescimento da proporção de projetos no Ensino Escolar e, ainda mais, na Educação de Adultos (Tabela 3).

Tabela 3: Proporção de projetos por setor (base anual, arredondamento às décimas)

Setor	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	20.5%	23.4%	23.3%	24.9%	31.8%	34.5%	29.4%	27.8%
Ensino e Formação Profissional	36.2%	24.3%	29.5%	30.2%	24.1%	25.3%	31.1%	28.6%
Ensino Superior	38.9%	45.8%	40.7%	36.5%	35.0%	31.5%	29.4%	35.5%
Educação de Adultos	4.4%	6.5%	6.6%	8.4%	9.1%	8.7%	10.1%	8.1%
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>214</b>	<b>241</b>	<b>285</b>	<b>320</b>	<b>368</b>	<b>456</b>	<b>2113</b>

A tendência de crescimento do número de projetos verificou-se em todas as regiões (NUTS-II), sendo a região do projeto aqui definida pela região da entidade proponente. A região Norte contou o maior número de projetos entre 2014 e 2020, seguida da Área Metropolitana de Lisboa. A Região Autónoma dos Açores foi sempre a região com o menor número de projetos (Tabela 4). Uma comparação com a população e matriculados destas regiões (Tabela 5) indicia uma sub-representação ligeira do Algarve e da Região Autónoma dos Açores e alguma sobrerrepresentação comparativa da Região Autónoma da Madeira.

Tabela 4: Proporção de projetos por região (NUTS-II, base anual, arredondamento às décimas)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	31.0%	29.9%	34.9%	40.0%	36.6%	34.0%	35.7%	34.9%
Centro	26.6%	22.0%	17.8%	13.0%	16.6%	19.0%	21.5%	19.4%
Área Metropolitana de Lisboa	31.4%	33.6%	34.9%	33.3%	28.1%	32.3%	27.6%	31.1%
Alentejo	4.8%	6.5%	4.6%	6.7%	7.5%	6.8%	6.4%	6.3%
Algarve	2.6%	4.7%	2.1%	2.8%	5.3%	2.4%	3.1%	3.3%
Região Autónoma da Madeira	2.6%	2.8%	3.7%	3.2%	3.4%	3.8%	3.5%	3.4%
Região Autónoma dos Açores	0.9%	0.5%	2.1%	1.1%	2.5%	1.6%	2.2%	1.7%
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>214</b>	<b>241</b>	<b>285</b>	<b>320</b>	<b>368</b>	<b>456</b>	<b>2113</b>

Tabela 5: Distribuição da população residente e dos matriculados em todos os níveis de ensino por região (NUTS-II) entre 2014 e 2020 (arredondamento às décimas. Fonte: INE, DGEEC e cálculos próprios)

Região NUTS II	População	Matriculados
Norte	34.8%	33.6%
Centro	21.7%	20.2%
Área Metropolitana de Lisboa	27.5%	31.4%
Alentejo	6.9%	6.1%
Algarve	4.4%	4.1%
Região Autónoma da Madeira	2.3%	2.3%
Região Autónoma dos Açores	2.4%	2.4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Finalmente, a proporção dos projetos de cada ação-chave e de cada setor difere entre as regiões (Tabelas 6 e 7). No Algarve e na Região Autónoma dos Açores, os mais frequentes são os projetos no Ensino Escolar, sobretudo de mobilidade. Já no Norte, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Região Autónoma da Madeira predominam os projetos no Ensino Superior, também de mobilidade. A região Centro distingue-se das outras por ter como mais frequentes os projetos no Ensino e Formação Profissional.

Tabela 6: Proporção dos projetos de cada ação-chave nos projetos da região (NUTS-II) entre 2014 e 2020 (arredondamento às décimas)

Ações-chave	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Madeira	R. A. Açores
KA101 - School education staff mobility	16.9%	17.1%	12.5%	26.3%	30.4%	21.1%	31.4%
KA102 - VET learner and staff mobility	19.0%	24.9%	21.3%	16.5%	17.4%	9.9%	17.1%
KA103 - Higher education student and staff mobility	25.5%	18.3%	34.5%	24.8%	17.4%	42.3%	20.0%
KA104 - Adult education staff mobility	3.0%	5.6%	5.0%	8.3%	7.2%	8.5%	8.6%
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	6.4%	6.6%	5.5%	10.5%	11.6%	1.4%	0.0%
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	5.8%	7.3%	5.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	0.4%	0.5%	0.6%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%
KA201 - Strategic Partnerships for school education	5.3%	5.1%	3.8%	6.0%	5.8%	2.8%	0.0%
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	3.9%	2.9%	2.4%	1.5%	0.0%	1.4%	0.0%
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	1.8%	3.2%	1.8%	0.8%	0.0%	0.0%	2.9%
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	2.8%	3.7%	3.0%	3.8%	1.4%	1.4%	2.9%
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	1.9%	1.5%	0.9%	0.0%	2.9%	2.8%	2.9%
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	0.8%	0.2%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
KA227 - Partnerships for Creativity	0.3%	0.2%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	2.9%
KA229 - School Exchange Partnerships	6.2%	2.7%	2.3%	0.8%	5.8%	8.5%	11.4%
<b>Total</b>	<b>738</b>	<b>409</b>	<b>658</b>	<b>133</b>	<b>69</b>	<b>71</b>	<b>35</b>

Tabela 7: Proporção dos projetos de cada setor nos projetos da região (NUTS-II) entre 2014 e 2020 (arredondamento às décimas)

Setor	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Madeira	R. A. Açores
Ensino Escolar	30.8%	27.1%	20.2%	33.1%	44.9%	35.2%	45.7%
Ensino e Formação Profissional	29.3%	35.2%	29.5%	18.0%	17.4%	11.3%	17.1%
Ensino Superior	34.1%	28.1%	42.1%	36.1%	29.0%	43.7%	22.9%
Educação de Adultos	5.8%	9.5%	8.2%	12.8%	8.7%	9.9%	14.3%
<b>Total</b>	<b>738</b>	<b>409</b>	<b>658</b>	<b>133</b>	<b>69</b>	<b>71</b>	<b>35</b>

#### 4.2. VALOR DE FINANCIAMENTO DOS PROJETOS ERASMUS+ 14-20

O número de projetos é um indicador de quantidade, mas não é informativo quanto aos recursos alocados. O financiamento Erasmus+ 14-20 aos 2113 projetos analisados aproximou-se dos 327 milhões de euros (Tabelas 8, 10 ou 12). Ao longo daquele período, o financiamento cresceu mais rapidamente do que o número de projetos. Enquanto estes quase que duplicaram, o financiamento atribuído em 2020 foi 2.25 vezes o atribuído em 2014. Por outras palavras, aumentou tanto o financiamento total como o financiamento médio por projeto. Apesar de perder peso relativo ao longo do Programa, a ação-chave relativa à mobilidade de staff e estudantil no Ensino Superior (KA103) representou 40% de todo o financiamento atribuído.

Tabela 8: Proporção do financiamento por ação-chave (base anual, arredondamento às unidades, total em milhares de euros)

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	4.1%	3.9%	4.1%	3.8%	4.1%	5.1%	4.6%	4.3%
KA102 - VET learner and staff mobility	23.3%	20.9%	15.7%	14.4%	12.1%	11.6%	12.7%	14.8%
KA103 - Higher education student and staff mobility	48.3%	42.7%	42.3%	41.0%	39.7%	37.8%	35.3%	40.0%
KA104 - Adult education staff mobility	0.8%	0.6%	0.6%	0.7%	0.7%	0.9%	1.1%	0.8%
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	0.0%	9.2%	9.9%	9.0%	8.8%	10.4%	9.8%	8.7%
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	0.0%	0.0%	4.0%	4.9%	7.7%	7.7%	4.6%	4.7%
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	9.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.9%
KA201 - Strategic Partnerships for school education	6.3%	7.6%	6.1%	7.8%	6.7%	6.7%	6.0%	6.7%
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	3.6%	6.6%	7.0%	5.7%	4.4%	4.2%	3.4%	4.8%

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	1.7%	3.1%	2.3%	3.9%	3.4%	4.4%	5.0%	3.7%
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	2.6%	3.3%	4.1%	4.7%	4.7%	4.7%	5.0%	4.3%
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	0.0%	2.2%	3.9%	4.1%	0.0%	0.0%	0.0%	1.2%
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	3.9%	0.8%
KA227 - Partnerships for Creativity	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	1.9%	0.4%
KA229 - School Exchange Partnerships	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	7.7%	6.5%	6.7%	3.9%
<b>Total</b>	<b>30707</b>	<b>34619</b>	<b>36293</b>	<b>43283</b>	<b>51018</b>	<b>61662</b>	<b>69184</b>	<b>326767</b>

A distribuição orçamental por ação-chave e por setor é pré-definida pela Comissão Europeia. As ações com maior financiamento médio por projeto foram as referentes às parcerias estratégicas (KA2), sendo o máximo o financiamento médio das parcerias estratégicas no Ensino Superior (KA203) acima de 300 mil euros por projeto. A ação para a mobilidade no Ensino Superior (KA103) além de ter sido a mais frequente, apresentou um financiamento médio por projeto especialmente elevado, acima de 228 mil euros (Tabela 9), dado o elevado número de participantes envolvidos. Por outro lado, a mobilidade no Ensino Escolar (KA101) e na Educação de Adultos (KA104) foram ações com financiamentos médios mais baixos. A proporção do financiamento total que lhes foi destinada foi substancialmente inferior à sua proporção no número total de projetos (Tabelas 2 e 8).

Tabela 9: Valor de financiamento médio por ano e por ação-chave (euros)

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	39428	36040	45435	41777	34619	39333	41234	39435
KA102 - VET learner and staff mobility	98136	160479	109737	107628	134460	130399	87874	113004
KA103 - Higher education student and staff mobility	172373	180157	191917	236540	249799	287528	280405	228338
KA104 - Adult education staff mobility	39239	19847	23727	17639	24228	28625	29354	25807
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	-	245208	224354	169691	179427	238560	233132	213292
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	-	-	145332	117980	178979	163120	113611	144169
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	289203	-	-	-	-	-	-	289203
KA201 - Strategic Partnerships for school education	160394	293799	200857	198653	245258	229691	230929	221012
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	218668	326664	281028	245574	246704	285099	215712	258734
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	261513	354162	414171	284503	291488	337882	265365	300565



Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	262750	286510	211345	255664	170121	241596	214744	221496
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	-	191335	119294	118488	-	-	-	128199
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	-	-	-	-	-	-	223164	223164
KA227 - Partnerships for Creativity	-	-	-	-	-	-	191593	191593
KA229 - School Exchange Partnerships	-	-	-	-	145039	138183	150250	144611

Apesar de a ação relativa à mobilidade de estudantes e staff no Ensino Superior (KA103) ter perdido peso ao longo do Programa, houve um crescimento compensatório de uma ação-chave com finalidades semelhantes, mas internacional (KA107). De facto, na Tabela 10 é visível que a proporção do financiamento obtido para o setor do Ensino Superior se manteve. É no Ensino e Formação Profissional que o decréscimo da proporção do financiamento é mais notável. Já no Ensino Escolar, houve um aumento da proporção nos últimos anos do Programa.

Tabela 10: Proporção do financiamento por setor (base anual, arredondamento às décimas, total em milhares de euros)

Setor	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	13.7%	13.7%	14.1%	15.7%	18.6%	18.3%	19.3%	16.9%
Ensino e Formação Profissional	30.8%	27.5%	26.7%	25.0%	24.2%	23.5%	21.8%	24.9%
Ensino Superior	51.2%	55.0%	54.5%	53.9%	51.9%	52.6%	51.8%	52.8%
Educação de Adultos	4.4%	3.9%	4.7%	5.4%	5.4%	5.6%	7.0%	5.4%
<b>Total</b>	<b>30707</b>	<b>34619</b>	<b>36293</b>	<b>43283</b>	<b>51018</b>	<b>61662</b>	<b>69184</b>	<b>326767</b>

Apenas os projetos do Ensino Superior absorveram uma proporção do financiamento total superior à sua proporção no número total de projetos. O financiamento médio dos projetos do Ensino Superior foi de mais de o dobro do valor médio dos projetos do Ensino Escolar (Tabela 11). Já a proporção destes no financiamento total foi pouco mais de metade da sua proporção no número total de projetos (Tabelas 3 e 10).

Tabela 11: Valor de financiamento médio por ano e por setor (euros)

Setor	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	89189	94860	91791	95545	92759	88885	100060	93725
Ensino e Formação Profissional	113813	182850	136463	125835	160299	155573	105977	134645
Ensino Superior	176593	194113	201748	224523	236324	279603	267625	229861
Educação de Adultos	135132	96036	105810	96981	94659	108489	105776	104086

Em termos do financiamento por regiões (Tabela 12), há um grande decréscimo relativo do financiamento atribuído a projetos com entidades proponentes da região Centro a partir do primeiro ano do Programa, enquanto o financiamento no Alentejo cresceu mais do que no resto do país.

Tabela 12: Proporção do financiamento por região (NUTS-II, base anual)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	30.3%	37.1%	35.8%	42.2%	37.0%	33.6%	34.6%	35.8%
Centro	30.7%	22.7%	23.1%	13.7%	17.9%	19.3%	20.8%	20.5%
Área Metropolitana de Lisboa	30.9%	30.5%	32.4%	30.8%	28.0%	31.9%	29.5%	30.5%
Alentejo	5.1%	5.3%	4.6%	8.3%	10.0%	9.7%	9.5%	8.1%
Algarve	1.0%	3.1%	1.2%	1.7%	2.6%	2.0%	1.5%	1.9%
Região Autónoma da Madeira	1.3%	0.8%	1.7%	2.6%	3.0%	2.5%	2.4%	2.2%
Região Autónoma dos Açores	0.7%	0.5%	1.3%	0.7%	1.3%	0.9%	1.7%	1.1%
<b>Total</b>	<b>30707</b>	<b>34619</b>	<b>36293</b>	<b>43283</b>	<b>51018</b>	<b>61662</b>	<b>69184</b>	<b>326767</b>

Finalmente, houve diferenças regionais substanciais no financiamento médio por projeto. A região das entidades proponentes cujos projetos obtiveram financiamento em média mais elevado foi o Alentejo, que concentrou apenas 6% dos projetos, mas absorveu 8% do financiamento total (Tabelas 4 e 12). Nesta região, o financiamento médio teve um crescimento singular ao longo do período. As regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa apresentaram financiamentos médios por projeto próximos entre si. Já os projetos do Algarve obtiveram em média apenas metade do financiamento médio dos projetos do Alentejo (Tabela 13). A distribuição regional do financiamento foi, assim, mais dispar do que a que se observou por número de projetos. A diferença explica-se, em grande medida, pelo setor predominante em cada região. Como vimos, no Algarve predominaram os projetos do Ensino Escolar, que são aqueles com valor médio mais baixo.

Tabela 13: Valor de financiamento médio por ano e por região (NUTS-II, euros)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	131197	200864	154464	160246	161539	165758	146997	158528
Centro	154364	167112	194965	160346	172396	170067	146735	163835
Área Metropolitana de Lisboa	131972	146480	139932	140423	159004	165260	162014	151266
Alentejo	143595	130308	150185	188458	213241	240438	226455	197989
Algarve	49449	109044	89500	89943	79310	138529	72741	89385
Região Autónoma da Madeira	65873	45905	68637	127145	140874	109597	103220	100961
Região Autónoma dos Açores	100900	172440	92684	99310	81856	96642	119274	101801

### 4.3. ENTIDADES BENEFICIÁRIAS EM PROJETOS ERASMUS+ 14-20 PORTUGUESES

Os projetos das várias ações do Programa Erasmus+ 14-20 contaram com uma entidade proponente e, regra geral, com entidades parceiras, sejam nacionais ou internacionais. Ao longo do Programa, as entidades envolvidas nas candidaturas aos 2113 projetos portugueses financiados analisados ascenderam a 8577, das quais 5891 internacionais (Tabelas 14 e 15). Uma vez que várias entidades participaram em mais do que um projeto, contaram-se 4169 entidades únicas, das quais 3193 internacionais.

Estas entidades não se distribuíram uniformemente ao longo dos anos. Também o seu número foi crescendo, além do que se explica pelo crescimento do número de projetos. De facto, o número médio de entidades por projeto cresceu (sejam entidades parceiras em consórcios de mobilidade (KA1), parceiras em projetos de parceria (KA2) ou de acolhimento, por exemplo acolhimento de estágios). Na candidatura, cada projeto contou, em média, com mais de 4 entidades, incluindo a entidade proponente.

Tabela 14: Número de entidades envolvidas em projetos por ação

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	45	47	54	68	103	217	286	820
KA102 - VET learner and staff mobility	537	446	400	424	481	467	721	3476
KA103 - Higher education student and staff mobility	86	82	80	75	81	81	87	572
KA104 - Adult education staff mobility	10	15	17	21	31	53	91	238
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	0	13	16	23	25	27	29	133
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	0	0	75	116	153	257	247	848
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	65	0	0	0	0	0	0	65
KA201 - Strategic Partnerships for school education	56	64	76	113	100	130	115	654
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	28	48	66	69	59	56	71	397
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	25	20	23	34	30	53	77	262
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	22	27	43	49	79	72	89	381
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	0	28	68	76	0	0	0	172
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	0	0	0	0	0	0	73	73
KA227 - Partnerships for Creativity	0	0	0	0	0	0	39	39
KA229 - School Exchange Partnerships	0	0	0	0	137	148	162	447
<b>Total</b>	<b>874</b>	<b>790</b>	<b>918</b>	<b>1068</b>	<b>1279</b>	<b>1561</b>	<b>2087</b>	<b>8577</b>

Tabela 15: Proporção de entidades internacionais por ação-chave (arredondamento às unidades)

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	29%	21%	39%	43%	22%	46%	37%	37%
KA102 - VET learner and staff mobility	81%	89%	86%	86%	84%	84%	80%	84%
KA103 - Higher education student and staff mobility	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
KA104 - Adult education staff mobility	10%	33%	47%	24%	23%	53%	57%	45%
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	-	-	83%	84%	85%	88%	88%	86%
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	63%	-	-	-	-	-	-	63%
KA201 - Strategic Partnerships for school education	79%	64%	71%	61%	67%	72%	71%	69%
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	79%	71%	82%	65%	73%	63%	77%	73%
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	60%	80%	91%	76%	73%	68%	71%	73%
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	77%	74%	72%	73%	77%	76%	73%	75%
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	-	86%	82%	79%	-	-	-	81%
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	-	-	-	-	-	-	73%	73%
KA227 - Partnerships for Creativity	-	-	-	-	-	-	74%	74%
KA229 - School Exchange Partnerships	-	-	-	-	80%	80%	80%	80%
<b>Média Anual</b>	<b>67%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>

As ações-chave com mais entidades, seja em média, seja no total, foram as relativas à mobilidade no Ensino e Formação Profissional (KA102 e KA116), dado o peso significativo das mobilidades para estágio, com cerca de 8 entidades envolvidas em média por projeto (Tabelas 14 e 16). Foram também estas as ações com uma maior proporção de entidades internacionais, acima de 80% (Tabela 15). A seguir àquelas, foram as parcerias estratégicas (KA2) as que contaram com o maior número médio de entidades (as constituintes de cada parceria), sejam nacionais ou internacionais. Já as ações relativas à mobilidade no Ensino Superior (KA103 e KA107) contaram apenas, em média, com uma entidade na fase de candidatura - a própria entidade.

Tabela 16: Número médio de entidades envolvidas em projetos por ação-chave

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	1.41	1.27	1.64	1.74	1.69	2.71	3.71	2.28
KA102 - VET learner and staff mobility	7.36	9.91	7.69	7.31	10.46	8.49	7.21	8.1
KA103 - Higher education student and staff mobility	1	1	1	1	1	1	1	1
KA104 - Adult education staff mobility	1.67	1.5	1.89	1.31	2.07	2.65	3.37	2.31
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	-	1	1	1	1	1	1	1
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	-	-	7.5	6.44	6.95	8.86	8.82	7.93
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	6.5	-	-	-	-	-	-	6.5
KA201 - Strategic Partnerships for school education	4.67	7.11	6.91	6.65	7.14	7.22	6.39	6.61
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	5.6	6.86	7.33	6.9	6.56	6.22	6.45	6.62
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	12.5	6.67	11.5	5.67	5	6.63	5.92	6.55
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	7.33	6.75	6.14	6.13	5.64	6	5.56	5.95
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	-	7	5.67	5.07	-	-	-	5.55
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	-	-	-	-	-	-	6.08	6.08
KA227 - Partnerships for Creativity	-	-	-	-	-	-	5.57	5.57
KA229 - School Exchange Partnerships	-	-	-	-	5.07	5.1	5.23	5.14
<b>Média Anual</b>	<b>3.82</b>	<b>3.69</b>	<b>3.81</b>	<b>3.75</b>	<b>4</b>	<b>4.24</b>	<b>4.58</b>	<b>4.06</b>

Em conformidade com o que se identificou por ações-chave, o setor do Ensino e Formação Profissional concentrou mais de metade das entidades, em média mais de 7 por projeto, com mais de 80% internacionais (Tabelas 17, 18 e 19). Já das entidades envolvidas em projetos do Ensino Superior, pouco mais de um quinto não era nacional.

Tabela 17: Número de entidades envolvidas em projetos por setor

Setores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Ensino Escolar	120	139	198	257	340	495	614	2163
Ensino e Formação Profissional	596	494	541	609	693	780	1057	4770
Ensino Superior	119	115	119	132	136	161	221	1003
Educação de Adultos	39	42	60	70	110	125	195	641
<b>Total</b>	<b>874</b>	<b>790</b>	<b>918</b>	<b>1068</b>	<b>1279</b>	<b>1561</b>	<b>2087</b>	<b>8577</b>

Tabela 18: Proporção de entidades internacionais por setor (arredondamento às unidades)

Setores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	58%	54%	66%	61%	59%	63%	58%	60%
Ensino e Formação Profissional	80%	87%	85%	83%	83%	84%	82%	83%
Ensino Superior	18%	14%	18%	20%	16%	22%	34%	22%
Educação de Adultos	56%	60%	65%	59%	62%	66%	66%	63%
<b>Média Anual</b>	<b>67%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>

Tabela 19: Número médio de entidades envolvidas em projetos por setor

Setores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	2.55	2.78	3.54	3.62	3.33	3.9	4.58	3.68
Ensino e Formação Profissional	7.18	9.5	7.62	7.08	9	8.39	7.44	7.9
Ensino Superior	1.34	1.17	1.21	1.27	1.21	1.39	1.65	1.34
Educação de Adultos	3.9	3	3.75	2.92	3.79	3.91	4.24	3.75
<b>Média Anual</b>	<b>3.82</b>	<b>3.69</b>	<b>3.81</b>	<b>3.75</b>	<b>4</b>	<b>4.24</b>	<b>4.58</b>	<b>4.06</b>

Uma análise regional indicia uma divisão em dois grupos. Os projetos da região Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa contaram, em média, com mais entidades por projeto e também com uma maior proporção de entidades internacionais. Os projetos da região Centro, graças à proporção elevada da área do Ensino e Formação Profissional, contavam com quase 5 entidades. Já os projetos das outras regiões contavam, em média, com menos de 3 entidades (Tabelas 20, 21 e 22).

Tabela 20: Número de entidades envolvidas em projetos por região (NUTS-II)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	231	237	297	433	438	517	783	2936
Centro	318	191	244	152	311	306	487	2009
Área Metropolitana de Lisboa	274	281	313	395	391	567	593	2814
Alentejo	25	45	18	40	53	68	111	360
Algarve	9	28	12	25	40	29	33	176
Região Autónoma da Madeira	15	7	22	18	29	48	49	188
Região Autónoma dos Açores	2	1	12	5	17	26	31	94
<b>Total</b>	<b>874</b>	<b>790</b>	<b>918</b>	<b>1068</b>	<b>1279</b>	<b>1561</b>	<b>2087</b>	<b>8577</b>

Tabela 21: Proporção de entidades internacionais por região (NUTS-II, arredondamento às unidades)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	65%	70%	67%	70%	66%	72%	70%	69%
Centro	74%	72%	80%	70%	75%	69%	71%	73%
Área Metropolitana de Lisboa	66%	72%	72%	69%	69%	69%	66%	69%
Alentejo	48%	51%	33%	53%	45%	50%	67%	54%
Algarve	33%	54%	58%	68%	53%	62%	58%	57%
Região Autónoma da Madeira	60%	14%	59%	50%	59%	71%	53%	58%
Região Autónoma dos Açores	0%	0%	58%	40%	53%	77%	65%	62%
<b>Média Anual</b>	<b>67%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>

Tabela 22: Número médio de entidades envolvidas em projetos por região (NUTS-II)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	3.25	3.7	3.54	3.8	3.74	4.14	4.8	3.98
Centro	5.21	4.06	5.67	4.11	5.87	4.37	4.97	4.91
Área Metropolitana de Lisboa	3.81	3.9	3.73	4.16	4.34	4.76	4.71	4.28
Alentejo	2.27	3.21	1.64	2.11	2.21	2.72	3.83	2.71
Algarve	1.5	2.8	2.4	3.13	2.35	3.22	2.36	2.55
Região Autónoma da Madeira	2.5	1.17	2.44	2	2.64	3.43	3.06	2.65
Região Autónoma dos Açores	1	1	2.4	1.67	2.13	4.33	3.1	2.69
<b>Média Anual</b>	<b>3.82</b>	<b>3.69</b>	<b>3.81</b>	<b>3.75</b>	<b>4</b>	<b>4.24</b>	<b>4.58</b>	<b>4.06</b>

Finalmente, de entre os países de origem das entidades parceiras não nacionais destaca-se a Espanha (o país com maior peso no Erasmus+), com cerca de um quinto do total e um quarto das parcerias do setor do Ensino e Formação Profissional, e a Itália, com 16%, e o país mais frequente entre as parceiras dos restantes setores. Agrupando os países em linha com a classificação utilizada no inquérito por questionário, torna-se claro que é de facto nos países da Europa do Sul que se encontra grande parte das entidades parceiras das instituições Portuguesas (Tabelas 23 e 24). Isto dito, no Ensino Escolar as parcerias com países da Europa Oriental ascendem a mais de um quarto do total. Reforça-se, no entanto, que as entidades discutidas nesta secção são as que se envolveram na fase de candidatura dos projetos portugueses que lograram financiamento Erasmus+ 14-20, não estando incluídas as entidades portuguesas envolvidas como parceiras em projetos candidatados, e aprovados, noutros países.

Tabela 23: Países das entidades parceiras em proporção do número total de parcerias por setor (arredondamento às centésimas)

País	Total	Ensino Escolar	Ensino e Formação Profissional	Ensino Superior	Educação de Adultos
Espanha	20.42%	11.57%	24.36%	11.98%	14.74%
Itália	15.82%	15.03%	16.12%	14.75%	15.97%
Reino Unido	6.72%	2.62%	8.61%	1.84%	3.93%
Alemanha	5.36%	2.85%	6.22%	6.45%	4.42%
Grécia	5.33%	8.71%	4.08%	6.45%	6.14%
França	5.31%	2.24%	6.45%	5.07%	4.18%
Polónia	4.31%	7.94%	3.35%	2.76%	2.95%
Irlanda	4.16%	0.69%	5.52%	2.30%	2.95%
Áustria	2.73%	0.54%	3.53%	1.84%	2.46%
Malta	2.65%	0.77%	3.63%	0.46%	0.25%
Rep. Checa	2.41%	2.31%	2.57%	1.38%	1.72%
Roménia	2.33%	5.71%	0.98%	4.61%	3.44%
Turquia	2.26%	7.71%	0.38%	2.30%	3.19%
Finlândia	2.21%	3.16%	1.81%	3.23%	2.46%
Bulgária	2.02%	4.24%	1.39%	1.38%	1.47%
Bélgica	1.94%	1.46%	1.76%	5.53%	3.19%
Chipre	1.73%	2.08%	1.18%	1.38%	6.14%
Eslovénia	1.73%	2.39%	1.39%	2.30%	2.70%
Holanda	1.29%	1.39%	0.86%	5.99%	2.70%
Estónia	1.22%	1.85%	1.03%	0.00%	1.72%
Lituânia	1.22%	2.39%	0.53%	5.99%	1.72%
Hungria	1.19%	1.85%	0.83%	1.84%	2.21%
Suécia	1.09%	0.93%	1.03%	1.38%	1.97%
Dinamarca	1.00%	0.46%	1.01%	2.30%	1.97%
Croácia	0.81%	2.39%	0.23%	0.92%	1.47%
Letónia	0.76%	2.08%	0.35%	0.46%	0.74%
Eslováquia	0.42%	0.77%	0.30%	0.92%	0.25%
Noruega	0.41%	0.77%	0.15%	1.38%	1.23%
Macedónia do Norte	0.41%	1.70%	0.00%	0.00%	0.49%
Sérvia	0.31%	0.77%	0.13%	0.46%	0.49%
Islândia	0.20%	0.46%	0.10%	0.46%	0.25%
Luxemburgo	0.08%	0.00%	0.10%	0.00%	0.25%
Albânia	0.03%	0.08%	0.00%	0.46%	0.00%
Suíça	0.03%	0.00%	0.03%	0.00%	0.25%
Bósnia e Herzegovina	0.02%	0.08%	0.00%	0.00%	0.00%
Brasil	0.02%	0.00%	0.00%	0.46%	0.00%
Colômbia	0.02%	0.00%	0.00%	0.46%	0.00%
Israel	0.02%	0.00%	0.00%	0.46%	0.00%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Nº de Parcerias</b>	<b>5891</b>	<b>1297</b>	<b>3970</b>	<b>217</b>	<b>407</b>



Tabela 24: Região das entidades parceiras em proporção do número total de parceiras por setor (arredondamento às centésimas)

Região	Total	Ensino Escolar	Ensino e Formação Profissional	Ensino Superior	Educação de Adultos
Europa do Sul (Espanha, Itália, Grécia, Malta)	44.22%	36.08%	48.19%	33.64%	37.10%
Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Áustria	18.04%	8.87%	20.98%	21.66%	16.71%
Europa Oriental (Roménia, Bulgária, Turquia, Estónia, Letónia, Lituânia, Chipre)	11.54%	26.06%	5.84%	16.13%	18.43%
Europa do Norte (Irlanda, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Islândia)	9.06%	6.48%	9.62%	11.06%	10.81%
Europa Central (Polónia, Chéquia, Eslováquia, Hungria)	8.33%	12.88%	7.05%	6.91%	7.13%
França, Suíça, Luxemburgo	5.43%	2.24%	6.57%	5.07%	4.67%
Balcãs Ocidentais (Sérvia, Albânia, Eslovénia, Bósnia, Macedónia do Norte, Croácia)	3.31%	7.40%	1.74%	4.15%	5.16%
Brasil	0.02%	0.00%	0.00%	0.46%	0.00%
América Latina (exceto Brasil)	0.02%	0.00%	0.00%	0.46%	0.00%
Ásia (Israel)	0.02%	0.00%	0.00%	0.46%	0.00%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Nº de Parcerias</b>	<b>5891</b>	<b>1297</b>	<b>3970</b>	<b>217</b>	<b>407</b>

#### 4.4. PARTICIPANTES NOS PROJETOS ERASMUS+ 14-20

Nos sete anos do Programa Erasmus+ 14-20, os projetos financiados envolveram 192.501 participantes (salienta-se que a informação é provisória, pois estão abertos ainda projetos da call de 2019 e 2020). Também este número cresceu ao longo do Programa (Tabelas 25, 26 e 27).

Mais uma vez, foram as ações-chave relativas à mobilidade que concentraram grande parte dos participantes. Em linha com a sua importância já documentada anteriormente, a principal ação de mobilidade do Ensino Superior (KA103) concentrou 40% dos participantes (Tabela 25).

Tabela 25: Proporção dos participantes por ação-chave (base anual, arredondamento às décimas)

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	4.0%	3.3%	3.2%	2.9%	3.5%	4.5%	3.8%	3.7%
KA102 - VET learner and staff mobility	12.7%	12.1%	8.3%	7.4%	5.5%	5.7%	5.9%	7.6%
KA103 - Higher education student and staff mobility	44.2%	44.4%	44.7%	41.5%	40.1%	37.3%	32.8%	39.6%
KA104 - Adult education staff mobility	0.8%	0.5%	0.5%	0.6%	0.6%	0.9%	0.9%	0.7%
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	0.0%	4.8%	4.3%	5.1%	4.9%	6.2%	6.0%	4.8%
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	0.0%	0.0%	2.2%	2.6%	3.7%	3.6%	1.9%	2.2%
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	15.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	1.5%
KA201 - Strategic Partnerships for school education	11.2%	13.3%	9.0%	14.8%	13.7%	11.7%	11.1%	12.1%
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	7.3%	8.3%	10.6%	6.2%	7.1%	7.3%	5.5%	7.2%
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	1.6%	4.1%	3.1%	5.8%	4.3%	7.6%	7.9%	5.4%
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	2.4%	5.0%	7.7%	7.5%	7.9%	7.0%	7.1%	6.7%
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	0.0%	4.2%	6.4%	5.7%	0.0%	0.0%	0.0%	2.0%
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	5.8%	1.2%
KA227 - Partnerships for Creativity	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	3.5%	0.7%
KA229 - School Exchange Partnerships	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	8.8%	8.2%	7.7%	4.4%
<b>Total</b>	<b>18221</b>	<b>20014</b>	<b>22669</b>	<b>27900</b>	<b>29554</b>	<b>33592</b>	<b>40551</b>	<b>192501</b>

Enquanto o Ensino Superior foi o setor que concentrou cerca de metade dos participantes, foram o Ensino Escolar e a Educação de Adultos os setores cujo número de participantes mais aumentou, proporcionalmente, ao longo do Programa. Já o setor do Ensino e Formação Profissional registou o crescimento mais débil (Tabela 26).

Tabela 26: Proporção de participantes por setor (base anual, arredondamento às décimas)

Setores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	21.0%	20.8%	18.6%	23.4%	26.0%	24.4%	25.6%	23.4%
Ensino e Formação Profissional	26.9%	20.4%	21.1%	16.2%	16.2%	16.6%	14.6%	18.0%
Ensino Superior	47.6%	53.3%	52.1%	52.3%	49.3%	51.1%	49.3%	50.6%
Educação de Adultos	4.5%	5.6%	8.2%	8.1%	8.5%	7.9%	10.4%	8.0%
<b>Total</b>	<b>18221</b>	<b>20014</b>	<b>22669</b>	<b>27900</b>	<b>29554</b>	<b>33592</b>	<b>40551</b>	<b>192501</b>

Relativamente à distribuição regional, esta aproximou-se do número de projetos, com predominância das regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa (de acordo com o peso regional da educação e formação, particularmente alunos e estabelecimentos de ensino, no país). Mais uma vez, o Algarve e as Regiões Autónomas apresentaram valores absoluta e relativamente baixos face ao resto do país (Tabela 27).

Tabela 27: Proporção de participantes por região (NUTS-II, base anual, arredondamento às décimas)

Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	32.0%	35.3%	38.9%	44.2%	39.5%	31.5%	37.0%	37.0%
Centro	31.8%	25.2%	21.7%	12.6%	14.8%	21.3%	20.1%	20.2%
Área Metropolitana de Lisboa	30.0%	28.7%	31.4%	31.6%	27.5%	32.8%	27.8%	29.9%
Alentejo	4.2%	5.7%	4.7%	7.7%	11.0%	9.5%	9.8%	8.1%
Algarve	0.9%	4.4%	0.9%	1.4%	3.7%	2.0%	1.2%	2.0%
Região Autónoma da Madeira	0.7%	0.5%	1.4%	2.1%	2.6%	2.0%	2.0%	1.8%
Região Autónoma dos Açores	0.4%	0.2%	1.1%	0.3%	0.8%	0.9%	2.1%	1.0%
<b>Total</b>	<b>18221</b>	<b>20014</b>	<b>22669</b>	<b>27900</b>	<b>29554</b>	<b>33592</b>	<b>40551</b>	<b>192501</b>

#### 4.5. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROJETOS ERASMUS+ 14-20

Os projetos duraram, em média, 794 dias. Também esta duração aumentou ao longo do Programa, sobretudo depois de 2017. A duração dos projetos das ações de mobilidade (KA1) foi inferior às das ações de parcerias estratégica (KA2), conforme está estabelecido no Guia do Programa. Isto dito, nos últimos 3 anos, a duração dos projetos inscritos nas ações de mobilidade aumentou significativamente, graças à pandemia e ao efeito das medidas de força-maior aplicadas pela Comissão. Neste indicador, nenhuma ação-chave, setor ou região se diferencia (Tabelas 28, 29 e 30).

Tabela 28: Duração média dos projetos por ação-chave (dias, arredondamento às unidades)

Ações-chave	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
KA101 - School education staff mobility	569	631	611	626	853	1053	906	814
KA102 - VET learner and staff mobility	530	698	547	544	725	981	860	707
KA103 - Higher education student and staff mobility	585	588	626	661	790	982	953	742
KA104 - Adult education staff mobility	552	694	543	602	793	1034	950	806
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries	-	734	786	777	1129	1095	1094	974
KA116 - VET learner and staff mobility with VET mobility charter	-	-	635	545	728	941	799	765
KA200 - Strategic Partnerships addressing more than one field	903	-	-	-	-	-	-	903
KA201 - Strategic Partnerships for school education	821	983	856	903	1080	1051	896	946
KA202 - Strategic Partnerships for vocational education and training	845	925	840	995	990	993	831	920
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	913	973	1094	1019	963	1068	939	990
KA204 - Strategic Partnerships for adult education	973	973	785	904	841	1006	862	893
KA219 - Strategic Partnerships for Schools Only	-	913	846	806	-	-	-	835
KA226 - Partnerships for Digital Education Readiness	-	-	-	-	-	-	732	732
KA227 - Partnerships for Creativity	-	-	-	-	-	-	755	755
KA229 - School Exchange Partnerships	-	-	-	-	904	729	729	783
<b>Média</b>	604	679	653	679	848	992	891	794

Tabela 29: Duração média dos projetos por setor (dias, arredondamento às unidades)

Setores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Ensino Escolar	651	717	709	731	898	979	855	832
Ensino e Formação Profissional	569	728	597	596	757	970	843	740
Ensino Superior	598	619	661	707	875	1015	974	797
Educação de Adultos	733	773	649	702	816	1024	905	839
<b>Média</b>	<b>604</b>	<b>679</b>	<b>653</b>	<b>679</b>	<b>848</b>	<b>992</b>	<b>891</b>	<b>794</b>

Tabela 30: Duração média dos projetos por região (NUTS-II, dias, arredondamento às unidades)

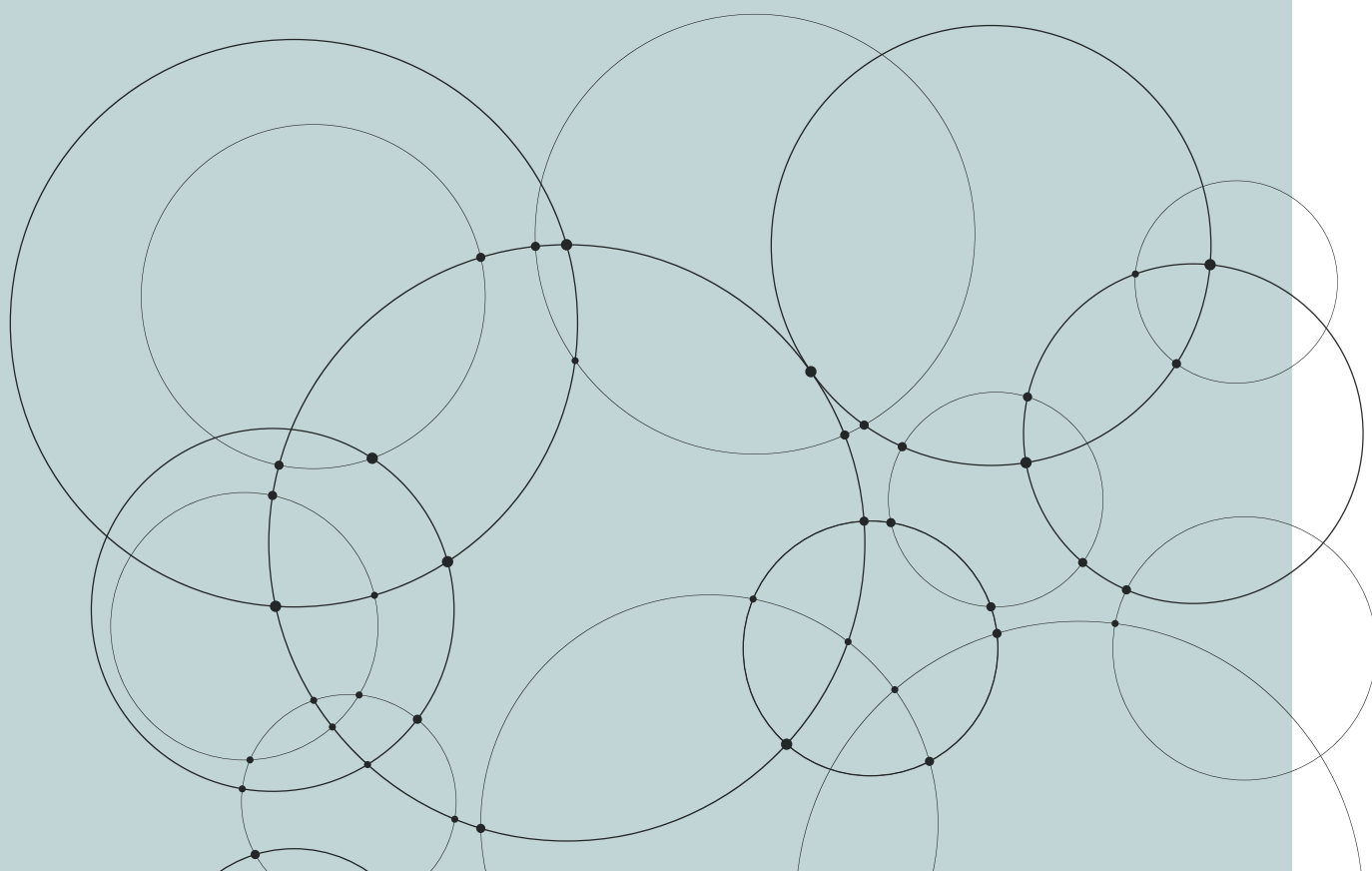
Região NUTS II	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	14-20
Norte	596	693	652	692	822	960	877	785
Centro	622	709	708	699	873	1007	882	809
Área Metropolitana de Lisboa	607	653	648	688	843	1003	901	789
Alentejo	622	669	602	595	935	1060	949	832
Algarve	471	712	528	634	891	1024	879	787
Região Autónoma da Madeira	547	548	614	594	868	967	893	772
Região Autónoma dos Açores	730	730	583	607	764	973	933	806
<b>Média</b>	<b>604</b>	<b>679</b>	<b>653</b>	<b>679</b>	<b>848</b>	<b>992</b>	<b>891</b>	<b>794</b>

#### 4.6. CONCLUSÃO

Os projetos no âmbito do Programa Erasmus+ 14-20 cresceram em número, financiamento, entidades envolvidas, participantes e duração. As ações dedicadas à mobilidade (KA1), a dimensão mais conhecida do Programa, predominaram no número de projetos, valor de financiamento e participantes. Já as ações dedicadas a parcerias estratégicas (KA2) contaram com projetos de maior financiamento médio, mais longos e com um número significativo de instituições participantes. O Ensino Superior foi o setor predominante, já a Educação de Adultos a menos relevante, segundo os indicadores analisados. Isto dito, este foi um setor que revelou um crescimento notável ao longo do Programa nas várias dimensões analisadas. Finalmente, foram as regiões Norte e Área Metropolitana de Lisboa aquelas que concentraram grande parte dos projetos, financiamento e participantes. Já o Algarve e as Regiões Autónomas beneficiaram menos do Programa, seja em termos absolutos, seja relativamente à dimensão da sua população (geral).



# Análise quantitativa da internacionalização



## 5. Análise quantitativa da internacionalização

### 5.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O inquérito por questionário contou com 747 respostas válidas. O tipo de entidade mais frequente na amostra são as escolas, em especial os agrupamentos de escolas (Tabela 31). As entidades podiam classificar-se em mais do que um tipo, mas a classificação múltipla foi infrequente. Em linha com o tipo de entidade, o setor predominante na amostra é o Ensino Escolar (Tabela 32). Aqui, houve um número substancial de entidades a identificar mais do que um setor, sobretudo nas combinações que envolvem o Ensino Escolar, o Ensino e a Formação Profissional e a Educação de Adultos (Tabela 33). As entidades públicas predominam, mas mais de um terço são privadas (Tabela 34).

Tabela 31: Distribuição das entidades respondentes por tipo (arredondamento às décimas)

Tipo de entidade	Frequência
Agrupamento de Escolas	46.1%
Escola Profissional	12.2%
Escola não Agrupada da Rede Pública	9.4%
Estabelecimento de Ensino não superior Particular ou Cooperativo	8.3%
Instituição de Ensino Superior	8.0%
ONG	7.0%
Entidade Formadora Certificada	3.7%
IPSS / Misericórdia	3.6%
Empresa	2.3%
Município	0.9%
Centro de Formação Profissional IEFP	0.5%
Associação Empresarial	0.1%
<b>Total (N)</b>	<b>747</b>

Tabela 32: Distribuição das entidades respondentes por setor (arredondamento às décimas)

Setor	Frequência
Ensino Escolar	66.7%
Ensino e Formação Profissional	41.5%
Educação de Adultos	19.8%
Ensino Superior	9.2%
<b>Total (N)</b>	<b>747</b>

Tabela 33: Entidades com atividade em múltiplos setores (arredondamento às décimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional	Total Linha (N)
Ensino Superior	100.0%	10.1%	10.1%	13.0%	69
Ensino Escolar	1.4%	100.0%	18.3%	33.9%	498
Educação de Adultos	4.7%	61.5%	100.0%	75.0%	148
Ensino e Formação Profissional	2.9%	54.5%	35.8%	100.0%	310

Tabela 34: Distribuição das entidades respondentes por natureza (arredondamento às décimas)

Natureza	Frequência
Público	62.3%
Privado	33.6%
Outro	4.1%
<b>Total (N)</b>	<b>735</b>

A dimensão das entidades na amostra mede-se pelo número de trabalhadores e pela quantidade de pessoas abrangidas pelas suas atividades de educação e formação. Usando o primeiro indicador, o número de trabalhadores, nota-se uma diferença entre as entidades do Ensino Superior e as demais (Tabela 35). As entidades do Ensino Superior contam, em média, com quase três vezes o número de trabalhadores das entidades noutros setores. No entanto, há uma grande assimetria entre as entidades do Ensino Superior, já que a mediana é substancialmente inferior à média e muito mais próxima das entidades de outros setores. Estas últimas apresentam um número de trabalhadores sensivelmente semelhante entre si, com as entidades do Ensino Escolar ligeiramente maiores do que as do Ensino e Formação Profissional ou da Educação de Adultos. Usando o segundo indicador de dimensão, o número de pessoas abrangidas pelas atividades de educação e formação, o padrão é qualitativamente semelhante, mas quantitativamente mais pronunciado (Tabela 36).



Tabela 35: Número de trabalhadores das entidades por setor (arredondamento às unidades)

Setor	Média	Mediana	N
Ensino Superior	495	195	63
Ensino Escolar	155	140	481
Educação de Adultos	157	100	147
Ensino e Formação Profissional	152	95	305
<b>Todos os setores</b>	<b>185</b>	<b>100</b>	<b>718</b>

Tabela 36: Número de pessoas abrangidas pelas atividades de educação e formação das entidades respondentes, por setor (arredondamento às unidades)

Setor	Média	Mediana	N
Ensino Superior	18811	1871	64
Ensino Escolar	1958	800	483
Educação de Adultos	1536	650	147
Ensino e Formação Profissional	1103	530	305
<b>Todos os setores</b>	<b>3189</b>	<b>577</b>	<b>715</b>

A amostra inclui respostas de entidades de todas as regiões (NUTS-II) do território nacional (Tabela 37). A quase totalidade das entidades desenvolve atividade numa única região (NUTS-III), a da sua sede (Tabela 38). Aqui, há poucas diferenças entre as entidades de diferentes setores. No Ensino Superior há uma maior proporção de entidades que desenvolve atividade em mais do que uma região (30.4%). Algo semelhante também se verifica na Educação de Adultos (22.3%) e no Ensino e Formação Profissional (13.9%).

Tabela 37: Distribuição das entidades respondentes por região (NUTS-II, arredondamento às unidades)

Região (NUTS-II)	Frequência
Norte	39.6%
Centro	20.3%
Área Metropolitana de Lisboa	23.8%
Alentejo	8.5%
Algarve	3.9%
Região Autónoma da Madeira	2.7%
Região Autónoma dos Açores	1.3%
<b>Total (N)</b>	<b>710</b>

Tabela 38: Número de regiões (NUTS-III) em que a entidade desenvolve atividade de educação e formação (arredondamento às décimas)

Nº regiões	Frequência
1	89.6%
2	3.7%
3	1.1%
4	1.5%
5+	4.1%
<b>Total (N)</b>	<b>732</b>

A maioria das entidades na amostra, qualquer que seja o seu setor, participou no Programa Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013 (Tabela 39). A proporção de entidades que atuam no Ensino Superior que participaram naquele Programa é especialmente elevada, e dois terços destas entidades afirmaram ter participado como coordenadoras. Nos demais setores, dois terços das entidades afirmaram ter participado apenas como entidade parceira.

Tabela 39: Participação no Programa Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013, por setor (arredondamento às décimas)

	Todos os setores	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Não	36.8%	22.4%	40.1%	27.9%	27.6%
Não sabe	5.3%	6.0%	5.1%	7.5%	6.3%
Sim, apenas como instituição coordenadora	4.0%	4.5%	2.6%	3.4%	4.6%
Sim, apenas como instituição parceira e/ou de acolhimento	26.5%	11.9%	30.2%	28.6%	28.0%
Sim, tanto como instituição coordenadora como parceira e/ou de acolhimento	27.4%	55.2%	22.1%	32.7%	33.6%
<b>Total (N)</b>	<b>733</b>	<b>67</b>	<b>494</b>	<b>147</b>	<b>304</b>

Já quanto à participação no Programa Erasmus+ 14-20, 83.5% das entidades afirma ter participado no Programa e quase 75% afirma ter coordenado um projeto (Tabela 40). Assim, a amostra conta com 123 entidades que não beneficiaram do Programa, ou não beneficiárias.

Tabela 40: Participação no Programa Erasmus+ 14-20, por setor (arredondamento às décimas)

	Todos os setores	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Não	16.5%	2.9%	19.7%	9.5%	10.3%
Sim, apenas como instituição coordenadora	38.6%	14.5%	43.6%	34.5%	35.8%
Sim, apenas como instituição parceira e/ou de acolhimento	9.1%	2.9%	6.0%	14.9%	13.5%
Sim, tanto como instituição coordenadora como parceira e/ou de acolhimento	35.9%	79.7%	30.7%	41.2%	40.3%
<b>Total (N)</b>	<b>747</b>	<b>69</b>	<b>487</b>	<b>148</b>	<b>310</b>

A população de entidades potencialmente beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 é diversa e difusa. Ela inclui, pelo menos, qualquer entidade certificada que realize atividades de educação ou formação, mesmo que a sua atividade principal seja outra como, por exemplo, os municípios. Assim, pouco se pode concluir sobre a representatividade da amostra de entidades não beneficiárias. Isto dito, a amostra de não beneficiárias conta com entidades de todas as regiões (NUTS-II), com a exceção da Região Autónoma dos Açores, e diversidade nos setores (Tabelas 41 e 42).

Tabela 41: Distribuição das entidades respondentes que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20 por setor (arredondamento às unidades)

Setor	Frequência
Ensino Superior	1.6%
Ensino Escolar	79.7%
Educação de Adultos	11.4%
Ensino e Formação Profissional	26.0%
<b>Todos os setores</b>	<b>123</b>

Tabela 42: Distribuição das entidades respondentes que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20 por região (NUTS-II, arredondamento às unidades)

Região (NUTS-II)	Frequência
Norte	42.6%
Centro	14.8%
Área Metropolitana de Lisboa	25.2%
Alentejo	9.6%
Algarve	5.2%
Região Autónoma da Madeira	2.6%
Região Autónoma dos Açores	0.0%
<b>Total (N)</b>	<b>115</b>

Já as entidades portuguesas cujos projetos lograram financiamento Erasmus+ 14-20 são conhecidas e descritas na Secção 4. Não correspondendo estas à população de entidades portuguesas beneficiárias (independentemente do país de candidatura), já que entidades portuguesas podem ser parceiras de projetos noutros países ou estabelecer parcerias durante a execução dos projetos, esse conjunto de entidades permite, no entanto, aferir a representatividade da amostra. Comparando-as, conclui-se que a amostra recolhida se aproxima daquelas entidades tanto na frequência dos vários setores como na distribuição regional (Tabelas 43 e 44). É também de salientar que a amostra conta com 491 entidades que reportam ter coordenado um projeto, isto é, candidataram-no à Agência Portuguesa, o que é mais de metade das 900 entidades portuguesas que viram um ou mais dos projetos que propuseram lograr financiamento Erasmus+ 14-20.

Tabela 43: Comparação da frequência dos setores de atividade das entidades na amostra e nos projetos portugueses que obtiveram financiamento do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Setor	Amostra		Projetos Financiados	
	Coordenadoras	Parceiras	Proponentes	Parceiras
Ensino Superior	11.6%	8.3%	12.8%	7.4%
Ensino Escolar	37.5%	47.3%	45.7%	54.6%
Educação de Adultos	16.9%	14.3%	13.8%	12.7%
Ensino e Formação Profissional	34.0%	30.1%	27.8%	25.2%
<b>Total (N)</b>	<b>491</b>	<b>784</b>	<b>900</b>	<b>432</b>

Tabela 44: Comparação da frequência das regiões das entidades na amostra e nos projetos portugueses que obtiveram financiamento Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Região (NUTS-II)	Amostra		Projetos Financiados	
	Coordenadoras	Parceiras	Coordenadoras	Parceiras
Norte	39.6%	39.6%	36.0%	33.1%
Centro	20.4%	20.8%	19.6%	25.1%
Área Metropolitana de Lisboa	22.6%	23.6%	26.5%	31.0%
Alentejo	8.5%	8.1%	7.1%	6.3%
Algarve	4.7%	3.6%	3.9%	1.6%
Região Autónoma da Madeira	1.9%	2.8%	4.2%	1.9%
Região Autónoma dos Açores	2.2%	1.5%	2.7%	1.1%
<b>Total (N)</b>	<b>491</b>	<b>784</b>	<b>805</b>	<b>378</b>

## 5.2. DINÂMICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Nesta secção, discutem-se as estratégias de internacionalização das entidades respondentes, em especial a sua formalização e orgânica, e as ações implementadas. Foram consideradas 747 respostas válidas.

### 5.2.1. A internacionalização como objetivo estratégico

Das entidades inquiridas, 89.7% referiu que a internacionalização representa um objetivo estratégico para si (Tabela 45). Discriminando por setores ou áreas de atuação, percebe-se que aquele valor é mais reduzido no Ensino Escolar. Neste, a internacionalização é um objetivo estratégico de uma pequena proporção de entidades. Já em outros setores, a internacionalização é objetivo estratégico de bem mais de 9 em 10, com a quase totalidade das entidades do Ensino Superior a responderem afirmativamente. Quando se discrimina por participação no Programa Erasmus+ 14-20, verifica-se que cerca de um quarto das entidades não beneficiárias não considera a internacionalização como um objetivo estratégico (Tabela 46).

Tabela 45 Proporção de entidades que consideram a internacionalização um objetivo estratégico, por setor (arredondamento às décimas)

Setores	Internacionalização como objetivo estratégico	Total (N)
Ensino Escolar	88.4%	498
Ensino Superior	98.6%	69
Ensino e Formação Profissional	95.2%	310
Educação de Adultos	95.3%	148
<b>Todos os setores</b>	<b>89.7%</b>	<b>747</b>

Tabela 46: Proporção de entidades beneficiárias e não-beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 que considera a internacionalização um objetivo estratégico (arredondamento às décimas)

Erasmus+ 14-20	Internacionalização como objetivo estratégico	Total (N)
Beneficiárias	92.8%	624
Não-beneficiárias	74.0%	123
<b>Todas</b>	<b>89.7%</b>	<b>747</b>

Relativamente ao órgão ou estrutura responsável pela definição da estratégia de internacionalização da entidade, as mais comuns são a presidência da entidade (ou similar), logo seguida de um grupo de trabalho para a internacionalização. Estas duas opções concentram mais de dois terços das respostas (Tabela 47). O grupo de trabalho é, no entanto, pouco frequente no Ensino Superior. Aqui, a presidência da entidade concentra mais de metade das respostas, enquanto o conselho de administração concentra mais de um quinto. Esta opção é substancialmente menos comum entre as entidades de outros setores. Já entre beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20, a diferença mais notável é a importância especialmente elevada da opção “presidência da entidade” entre as não beneficiárias (Tabela 48). Finalmente, 13,4% das entidades escolheram a opção “Outros”, identificando docente(s), conselho pedagógico ou similar, assembleia geral ou similar, e ainda combinação de múltiplas estruturas dentro da entidade.

Tabela 47: Principal responsável pela definição da estratégia ou atividades de internacionalização por setor (arredondamento às décimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional	Todos os setores
Conselho Administrativo (ou similar)	20.6%	5.1%	13.6%	9.5%	9.1%
Direção de Departamento (ou similar)	2.9%	4.1%	2.0%	3.3%	4.0%
Gabinete de Relações Internacionais (ou similar)	8.8%	3.9%	5.4%	8.2%	5.2%
Presidência da Entidade (ou similar)	57.4%	37.7%	35.4%	37.4%	39.6%
Um grupo de trabalho para a Internacionalização (ou similar)	5.9%	35.5%	32.0%	30.5%	28.7%
Outro	4.4%	13.6%	11.6%	11.1%	13.4%
<b>Total (N)</b>	<b>68</b>	<b>469</b>	<b>147</b>	<b>305</b>	<b>725</b>

Tabela 48: Principal responsável pela definição da estratégia ou atividades de internacionalização nas entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

	Beneficiárias	Não-beneficiárias	Todas
Conselho Administrativo (ou similar)	9.8%	5.3%	9.1%
Direção de Departamento (ou similar)	4.1%	3.5%	4.0%
Gabinete de Relações Internacionais (ou similar)	5.9%	1.8%	5.2%
Presidência da Entidade (ou similar)	37.6%	50.0%	39.6%
Um grupo de trabalho para a Internacionalização (ou similar)	29.1%	26.3%	28.7%
Outro	13.4%	13.2%	13.4%
<b>Total (N)</b>	<b>611</b>	<b>114</b>	<b>725</b>

Menos de 3% das entidades inquiridas não possui um plano de atividades (Tabela 49). Das que possuem plano, cerca de três quartos afirma que o plano inclui explicitamente ações para a internacionalização. A vasta maioria das entidades possui um plano de periodicidade anual, mas uma proporção relevante possui planos plurianuais, cumulativa ou alternativamente. Discriminando por setores ou áreas de atuação, nota-se que são as entidades do Ensino Escolar aquelas cujos planos incluem com menos frequência ações para a internacionalização. Já entre entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20, a principal diferença está precisamente na inclusão da internacionalização no plano: pouco mais de metade das não beneficiárias a inclui (Tabela 50).

Tabela 49: Existência de planos de atividades das entidades, por setor (arredondamento às décimas)

Setor	Não	Sim					Total (N)
		Total	Anual	Plurianual	Infra-anual	Prevê Internacionalização	
Ensino Superior	5.9%	94.1%	77.9%	17.6%	0.0%	88.2%	68
Ensino Escolar	2.5%	97.5%	85.2%	13.5%	2.1%	75.7%	473
Educação de Adultos	2.0%	98.0%	85.7%	12.9%	1.4%	81.6%	147
Ensino e Formação Profissional	2.3%	97.7%	85.7%	15.0%	1.3%	85.7%	307
<b>Todos os setores</b>	<b>2.9%</b>	<b>97.1%</b>	<b>84.9%</b>	<b>12.5%</b>	<b>2.3%</b>	<b>76.0%</b>	<b>736</b>

Tabela 50: Existência de planos de atividades das entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Erasmus+ 14-20	Não	Sim					Total (N)
		Total	Anual	Plurianual	Infra-anual	Prevê Internacionalização	
Beneficiárias	2.4%	97.6%	85.2%	13.0%	1.9%	80.0%	616
Não beneficiárias	5.0%	95.0%	83.3%	10.0%	4.2%	55.0%	120
<b>Todas</b>	<b>2.9%</b>	<b>97.1%</b>	<b>84.9%</b>	<b>12.5%</b>	<b>2.3%</b>	<b>76.0%</b>	<b>736</b>

A existência de um plano de atividades, mesmo que preveja ações para a internacionalização, não garante que a estratégia ou atividades de internacionalização sejam monitorizadas com regularidade. No entanto, esse parece ser o caso entre as inquiridas. Com a exceção das entidades não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20, a vasta maioria monitoriza a estratégia ou atividades de internacionalização (Tabelas 51 e 52).

Tabela 51: Monitorização da estratégia ou atividades de internacionalização, por setor (arredondamento às décimas)

Setor	Sim	Não	Total
Ensino Superior	92.8%	7.2%	69
Ensino Escolar	78.5%	21.5%	483
Educação de Adultos	80.4%	19.6%	143
Ensino e Formação Profissional	86.5%	13.5%	303
<b>Todos os setores</b>	<b>78.5%</b>	<b>21.5%</b>	<b>720</b>

Tabela 52: Monitorização da estratégia ou atividades de internacionalização nas entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Erasmus+ 14-20	Sim	Não	Total
Beneficiárias	82.8%	17.2%	603
Não beneficiárias	56.4%	43.6%	117
<b>Todas</b>	<b>78.5%</b>	<b>21.5%</b>	<b>720</b>

Relativamente à orgânica de implementação da estratégia ou das atividades de internacionalização, mais de dois quintos possui um gabinete centralizado, enquanto quase um terço afirmou ser por iniciativa dos trabalhadores, sem especial coordenação (Tabela 53). Discriminando por setor, a iniciativa dos trabalhadores é relativamente pouco frequente nas entidades do Ensino Superior, mas muito frequente nas demais. Já entre as beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20, a diferença mais substancial encontra-se na menor frequência da opção “um gabinete centralizado” entre as não beneficiárias (Tabela 54).



Tabela 53: Orgânica de implementação da estratégia ou das atividades de internacionalização, por setor (arredondamento às décimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional	Todos os setores
Iniciativa dos trabalhadores sem especial coordenação	7.4%	32.7%	26.4%	22.3%	27.8%
Um gabinete centralizado	48.5%	36.9%	38.2%	49.5%	41.1%
Vários gabinetes em cooperação	33.8%	14.9%	20.8%	16.1%	17.7%
Vários gabinetes independentes	7.4%	0.9%	1.4%	1.3%	1.4%
Outro	2.9%	14.5%	13.2%	10.8%	12.0%
<b>Total (N)</b>	<b>68</b>	<b>447</b>	<b>144</b>	<b>305</b>	<b>691</b>

Tabela 54: Orgânica de implementação da estratégia ou das atividades de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

	Beneficiárias	Não beneficiárias	Todas
Iniciativa dos trabalhadores sem especial coordenação	27.4%	30.7%	27.8%
Um gabinete centralizado	42.1%	34.1%	41.1%
Vários gabinetes em cooperação	18.2%	13.6%	17.7%
Vários gabinetes independentes	1.5%	1.1%	1.4%
Outro	10.8%	20.5%	12.0%
<b>Total (N)</b>	<b>603</b>	<b>88</b>	<b>691</b>

Dos resultados apresentados, depreende-se que, no geral, as entidades beneficiárias no inquérito mostraram ter em curso uma estratégia para a internacionalização ou, pelo menos, um plano de atividades em que estão previstas ações para a internacionalização. De notar, no entanto, que muitas das respondentes afirmaram não possuir uma estrutura dentro da entidade especialmente designada para a implementação da estratégia ou das atividades de internacionalização. De igual modo, as entidades não aparentam possuir uma estrutura ou órgão formal que seja o principal responsável pela definição da estratégia.

### 5.2.2. Determinantes da intensidade de internacionalização

No sentido de identificar os fatores institucionais associados, negativa ou positivamente, à propensão para a internacionalização das entidades, efetuaram-se análises de regressão linear. Este tipo de análise, de natureza multivariada, permite identificar o efeito isolado de fator no fenómeno que se pretende explicar – neste caso, o esforço de internacionalização da entidade.

Três variáveis dependentes distintas foram utilizadas para quantificar o esforço de internacionalização da entidade, a saber:

1. Número de atividades de internacionalização reportadas pela entidade. Esta variável foi construída com base nas respostas ao inquérito e reflete a quantidade de atividades de internacionalização realizadas por cada entidade (cf. Tabela 57).
2. Número de atividades de internacionalização prioritárias. Semelhante à variável anterior, no entanto considera-se apenas a quantidade de atividades reportadas como sendo prioritárias.
3. Internacionalização como objetivo estratégico e presente no plano. Esta variável, construída a partir das respostas a duas perguntas do inquérito, classifica as entidades em três categorias com base na priorização (cf. Tabelas 45, 46) e inclusão da internacionalização no plano estratégico da entidade (cf. Tabelas 49 e 50), variando de zero (0 = a internacionalização não é uma área prioritária da instituição) a 2 (2 = a internacionalização é uma área prioritária e está incluída no plano estratégico da instituição).

Para as duas primeiras variáveis, utilizou-se o modelo de Poisson, adequado para variáveis de contagem (Field, 2009). Para a terceira variável, utilizou-se o Método dos Mínimos Quadrados (MMQ). Devido à semelhança entre os resultados dos modelos para as duas primeiras variáveis, optou-se por reportar apenas os resultados da primeira.

As variáveis explicativas foram selecionadas com base na relevância percebida para o fenómeno da intensidade da internacionalização, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 55: Descrição das variáveis explicativas utilizadas nas regressões

Dimensão	Descrição	Variável
Área de atuação	Inclui o Ensino Superior, Educação de Adultos e Ensino e Formação Profissional. A categoria-base é o Ensino Escolar.	- Ensino Superior - Educação de adultos - Ensino e Formação Profissional
Abordagem de definição da estratégia	Indica se a estratégia de internacionalização é definida de modo top-down (i.e., Presidência, Conselho administrativo ou similar) ou por um setor especializado (i.e., Gabinete de Relações Internacionais, Direção de departamento ou por um grupo de trabalho para a internacionalização). A categoria-base é um setor especializado.	- Topo hierárquico - Setor especializado
Características da Entidade	Inclui o número (em centenas) de trabalhadores, estudantes / formandos / aprendentes, e a natureza do setor (privado = 1).	- Staff - Estudantes / Formandos / - Aprendentes - Natureza do setor
Abordagem da implementação da estratégia	Reflete de que modo a estratégia de internacionalização é implementada dentro da entidade, isto é, através de uma estrutura formal centralizada (i.e., um gabinete centralizado) ou descentralizada (e.g. iniciativa dos trabalhadores sem especial coordenação, vários gabinetes em cooperação). A categoria-base é “um gabinete centralizado”	- Gabinete centralizado - Vários gabinetes independentes - Vários gabinetes em cooperação - Iniciativa dos trabalhadores sem especial coordenação - Outra orgânica de implementação
Desafios à internacionalização	Reflete o número de desafios à internacionalização que foram mencionados pela entidade como sendo relevantes ou muito relevantes. Os desafios foram classificados em institucionais (e.g. “Falta de fluência do staff em línguas estrangeiras e estudantes/ formandos/aprendentes”) e contextuais (e.g. “Exigência de barreiras legais ou burocráticas a nível nacional”).	- Desafios Institucionais - Desafios Contextuais
Fontes de financiamento	Indica o número de fontes de financiamento para a internacionalização que foram referidos pela entidade (e.g. Financiamento próprio, POISE –PO, POCH-PO) e o número de fontes referidas como sendo especialmente importantes	- Fontes Externas - Fontes Externas Importantes

Assim, efetuou-se a regressão conforme a seguinte equação:

#### *Internacionalização*

$$\begin{aligned}
 &= \beta_1 + \beta_2 * \text{EnsinoSuperior} + \beta_3 * \text{Educ. Adultos} + \beta_4 \\
 &* \text{EFProfissional} + \beta_5 * \text{NºTrabalhadores} + \beta_6 * \text{NºEstudantes} \\
 &+ \beta_7 * \text{Privado} + \beta_8 * \text{Responsável.não.Cúpula} + \beta_9 \\
 &* \text{IniciativaTrabalhadores} + \beta_{10} * \text{GabinetesCooperação} + \beta_{11} \\
 &* \text{GabinetesIndependentes} + \beta_{12} * \text{OutraOrganização} + \beta_{13} \\
 &* \text{DesafiosInstitucionais} + \beta_{14} * \text{DesafiosContextuais} + \beta_{15} \\
 &* \text{FontesExternas} + \beta_{16} * \text{FontesExternasImportantes}
 \end{aligned}$$

Onde os  $\beta$  correspondem aos coeficientes de regressão associados a cada variável. Sendo uma análise multivariada, os  $\beta$  representam o efeito da variação de uma variável explicativa na variável dependente, sendo este coeficiente isolado do efeito das outras variáveis. Os resultados para os dois modelos de regressão, apresentados na Tabela 56, incluem o coeficiente associado, bem como o respectivo desvio-padrão da estimativa para cada variável. A partir da divisão destes dois parâmetros, é estimada a significância estatística de cada coeficiente.

Tabela 56: Resultados das regressões para a intensidade de internacionalização

Variáveis explicativas	Prioridade da Internacionalização	Atividades de Internacionalização
Ensino Superior	0.219** (0.0924)	0.358*** (0.0646)
Educação de Adultos	0.0110 (0.0603)	0.0542 (0.0475)
Ensino e Formação Profissional	0.198*** (0.0514)	0.0529 (0.0414)
Nº de trabalhadores	-0.00599 (0.0106)	0.00428 (0.00690)
Nº de estudantes	0.000131 (0.000200)	0.000140 (0.000119)
Privado	-0.152*** (0.0555)	-0.0316 (0.0439)
Responsável não é cúpula	0.0787* (0.0472)	0.0183 (0.0380)
Iniciativa dos trabalhadores	-0.235*** (0.0588)	-0.198*** (0.0486)
Gabinetes de cooperação	-0.0117 (0.0661)	-0.0353 (0.0504)
Gabinetes independentes	-0.164 (0.206)	-0.0534 (0.146)
Outra organização	-0.0825 (0.0768)	-0.267*** (0.0655)
Desafios Institucionais	-0.000908 (0.00836)	-0.00574 (0.00663)
Desafios contextuais	-0.00122 (0.0132)	0.0136 (0.0103)
Nº Fontes externas	0.0336 (0.0658)	0.110** (0.0437)
Nº Fontes externas importantes	0.0864 (0.0738)	0.0345 (0.0500)
Constante	1.585*** (0.0761)	1.402*** (0.0599)
Número de observações	586	609
R2 (Pseudo-R2)	0.107***	0.0652***
*** indicam um grau de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente		

Relativamente ao tipo de entidade, são as instituições do Ensino Superior e as entidades do Ensino e Formação Profissional que apresentam uma maior propensão para a internacionalização face às entidades do Ensino Escolar. Contudo, na realização de atividades, apenas as instituições de Ensino Superior apresentam um resultado significativamente positivo face às entidades do Ensino Escolar. À pertença ao setor privado está associada uma menor propensão para a internacionalização face às entidades do setor público.

A dimensão das entidades, medida quer pelo número de staff ou de estudantes, não apresenta qualquer poder explicativo da propensão ou do número de atividades de internacionalização realizado. De igual forma, uma maior identificação de desafios de natureza institucional ou contextual não parece ter relação com a propensão ou a realização de atividades de internacionalização.

Se o responsável da estratégia da internacionalização da entidade for de nível intermédio na organização, tal leva a uma maior propensão da entidade para a internacionalização. Em termos da concretização das atividades, quando o esforço de internacionalização é realizado por iniciativa do staff, a concretização é significativamente inferior, face à situação em que a organização tem origem num gabinete centralizado. À maior utilização de fontes externas de financiamento parece estar associado um maior número de atividades de internacionalização, mas não a uma maior propensão para a internacionalização.

### **5.2.3. Ações para a internacionalização**

Face a um conjunto de atividades ou ações com vista à internacionalização, os inquiridos responderam identificando aquelas que realizam e se são prioritárias. As atividades mais frequentemente referidas como sendo prioritárias dentro da estratégia das entidades são a mobilidade de estudantes/formandos/aprendentes (72.4%), a participação em projetos e redes com parceiros internacionais (66.8%), o desenvolvimento de parcerias com instituições estrangeiras (64.1%), e a mobilidade internacional temporária de staff para formação ou ensino (56%). A Tabela 57 apresenta as frequências para cada uma das atividades, entre as respostas das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20.

Tabela 57: Atividades com vista à internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Atividades	Não beneficiárias			Beneficiárias		
	Não realiza	Não prioritária	Prioritária	Não realiza	Não prioritária	Prioritária
Mobilidade internacional ou intercâmbio de estudos de estudantes/ formandos/ aprendentes	58.2%	4.9%	36.9%	15.1%	5.5%	79.4%
Captação de estudantes/formandos/ aprendentes estrangeiros	87.6%	5.0%	7.4%	70.7%	10.6%	18.7%
Recrutamento de trabalhadores estrangeiros	88.6%	6.5%	4.9%	88.7%	7.6%	3.7%
Mobilidade internacional (temporária) de staff para formação ou ensino	68.9%	5.7%	35.4%	26.5%	11.5%	62.0%
Formação de staff para a internacionalização	87.7%	2.5%	9.8%	74.7%	5.9%	19.4%
Internacionalização dos currículos	93.4%	2.5%	4.1%	88.0%	3.6%	8.4%
Ensino à distância/online/híbrido	81.8%	14.0%	4.1%	75.5%	12.8%	11.7%
Criação de oportunidades de formação em língua estrangeira	70.8%	9.2%	20.0%	63.2%	7.5%	29.3%
Melhorar a posição da entidade em rankings relevantes	86.1%	3.3%	10.7%	81.3%	5.0%	13.7%
Criação de programas conjuntos	86.1%	3.3%	10.7%	74.4%	6.9%	18.8%
Desenvolvimento de parcerias com instituições de outros países (transformação e inovação institucional, partilha de boas práticas etc.)	55.3%	5.7%	39.0%	25.2%	5.6%	69.2%
Participação em projetos e redes com parceiros de outros países	52.8%	5.7%	41.5%	21.9%	6.3%	71.9%
Publicação de investigação em revistas estrangeiras com parceiros de outros países	97.6%	0.8%	1.6%	85.6%	4.5%	9.9%
Educação além-fronteiras (franchising, twinning, campus no estrangeiro)	78.9%	4.1%	17.1%	83.6%	6.0%	10.4%
Cooperação para o desenvolvimento (apoio a outros países e estudantes com menos oferta formativa e possibilidades)	87.8%	4.9%	7.3%	79.1%	6.3%	14.7%
<b>Total (N)</b>	<b>123</b>			<b>617</b>		

Uma análise pelo setor das entidades permitiu identificar ligeiras flutuações em relação às atividades mais frequentemente tidas como prioritárias (Tabela 58). Em menor frequência, também foram referidas atividades como participação em conferências, festivais, concursos e feiras internacionais; visitas de estudo; *job shadowing*; e colaboração com embaixadas. Algumas entidades listaram atividades regulares do dia-a-dia, mas não necessariamente ligadas à internacionalização, possivelmente devido a uma interpretação incorreta da pergunta.

Tabela 58: Atividades com vista à internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)

Atividades	Ensino Superior			Ensino Escolar			Educação de Adultos			Ensino e Formação Profissional		
	Não	Não Prioritária	Prioritária	Não	Não prioritária	Prioritária	Não	Não prioritária	Prioritária	Não	Não prioritária	Prioritária
Mobilidade internacional ou intercâmbio de estudantes/ formandos/ aprendizes	7.2%	10.1%	82.6%	23.3%	5.1%	71.7%	24%	7.5%	67.6%	12%	4.9%	83.1%
Captação de estudantes/ formandos/ aprendizes estrangeiros	10.1%	13%	76.8%	82.3%	9.0%	8.6%	74%	11%	15.1%	70.4%	13.5%	16.1%
Recrutamento de trabalhadores estrangeiros	53.6%	31.9%	14.5%	92.9%	4.4%	2.6%	90.5%	7.5%	2%	91.9%	5.5%	2.6%
Mobilidade internacional (temporária) de staff para formação ou ensino	10.1%	17.4%	72.5%	35.0%	10.4%	54.6%	39.7%	11.5%	58.5%	28%	10.7%	61.2%
Formação de staff para a internacionalização	65.2%	7.2%	27.5%	79.1%	4.9%	16.0%	67.4%	6.8%	25.7%	72.2%	6%	21.9%
Internacionalização dos currículos	55.1%	8.7%	34.8%	93.3%	2.6%	4.0%	89.2%	2.7%	8.1%	89.6%	3.9%	6.5%
Ensino à distância/online/híbrido	42%	23.2%	30.4%	80.1%	11.9%	8.0%	74.8%	10.5%	14.7%	78.8%	10.3%	10.9%
Criação de oportunidades de formação em língua estrangeira	43.5%	15.9%	39.1%	65.6%	7.6%	26.8%	56.9%	6.9%	36.1%	60.3%	7.7%	32%
Melhorar a posição da entidade em rankings relevantes	60.9%	8.7%	30.4%	84.4%	4.5%	11.1%	87.8%	1.4%	10.9%	80.7%	4.9%	14.4%
Criação de programas conjuntos	34.8%	11.6%	53.6%	82.9%	5.5%	11.6%	74%	3.4%	22.3%	78%	5.6%	16.4%
Desenvolvimento de parcerias com instituições de outros países (transformação e inovação institucional, partilha de boas práticas etc.)	10.1%	8.7%	81.2%	34.1%	5.2%	60.7%	18.8%	6.3%	75%	25.4%	6.3%	68.3%
Participação em projetos e redes com parceiros de outros países	5.8%	4.3%	89.9%	30.4%	5.6%	64.0%	14.3%	5.4%	80.3%	22%	7.5%	70.5%
Publicação de investigação em revistas estrangeiras com parceiros de outros países	21.7%	8.7%	69.6%	93.5%	4.0%	2.4%	87.8%	7.5%	4.8%	93.2%	3.6%	3.2%
Educação além-fronteiras (franchising, twinning, campus no estrangeiro)	82.6%	11.6%	5.8%	78.2%	6.3%	15.5%	84.4%	2.0%	13.6%	85.6%	4.3%	10.2%
Cooperação para o desenvolvimento (apoio a outros países e estudantes com menos oferta formativa e possibilidades)	38.2%	17.6%	44.1%	88.0%	3.8%	8.2%	74.3%	5.4%	20.3%	80.2%	5.2%	14.6%
<b>Total (N)</b>	<b>69</b>			<b>494</b>			<b>148</b>			<b>310</b>		

#### 5.2.4. Motivações para a internacionalização

Em relação às motivações para a internacionalização, as mais referidas no geral foram: preparar os estudantes/formandos/aprendentes para um mundo global; melhorar a qualidade dos serviços de educação; e a formação dos trabalhadores. Uma análise das motivações por setor das entidades permitiu verificar ligeiras flutuações em relação às motivações para a internacionalização, conforme ilustrado na Tabela 59. Por exemplo, para as entidades do Ensino Superior, motivações como “responder a alterações demográficas” e “aumentar a competitividade da entidade” são mais relevantes do que para as entidades de outros setores. No entanto, a primeira parece ser um fator ainda mais relevante para as entidades não beneficiárias do que para as beneficiárias (Tabela 60). De facto, face ao decréscimo de estudantes nacionais verificado ano após ano em Portugal, muitas entidades do Ensino Superior têm investido na internacionalização, nomeadamente na captação de estudantes internacionais, como modo de garantir a sua sustentabilidade (Sin et al., 2022).

Tabela 59: Motivações para a internacionalização das entidades, por setor (arredondamento às décimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Melhorar a qualidade dos serviços de educação	56.5%	80.1%	76.4%	76.1%
Preparar os estudantes/ formandos/ aprendentes para um mundo global	78.3%	81.3%	70.3%	87.4%
Formação dos trabalhadores	11.6%	51.0%	50.0%	47.4%
Melhorar a investigação e desenvolvimento da entidade	78.3%	10.2%	16.9%	12.3%
Aumentar a competitividade da entidade	30.4%	8.8%	18.2%	20.7%
Melhorar a reputação da entidade	8.7%	12.9%	16.2%	18.7%
Obter benefícios financeiros ou fiscais	8.7%	1.8%	4.7%	2.9%
Servir melhor à comunidade local	13.0%	28.1%	37.2%	25.2%
Responder a alterações demográficas	7.3%	2.8%	2.0%	2.3%
<b>Total (N)</b>	<b>68</b>	<b>498</b>	<b>147</b>	<b>309</b>



Tabela 60: Motivações para a internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Motivações	Não beneficiárias	Beneficiárias
Melhorar a qualidade dos serviços de educação	67.5%	74.5%
Preparar os estudantes/formandos/aprendentes para um mundo global	61.8%	81.3%
Formação dos trabalhadores	47.2%	45.7%
Melhorar a investigação e desenvolvimento da entidade	9.8%	20.0%
Aumentar a competitividade da entidade	14.6%	15.7%
Melhorar a reputação da entidade	13.8%	15.2%
Obter benefícios financeiros ou fiscais	1.6%	3.0%
Servir melhor à comunidade local	25.2%	27.9%
Responder a alterações demográficas	6.5%	2.7%
<b>Total (N)</b>	<b>123</b>	<b>624</b>

### 5.2.5. Desafios e obstáculos à internacionalização

Foi apresentada uma lista com possíveis dificuldades ou obstáculos à internacionalização, para que as entidades avaliassem desde “1 (nada relevante)” a “5 (muito relevante)”. A Tabela 61 apresenta as médias para cada um dos obstáculos discriminadas pelo setor da entidade. Verifica-se que os obstáculos referidos como sendo mais relevantes são aqueles relacionados com a falta de recursos, quer próprios quer externos, bem como a elevada competitividade para obtenção de financiamento externo. Além destes, para as entidades do Ensino Superior, parecem ser também especialmente relevantes a existência de barreiras legais e burocráticas, ausência de alinhamento entre os diferentes sistemas de ensino, e a falta de articulação entre as entidades para a criação de uma estratégia comum.

Tabela 61: Desafios e obstáculos à internacionalização das entidades por setor (média, mín. 1 e máx. 5)

Desafios e obstáculos	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional	Todos os setores
Falta de alinhamento da gestão de topo da minha entidade com a estratégia de internacionalização	2.18	1.85	1.74	1.81	1.92
Falta de recursos financeiros próprios	3.46	3.70	3.55	3.50	3.65
Falta de recursos humanos	3.64	2.78	2.91	2.97	2.97
Falta de fluência em línguas estrangeiras do staff e estudantes/formandos/ aprendentes	3.02	2.97	2.91	3.04	2.98
Indisponibilidade ou resistência para a mobilidade	2.94	2.67	2.71	2.67	2.69
Falta de competências interculturais do staff	2.49	2.20	2.10	2.15	2.19
Falta de competências técnicas do staff	2.26	2.13	1.97	1.99	2.07
Entendimentos simplistas ou redutores do que é a internacionalização por parte do staff e estudantes/formandos/aprendentes	2.77	2.63	2.40	2.49	2.59
Falta de empenho por parte do staff	2.39	2.19	2.03	2.10	2.17
Falta de reconhecimento da entidade dos esforços de internacionalização dos trabalhadores	2.44	2.05	1.96	2.05	2.09
Falta de motivação dos estudantes/formandos/aprendentes em participar em atividades de internacionalização	2.89	1.99	2.19	2.06	2.13
Fraca capacidade da entidade para estabelecer parcerias com instituições estrangeiras	1.86	2.01	1.78	1.95	2.01
Falta de notoriedade de Portugal, no contexto global, para estabelecer parcerias	2.38	1.88	1.79	1.84	1.92
Falta de recursos financeiros externos (e.g. programas, fundos europeus)	3.24	2.96	2.83	2.82	2.98
Alta concorrência para obtenção de financiamento externo	3.66	3.47	3.68	3.44	3.49
Falta de notoriedade de Portugal, no contexto global, como destino atrativo para a mobilidade	2.22	1.86	1.73	1.82	1.90
Existência de barreiras legais ou burocráticas a nível nacional	3.33	2.74	2.51	2.60	2.74
Ausência de alinhamento entre os sistemas de ensino (e.g. reconhecimento de graus, de disciplinas)	3.03	2.51	2.43	2.61	2.59
Falta de articulação/ cooperação entre as entidades para uma estratégia de internacionalização comum	3.40	2.61	2.74	2.63	2.70
<b>Total (N)</b>	<b>50</b>	<b>348</b>	<b>133</b>	<b>288</b>	<b>747</b>

Quando comparados os desafios entre as entidades beneficiárias e não beneficiárias, verifica-se que as médias destas últimas são ligeiramente mais elevadas, indicando que, embora os desafios sejam semelhantes entre todas as entidades, talvez eles tenham um peso ainda maior para aquelas aqui classificadas como não beneficiárias. Por exemplo, o item “fraca capacidade da entidade para estabelecer parcerias com instituições estrangeiras para ambas as entidades”, que teve uma média de 1.92 entre as beneficiárias e de 2.57 entre as não beneficiárias (Tabela 62).

Tabela 62: Desafios e obstáculos à internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5)

Desafios e obstáculos	Beneficiárias	Não beneficiárias
Falta de alinhamento da gestão de topo da minha entidade com a estratégia de internacionalização	1.90	2.11
Falta de recursos financeiros próprios	3.57	4.09
Falta de recursos humanos	2.96	3.02
Falta de fluência em línguas estrangeiras do staff e estudantes/formandos/ aprendentes	3.00	2.88
Indisponibilidade ou resistência para a mobilidade	2.68	2.71
Falta de competências interculturais do staff	2.14	2.44
Falta de competências técnicas do staff	2.04	2.19
Entendimentos simplistas ou redutores do que é a internacionalização por parte do staff e estudantes/formandos/aprendentes	2.58	2.67
Falta de empenho por parte do staff	2.15	2.30
Falta de reconhecimento da entidade dos esforços de internacionalização dos trabalhadores	2.09	2.06
Falta de motivação dos estudantes/formandos/aprendentes em participar em atividades de internacionalização	2.12	2.20
Fraca capacidade da entidade para estabelecer parcerias com instituições estrangeiras	1.92	2.57
Falta de notoriedade de Portugal, no contexto global, para estabelecer parcerias	1.87	2.22
Falta de recursos financeiros externos (e.g. programas, fundos europeus)	2.86	3.70
Alta concorrência para obtenção de financiamento externo	3.45	3.69
Falta de notoriedade de Portugal, no contexto global, como destino atrativo para a mobilidade	1.86	2.18
Existência de barreiras legais ou burocráticas a nível nacional	2.69	3.01
Ausência de alinhamento entre os sistemas de ensino (e.g. reconhecimento de graus, de disciplinas)	2.55	2.86
Falta de articulação / cooperação entre as entidades para uma estratégia de internacionalização comum	2.65	3.01
<b>Total (N)</b>	<b>566</b>	<b>95</b>

### 5.2.6. Ações do Programa Erasmus+ 14-20

O inquérito procurou ainda perceber em que medida as entidades conheciam as diferentes ações do Programa Erasmus+ 14-20, centralizadas e não-centralizadas, e se haviam beneficiado de alguma. No geral, as entidades referiram com frequência elevada não terem conhecimento sobre as ações centralizadas, como mestrados conjuntos Erasmus Mundus (89.3%), alianças do conhecimento (92.9%), alianças de competências setoriais (94.9%), projetos de reforço de capacidades do Ensino Superior (95.3%), e atividades Jean Monnet (92.1%). A Tabela 63 apresenta as frequências de resposta das entidades beneficiárias e não beneficiárias, para cada uma das ações centralizadas. Depreende-se que, no geral, as entidades possuem uma taxa de desconhecimento elevada acerca destas ações. No entanto, o desconhecimento é ainda maior para aquelas que não são beneficiárias, como esperado.

Tabela 63: (Des)conhecimento por parte das entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 acerca das ações centralizadas (arredondamento às décimas)

Ações centralizadas	Beneficiárias		Não beneficiárias	
	Conhece	Não conhece	Conhece	Não conhece
Mestrados conjuntos Erasmus Mundus	11.2%	88.8%	8.1%	91.9%
Alianças do conhecimento	8.2%	91.8%	1.6%	98.4%
Alianças de competências setoriais	5.8%	94.2%	1.6%	98.4%
Projetos de reforço de capacidades (ensino superior)	5.6%	94.4%	0.0%	100%
Atividades Jean Monnet	8.8%	91.2%	3.3%	96.7%
Universidades europeias	8.7%	91.3%	3.3%	96.7%
Outras ações do Erasmus+ 2014-2020	13.8%	86.2%	5.7%	94.3%
<b>Total (N)</b>	<b>624</b>		<b>123</b>	

Uma análise para cada setor identificou quais as ações que eram conhecidas pela entidade e de qual(is) eventualmente beneficiou no período mencionado (Tabela 64).

Tabela 64: (Des)conhecimento por parte das entidades acerca das ações do Programa Erasmus+ 14-20, por setor (arredondamento às décimas)

			N	Percentagem
Ensino Superior	Mobilidade para estudantes e pessoal do Ensino Superior	Conhece e beneficiou	57	82.6%
		Conhece e não beneficiou	6	8.7%
		Não conhece	6	8.7%
	Parcerias de cooperação para o Ensino Superior	Conhece e beneficiou	47	68.1%
		Conhece e não beneficiou	13	18.8%
		Não conhece	9	13%
	Mobilidade internacional para estudantes e pessoal do Ensino Superior (ICM)	Conhece e beneficiou	30	43.5%
		Conhece e não beneficiou	23	33.3%
		Não conhece	16	23.2%
Ensino Escolar	Mobilidade para pessoal do Ensino Escolar	Conhece e beneficiou	261	52.4%
		Conhece e não beneficiou	163	32.7%
		Não conhece	74	14.9%
	Parcerias de cooperação e/ou parcerias entre escolas	Conhece e beneficiou	320	64.3%
		Conhece e não beneficiou	105	21.1%
		Não conhece	73	14.7%
Ensino e Formação Profissional	Mobilidade para aprendentes e pessoal do EFP	Conhece e beneficiou	142	45.8%
		Conhece e não beneficiou	83	26.8%
		Não conhece	85	27.4%
	Parcerias de cooperação para o EFP	Conhece e beneficiou	95	30.6%
		Conhece e não beneficiou	125	40.3%
		Não conhece	90	29%
Educação de Adultos	Mobilidade para pessoal ligado à Educação de Adultos	Conhece e beneficiou	37	25%
		Conhece e não beneficiou	48	32.4%
		Não conhece	63	42.6%
	Parcerias de cooperação para a Educação de Adultos	Conhece e beneficiou	40	37%
		Conhece e não beneficiou	45	30.4%
		Não conhece	63	42.6%

Dos resultados analisados, verifica-se que há uma percentagem elevada de entidades na amostra que referiram não conhecer as ações centralizadas do Programa. É de ressaltar, no entanto, que algumas dessas ações estão mais orientadas para o Ensino Superior e, talvez por isso, as entidades de outros setores as desconheciam. De facto, quando analisado o conhecimento das ações diretamente relacionadas com o setor a que pertencem as entidades, verificou-se que a maioria das respondentes as conhecia ou havia delas beneficiado. No entanto, as entidades associadas à Educação de Adultos parecem ser a exceção, uma vez que o desconhecimento das ações de mobilidade para pessoal e das parcerias de cooperação na Educação de Adultos foi elevada.

### 5.2.7. Áreas geográficas prioritárias

Por fim, o inquérito procurou conhecer quais as áreas geográficas que faziam parte da estratégia de internacionalização das entidades e, de entre estas, quais as que eram de alta e baixa prioridade (Tabela 65). Verificou-se que, no geral, os países da Europa do Sul, seguidos por Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Áustria, representam regiões referidas como sendo de alta prioridade pela maioria das entidades inquiridas, com apenas uma pequena parte delas tendo referido que essas regiões estariam de fora da estratégia. Além destas, destacam-se também os países da Europa do Norte.

Tabela 65: Áreas geográficas estratégicas para a internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias do Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Áreas geográficas	Não beneficiárias			Beneficiárias		
	De fora da estratégia	Baixa prioridade	Alta prioridade	De fora da estratégia	Baixa prioridade	Alta prioridade
Europa do Sul (e.g. Espanha, Itália, Grécia)	3.0%	17.0%	80.0%	1.3%	14.2%	84.4%
França, Suíça, Luxemburgo	4.2%	27.4%	68.4%	4.0%	33.8%	62.2%
Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Áustria	5.3%	22.1%	72.6%	2.7%	19.7%	77.6%
Europa do Norte (e.g. Dinamarca, Noruega)	6.3%	20.0%	73.7%	5.1%	17.6%	77.3%
Europa Central (e.g. Polónia, Hungria, Chêquia)	10.8%	41.9%	47.3%	5.0%	35.1%	59.9%
Europa Oriental (e.g. Rússia, Turquia, Roménia, Bulgária)	36.3%	47.3%	16.5%	19.6%	49.3%	31.1%
Balcãs Ocidentais (e.g. Albânia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina)	44.8%	49.4%	5.7%	33.3%	47.9%	18.8%
Brasil	58.5%	24.5%	17.0%	56.1%	23.4%	20.5%
América Latina (exceto Brasil)	68.1%	24.2%	7.7%	63.5%	24.6%	11.9%
PALOP	50.5%	31.2%	18.3%	45.5%	27.7%	26.8%
Outros países africanos	70.0%	22.2%	7.8%	64.8%	27.2%	8.1%
América do Norte e Central	65.9%	23.1%	11.0%	58.1%	28.4%	13.5%
Ásia	66.7%	23.3%	10.0%	67.3%	24.5%	8.2%
Oceânia	70.8%	22.5%	6.7%	70.3%	22.8%	6.9%
<b>Total (N)</b>	<b>100</b>			<b>597</b>		

A Tabela 66 apresenta, por setor das entidades, as áreas geográficas tidas como de alta prioridade, baixa prioridade e as que estão de fora da estratégia. Verifica-se que, no geral, há uma confluência entre as regiões tidas como de alta prioridade, com exceção dos PALOP, América Latina e do Brasil – regiões que foram mais frequentemente referidas como estando de fora da estratégia para todos os setores, exceto o Ensino Superior.

Tabela 66: Áreas geográficas estratégicas para a internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)

Área geográfica	Ensino Superior			Ensino Escolar			Educação de Adultos			Ensino e Formação Profissional		
	De fora da estratégia	Baixa prioridade	Alta prioridade	De fora da estratégia	Baixa prioridade	Alta prioridade	De fora da estratégia	Baixa prioridade	Alta prioridade	De fora da estratégia	Baixa prioridade	Alta prioridade
Europa do Sul (e.g. Espanha, Itália, Grécia)	0%	11.94%	88.06%	1.7%	15.3%	83.0%	0.69%	14.69%	84.62%	2.95%	12.79%	84.26%
França, Suíça, Luxemburgo	1.54%	29.23%	69.23%	3.1%	32.7%	64.1%	2.86%	35.0%	62.14%	5.5%	36.08%	58.42%
Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Áustria	0%	25.37%	74.63%	3.1%	17.4%	79.5%	2.07%	24.83%	73.10%	4.39%	20.27%	75.34%
Europa do Norte (e.g. Dinamarca, Noruega)	9.23%	33.85%	56.92%	3.7%	11.3%	85.0%	2.80%	18.88%	78.32%	7.09%	20.61%	73.20%
Europa Central (e.g. Polónia, Hungria, Chéquia)	1.51%	28.79%	69.70%	5.2%	35.7%	59.1%	5.72%	35.71%	58.57%	7.56%	37.80%	56.64%
Europa Oriental (e.g. Rússia, Turquia, Roménia, Bulgária)	16.92%	43.08%	40.0%	18.5%	51.1%	30.4%	22.86%	38.57%	38.57%	26.99%	44.64%	28.37%
Balcãs Ocidentais (e.g. Albânia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina)	24.62%	50.77%	24.62%	32.9%	50.9%	16.1%	31.16%	48.55%	20.29%	38.54%	45.83%	15.63%
Brasil	11.94%	5.97%	82.09%	66.1%	23.8%	10.2%	62.59%	23.74%	13.67%	64.56%	22.46%	12.98%
América Latina (exceto Brasil)	20.31%	28.13%	51.56%	73.2%	21.1%	5.7%	69.34%	18.25%	12.41%	71.99%	20.57%	7.45%
PALOP	12.12%	12.12%	75.76%	58.4%	26.5%	15.2%	43.88%	31.65%	24.46%	47.75%	28.37%	23.88%
Outros países africanos	33.87%	40.32%	25.81%	73.9%	21.5%	4.6%	66.18%	24.26%	9.56%	68.46%	23.66%	7.89%
América do Norte e Central	26.98%	42.86%	30.16%	65.0%	23.6%	11.4%	64.71%	22.06%	13.24%	64.31%	26.50%	9.19%
Ásia	38.10%	39.68	22.22	73.2%	19.3%	7.6%	72.99%	19.71%	7.30%	74.11%	19.50%	6.38%
Oceânia	47.62%	46.03%	6.35%	74.2%	18.0%	7.8%	73.72%	18.25%	8.03%	76.60%	18.09%	
<b>Total (N)</b>		<b>67</b>			<b>465</b>			<b>147</b>			<b>308</b>	

### 5.3. O FINANCIAMENTO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

#### 5.3.1. As fontes de financiamento para a internacionalização

A internacionalização tem um peso relevante no orçamento das entidades inquiridas, qualquer que seja o seu setor (Tabela 67). Esse peso é mais elevado no Ensino Superior, ascendendo, em média, a um quinto dos orçamentos, e mais baixo no Ensino Escolar. Nota-se, no entanto, uma assimetria considerável, já que a mediana deste indicador é muito inferior à média em todos os setores. Por outras palavras, na generalidade das entidades o peso orçamental da internacionalização é diminuto, mas num grupo relativamente pequeno de entidades aquele peso é especialmente elevado. Identifica-se, também, que as entidades que participaram no Programa Erasmus+ 14-20 reportam um peso orçamental da internacionalização que é o triplo, em média, do reportado pelas não beneficiárias (Tabela 68).

Tabela 67: Peso da internacionalização no orçamento da entidade por setor (arredondamento às unidades)

Setor	Média	Mediana	Total (N)
Ensino Superior	20%	10%	37
Ensino Escolar	14%	2%	333
Educação de Adultos	19%	6%	106
Ensino e Formação Profissional	14%	5%	206
Todos os setores	14%	3%	481

Tabela 68: Peso da internacionalização no orçamento das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às unidades)

Erasmus+ 14-20	Média	Mediana	Total (N)
Beneficiárias	15%	5%	416
Não beneficiárias	5%	0%	65
Todas	14%	3%	481

As atividades de internacionalização podem ser financiadas através de várias fontes. As principais encontram-se identificadas nas Tabelas 69 e 70. Aqui, nota-se que, entre 2014 e 2020, quase todas as entidades, qualquer que seja o seu setor, reportam o Programa Erasmus+ 14-20 como fonte de financiamento. Mesmo entre as entidades que afirmaram não ter participado no Programa Erasmus+ 14-20 nem como coordenado-



ras nem como participantes, um número relevante reporta ter beneficiado do Programa<sup>3</sup>. A segunda fonte mais frequente foi o financiamento próprio, seguida dos vários programas operacionais em vigor entre 2014 e 2020. Um resultado significativo é a baixa prevalência de outras fontes de financiamento. Isto indicia que potenciais sinergias entre as diversas fontes e o Programa Erasmus+ 14-20 não foram aproveitadas pela generalidade das entidades respondentes.

Neste indicador, há uma diferença marcada entre as entidades que atuam no Ensino Superior e as demais. Com a exceção do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e do Programa Operacional Capital Humano, aquelas entidades beneficiaram com mais frequência de todas as fontes de financiamento<sup>4</sup>. Um número relevante de entidades reportou também ter beneficiado de outras fontes de financiamento além das listadas. Entre estas, as mais frequentes foram o financiamento municipal (N=9), donativos (N=5) e outros programas europeus (N=6).

Tabela 69: Fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)

Setor	Financiamento próprio	Erasmus+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações	Outras fontes	Total (N)
Ensino Superior	81.0%	98.4%	3.2%	14.3%	20.6%	11.1%	23.8%	19.0%	12.7%	63
Ensino Escolar	30.9%	91.7%	0.9%	12.0%	0.2%	1.2%	1.7%	3.1%	6.1%	424
Educação de Adultos	50.0%	95.4%	3.8%	18.5%	1.5%	4.6%	5.4%	8.5%	9.2%	130
Ensino e Formação Profissional	44.0%	93.8%	4.8%	21.2%	2.2%	2.2%	2.9%	3.7%	5.5%	273
Todos os setores	40.0%	92.7%	2.6%	13.5%	2.8%	2.6%	4.5%	4.5%	6.4%	643
Legenda: POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; POCH – Programa Operacional Capital Humano; POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; PO – Programas Operacionais										
Nota: Uma vez que as fontes de financiamento indicadas são exaustivas, foram apenas consideradas as respostas que identificaram pelo menos uma.										

3 Uma hipótese explicativa deste resultado remete para as parcerias que são frequentemente estabelecidas com entidades não beneficiárias. É possível, por exemplo, que uma entidade não beneficiária acolha um estudante em mobilidade de estágio, ou que seja subcontratada como intermediária no processo de colocação de estagiários.

4 Entre as fontes de financiamento explicitamente indagadas encontram-se:

1. Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), com o objetivo de combater a pobreza e a discriminação, bem como promover a inclusão social através da melhoria das oportunidades de emprego, promoção de emprego de qualidade e desenvolvimento das competências e qualificações dos cidadãos;
2. Programa Operacional Capital Humano (POCH), com o objetivo de aumentar a qualificação dos portugueses através da promoção de formação e educação de qualidade, desde a educação pré-escolar até a formação superior e profissional;
3. Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), com o objetivo de fortalecer a competitividade das empresas portuguesas e promover a internacionalização da economia através de ações que visam aumentar a capacidade de inovação, promover o empreendedorismo e expandir as PME para mercados externos.

Tabela 70: Fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Erasmus+ 14-20	Financiamento próprio	Erasmus+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações	Outras fontes	Total (N)
Beneficiárias	39.0%	97.6%	2.8%	14.0%	3.1%	2.9%	4.7%	5.0%	5.5%	580
Não beneficiárias	49.2%	47.6%	1.6%	9.5%	0.0%	0.0%	3.2%	0.0%	12.7%	63
Todas	40.0%	92.7%	2.6%	13.5%	2.8%	2.6%	4.5%	4.5%	6.4%	643

Legenda: POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; POCH – Programa Operacional Capital Humano; POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; PO – Programas Operacionais

Nota: Uma vez que as fontes de financiamento indicadas são exaustivas, foram apenas consideradas as respostas que identificaram pelo menos uma.

### 5.3.2. Relevância e impacto das fontes de financiamento

A frequência de uma fonte de financiamento não é, no entanto, o único indicador do seu relevo para as entidades beneficiárias. Este pode ser aferido através de outros dois indicadores. O reporte subjetivo da importância da fonte de financiamento (Tabelas 71 e 72) e o peso orçamental de cada fonte (Tabelas 73 e 74). Aqui, responderam apenas as entidades que indicaram beneficiar da fonte em causa, pelo que o número de respostas varia por fonte de financiamento.

Em média, as entidades consideram que o Programa Erasmus+ 14-20 foi uma fonte de financiamento muito importante para a sua internacionalização. No caso das entidades beneficiárias, é mesmo a fonte mais importante (Tabela 72). O Programa Operacional Competitividade e Internacionalização logrou uma classificação elevada na generalidade dos setores e, no caso do Ensino Escolar e da Educação de Adultos, uma classificação mais elevada do que o Programa Erasmus+ 14-20. No entanto, como vimos, foi um número muito pequeno de entidades que beneficiou daquela fonte de financiamento. O que aprendemos é que quem dela beneficiou a considera especialmente importante. Curiosamente, apesar da sua frequência, o financiamento próprio é das fontes que as entidades classificam como relativamente menos importantes.

Tabela 71: Importância das fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Setor	Financiamento próprio	Erasmus+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações
Ensino Superior	4.48	4.85	4.00	4.13	3.92	3.33	4.29	4.70
Ensino Escolar	3.78	4.94	4.00	4.14	5.00	3.80	4.67	4.46
Educação de Adultos	3.69	4.91	3.60	4.21	5.00	4.00	4.29	4.60
Ensino e Formação Profissional	3.61	4.89	3.92	4.11	4.50	3.33	4.13	4.00
Todos os setores	3.67	4.80	4.06	4.05	4.06	3.24	3.76	3.72
Legenda: POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; POCH – Programa Operacional Capital Humano; POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; PO – Programas Operacionais								

Tabela 72: Importância das fontes de financiamento utilizadas entre 2014 e 2020 para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Erasmus+ 14-20	Financiamento próprio	Erasmus+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações
Beneficiárias	3.82	4.92	4.00	4.23	4.06	3.67	4.16	4.32
Não beneficiárias	4.72	4.79	5.00	3.67	-	-	5.00	-
Todas	3.67	4.80	4.06	4.05	4.06	3.24	3.76	3.72
Legenda: POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; POCH – Programa Operacional Capital Humano; POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; PO – Programas Operacionais								

Quando analisamos o peso orçamental de cada fonte de financiamento, verificamos que o Programa Erasmus+ 14-20 financiou mais de quatro quintos dos fundos alocados à prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades. No caso do Ensino Escolar, as fontes de financiamento alternativo corresponderam a menos de 15% daqueles fundos. Já no Ensino Superior, o peso do Programa Erasmus+ 14-20, apesar de dominante, foi substancialmente mais baixo. Isto não se deveu tanto ao acesso a outras fontes externas, de que, como vimos, estas entidades reportam ter beneficiado com frequência, mas à importância relativamente elevada do financiamento próprio (Tabela 73). O peso do financiamento próprio foi, também, relativamente elevado entre as entidades que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20 como coordenadoras ou parceiras (Tabela 74).

Tabela 73: Média do peso aproximado das fontes de financiamento para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades por setor (arredondamento às décimas)

Setor	Financiamento Próprio	Erasmus+ 14-20	Outras Fontes Externas	Total (N)
Ensino Superior	24.6%	64.3%	11.1%	51
Ensino Escolar	9.2%	86.4%	4.4%	370
Educação de Adultos	14.3%	74.5%	11.2%	114
Ensino e Formação Profissional	11.7%	81.6%	6.8%	240
Todos os setores	11.8%	82.3%	5.9%	548
Nota: Foram ignoradas as respostas que não somavam 100%				

Tabela 74: Média do peso aproximado das fontes de financiamento para a prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades beneficiárias e não beneficiárias no Programa Erasmus+ 14-20 (arredondamento às décimas)

Erasmus+ 14-20	Financiamento Próprio	Erasmus+ 14-20	Outras Fontes Externas	Total (N)
Beneficiárias	10.7%	83.8%	5.5%	500
Não beneficiárias	22.8%	67.0%	10.2%	48
Todas as áreas	11.8%	82.3%	5.9%	548
Nota: Foram ignoradas as respostas que não somam 100%				

### 5.3.3. Sinergias entre as fontes externas de financiamento

Com vista à compreensão das características das entidades que procuram fontes externas de financiamento para as suas atividades de internacionalização e obtenham sinergias entre os diferentes programas de financiamento existentes, foi realizada uma análise de regressão.

Para variável dependente testaram-se duas alternativas. Em primeiro lugar, o número de fontes externas de financiamento para a internacionalização indicados por cada entidade, tal como descrito nas Tabelas 69 e 70. Depois, como refinamento da variável anterior, foi testada uma variável que contabiliza apenas o número de fontes de financiamento indicados por cada entidade e por ela consideradas como importantes ou muito importantes (cf. Tabelas 71 e 72). As variáveis explicativas são semelhantes às utilizadas na regressão linear referente à intensidade da internacionalização (Tabela 55).

O modelo de regressão utilizado é o seguinte:

#### *Fontes Externas*

$$\begin{aligned} &= \beta_1 + \beta_2 * EnsinoSuperior + \beta_3 * Educ.Adultos + \beta_4 \\ &* EFProfissional + \beta_5 * N^oTrabalhadores + \beta_6 * N^oEstudantes \\ &+ \beta_7 * Privado + \beta_8 * Responsável.não.Cúpula + \beta_9 \\ &* IniciativaTrabalhadores + \beta_{10} * GabinetesCooperação + \beta_{11} \\ &* GabinetesIndependentes + \beta_{12} * OutraOrganização + \beta_{13} \\ &* DesafiosInstitucionais + \beta_{14} * DesafiosContextuais \end{aligned}$$

Onde os  $\beta$  correspondem aos coeficientes de regressão associados a cada variável. Sendo uma análise multivariada, os  $\beta$  representam o efeito da variação de uma variável explicativa na variável dependente, sendo este coeficiente isolado do efeito das outras variáveis. Dada a semelhança de resultados para as duas variáveis associadas às fontes externas (número de fontes externas e número de fontes externas importantes), foi apenas feita a análise para o número de fontes externas. Foi utilizado um modelo de Poisson, visto a variável dependente ter a natureza de contagem. Os resultados da regressão são apresentados na Tabela 75.

Tabela 75: Resultados da regressão relativa às fontes externas de financiamento

Variáveis explicativas	Fontes externas
Ensino Superior	0.439***
	(0.128)
Educação de Adultos	0.144
	(0.0943)
Ensino e Formação Profissional	0.155*
	(0.0841)
Nº Trabalhadores	0.0416***
	(0.0118)
Nº Estudantes	-0.000848*
	(0.000451)
Privado	0.0565
	(0.0886)
Responsável não é cúpula	-0.0185
	(0.0772)
Iniciativa dos Trabalhadores	0.00758
	(0.0969)
Gabinetes de cooperação	0.0758
	(0.103)
Gabinetes independentes	-0.0583
	(0.287)
Outra organização	-0.201
	(0.134)
Desafios Institucionais	0.0112
	(0.0135)
Desafios Contextuais	-0.0133
	(0.0210)
Constante	-0.0668
	(0.113)
Observações	609
Pseudo R2	0.0328***
***1%, ** 5%, * 10%	

Em relação à tipologia de entidades com maior propensão para a obtenção de fontes externas, são as entidades do Ensino Superior as que apresentam uma maior propensão face às entidades do Ensino Escolar. Também as entidades do Ensino e Formação Profissional apresentam essa tendência, mas com menor significância estatística. Um maior número de trabalhadores parece também associado a um maior número de fontes externas de financiamento. Por outro lado, um maior número de estudantes está associado a fontes externas de financiamento menos diversificadas.

Nenhuma outra variável incluída na análise – relativas ao responsável da estratégia, à sua implementação ou ao número de desafios de natureza institucional e contextual - se revelou significativa para a explicação do número de fontes externas obtidas pela entidade. Como resumo, a análise indica, sobretudo, que uma grande parte da explicação do número de fontes utilizado por cada entidade não é explicado pelas suas características a estes níveis.

#### 5.3.4. Relação entre fontes de financiamento e atividades de internacionalização

Finalmente, se nos debruçarmos sobre as principais atividades de internacionalização, percebemos que diferentes fontes financiaram diferentes atividades (Tabela 76). O Programa Erasmus+ 14-20 foi a fonte de financiamento mais frequentemente utilizada na mobilidade internacional de utentes e do staff, no desenvolvimento de parcerias, incluindo a criação de programas de estudo conjuntos, e na formação para a internacionalização. Já o financiamento próprio foi a fonte mais frequente na captação de utentes e de staff estrangeiros, além da mobilidade temporária, no desenvolvimento do ensino à distância, no esforço de publicação internacional, na cooperação para o desenvolvimento, e na melhoria da classificação das entidades em rankings relevantes para a sua atratividade internacional. Os resultados discriminados por setor e entre beneficiárias e não beneficiárias não revelam diferenças qualitativamente relevantes, pelo que não são apresentados.

Tabela 76: Fontes de financiamento das atividades de internacionalização (arredondamento às décimas)

Atividades de internacionalização	Fontes próprias	Erasmus+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações	Total (N)
Mobilidade internacional ou intercâmbio de estudos de estudantes, formandos ou aprendentes	24.4%	96.9%	0.4%	3.9%	0.2%	0.8%	0.2%	1.4%	508
Captação de estudantes, formandos ou aprendentes estrangeiros	62.7%	43.1%	0.0%	7.2%	3.3%	2.6%	3.3%	2.0%	153
Recrutamento de trabalhadores estrangeiros	73.2%	29.6%	1.4%	4.2%	0.0%	2.8%	0.0%	1.4%	71
Mobilidade internacional (temporária) de staff (para formação ou ensino)	18.2%	95.9%	0.2%	2.6%	0.2%	1.0%	0.5%	1.4%	418
Formação de trabalhadores para a internacionalização	40.9%	76.5%	1.3%	6.0%	0.7%	2.0%	2.0%	2.7%	149
Internacionalização dos currículos	63.2%	63.2%	0.0%	1.5%	0.0%	0.0%	2.9%	2.9%	68
Ensino à distância, online ou híbrido	75.5%	31.8%	4.0%	8.6%	0.7%	0.7%	1.3%	3.3%	151
Criação de oportunidades de formação em língua estrangeira	55.6%	57.9%	1.4%	7.4%	0.0%	0.9%	0.5%	2.3%	216

Atividades de internacionalização	Fontes próprias	Erasmus+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações	Total (N)
Melhorar a posição da entidade em rankings relevantes	67.7%	51.0%	1.0%	14.6%	3.1%	4.2%	4.2%	1.0%	96
Criação de programas conjuntos	52.1%	75.0%	0.7%	2.8%	0.0%	2.1%	2.8%	1.4%	144
Desenvolvimento de parcerias com instituições de outros países (transformação e inovação institucional, partilha de boas práticas, etc.)	35.9%	86.3%	0.2%	3.7%	0.7%	2.5%	2.7%	3.4%	437
Participação em projetos e redes com parceiros de outros países	36.2%	84.5%	0.7%	4.1%	1.1%	2.4%	3.1%	4.8%	459
Publicação de investigação em revistas estrangeiras com parceiros de outros países	73.8%	45.0%	0.0%	3.8%	3.8%	6.3%	6.3%	10.0%	80
Educação além-fronteiras (franchising, twinning, campus no estrangeiro)	51.6%	65.3%	1.1%	7.4%	1.1%	0.0%	1.1%	4.2%	95
Cooperação para desenvolvimento (apoio a outros países e estudantes com menos oferta formativa e possibilidades)	66.7%	51.0%	1.0%	7.8%	1.0%	2.0%	1.0%	4.9%	102
Legenda: POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; POCH – Programa Operacional Capital Humano; POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; PO – Programas Operacionais									

#### 5.4. IMPACTOS DO PROGRAMA ERASMUS+ 14-20 NAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

Nesta secção, discute-se o impacto do Programa Erasmus+ 14-20 nas estratégias e atividades de internacionalização das entidades inquiridas. Foram consideradas as respostas de 644 entidades que afirmaram ter participado no Programa e que finalizaram esta parte do inquérito.

Para cada uma das ações do Programa Erasmus+ 14-20 que os inquiridos identificaram como tendo participado, foi perguntado se a ação tinha tido um impacto significativo na entidade e se tinha implicado uma mudança permanente. Os inquiridos responderam escolhendo entre “1 – Discordo Totalmente” e “5 – Concordo Totalmente”. Foi também perguntado qual a natureza do efeito da participação em cada ação, tendo os inquiridos de escolher entre “1 – (um efeito) muito negativo” e “5 – (um efeito) muito positivo”.

As suas respostas encontram-se sintetizadas e comparadas na Tabela 77. Nas três dimensões, a classificação média é superior a 4 na generalidade das ações. Isto significa que as entidades avaliam a sua participação nos projetos Erasmus+ 14-20 como tendo um impacto significativo, duradouro e positivo.



Tabela 77: Impacto, mudança permanente e natureza dos efeitos da participação em projetos do Programa Erasmus+ 14-20 por ação-chave (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Linhas de ação Erasmus+ 14-20+	Impacto	Mudança Permanente	Natureza do Efeito	N
Ensino Escolar – Mobilidade para pessoal do Ensino Escolar	4.67	4.12	4.75	236
Ensino Escolar – Parcerias de cooperação e/ou parcerias entre escolas	4.67	4.16	4.80	325
Ensino e Formação Profissional – Mobilidade para aprendentes e pessoal de EFP	4.76	4.33	4.83	127
Ensino e Formação Profissional – Parcerias de cooperação para o Ensino e Formação Profissional	4.66	4.15	4.76	83
Ensino Superior – Mobilidade para estudantes e pessoal do Ensino Superior	4.62	4.15	4.70	52
Ensino Superior – Parcerias de cooperação para o Ensino Superior	4.60	4.02	4.71	48
Ensino Superior – Mobilidade internacional para estudantes e pessoal do Ensino Superior (ICM)	4.57	4.12	4.63	28
Educação de Adultos – Mobilidade para pessoal ligado à Educação de Adultos	4.55	4.13	4.62	47
Educação de Adultos – Parcerias de cooperação para a Educação de Adultos	4.47	4.02	4.62	45
Ação Centralizada – Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus	4.36	4.00	4.17	11
Ação Centralizada – Alianças do Conhecimento	4.20	4.22	4.40	10
Ação Centralizada – Alianças de Competências Setoriais	4.22	3.78	4.11	9
Ação Centralizada – Projetos de Reforço de Capacidades (Ensino Superior)	4.40	4.11	4.20	10
Ação Centralizada – Atividades Jean Monnet	4.00	3.50	4.00	5
Ação Centralizada – Universidades Europeias	4.71	4.71	4.33	7
Outras ações do Erasmus+ 14-20	4.41	3.68	4.73	27
Nota: Estas linhas de ação agregam ou subdividem as várias ações-chaves do Programa Erasmus+ 14-20				

De especial importância para o estudo, seria, contudo, o sucesso das ações Centralizadas das Universidades Europeias. Como disposto na resolução do Conselho de Ministros que atribui o apoio à internacionalização das entidades de educação e formação como novas funções a desempenhar por parte da Agência, as Universidades Europeias são apontadas como um exemplo positivo de integração de entidades de educação e formação em redes. De facto, na tabela, são as ações das Universidades Europeias que impõem um maior impacto e mudança permanente às entidades participantes. Desde o primeiro convite à apresentação de propostas, as IES portuguesas têm sido bem sucedidas nas suas candidaturas. Atualmente, Portugal destaca-se entre os principais países em termos do número de instituições envolvidas. Das 50 alianças existentes até 2023, 19 contam com a participação de instituições portuguesas. Destas, três são coordenadas por IES nacionais – Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico do Porto e Universidade Lusófona.

Finalmente, as entidades partilharam, em resposta aberta, os três principais efeitos da participação no Programa Erasmus+ 14-20 (402 respostas válidas). Esta partilha sintetiza-se nos seguintes pontos principais:

- Abertura da entidade ao mundo e promoção de um ambiente intercultural e mais tolerante (131 inquiridos);
- Exposição a novas metodologias de trabalho e de gestão, cuja replicação na entidade é apontada como possível e positiva (141 inquiridos);
- Inserção da entidade em redes internacionais, reforço de parcerias existentes e criação de novas parcerias, o que possibilita a cooperação em rede e o conhecimento e partilha de boas práticas (64 inquiridos);
- Melhoria do desempenho dos utentes e trabalhadores que participaram no Programa, bem como das suas competências digitais e linguísticas (223 inquiridos);
- Aumento da motivação e espírito de cooperação dos trabalhadores que participaram no Programa (65 inquiridos);
- Aumento da motivação dos órgãos de gestão em promover a participação em novos projetos e atividades (48 inquiridos).

## 5.5. OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ERASMUS+ 14-20

Esta secção destina-se ao apuramento dos motivos para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20, do ponto de vista da entidade. Foram consideradas as respostas de 101 entidades que afirmaram não ter participado no Programa Erasmus+ 14-20 e que finalizaram esta parte do inquérito.

### 5.5.1. Razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20.

Face a um conjunto de razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20, os inquiridos responderam escolhendo entre “1 – Discordo Totalmente” e “5 – Concorde Totalmente”. A Tabela 78 resume os resultados obtidos.

Conclui-se que são as razões que remetem para a falta de recursos, seja para preparar uma candidatura ou para executar um projeto, as que as entidades, em média, avaliam como mais fortes para a não participação. A terceira razão com média mais elevada é o “desconhecimento da adequação do Programa à entidade”. Este desconhecimento estende-se também ao próprio Programa. Apesar de a média da razão “Desconhecimento da existência do Programa” ser baixa e mais de metade das

entidades “Discordar Completamente” de essa ser uma razão para a sua não participação, mais de um quinto “Concorda Completamente” que o seja. Assim, se as razões mais fortes parecem ser do foro interno da entidade, há indícios de que as entidades carecem de informação sobre o Programa que lhes seja útil para decidir da sua participação. Apesar das restantes razões parecerem pouco relevantes, uma proporção próxima de 20% manifesta concordância com razões como a rejeição de candidaturas ao Programa, o reconhecimento de dificuldades em satisfazer os requisitos de participação ou de a participação nos projetos ser demasiado complicada para entidade.

Tabela 78: Razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas e às décimas)

Afirmação	Média	1	2	3	4	5	N
Falta de recursos para a preparação de uma candidatura	3.20	23.8%	8.9%	20.8%	16.8%	29.7%	101
Falta de recursos para execução dos projetos exigidos pelo Programa	2.95	25.7%	11.9%	23.8%	18.8%	19.8%	101
Desconhecimento da adequação do Programa à minha entidade	2.58	42.6%	10.9%	13.9%	10.9%	21.8%	101
Desconhecimento da existência do Programa	2.37	51.5%	7.9%	13.9%	5.9%	20.8%	101
A participação num projeto destes seria demasiado complicada para a minha entidade	2.24	48.5%	8.9%	24.8%	5.9%	11.9%	101
Rejeição da minha candidatura na avaliação do Programa	2.20	57.4%	5.0%	13.9%	7.9%	15.8%	101
A minha entidade tem dificuldades em satisfazer os requisitos de participação no Programa	2.13	53.5%	5.9%	22.8%	9.9%	7.9%	101
A entidade não necessita do Programa Erasmus+ para cumprir os seus objetivos de internacionalização	1.51	74.3%	9.9%	8.9%	4.0%	3.0%	101

Discriminando por setores ou áreas de atuação (Tabela 79), fica claro que as poucas entidades que atuam no Ensino Superior que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20 não o fizeram por as suas candidaturas terem sido rejeitadas, o que as entidades atribuem, sobretudo, à sua dificuldade em observar os requisitos do Programa. As entidades do Ensino e Formação Profissional avaliam, em média, o desconhecimento seja do Programa seja da sua adequação como as razões mais fortes para a não participação. Já no Ensino Escolar, o desconhecimento e falta de recursos destacam-se. De facto, no trabalho de campo por via telefónica com vista à sensibilização destas entidades para o preenchimento do inquérito - sobretudo para Creches e Jardins de Infância - foi comum a manifestação da crença de que o inquérito não seria adequado à entidade por, por exemplo, os seus utentes não poderem, evidentemente, “fazer Erasmus”. Isto indicia desconhecimento da abrangência das ações do Programa Erasmus+ 14-20 e do seu sucessor pelo staff. Do lado oposto, encontram-se as entidades que atuam na Educação de Adultos, que desvalorizam as razões de falta de recursos e de informação.

Tabela 79: Razões para a não-participação no Programa Erasmus+ 14-20 por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Falta de recursos para a preparação de uma candidatura	1.50	3.17	1.55	1.63
Falta de recursos para execução dos projetos exigidos pelo Programa	1.50	2.94	1.55	1.90
Desconhecimento da adequação do Programa à minha entidade	3.00	2.80	2.18	2.83
Desconhecimento da existência do Programa	3.00	2.49	2.00	2.50
A participação num projeto destes seria demasiado complicada para a minha entidade	1.00	2.33	2.73	2.30
Rejeição da minha candidatura na avaliação do Programa	4.00	2.19	1.73	1.9
A minha entidade tem dificuldades em satisfazer os requisitos de participação no Programa	4.00	2.12	1.45	1.90
A entidade não necessita do Programa Erasmus+ para cumprir os seus objetivos de internacionalização	2.00	1.49	1.27	1.40
<b>N</b>	<b>2</b>	<b>78</b>	<b>11</b>	<b>30</b>

### 5.5.2. Ações que teriam fomentado a participação nos Programa Erasmus+ 14-20

Depois de conhecidas as razões da não participação no Programa Erasmus+ 14-20, indagaram-se as ações que teriam fomentado a participação das entidades nesse Programa. Para um conjunto de ações, os inquiridos responderam avaliando entre “1 – Discordo Totalmente” e “5 – Concordo Totalmente” se a ação em causa teria fomentado a sua participação. A Tabela 80 resume os resultados obtidos.

Em geral, as entidades afirmaram que as ações sugeridas no inquérito teriam fomentado a sua participação. Para qualquer das ações sugeridas, pelo menos 60% das entidades creem que teria contribuído para a sua participação no Programa Erasmus+ 14-20. A ação que se destaca é a ação de realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas. Uma vez que a ANE+EF ofereceu, e mantém a oferta, de apoio individualizado e de *workshops* de auxílio à preparação de candidaturas, as respostas indiciam que as respondentes desconheciam essas ações, pelo que tal sugere que será necessário um maior esforço por parte da agência na divulgação destas atividades às entidades de educação e formação. Por outro lado, a maior divulgação do Programa é a atividade que as entidades consideram menos eficaz.

Tabela 80: Ações que teriam fomentado a participação no Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Ação	Média	1	2	3	4	5	N
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	3.93	12.1%	2.2%	15.4%	20.9%	49.5%	91
Realização de sessões de esclarecimento das regras do Programa	3.81	12.1%	5.5%	16.5%	20.9%	45.1%	91
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	3.70	13.2%	6.6%	15.4%	26.4%	38.5%	91
Maior divulgação do Programa	3.61	15.2%	4.3%	21.7%	21.7%	37.0%	92

A Tabela 81 discrimina as respostas por setor. Aqui, são as entidades do Ensino Escolar as que mais valorizam as ações listadas, o que indicia que estas ações possam ser especialmente eficazes a promover a participação destas entidades. Por outro lado, entidades do Ensino Superior veem como menos úteis a generalidade das ações sugeridas, algo que provavelmente se relaciona com o facto de a maior parte já participar no Programa.

Tabela 81: Ações que teriam fomentado a participação no Programa Erasmus+ 14-20 por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Maior divulgação do Programa	3.00	3.64	2.82	3.30
Realização de sessões de esclarecimento das regras do Programa	3.00	3.91	3.36	3.55
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	3.00	3.81	3.55	3.41
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	3.00	4.03	3.73	4.00
Número de observações	2	69	11	30

Finalmente, as entidades puderam sugerir, em resposta aberta, outras ações que, da sua perspectiva, fomentariam a sua participação no Programa Erasmus+ (10 respostas válidas). As sugestões sintetizam-se pelas seguintes<sup>5</sup>:

- Alargamento do prazo de submissão de candidaturas (1 inquirido);
- Fornecimento de exemplos de candidaturas de entidades semelhantes (2 inquiridos);
- Mais disponibilidade da ANE+EF para apoiar a preparação de candidaturas (3 inquiridos);
- Aceleração da publicação dos resultados das candidaturas (1 inquirido).

## 5.6. DIFICULDADES E SATISFAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ERASMUS+ 14-20

Nesta secção, estudam-se as dificuldades sentidas pelas entidades no processo de candidatura, bem como a satisfação com a participação no Programa. Foram consideradas as respostas de 552 entidades que afirmaram ter participado no Programa Erasmus+ 14-20 e que finalizaram esta parte do inquérito.

### 5.6.1. Dificuldades no processo de candidatura

Para um conjunto de dificuldades no processo de candidatura ao Programa Erasmus+ 14-20, os inquiridos responderam escolhendo entre “1 – Nada relevante” a “5 – Muito relevante”. As dificuldades identificadas remetem para a adequabilidade da entidade ao Programa, a qualidade do guia e dos formulários de candidatura, bem como para os recursos despendidos na candidatura. A Tabela 82 resume os resultados obtidos.

Para todas as dificuldades, a média das respostas está abaixo de 3, o que indicia que as dificuldades sugeridas são pouco relevantes para as entidades inquiridas. As mais relevantes são as dificuldades que dizem respeito aos recursos despendidos na elaboração da candidatura, bem como na recolha da documentação necessária para o mesmo efeito. Já a potencial dificuldade “falta de clareza do Guia do Programa Erasmus+” é a menos relevante. Para as demais dificuldades, pelo menos 25% das entidades considera que sejam relevantes ou muito relevantes para o seu processo de candidatura.

---

<sup>5</sup> Algumas entidades aproveitaram para sublinhar que a falta de motivação e empenho dos trabalhadores foi um entrave à participação.

Tabela 82: Dificuldades encontradas no processo de candidatura (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Afirmação	Média	1	2	3	4	5	N
Recursos despendidos na elaboração da candidatura	2.81	22.9%	19.8%	24.4%	19.8%	13.2%	546
Recolha da documentação necessária para a elaboração da candidatura	2.66	21.6%	26.5%	25.4%	17.6%	9.0%	547
Dificuldade de preenchimento dos Formulários de Candidatura ao Programa Erasmus+	2.60	21.8%	26.3%	28.7%	16.5%	6.7%	551
Identificação da adequabilidade da minha entidade às diversas linhas de financiamento	2.59	29.4%	20.6%	23.4%	14.8%	11.9%	548
Falta de clareza do Guia do Programa Erasmus+	2.05	39.8%	28.3%	22.6%	5.8%	3.5%	548

Na Tabela 83 discriminam-se as respostas por setor. As entidades do Ensino Escolar desvalorizam a adequabilidade da entidade ao Programa e a dificuldade de preenchimento dos formulários de candidatura. Já as entidades da Educação de Adultos e do Ensino e Formação Profissional sentem especial dificuldade nos recursos despendidos na elaboração da candidatura. Finalmente, as entidades do Ensino Superior são as que reconhecem menos relevância às dificuldades sugeridas.

Tabela 83: Dificuldades encontradas no processo de candidatura por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Identificação da adequabilidade da minha entidade às diversas linhas de financiamento	2.33	2.63	2.41	2.55
Falta de clareza do Guia do Programa Erasmus+	1.98	2.06	1.87	1.95
Dificuldade de preenchimento dos Formulários de Candidatura ao Programa Erasmus+	2.07	2.75	2.42	2.56
Recursos despendidos na elaboração da candidatura	2.63	2.77	2.97	2.95
Recolha da documentação necessária para a elaboração da candidatura	2.52	2.69	2.57	2.66
N	60	357	116	242

Finalmente, as entidades puderam expressar, em resposta aberta, outras dificuldades que sentiram no seu processo de candidatura ao Programa Erasmus+ (90 respostas válidas). As dificuldades expressas sintetizam-se nos seguintes pontos principais:

- Problemas técnicos e de operacionalidade da plataforma de submissão de candidaturas (17 inquiridos);
- Exiguidade do número de caracteres, o que dificultou uma descrição adequada do projeto de algumas entidades (2 inquiridos);
- Problemas com as ações e formações de apoio por parte da agência, concretamente pela sua proximidade do término do período de candidatura, ou pelos seus horários ou distância geográfica das entidades (2 inquiridos);
- Ausência de resposta atempada da AN+EF a solicitações de esclarecimento (4 inquiridos);
- Carência de trabalhadores que possam ser afetos às candidaturas, com estas a serem realizadas por trabalhadores com outras funções, como os docentes (21 inquiridos);
- Falta de fluência dos trabalhadores em língua inglesa (3 inquiridos);
- Dificuldade em encontrar parceiros no mesmo setor ou que partilhem os objetivos da entidade (6 inquiridos).

#### **5.6.2. Satisfação com a participação no Programa Erasmus+ 14-20**

Com vista à avaliação da satisfação das entidades com a participação no Programa Erasmus+ 14-20, os inquiridos avaliaram sete dimensões de sucesso, escolhendo entre “1 – Totalmente insatisfeito” e “5 – Totalmente satisfeito”. As dimensões remetem para o cumprimento dos objetivos do Programa, o volume de trabalho associado ao projeto, a qualidade das parcerias estabelecidas e o envolvimento dos trabalhadores e dos estudantes ou formandos. A Tabela 84 sumaria os resultados.

As entidades revelam-se muito satisfeitas com o Programa Erasmus+ 14-20 nas várias dimensões avaliadas. Quase todas lograram uma avaliação média superior a 4. O cumprimento dos objetivos do Programa e a satisfação geral foram as dimensões com avaliação mais elevada. Já o volume de trabalho de administração (extra-atividades) imposto pelo projeto foi o que deixou as entidades, em média, destacadamente menos satisfeitas. Ainda assim, a avaliação média desta dimensão é maior do que o ponto médio da escala. Nas restantes afirmações, as entidades manifestam-se satisfeitas com a participação dos estudantes, formandos e trabalhadores, e também com as entidades parceiras associadas aos projetos, com a frequência de insatisfações inferior a 6% para todas as dimensões.



Tabela 84: Satisfação com o Programa Erasmus+ 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Afirmação	Média	1	2	3	4	5	N
Cumprimento dos objetivos do Programa	4.60	0.5%	1.1%	4.5%	25.6%	68.2%	550
Satisfação geral com o Programa	4.54	0.6%	0.4%	3.7%	35.1%	60.3%	544
Adesão por parte dos alunos, formandos e aprendentes da entidade	4.40	1.1%	2.0%	9.5%	31.0%	56.4%	539
Papel da entidade proponente nos projetos em que a minha entidade foi parceira ou de acolhimento	4.34	0.6%	0.8%	10.8%	39.8%	48.1%	530
Papel das entidades parceiras nos projetos em que a minha entidade foi coordenadora	4.14	1.2%	2.3%	17.3%	39.5%	39.7%	481
Adesão por parte dos trabalhadores da entidade	4.05	0.5%	5.1%	22.0%	33.9%	38.5%	546
Volume de trabalho de administração no decorrer do projeto	3.30	3.1%	17.1%	39.0%	28.1%	12.7%	544

Discriminando por setores ou áreas de atuação (Tabela 85), descobre-se que são as entidades do Ensino Superior que se mostram menos satisfeitas com todas as dimensões avaliadas. Ainda assim, as respostas destas entidades estão, em média, acima do ponto médio de 3. As entidades do Ensino Escolar, da Educação de Adultos e do Ensino e Formação Profissional apresentam, em geral, resultados semelhantes entre si. A exceção é no volume de trabalho de administração, em que as entidades da Educação de Adultos identificam uma maior satisfação neste tópico do que as demais, enquanto as entidades do Ensino Escolar se manifestam especialmente satisfeitas com as suas parceiras proponentes.

Tabela 85: Satisfação com o Programa Erasmus+ 14-20 por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Cumprimento dos objetivos do Programa	4.30	4.64	4.66	4.65
Volume de trabalho de administração no decorrer do projeto	3.12	3.30	3.57	3.28
Papel das entidades parceiras nos projetos em que a minha entidade foi coordenadora	3.84	4.22	4.17	4.13
Papel da entidade proponente nos projetos em que a minha entidade foi parceira ou de acolhimento	3.98	4.45	4.32	4.32
Adesão por parte dos trabalhadores da entidade	3.57	4.09	4.17	4.03
Adesão por parte dos alunos, formandos e aprendentes da entidade	3.68	4.54	4.41	4.45
Satisfação geral com o Programa	4.18	4.63	4.63	4.54
<b>N</b>	<b>60</b>	<b>356</b>	<b>116</b>	<b>243</b>

Finalmente, as entidades partilharam, em resposta aberta, outros aspetos, positivos ou negativos, que a entidade tenha experimentado durante a sua participação no Programa Erasmus+ 14-20 (75 respostas válidas). Aqui, algumas entidades notaram que o Programa teve um efeito assinalável em combater o seu isolamento, sobretudo em contexto de interioridade ou de insularidade (2 inquiridos). Foi também notada uma maior promoção da entidade junto da sua comunidade (3 inquiridos). Já entre os aspetos negativos, algumas entidades referiram a dificuldade em assegurar a coordenação das entidades parceiras (2 inquiridos). Este foi o caso de uma entidade parceira, que mencionou ter pouco controlo efetivo sobre o projeto que é proposto em candidatura, mas também de uma entidade coordenadora, que revelou as dificuldades que sentiram em garantir o cumprimento das obrigações das parceiras. A elevada carga burocrática associada à execução do projeto foi, também, mencionada como ponto de insatisfação (10 inquiridos). Foram finalmente mencionados problemas de natureza financeira associada ao financiamento dos projetos:

- Falta de adequação dos montantes previstos para as despesas necessárias (5 inquiridos);
- Incumprimento de prazos (7 inquiridos);
- Pouca autonomia para a gestão financeira (8 inquiridos);
- Carência de auxílio ou de acompanhamento por parte da ANE+EF a estes níveis (2 inquiridos).

Relativamente aos utentes e trabalhadores que participaram nas atividades, as entidades notaram como principais aspetos positivos a melhoria do desempenho escolar e da empregabilidade, a abertura de horizontes, o maior contacto intercultural e o fomento da tolerância (10 inquiridos). Foi também indicado como positiva a possibilidade de participação no Programa de estudantes com dificuldades económicas ou necessidades educativas especiais (2 inquiridos). Já entre os aspetos negativos, salientam-se os seguintes:

- Desmotivação dos estudantes com as tarefas, burocráticas e letivas, que resultam da participação em ações de internacionalização (5 inquiridos);
- Compromissos laborais e familiares especialmente fortes nos estudantes adultos (1 inquirido);
- Perceção parental de que a participação em ações como as de mobilidade conflitua com o desempenho escolar (1 inquirido);
- Limitação horária dos docentes para participar, já que as horas de contacto letivo têm de ser compensadas anterior ou posteriormente (5 inquiridos);
- Dificuldades com a língua inglesa (1 inquirido);
- Desconhecimento dos benefícios da participação (1 inquirido).

### 5.6.3. Posição da entidade em relação ao Programa Erasmus+ 21-27

O inquérito permite-nos, também, conhecer a posição da entidade relativamente ao Programa Erasmus+ 21-27. Aqui, contam-se as respostas tanto das entidades que participaram como as que não participaram no Programa Erasmus+ 14-20, num total de 648 respostas. A Tabela 86 sumaria a posição das entidades inquiridas. Destas, 67% afirma ter participado no Programa Erasmus+ 21-27, 16.8% refere ter-se candidatado e apenas 16.2% das entidades indicam não se terem candidatado ou beneficiado do Programa atual.

Tabela 86: Participação no Programa Erasmus 21-27 (arredondamento às décimas)

Posição da Entidade	N	Frequência
Já beneficiou do Programa	444	67.0%
Já se candidatou, mas não beneficiou do Programa	109	16.8%
Não se candidatou nem beneficiou do Programa.	105	16.2%
<b>Total</b>	<b>658</b>	<b>100%</b>

Quando discriminamos por setor (Tabela 87), constatamos que são as entidades do Ensino Superior aquelas com maior participação no Programa Erasmus+ 21-27. Seguem-se-lhes as entidades da Educação de Adultos e do Ensino e Formação Profissional - Destas, cerca de 74% já participou e 16% já se candidatou ao Programa atualmente em vigor. Uma proporção inferior caracteriza as entidades do Ensino Escolar, com apenas 63% das entidades a beneficiarem do Programa atual e mais 18.7% a tentarem uma candidatura.

Tabela 87: Participação no Programa Erasmus 21-27 por setor (arredondamento às décimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Já beneficiou do Programa	92.0%	63.0%	74.0%	73.0%
Já se candidatou, mas não beneficiou do Programa	4.8%	18.7%	16.6%	16.3%
Não se candidatou nem beneficiou do Programa.	3.2%	18.3%	9.4%	10.7%
Número de observações	62	433	127	271

Esta descrição assemelha-se à do Programa Erasmus+ 14-20 (Tabela 40). Com vista a aprofundar esta comparação, discriminamos a participação no Programa Erasmus+ 21-27 de acordo com a participação no Programa Erasmus+ 14-20 (Tabela 88). Como seria de esperar, há uma correlação significativa entre a participação nos dois programas. Às entidades que não participaram no Programa anterior corresponde uma participação ou intenção de participação (61%) mais baixa no Programa atual do que às entidades que participaram como parceiras (82.2%), coordenadoras (83.6%) ou com ambos os papéis (95.6%).

Tabela 88: Participação no Programa Erasmus 21-27 por participação no Programa anterior (arredondamento às décimas)

Erasmus+ 21-27 \ Erasmus+ 14-20	Não	Sim, como parceira ou de acolhimento	Sim, como coordenadora	Sim, como coordenadora e como parceira ou de acolhimento
Já beneficiou do Programa	39.0%	62.0%	63.9%	85.6%
Já se candidatou, mas não beneficiou do Programa	22.0%	20.2%	19.7%	10.0%
Não se candidatou nem beneficiou do Programa.	39.0%	17.8%	16.4%	4.4%
Número de observações	100	258	61	229

Finalmente, entre as entidades que não se candidataram nem beneficiaram do Programa Erasmus+ 21-27, indagou-se a probabilidade de ainda se candidatarem a este Programa. Os inquiridos responderam escolhendo entre “1 – Não, de todo”, “3 – Com alguma probabilidade” e “5 – Sim, com certeza”. A Tabela 89 resume os resultados obtidos. A maioria indica antever a sua participação futura no Programa.

Tabela 89: Probabilidade de participação no Programa Erasmus+ 21-27 entre os não beneficiários (arredondamento às décimas)

Probabilidade de Participação no Programa Erasmus+ 21-27	Total (N)	Frequência
1 – Não, de todo	13	12.4%
2	9	8.6%
3 – Com alguma probabilidade	32	30.5%
4	14	13.3%
5 – Sim, com certeza	37	35.2%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

## 5.7. OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO NOUTROS PROGRAMAS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

Finalmente, as entidades que participaram no Programa Erasmus+ 14-20 foram inquiridas sobre a sua intenção de participar noutros programas de apoio à internacionalização. Os programas que as respondentes tinham presentes eram os mesmos já descritos na Secção 5.3. Já as questões aproximaram-se das feitas aos não beneficiários do Programa Erasmus+ 14-20 com vista a conhecer as razões para a sua não-participação e as ações que a teriam fomentado (Secção 5.5.2).

### 5.7.1. Razões para a não-participação noutros programas de apoio à internacionalização

Face a um conjunto de seis razões para a não-participação noutros programas de apoio à internacionalização, os inquiridos responderam escolhendo entre “1 – Discordo Totalmente” e “5 – Concordo Totalmente”. A Tabela 90 resume os resultados.

Apenas uma das razões foi valorada acima do ponto médio da escala, o que indicia que as razões sugeridas não são vistas pelas entidades como razões fortes para a sua não-participação. A razão mais consequente parece ser a falta de recursos para a preparação de candidaturas. Já a mais inconsequente é a ausência de necessidade de alternativas de financiamento externo: os inquiridos reconhecem delas necessitar, para além dos programas Erasmus+, para lograrem os seus objetivos de internacionalização.

Tabela 90: Razões para a não participação noutros programas de apoio à internacionalização (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Afirmação	Média	1	2	3	4	5	N
Falta de recursos para a preparação de uma candidatura	3.20	18.0%	13.7%	22.8%	21.6%	23.9%	518
Inadequabilidade das fontes à estratégia de internacionalização da minha entidade	2.60	33.5%	13.1%	27.1%	12.5%	13.8%	513
A minha entidade tem dificuldades em satisfazer os requisitos de participação nos programas	2.26	42.3%	15.5%	23.1%	12.1%	7.0%	511
Rejeição das minhas candidaturas na avaliação dos programas	2.23	45.5%	14.5%	21.5%	8.5%	9.9%	503
A participação num projeto destes seria demasiado complicada para a minha entidade	2.21	44.4%	15.6%	21.8%	10.9%	7.2%	513
A entidade não necessita de outras fontes externas para cumprir os seus objetivos de internacionalização	1.68	64.1%	15.8%	12.3%	4.1%	3.7%	512

Discriminando por setor (Tabela 91), não se notam diferenças significativas entre os grupos. A razão “rejeição das minhas candidaturas na avaliação dos programas” recebe uma avaliação mais elevada pelas entidades do Ensino Superior e mais baixa pelas do Ensino Escolar. Isto indicia que as entidades do Ensino Superior serão as mais proativas na busca de fontes de financiamento para os seus objetivos de internacionalização. São também estas as entidades que mais consideram necessitar de outras fontes externas para o cumprimento dos seus objetivos de internacionalização.

Tabela 91: Razões para a não participação noutros programas de apoio à internacionalização por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Inadequabilidade das fontes à estratégia de internacionalização da minha entidade	2.64	2.64	2.54	2.53
Falta de recursos para a preparação de uma candidatura	3.22	3.18	3.17	3.19
Rejeição das minhas candidaturas na avaliação dos programas	2.53	2.14	2.38	2.26
A minha entidade tem dificuldades em satisfazer os requisitos de participação nos programas	2.24	2.25	2.35	2.16
A participação num projeto destes seria demasiado complicada para a minha entidade	2.05	2.23	2.10	2.16
A entidade não necessita de outras fontes externas para cumprir os seus objetivos de internacionalização	1.48	1.69	1.75	1.70
Número de observações	58	336	111	230

### 5.7.2. Participação atual e intenção de participação noutros programas de apoio à internacionalização

Na Tabela 92 sumaria-se não só a participação hoje, mas também a intenção de participar noutros programas de apoio à internacionalização. Já na Tabela 93 os resultados encontram-se discriminados por setores ou áreas de atuação. Aproximadamente 3 em 10 entidades participam noutros programas de apoio à internacionalização. Há, no entanto, diferenças entre setores. Entre as entidades do Ensino Escolar, apenas 26% participa noutros programas, enquanto as entidades dos outros setores apresentam valores próximos ou acima dos 40%.

Tabela 92: Frequência de participação noutros programas de apoio à internacionalização (arredondamento às décimas)

Participação noutras fontes de financiamento para a internacionalização	Frequência	%
Sim	157	29.0%
Não	385	71.0%

Tabela 93: Frequência de participação noutros programas de apoio à internacionalização por setor (arredondamento às décimas)

Setor	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Sim	44.8%	26.3%	40.5%	37.5%
N	58	353	116	243

Entre as entidades que não participam noutros programas de apoio à internacionalização, apenas uma percentagem reduzida (20.9%) parece ter uma intenção forte de se candidatar, sendo que a classe modal é a candidatura com alguma probabilidade (Tabela 94).

Tabela 94: Probabilidade de participação noutros programas de apoio à internacionalização entre os não beneficiários (arredondamento às décimas)

Probabilidade de participação noutras fontes de financiamento para a internacionalização	Total (N)	Frequência
1 – Não, de todo	62	16.4%
2	71	18.8%
3 – Com alguma probabilidade	166	43.9%
4	27	7.1%
5 – Sim, com certeza	52	13.8%
<b>Total</b>	<b>378</b>	<b>100%</b>

Analisando por setor, nota-se que são as entidades do Ensino Superior as que manifestam intenção mais forte de se candidatar a outras fontes (Tabela 95). Por outro lado, as entidades do Ensino Escolar manifestam a intenção mais fraca. Isto dito, as diferenças não são de grande ordem de magnitude.

Tabela 95: Probabilidade de participação noutros programas de apoio à internacionalização entre os não beneficiários por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Setor	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Média	3.42	2.69	3.01	2.91
N	31	255	69	149

### 5.7.3. Ações que contribuiriam para uma maior participação noutros programas de apoio à internacionalização

Depois de conhecidas as razões da não participação noutros programas de apoio à internacionalização, indagou-se as ações que fomentariam a participação das entidades. Para um conjunto de ações, os inquiridos responderam escolhendo entre “1 – Discordo Totalmente” e “5 – Concordo Totalmente” que a ação em causa fomentaria a sua participação. A Tabela 96 resume os resultados obtidos.

Tal como na Secção 5.5.2 em relação à participação no Programa Erasmus+ 14-20, é a realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas que as entidades mais consideram fomentar a sua participação noutros programas de apoio. De igual forma, a divulgação dos programas é, entre as sugeridas, a ação considerada, em média, menos eficaz.

Tabela 96: Ações que fomentariam a participação noutros programas de apoio à internacionalização (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

Ação	Média	1	2	3	4	5	N
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	4.06	6.5%	5.2%	14.0%	23.8%	50.4%	520
Realização de sessões de esclarecimento das regras do Programa	3.83	8.4%	6.5%	19.3%	25.0%	40.8%	524
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	3.84	8.2%	6.9%	17.9%	26.9%	40.1%	524
Maior divulgação do Programa	3.72	10.7%	6.3%	20.1%	26.4%	36.5%	523

Discriminando por áreas de atuação ou setores (Tabela 97), não se vislumbram diferenças notáveis entre as entidades de diferentes setores.

Tabela 97: Ações que fomentariam a participação noutros programas de apoio à internacionalização por setor (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Maior divulgação do programa	3.83	3.74	3.69	3.73
Realização de sessões de esclarecimento das regras do Programa	3.86	3.86	3.82	3.79
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	3.83	3.88	3.82	3.81



	Ensino Superior	Ensino Escolar	Educação de Adultos	Ensino e Formação Profissional
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	3.98	4.12	4.04	4.00
Número de observações	59	342	111	228

Cruzando com a participação no Programa Erasmus+ 14-20 (Tabela 98), também não se encontram diferenças entre entidades coordenadoras e entidades parceiras ou de acolhimento.

Tabela 98: Ações que fomentariam a participação noutros programas de apoio à internacionalização por participação no Programa Erasmus 14-20 (média, mín. 1 e máx. 5, arredondamento às centésimas)

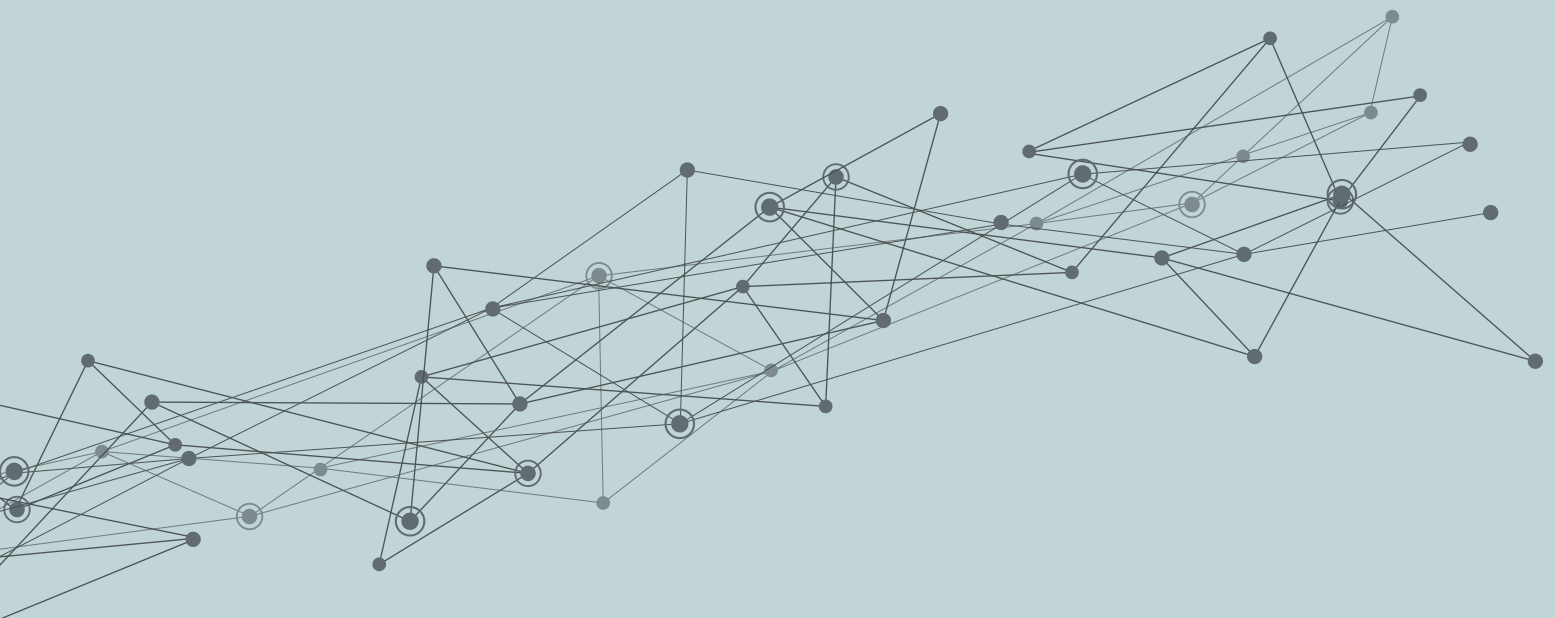
	Sim, como parceira ou de acolhimento	Sim, como coordenadora	Sim, como coordenadora e como parceira ou de acolhimento
Maior divulgação do programa	3.74	3.73	3.68
Realização de sessões de esclarecimento das regras do Programa	3.86	3.88	3.80
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	3.91	3.78	3.78
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	4.12	4.05	4.00
Número de observações	244	59	222

Finalmente, as entidades puderam sugerir, em resposta aberta, outras ações que, da sua perspetiva, teriam fomentado a sua participação noutros programas de apoio à internacionalização (21 respostas válidas). As sugestões sintetizam-se pelas seguintes:

- Facilitação do contacto com as entidades promotoras dos outros programas (2 inquiridos);
- Fornecimento de formação para a elaboração de candidaturas (4 inquiridos);
- Simplificação de regulamentos e da burocracia, explorando-se potenciais semelhanças nas candidaturas realizadas a vários programas (2 inquiridos);
- Alargamento da tipologia de entidades que se podem candidatar aos programas (1 inquirido);
- Reconhecimento na avaliação de desempenho dos trabalhadores da importância da participação neste tipo de atividades, como a captação de fundos externos para a internacionalização (4 inquiridos);
- Redução das exigências de cofinanciamento por parte da entidade (3 inquiridos).

# 6

## Análise qualitativa da internacionalização



## 6. Análise qualitativa da internacionalização

### 6.1. ESTRATÉGIAS E ENTENDIMENTOS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO

O primeiro aspeto abordado nas entrevistas foi a questão da internacionalização, incluindo o próprio entendimento que diferentes atores têm deste conceito, os objetivos para a internacionalização das suas entidades, as atividades que desenvolvem neste sentido e a existência (ou não) de uma estratégia formal para a internacionalização.

#### 6.1.1. Sobre o conceito de internacionalização

Para poder compreender a posição das diferentes entidades auscultadas no âmbito deste estudo relativamente à internacionalização, consideramos relevante clarificar em primeiro lugar o entendimento que se tem, nas diversas entidades, sobre o próprio conceito de internacionalização. Em várias entidades, a internacionalização surge principalmente como troca, nomeadamente ao nível de conhecimentos e práticas organizacionais e pedagógicas, bem como uma oportunidade para contactar e colaborar com pessoas de outros países. Por exemplo, internacionalização significa:

*Ter pessoal docente e não docente em contacto com pessoas internacionais, fora de Portugal. Ou também trazer pessoas do estrangeiro para aqui, para a escola. [Essa] é a visão que se tem aqui na escola, do contacto do pessoal com o estrangeiro, instituições do estrangeiro e fazer projetos em conjunto. (Escola Profissional).*

A questão do contacto com outras pessoas e experiências surge como central também na definição de internacionalização apresentada pelo representante da Escola Privada, nomeadamente:

*Permitir que os alunos conhecessem outras experiências, outros colegas de outras escolas, de outros países, que os próprios professores tivessem essa experiência. E portanto, para mim e para nós, a internacionalização da escola, do colégio, seria abrir o colégio a outras identidades, a outras formas de ensino, a outros alunos, a outros países... portanto abrir a nossa identidade portuguesa [...] a outras experiências de vida e a outros ambientes. Para nós internacionalização é isso. (Escola Privada)*

No entendimento da representante do Agrupamento Público de Escolas 1, a principal característica da internacionalização é a possibilidade da troca, a nível internacional, de práticas pedagógicas, entendimentos culturais, interesses e conhecimentos. Na perspetiva desta participante, à internacionalização está aliado o ideal da inclusão, no sentido em que é através da mobilidade internacional que muitos alunos com menos oportunidades têm acesso a oportunidades únicas de aprendizagem.

*Eu diria que a internacionalização [...] é uma troca, e claro, a nível internacional, de vários fatores. Eu salientei a palavra troca, e esses fatores que assentem numa visão do mundo global, democrático, participado e inclusivo. Que fatores são esses? São os fatores pedagógicos, são os fatores culturais, são os fatores da língua, dos interesses, do conhecimento do próprio mundo. [...] Uma troca que vai estar sempre presente, sobretudo para quem tem menos oportunidades. O conhecer um outro mundo, o poder viajar, o poder estar num hotel, é uma oportunidade. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

Neste contexto, a internacionalização surge em estreita ligação com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que esta entidade escolar estabelece para os seus alunos e alunas.

*A internacionalização sustenta-se numa troca de diferentes coisas, [...] a nível internacional, e que ancora em quê? Em progressos e desenvolvimento para o aluno. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

Na mesma lógica, o representante do Agrupamento Público de Escolas 2 entende a internacionalização na sua ligação com o desenvolvimento de competências dos e das alunas. Neste sentido, a internacionalização é vista não necessariamente como um processo que impacta a própria entidade, mas principalmente os seus educandos. Possivelmente em resultado de um mundo cada vez mais globalizado e suas exigências de formação, há também nesta entidade educativa um objetivo de formar não apenas cidadãos nacionais, mas também internacionais.

*Para mim [internacionalização] é mesmo entrar nas parcerias europeias, numa altura em que é muito importante a nível [...] de competências. Nós temos crianças desde a educação pré-escolar até ao secundário. E logo que a criança entra no jardim da infância, entra no sistema educativo, [...] isso é um contributo para mais tarde atingirem as competências, do perfil de competências à saída da esco-*

*laridade obrigatória. E tudo o que seja mais valias em termos de certificados, de formação, ao longo do processo de desenvolvimento dessas competências, é benéfico para os alunos. Por isso, para mim internacionalização é mesmo o agrupamento apostar em que os alunos entrem nestas parcerias europeias e sejam não só cidadãos nacionais, como internacionais. (Agrupamento Público de Escolas 2)*

A visão sobre internacionalização transmitida pela Associação Empresarial está muito mais ligada à natureza desta entidade, no que diz respeito principalmente à componente empresarial e não necessariamente educativa. É interessante observar como, neste contexto, a internacionalização não surge como opção, mas como necessidade, ligada também ao desenvolvimento regional.

*Numa lógica muito de negócio pura e dura, [internacionalização] é as empresas ou as organizações se abrirem a novos mercados e poderem trabalhar noutras latitudes, seja exportando para outros países, porque a maior parte das empresas nossas associadas trabalha sobretudo para o mercado nacional. Ou então, eventualmente, abrirem pontos de venda, abrirem fábricas noutros países. [...] A internacionalização é quase que uma necessidade para que as empresas possam continuar a expandir. [...] Isto numa lógica mais empresarial. [Depois] a internacionalização passa por também ajudar a facilitar o processo de abertura da nossa economia, da nossa região ao exterior. (Associação Empresarial)*

Ao mesmo tempo, no que diz respeito à dimensão educativa, o entendimento que a Associação Empresarial apresenta está em linha com os relatos acima referidos dos representantes dos Agrupamentos Públicos de Escolas, entendendo a internacionalização como um fim para melhorar as competências dos jovens e proporcionar novas experiências e aprendizagens. É importante destacar aqui também o papel central que o Programa Erasmus+ assume para esta entidade no que diz respeito à internacionalização.

*As ações de internacionalização que temos em educação e formação são, eu diria quase que exclusivamente, através do Programa Erasmus. E fazemo-lo a dois níveis. Nós somos entidade formadora de jovens em cursos de aprendizagem e, portanto, nessa medida aquilo que nós fazemos é enviar os nossos jovens para estágios em outros países. E vemos, obviamente, com o interesse de melhorar as competências deles, terem novas aprendizagens, melhorarem os currículos deles. (Associação Empresarial)*

Para além da ligação entre internacionalização e jovens formandos, os dados indicam um entendimento da internacionalização como potenciadora de mudanças nas práticas organizacionais. O anterior entendimento da internacionalização como troca revelado pela representante do Agrupamento Público de Escolas 1 é partilhado também por esta Associação Empresarial:

*E, por outro lado, fazemos também, ao abrigo do Programa Erasmus, parcerias com outros parceiros internacionais, mais para troca de experiências e boas práticas, do ponto de vista organizacional. (Associação Empresarial)*

A ideia da internacionalização como troca surge também no entendimento da representante da Câmara Municipal, onde a importância do Programa Erasmus+ para a criação de um espaço europeu para a educação torna-se também evidente:

*Para nós é fundamental as escolas... as organizações de educação e de Ensino e Formação Profissional do nosso território conhecerem e viverem as boas práticas de outros sistemas educativos europeus. Para nós é muito importante, porque tudo que elas vão aprender, elas vão aplicar no nosso território. Portanto a política é esta, é de difundir o Programa Erasmus+ junto das nossas organizações, capacitá-las, potenciá-las e trabalhar em rede com outras escolas europeias e com outras instituições europeias que operam e que contribuem para o espaço europeu da aprendizagem, o espaço europeu da educação. (Câmara Municipal)*

Houve também entrevistados que tiveram dificuldades em elaborar uma definição da internacionalização, quer pela sua complexidade, quer pela existência de outros conceitos complementares, como por exemplo o de europeização e de globalização. No entendimento da representante do Politécnico Público, existem muitas opiniões e interpretações relativamente à internacionalização. A mesma entrevistada distingue, por exemplo, internacionalização na Europa e fora da Europa.

Noutra entidade do Ensino Superior, neste caso uma Universidade Pública, a internacionalização é entendida como abertura e exposição a um ambiente internacional. Salienta-se também que a internacionalização vai muito para além da questão dos estudantes em mobilidade, abarcando muitas outras dimensões e, nomeadamente, a investigação:

*Há muito a ideia de que a internacionalização são estudantes de mobilidade, e isso para qualquer docente que faça uma investigação em conjunto que publica com os seus pares a nível europeu ou fora da Europa, percebe-se que a internacionalização está em prática em todas as dimensões da universidade, em tudo aquilo que faz, em todos os seus projetos, muito na investigação. Portanto, internacionalização, do meu ponto de vista, é a capacidade que a universidade tem de trabalhar num contexto internacional. Não só no seu contexto local, mas também no seu contexto internacional e, sobretudo, trazer muitas mais-valias [através de] essa exposição internacional que tem. [Internacionalização é] a capacidade de trabalhar, ser competitiva, ser atrativa num contexto internacional. (Universidade Pública)*

A mesma entrevistada resume o trabalho feito pelo seu serviço, que entende como uma operacionalização da estratégia de internacionalização da equipa reitoral em funções: “nós levamos a universidade ao mundo e trazemos o mundo à universidade”. Uma visão semelhante é trazida por entrevistados de uma Universidade Privada que entendem a internacionalização como:

*Um processo de desenvolvimento de atividades que têm um foco global... não se limitam ao nosso território, mas que são desenhadas para projetarem a instituição fora de portas, ou para criar um ambiente internacional cá dentro, dentro da universidade. (Universidade Privada)*

Ademais, a internacionalização é entendida nesta entidade tanto na sua componente de ensino, como também de investigação:

*O que nós pretendemos e tentamos que aconteça, é praticar uma educação global, ou seja, formar alunos para um mundo global, para mercado e organizações que são globais e, no fundo, preparar os alunos para aceitarem desafios em qualquer parte do mundo. Isto na vertente ensino, naturalmente. Porque também temos um compromisso interno, obviamente, com o desenvolvimento desse ensino global, mas incluindo também a internacionalização da investigação, da transferência de conhecimento e de uma maneira que nós nos tentemos guiar por padrões internacionais no desenvolvimento dessas atividades. (Universidade Privada)*

Uma visão particular sobre a internacionalização é apresentada pelo representante de uma Escola Cooperativa, em que a internacionalização surge como uma estratégia fundamental à própria existência e sustentabilidade da entidade.

*Internacionalização para nós significa, por um lado, sobrevivência, porque durante muitos anos foram os projetos internacionais que mantiveram a escola aberta, mesmo do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista dos recursos, de energia, de atividades. (Escola Cooperativa)*

Tratando-se de uma entidade educativa fora do sistema de ensino geral, esta entidade conta com financiamentos fixos escassos, tendo de recorrer principalmente a projetos internacionais para assegurar a sua sustentabilidade. Para além de ser um instrumento de financiamento, a internacionalização surge para esta entidade como uma possibilidade de partilhar e transferir práticas e metodologias de educação não-formal, que estão no centro da intervenção feita por esta entidade, bem como constituir um palco para o reconhecimento internacional do trabalho realizado.

*Mas [internacionalização] significa muito mais do que isso. Eu gosto de pensar que os projetos internacionais nos dão a possibilidade de estar a par do que melhor se faz [...] na nossa área na Europa. Isso é um privilégio enorme e uma fonte de inspiração muito grande. E também, modestamente, a experiência da escola é bastante mais conhecida na Europa do que em Portugal, e bastante mais reconhecida. E, portanto, nós achamos que também é um palco, digamos, um patamar de partilha e de transferência das práticas. (Escola Cooperativa)*

Apesar da diversidade de entidades auscultadas na componente qualitativa deste estudo, torna-se claro através destes excertos que existem entendimentos partilhados relativamente ao conceito de internacionalização. Este surge, por um lado, como uma oportunidade para partilhar ideias e práticas institucionais com vista à sua melhoria e, por outro lado, como uma oportunidade de aprendizagem única, para diferentes atores, mas principalmente para jovens alunos e estudantes.

#### **6.1.2. Objetivos para a internacionalização**

Depois de recolhidos os entendimentos que diferentes entidades têm sobre o próprio conceito de internacionalização, procuramos compreender que objetivos concretos as diferentes entidades educativas apresentam relativamente à internacionalização. Não surpreendentemente, nas entidades escolares os principais objetivos parecem estar intrinsecamente ligados à questão da aprendizagem e da inclusão:

*A questão do internacional para os alunos é uma mais-valia nas suas aprendizagens. [...] A questão da cidadania principalmente. Neste momento também se fala muito a nível dos projetos na inclusão. [Um colega dizia mesmo] “Quando fizerem uma parceria envolvam os alunos [...] que tenham necessidades e que sejam diferentes. Envolvam todos os alunos, não excluam ninguém”. E essa também é uma das preocupações do nosso agrupamento. [...] Esse é um dos eixos essenciais, a inclusão desses meninos. (Agrupamento Público de Escolas 2)*

No quadro do Agrupamento Público de Escolas 1, os principais objetivos de internacionalização estão também relacionados com os mesmos dois eixos: aprendizagem e inclusão. Os principais objetivos de internacionalização elencados por esta entidade são: aumentar o sucesso académico dos alunos, desenvolver competências pessoais e sociais dos jovens, promover a igualdade e a equidade, promover a cidadania europeia, utilizar competências multilíngues e plataformas online, incentivar a criatividade e envolver alunos de diferentes níveis de ensino. Nesta entrevista, é dada também uma ênfase especial à partilha e colaboração entre diferentes atores escolares, incluindo os alunos, professores e outros profissionais da escola, e a busca pela qualidade e eficácia da educação e formação em geral.



*O objetivo final é sempre conseguirmos que a nível do aluno haja progressos e desenvolvimento. O que se espera de uma escola vai sempre para o nível académico. O aumento do sucesso académico, metas a nível do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, desenvolver todas essas competências. Isso sem dúvida que está em cima da mesa. Se pudermos fazer isso com uma visão global, tanto melhor, obviamente. Mas o objetivo da internacionalização não se fica por aqui. Fica-se na tal partilha, que é como dizia, a partilha e a colaboração. O tal horizonte do mundo global que nós conseguimos proporcionar ao aluno, e até ao próprio pessoal. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

*Se existe um elemento que defende acerrimamente com os seus ideais e com as suas evidências que importa que o aluno de alto rendimento, o aluno de potencial, o aluno que investe, o aluno que mostra trabalho para determinado tema e para participar numa determinada mobilidade, sim seja um fator decisor para ser selecionado, também existe em contraponto outro elemento que diz mas não nos vamos esquecer daquele aluno que não tem iniciativa pela sua condição, que não é capaz de fazer uma manifestação de interesse pela sua condição, que não arrisca pela sua condição e que nós temos que ir lá e dizer-lhe “vá lá, isto também é para ti”. E é um aluno que se calhar tem imensas negativas, porque o contexto do aluno não lhe permite ter melhor sucesso académico. Então, se o envolvermos aqui, nós vamos estar a estimular um sucesso académico que pode não ser no imediato, mas no imediato estamos a facultar sucesso pessoal, desenvolvimento pessoal, desenvolvimento social, que depois há de levar a outras variáveis. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

No caso da Escola Privada, a questão da aprendizagem dos e das alunas surge também como central, e compreende um conjunto diverso de aprendizagens:

*A nível dos alunos, os objetivos passam por [...] aperfeiçoar a língua, perceber como é que os outros colegas estudam, vivem, como é que é o seu modo de vida. (Escola Privada)*

A aprendizagem dos professores e da própria entidade surge também como um objetivo para a internacionalização:

*[Sobre] os professores, perceber formas de ensinar e de aprender, métodos de trabalho, organização escolar. São diferentes âmbitos que nós tentamos, muitas vezes até informalmente, perceber nas escolas por onde fazemos projetos e por onde temos passado. Perceber como é que elas se organizam e como é que nós podemos fazer disso uma mais-valia para a nossa organização. (Escola Privada)*

Para a representante da Câmara Municipal, os objetivos de internacionalização daquela entidade não passam tanto pela questão das aprendizagens a nível individual, mas referem-se a um nível mais macro, em linha com as políticas educativas a nível europeu.

*Contribuir para o espaço europeu da educação, sem dúvida alguma. Para aprender as boas práticas, para conhecer outros sistemas educativos europeus, para estabelecer aqui o contato e a cidadania europeia, até reforçar aqui a identidade europeia. Para percebermos que é um espaço comum, portanto nós somos cidadãos europeus. [...] Basicamente é partilhar e circular pela Europa, como um espaço de todos. Pronto para fomentar e permitir o livre acesso, a liberdade de opção para trabalhar, para estudar, para fazer formação, para ter as mesmas oportunidades de formação, para o mesmo reconhecimento em termos de validação de competências. (Câmara Municipal)*

No caso da Escola Cooperativa, onde o trabalho internacional sempre fez parte da lógica de funcionamento, os objetivos de internacionalização passam mais pelo fortalecimento deste trabalho em rede, havendo três áreas prioritárias:

*Intercâmbio, mobilidades, quer de jovens quer de formadores; formação de profissionais; e investigação; porque, sobretudo no nosso campo, é muito importante conhecermos a realidade com que trabalhamos, as mudanças que vão ocorrendo, as dinâmicas. [...] Queremos estabilizar a nossa cooperação, queremos criar a nossa própria rede [...] enfim, queremos juntar a nossa família, digamos assim, de organizações próximas com preocupações comuns. (Escola Cooperativa)*

No caso da Universidade Privada, os principais objetivos da internacionalização passam por proporcionar aos e às estudantes um conjunto de experiências diferentes. Embora a questão da aprendizagem não seja referida de forma direta, ela está implícita neste testemunho:

*Fazer com que os nossos alunos tenham outras experiências e tenham outras vivências com outros professores, com outros alunos, com outras realidades que de outra maneira nunca conseguiriam ter. [...] Perceber que aquilo com que são confrontados é uma realidade completamente diferente daquela que estão habituados, daquela que convivem no seu dia a dia. E eu acho que isso abre muito, pelo menos a um menino de 20 anos ou de 21 anos. [...] Portanto esse é o principal objetivo, é fazer com que as pessoas tenham acesso a outras realidades, outras experiências, outras pessoas, outras culturas. (Universidade Privada)*

Na Universidade Pública, os principais objetivos de internacionalização surgem na relação com as duas grandes missões da universidade: por um lado a formação e o ensino e, por outro lado, a investigação. O lugar que o Programa Erasmus+ ocupa neste objetivo parece ser muito central, nomeadamente pela sua diversidade de oportunidades e benefícios esperados:

*Nós estivemos a trabalhar em metas estratégicas para a universidade atingir até 2030. [...] No caso concreto das relações internacionais, [essas metas] passam muito pelo número de projetos Erasmus. Ou melhor, número de projetos de educação e formação, mas que, na sua essência, na sua larguíssima maioria, são Erasmus. Tudo o que esses projetos podem trazer, dependendo se são projetos de mobilidade, se são parcerias para a cooperação, se são alianças para a inovação, parcerias estratégicas... o Erasmus é muito abrangente e essa é também uma faceta pouco conhecida do Programa. E também as experiências internacionais da [nossa] comunidade, sobretudo dos docentes, investigadores e técnicos. Ou seja, o que é que nós vamos ser capazes de ter como experiência acumulada dos colaboradores até 2030? Isto porque a pessoa que [...] se coloca em contato com um ambiente internacional, com um ambiente mais global, necessariamente, ela é confrontada com outro tipo de necessidades, outro tipo de realidades, e ela vai se adaptar, vai desenvolver mais essas capacidades. E vai ser capaz, muito provavelmente, de criar um contexto de maior inovação, maior abertura, inovação curricular, inovação nos métodos de ensino, na língua. (Universidade Pública)*

Numa outra entidade do Ensino Superior, neste caso um Politécnico Público, os objetivos para a internacionalização parecem ir muito para além da questão da aprendizagem. Representantes desta entidade veem como principal objetivo a integração da internacionalização em todos os aspetos da entidade, criando uma abordagem transversal e dinâmica que contribua para o seu desenvolvimento e fortalecimento no cenário global. Surge, então, como principal objetivo, tornar a internacionalização uma perspetiva transversal, integrando-a em todos os eixos estratégicos da entidade.

*Enquanto anteriormente existia um eixo específico, muito específico relacionado com a internacionalização, atualmente, embora efetivamente esteja plasmado, esteja claro a estratégia da internacionalização no novo plano estratégico, a verdade é que essa internacionalização deixa de ser um eixo em si mesmo, mas passa a ser sobretudo algo transversal. (Politécnico Público)*

Nesta instituição, a internacionalização surge, portanto, como prioridade transversal (a todas as atividades), com um conjunto muito abrangente e diversificado de objetivos:),

- aumentar o número de estudantes internacionais, bem como a oferta de diplomas conjuntos, reforçar as redes de parcerias internacionais;
- fortalecer redes internacionais de investigação;
- qualificar os recursos humanos no sentido do conhecimento do inglês, sensibilização para a questão multicultural e adequação dos serviços de apoio aos alunos internacionais;
- estabelecer alianças estratégicas com universidades de todo o mundo, incluindo a participação em redes internacionais de ensino e investigação;
- recrutar docentes e investigadores a nível internacional;

- publicar em revistas internacionais de referência e colaborar com colegas estrangeiros em pesquisas e publicações;
- melhorar as posições nos rankings internacionais.

No que diz respeito aos objetivos da Associação Empresarial, estes estão alinhados com a dimensão econômica e a missão central desta organização, notando-se uma ausência de objetivos especificamente focados na componente educativa. A internacionalização é vista, por esta entidade, como uma forma de facilitar o processo das empresas locais entrarem em mercados internacionais e estabelecer relações com outros países, de atrair investimentos estrangeiros para a região, de promover o turismo e, portanto, impulsionar o desenvolvimento econômico local, e de estabelecer parcerias internacionais para facilitar a atração de mão de obra, ajudando a suprir a falta de recursos humanos em diversos setores. O entrevistado também destaca que as condições econômicas são voláteis, o que pode levar a ajustes nos objetivos específicos para a internacionalização.

Nesta análise, é possível identificar uma diversidade de perspectivas e objetivos relacionados com a internacionalização nas diferentes entidades educativas auscultadas. Essa diversidade mostra a complexidade e as múltiplas facetas que a internacionalização pode assumir, dependendo do contexto e das necessidades específicas de cada entidade. É notável que, no âmbito das entidades escolares, a aprendizagem e a inclusão surgem como temas centrais dos seus objetivos de internacionalização. Esses objetivos estão frequentemente relacionados com o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos e das alunos, com a promoção da igualdade e da equidade e com a busca pela qualidade da educação. Além disso, a colaboração e a partilha entre diferentes atores escolares são destacadas como elementos fundamentais para alcançar estes objetivos.

No entanto, também é importante mencionar que, em alguns casos, os objetivos da internacionalização vão para além da questão da aprendizagem e abrangem aspetos como a criação de redes internacionais de investigação e a melhoria da cooperação internacional. Em duas entidades do Ensino Superior, a integração da internacionalização em todas as dimensões da entidade surge como objetivo central.

Não surpreendentemente, no caso da Associação Empresarial, os objetivos de internacionalização estão mais relacionados com a dimensão econômica e o desenvolvimento econômico local. Isso evidencia que a internacionalização pode ter diferentes implicações e prioridades, dependendo do tipo de organização e dos interesses envolvidos.

### 6.1.3. Atividades

Uma vez clarificados os objetivos que diferentes entidades têm para a internacionalização, procuramos entender que atividades concretas são desenvolvidas para alcançar esses objetivos. Em várias entidades escolares auscultadas, muitas das suas atividades giram em torno da promoção da mobilidade. Por exemplo, no Agrupamento Público de Escolas 1, que apresenta uma experiência extensa de participação em projetos Erasmus+, uma atividade elencada pela representante desta entidade são os *webinars* para a divulgação das oportunidades de mobilidade:

*Nós vamos ter um webinar [...] onde foi convidado todo o pessoal do agrupamento. [Neste webinar] nós vamos dar-lhes a conhecer o facto de sermos escola acreditada, para este ano o número de mobilidades que se pretende, as áreas nas quais somos escola acreditada, e como é que eles devem fazer a sua manifestação [de interesse]... motivá-los, mostrar-lhes o que são estes aspetos de internacionalização, os objetivos que temos para a internacionalização, os objetivos que estão espelhados no projeto educativo e que se cruzam com a internacionalização, e motivá-los a manifestar interesse. [...] Esta é uma linha de ação que nós temos. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

A representante da mesma entidade destaca que a equipa educacional é formada por membros de diferentes disciplinas e níveis de ensino, o que traz uma riqueza de perspetivas e experiências. A equipa trabalha em conjunto para estruturar linhas de ação e identificar as necessidades do agrupamento. As atividades de internacionalização visam principalmente motivar e informar o pessoal do agrupamento sobre a importância da internacionalização e como se envolver em iniciativas relacionadas.

*Como nós pertencemos a disciplinas diferentes, e a grupos disciplinares diferentes... mesmo os professores, os dois que estão no secundário, um é de história, o outro é de físico-química, logo temos aqui o departamento das ciências exatas e temos outro departamento distinto. [...] Quando precisamos de auscultar alguém, tendo [os] elementos assento no conselho pedagógico, este assunto é discutido em conselho pedagógico. O conselho pedagógico tem um representante de todos os departamentos e é levado a reunião de subdepartamento. Por exemplo, quando fizemos a candidatura para o KA121, para a acreditação, o que é que nós quisemos auscultar? Quais as áreas que eles consideravam que havia necessidade de formação. Quais as áreas que consideravam que seriam as áreas para nós investirmos neste aspeto de internacionalização. Não fomos nós que decidimos que seriam aquelas quatro áreas. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

No Agrupamento Público de Escolas 2, são vistas como atividades em prol da internacionalização os próprios projetos eTwinning e Erasmus+ desenvolvidos. Adicionalmente, são elencados:

*Projetos que a nível local e de autarquia também acabam por ser internacionais. Por exemplo, temos um projeto que é os Jogos Tradicionais, que foi uma iniciativa de um grupo de senhores que começaram a juntar vários jogos tradicionais e também se candidataram a uma verba europeia. E depois começaram a disseminar esses jogos tradicionais envolvendo as escolas também. [...] Outro é [um projeto] que trabalha só com jovens e promove várias iniciativas de intercâmbio e nós nos temos associado. (Agrupamento Público de Escolas 2)*

A Escola Cooperativa, potencialmente pela sua experiência alargada de participação em projetos e cooperações internacionais, apresenta um leque muito diversificado de atividades de promoção da internacionalização, que visam cumprir diferentes objetivos da entidade:

- intercâmbios de jovens – no sentido de proporcionar experiências de mudança de vida e abertura de horizontes, ao criar conexões com outros países e culturas;
- formação de profissionais – oferecer oportunidades para que profissionais participem de cursos e iniciativas de formação em outros países, bem como receber grupos de colegas estrangeiros para experiências de *job shadowing*;
- participação em projetos de investigação e construção de propostas de políticas: envolvimento em projetos de investigação e políticas relacionados com públicos vulneráveis e com o modelo específico de educação desenvolvido nesta escola;
- parcerias ativas em projetos com universidades e outras entidades, buscando contribuir ativamente para a produção de conhecimento no campo de atuação da escola;
- participação em missões de expertise e outras iniciativas de cooperação internacional;
- envolvimento em programas europeus e nacionais com dimensão internacional, como o Cidadãos Ativos gerido pela Fundação Gulbenkian.

Outra entidade que apresenta um conjunto significativamente diversificado de atividades em prol da internacionalização é a Universidade Pública, onde surgem atividades como: estabelecer relações institucionais com parceiros internacionais; participar em redes e conferências internacionais; recrutar proativamente estudantes internacionais; promover a mobilidade de estudantes, professores e investigadores (tanto no âmbito do Programa Erasmus+ como em outros programas regionais, como o Iacobus<sup>6</sup>); participar em projetos internacionais com diferentes objetivos, como financiamento de artigos de investigação e mobilidade para doutorandos.

---

6 Para mais informações, consultar: <https://iacobus.gnpaect.eu/pt>

A pessoa entrevistada salienta que, apesar de se tratar de um serviço conhecido principalmente pela promoção das mobilidades in e out, as suas atividades de internacionalização vão para além disso, englobando parcerias, colaborações, e outras iniciativas que visam fortalecer a presença e o impacto internacional da entidade.

*Portanto acaba por haver assim um conjunto de atividades que vamos fazendo [...] mas essencialmente diria que nós somos muito conhecidos por ser um serviço que viaja muito e recebe os estrangeiros, o que é, digamos, muito redutor. (Universidade Pública)*

Um quadro similar é apresentado pela Universidade Privada, onde se destaca também um conjunto muito diversificado de atividades de internacionalização. Alguns exemplos não mencionados pelas entidades anteriores incluem: atividades de capacitação organizacional, no sentido de qualificar os recursos humanos, através da oferta de cursos em inglês, sensibilização multicultural e adequação dos serviços de apoio para alunos internacionais; a criação de cursos lecionados em inglês, tanto em licenciaturas como em mestrados; e a melhoria das posições nos rankings internacionais: em comparação com outras universidades portuguesas e internacionais.

Diferente destas entidades do Ensino Superior, no Politécnico Privado, a maioria das atividades de internacionalização parecem cingir-se principalmente à mobilidade de estudantes. A participação em projetos Erasmus+ KA2 surge também como uma atividade relevante:

*Nesta altura temos dois projetos a decorrer em simultâneo e estamos a preparar candidaturas para mais três projetos KA2, que são projetos a três anos em que naturalmente está envolvida a participação de docentes nossos com docentes de outras instituições. E nesses projetos KA2 temos sempre uma componente de mobilidade de alunos de curta duração para o desenvolvimento de uma qualquer experiência, ferramenta, o que for, com um objetivo específico. [...] Vamos agora, no início de maio, ter mais uma semana com mais 40 pessoas de fora, em que vamos envolver também alunos nossos e professores nossos, no âmbito de um projeto KA2. No final de maio vamos ter mais 30, 40 pessoas também de outros países, de outras realidades, em que também vamos envolver alunos nossos e docentes nossos. E, portanto, dessa forma, trazer cá as pessoas e organizar atividades no âmbito deste tipo de projeto, é o incentivo que temos para que depois os nossos professores e os nossos alunos queiram participar também em experiências fora de Portugal. (Politécnico Privado)*

No caso da Câmara Municipal, as atividades de promoção da internacionalização estruturam-se em dois eixos principais: atividades de educação e formação para educandos e atividades de formação e melhoria contínua do *staff*. Relativamente aos educandos, destacam-se:

- mobilidades para formandos adultos com foco nas competências digitais, linguísticas e básicas do saber-fazer, envolvendo intercâmbio com escolas europeias que oferecem educação para adultos;
- mobilidades para formandos de cursos profissionais e de aprendizagem: inclui tanto alunos que ainda estão a frequentar cursos profissionais como recém-graduados.

Quanto às atividades para a formação e melhoria contínua do *staff*:

- mobilidades para *staff*: atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento em áreas como competências digitais, competências básicas e comunicação linguística em língua estrangeira;
- mobilidades para docentes e formadores no Ensino e Formação Profissional: envolvimento em atividades de job shadowing e visitas a escolas e empresas relacionadas com as áreas de atuação dos profissionais.

Estas atividades visam fortalecer a presença internacional da entidade, promover a troca de experiências e conhecimentos, e contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal de alunos e profissionais.

No que diz respeito à Associação Empresarial, as principais atividades de internacionalização elencadas são:

- a realização de missões empresariais, levando empresários da região para visitar outros países ou regiões vizinhas, facilitando conexões que possam resultar em negócios;
- promoção de missões inversas, convidando parceiros internacionais para visitar o território local e explorar oportunidades de investimento e estabelecimento de relações;
- participação em feiras profissionais, especialmente no setor do turismo, representando a região em eventos internacionais.

Em linha com os seus objetivos para a internacionalização, as atividades desenvolvidas por esta entidade estão mais relacionadas com a dimensão empresarial do que com a componente educativa. Esta entidade mantém parcerias e protocolos de colaboração com outras entidades, trabalhando de forma recorrente e sistemática para fortalecer a presença internacional e promover o desenvolvimento económico e social da região.



Os dados acima referidos apresentam um panorama detalhado das atividades de internacionalização desenvolvidas por diferentes entidades em Portugal, demonstrando que cada uma possui objetivos e atividades específicas para promover a internacionalização. De maneira geral, observa-se que a mobilidade de estudantes e profissionais é uma atividade comum a várias entidades, principalmente no contexto do Programa Erasmus+.

Entretanto, é importante destacar a diversidade de atividades existentes, como a promoção de *webinars*, projetos internacionais, intercâmbios culturais, formação profissional, parcerias com universidades e participação em missões. Tal diversidade evidencia que a internacionalização é uma preocupação multifacetada, buscando atender às necessidades específicas de cada entidade e do seu público-alvo.

A análise dos dados recolhidos indica que as atividades de internacionalização têm como objetivo principal a troca de experiências e conhecimentos, a construção de parcerias e a promoção do desenvolvimento profissional e pessoal. Essas atividades reforçam a importância de estabelecer conexões entre diferentes países e culturas, contribuindo para a formação de cidadãos globais e prepará-los para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais interconectado. No entanto, é importante ressaltar que a internacionalização não deve ser encarada apenas como uma série de atividades isoladas, mas sim como um processo contínuo e integrado que permeia todas as áreas de atuação de uma entidade (e algumas das entidades auscultados deixam isso claro nos seus objetivos para a internacionalização). Para alcançar resultados efetivos e duradouros, é essencial que as entidades estejam comprometidas com a internacionalização, promovendo uma cultura organizacional que valorize a diversidade, a colaboração e a inovação.

Além disso, é fundamental que as entidades adotem uma abordagem crítica e reflexiva em relação às atividades de internacionalização, avaliando constantemente o impacto dessas ações e identificando áreas de melhoria. Apenas dessa forma será possível garantir que as atividades de internacionalização contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável das entidades e para a formação de cidadãos mais preparados e conscientes do seu papel no contexto global.

#### 6.1.4. A importância da internacionalização

Nesta secção procuraremos compreender que lugar ocupa a internacionalização face a outros objetivos estratégicos das entidades auscultadas. No caso do Agrupamento Público de Escolas 1, a internacionalização surge como um objetivo complementar aos objetivos principais desta entidade que passam pelo desenvolvimento académico e pessoal dos alunos e a promoção da equidade e da inclusão.

*Nós somos uma escola de sucesso académico. [...] Temos alunos que à saída da escolaridade obrigatória, no final dos doze anos, grande parte deles, temos um índice muito elevado, entram na sua prioridade de acesso à universidade, na primeira prioridade. [...] Este trabalho de internacionalização é sempre cruzado com os objetivos que estão plasmados no projeto educativo, que se centra muito no sucesso académico... estão lá as questões da equidade e da inclusão, mas o sucesso académico está muito presente. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

A internacionalização surge, portanto, em complementaridade ao projeto educativo e é trabalhada em conjunto com os alunos e as alunas. Os projetos internacionais nesta entidade envolvem alunos em todas as mobilidades desde o primeiro ciclo ao ensino secundário. Procura-se fomentar a interação entre eles e proporcionar uma experiência enriquecedora, o que está em linha com os objetivos do projeto educativo deste agrupamento, que valoriza o trabalho em pares e o desenvolvimento colaborativo. Em suma, a internacionalização nesta entidade é um objetivo importante que, embora não sendo central, complementa e enriquece os principais objetivos ligados ao desenvolvimento académico e pessoal, e também à inclusão.

Um papel semelhante é atribuído à internacionalização no Agrupamento Público de Escolas 2 onde, apesar da internacionalização ser um objetivo estratégico importante, o principal objetivo é a melhoria da qualidade educativa (com um foco especial na qualidade das aprendizagens das e dos alunos). No entanto, é reconhecida a importância de proporcionar às e aos alunos experiências além-fronteiras, de modo a melhor prepará-los para o mundo globalizado.

*Inserido neste grande objetivo estratégico que é a melhoria da qualidade das aprendizagens, nós sabemos que hoje em dia, estando nós num conceito a nível europeu, nesta aldeia global que hoje é o mundo, nós não podemos ficar satisfeitos com uma aprendizagem só centrada naquilo que são os conhecimentos e o cumprimento do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, só centrada numa realidade portuguesa. (Agrupamento Público de Escolas 2)*

Nesta sequência, a entidade tem trabalhado em programas de intercâmbio, parcerias com outras escolas e países, e tem trazido educadores estrangeiros para partilhar as suas experiências e práticas educativas. Houve também colaborações com universidades para trazer investigadores de outros países para estudar a entidade

e partilhar conhecimentos. É reconhecida a importância de tais esforços no enriquecimento da educação a todos os níveis, desde o pré-escolar até o ensino médio. Nesta entidade, a internacionalização é vista, portanto, como uma componente valiosa e essencial para melhorar a educação e fornecer aos e às alunas uma base sólida para o futuro. Comparada com outros objetivos estratégicos, a internacionalização tem um papel complementar e é um meio importante para alcançar a melhoria da qualidade educativa.

Semelhante aos dois agrupamentos, na Escola Profissional, a internacionalização surge como um objetivo importante, principalmente no desenvolvimento de competências dos e das formandas. Trabalho autónomo, pensamento crítico e responsabilidade são algumas das competências mais valorizadas. No entanto, a representante desta entidade destaca que a falta de tempo e a burocracia interna da escola dificultam o foco na internacionalização. O facto de projetos internacionais serem frequentemente desenvolvidos por um pequeno grupo de pessoas, torna difícil a integração com o resto da escola. Apesar disso, é importante notar que, nesta escola, há uma pessoa cujas funções compreendem o apoio aos esforços de internacionalização, o que constitui uma indicação clara da importância desta questão nos objetivos estratégicos da entidade.

*A realidade da escola [é que] às vezes não dá tempo para nos conseguirmos focarmos mais nesta parte da internacionalização. É mais a falta de tempo e a burocracia, [...] às vezes é essa a dificuldade que nós encontramos. Neste caso, por exemplo, eu normalmente trabalho estas candidaturas, mas porque eu tenho tempo específico para [o] fazer. (Escola Profissional)*

A perspetiva trazida pela Escola Privada é ligeiramente diferente das entidades escolares acima referidas, sendo que a internacionalização surge num plano de bastante menos importância, quando comparado com outros objetivos estratégicos da entidade.

*Eu diria que [a internacionalização] estaria numa terceira escala de valores. Em primeiro lugar, o colégio centra-se nos resultados escolares, por um lado, e na formação integral do aluno, por outro. E o processo de internacionalização, entrando de forma indireta nesses dois pilares, digamos, acaba sempre por estar numa terceira ordem de valores. Isto concretiza-se como? Os alunos que têm piores resultados muitas vezes não podem entrar nestes projetos, os alunos que têm comportamentos mais difíceis também não, e, portanto, acaba por ser ali uma terceira hierarquia. Digamos que os dois pilares fundamentais são os resultados escolares e a questão mais comportamental, e depois num terceiro pilar a questão da internacionalização. (Escola Privada)*

Por outro lado, na Escola Cooperativa que, conforme referido anteriormente, tem uma génese marcada pela cooperação internacional, a internacionalização assume um papel central. Ao mesmo tempo, o representante desta entidade sublinha que a internacionalização não é um fim em si, mas um meio para alcançar outros objetivos estratégicos da entidade:

*Sem dúvida, [a internacionalização] é um objetivo muito central. O que não significa que seja um objetivo em si próprio. Portanto nós não gostamos, digamos, de promover atividades internacionais só para viajarmos, embora viajar é muito importante, evidentemente. Mas, digamos, o objetivo é que estas experiências possam ser usadas como forma de capacitação dos nossos profissionais, como forma de abertura de horizontes dos nossos jovens, de melhoria do nosso projeto pedagógico da escola... portanto que cumpram objetivos da instituição. (Escola Cooperativa)*

Conforme referido anteriormente, nas entidades do Ensino Superior, a internacionalização tende a assumir uma importância acrescida. Por exemplo, na Universidade Privada e no Politécnico Privado, a internacionalização conta-se entre os principais objetivos da entidade:

*A importância da internacionalização é tão grande como a dos outros objetivos que nós temos no nosso plano estratégico... aliás, ela está vertida em várias dimensões do plano estratégico. (Universidade Privada)*

*Há uns anos a esta parte [a internacionalização] está num dos objetivos principais... o nosso plano estratégico tem cinco ou seis elementos principais... não sei precisar agora, e a internacionalização é um dos principais eixos de desenvolvimento da instituição. (Politécnico Privado)*

Noutras entidades do Ensino Superior, como por exemplo o Politécnico Público, a internacionalização não surge apenas como um objetivo entre tantos outros, mas como um objetivo estratégico importante. Enquanto no plano estratégico anterior desta entidade a internacionalização era um eixo específico, no novo plano a internacionalização tornou-se transversal, ou seja, está presente em todos os eixos estratégicos da entidade.

*Aqui a grande diferença entre um plano estratégico e outro é que enquanto anteriormente existia um eixo específico, muito específico relacionado com a internacionalização, atualmente, embora efetivamente esteja plasmado, esteja clara a estratégia da internacionalização no novo plano estratégico, a verdade é que essa internacionalização deixa de ser um eixo em si mesmo, mas passa a ser sobretudo algo transversal. Ou seja, que está presente em todos os eixos que são estratégicos da instituição. E aí efetivamente é demonstrativo da evolução que houve e que se pretende que haja, que efetivamente a internacionalização não seja apenas um objetivo em si mesmo, mas efetivamente algo que se transpõe para toda a atividade da instituição. (Politécnico Público)*

A referida mudança nos planos estratégicos demonstra a evolução da abordagem desta entidade relativamente à internacionalização, fazendo com que deixasse de ser apenas um objetivo isolado, passando a permear toda a atividade da entidade, seja na investigação, inovação, recursos humanos, entre outros. Um relato similar é partilhado pela representante da Universidade Pública:

*De alguma forma, a internacionalização é de facto vista como uma parte muito estratégica da universidade e neste momento ela é transversal, ou seja, não é estanque. Cada vez mais ela está a ser diluída pelas diferentes missões da universidade, portanto percebe-se que a internacionalização é transversal, está em todas as dimensões, [...] em todo o serviço que a universidade presta à sociedade, e em tudo aquilo que cria e tudo aquilo que consegue criar valor, criar conhecimento. E, portanto, desse ponto de vista, considero que no caso particular desta universidade é uma área com muito relevo e com particular atenção da parte política. (Universidade Pública)*

Relativamente à Câmara Municipal, a internacionalização é considerada um objetivo estratégico muito importante. Comparada com outros objetivos estratégicos, a internacionalização é altamente valorizada, pois traz diversos benefícios para os participantes e para a entidade como um todo. Os participantes ganham muito com a internacionalização, pois desenvolvem competências interculturais, de cidadania, comunicação e autonomia. Além disso, contactam com outras línguas e ampliam as suas oportunidades ao conhecer outras pessoas, profissionais e escolas. Há também a possibilidade de fazerem mais estágios ou missões de ensino no exterior. O retorno para a entidade também é positivo, pois os participantes partilham experiências com os colegas que não se envolveram em mobilidades e introduzem boas práticas nas suas rotinas. Essa troca de conhecimento é fundamental para enriquecer a diversidade e fortalecer as entidades.

*É óbvio que o retorno é sempre positivo em termos de organização do nosso território, porque eles [participantes em projetos internacionais] partilham sempre com os seus pares, acabam sempre por introduzir boas práticas, por mais pequenas que sejam, nas suas rotinas. Portanto aprendem sempre alguma coisa e é sempre alguma coisa que fica retida e que acaba naturalmente por ser posta em prática por eles e pelos colegas, o passa-a-palavra. Por isso é fundamental. É esta a riqueza desta diversidade que nós queremos mesmo no âmbito da internacionalização. (Câmara Municipal)*

Portanto, no entender da representante desta entidade, a internacionalização é importante tanto para o desenvolvimento individual dos participantes, quanto para o crescimento e aperfeiçoamento das organizações educativas, bem como para o município enquanto coordenador desses consórcios.

Na Associação Empresarial, a internacionalização é considerada um objetivo estratégico importante e talvez o maior desafio. Comparando com outros objetivos estratégicos, a internacionalização é altamente valorizada, mas também reconhecida como um processo difícil de ser operacionalizado. No contexto do Portugal 2030, a entidade está a identificar oportunidades para acelerar ainda mais o processo de internacionalização. As empresas veem a internacionalização como um fator importante e procuram associações empresariais desta natureza precisamente para as ajudar neste processo de internacionalização, já que enfrentam diversas dificuldades por conta própria. Portanto, a internacionalização é vista como um componente essencial para o sucesso desta associação e dos seus membros.

*Eu diria que estamos agora, no âmbito de Portugal 2030, à espera de tentar identificar oportunidades para podermos acelerar este processo. Agora, que atribuímos muita importância, atribuímos. Até porque hoje em dia as empresas, as oportunidades que decorrem da internacionalização são um dos principais motivos que os fazem procurar as associações empresariais. (Associação Empresarial)*

Esta análise da importância e do papel da internacionalização nas entidades educativas de diferentes tipos e níveis revela que a internacionalização desempenha um papel complementar e enriquecedor nos objetivos estratégicos das entidades, seja no desenvolvimento académico e pessoal dos educandos, na melhoria da qualidade educativa, na promoção da equidade e da inclusão, ou no desenvolvimento de competências e de capacidades das organizações.

Embora a importância atribuída à internacionalização possa variar entre as entidades, é notável que, em geral, ela é considerada uma componente valiosa e essencial para melhorar a educação. No entanto, algumas entidades enfrentam desafios para integrar a internacionalização de maneira eficaz, como a falta de tempo e a burocracia interna. Os representantes da ANE+EF referiram, ainda, a falta de envolvimento, por vezes, da gestão de topo das entidades de educação não-superior:

*Eu diria que há um desafio ainda importante por concretizar no que diz respeito ao ensino e à formação profissional não superiores. Que é chegarmos verdadeiramente à gestão das instituições. Os projetos correm por via (...) daquilo que é normalmente um grupo de professores com maior afinidade e com maior gosto pelos temas de internacionalização, nas escolas básicas, secundárias, profissionais, nos centros de formação, mas muitas vezes falta o compromisso de gestão ao mais alto nível (ANE+EF).*

No caso das entidades do Ensino Superior, a internacionalização tende a assumir uma importância ainda maior, procurando integrar-se de maneira transversal em todas as áreas da atividade institucional, como investigação, ensino, inovação e recursos humanos. A perspetiva da Câmara Municipal e da Associação Empresarial demonstra que a internacionalização é igualmente importante para o desenvolvimento do território, o fortalecimento das organizações educativas e o sucesso das empresas. No entanto, a internacionalização também é reconhecida como um processo difícil de ser operacionalizado e requer apoio e recursos adequados.

Em conclusão, a internacionalização é um objetivo estratégico valioso que deve ser abordado de maneira integrada e abrangente pelas entidades educativas e outros atores relevantes. A colaboração, a partilha de experiências e a implementação de boas práticas podem ser fundamentais para superar os desafios e maximizar os benefícios da internacionalização no contexto educativo.

### 6.1.5. Estratégias de internacionalização

Um elemento importante para compreender o nível de compromisso de diferentes entidades educativas com a questão da internacionalização é a existência de uma estratégia formal de internacionalização. Neste sentido, questionámos os e as representantes das entidades incluídas na recolha qualitativa sobre a existência de tal estratégia. No caso do Agrupamento Público de Escolas 1, uma entidade com larga experiência internacional, existe uma estratégia de internacionalização formalizada em documentos como o Plano do Desenvolvimento Europeu, que clarifica as seguintes questões:

*Quais são os objetivos do projeto educativo? Como é que vai cruzar isto com uma dimensão de internacionalização? Quais os objetivos dessa internacionalização? O que é que nós temos? Como é que nós podemos fazer? [...] Acaba por ser um guia do trabalho. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

No que diz respeito ao Agrupamento Público de Escolas 2, existe também uma estratégia formal para a internacionalização que gira em torno de colaborações com o Ensino Superior e desenvolvimento de projetos de investigação, a formação de docentes, bem como a intenção de proporcionar aos alunos experiências em outras culturas e países.

Uma estratégia formal para a internacionalização é identificada também na Escola Privada. Apesar de se ter iniciado de forma informal, esta estratégia foi formalizada com a transição do projeto Comenius para o projeto Erasmus+ e inclui objetivos concretos:

*Nós estabelecemos objetivos, nós queremos pelo menos de dois em dois anos ter um projeto Erasmus. Nós temos uma equipa que trabalha nesse sentido, nos projetos, nas parcerias... temos um conjunto de pessoas que fez formação nessa área também. E isso está escrito, está plasmado nos nossos documentos internos, enquanto objetivo de médio prazo, digamos, de curto e médio prazo. (Escola Privada)*

Por oposição, na Escola Profissional não existe uma estratégia formal para a internacionalização, sendo que a maioria das colaborações e parcerias internacionais parecem surgir de forma *ad-hoc*:

*Não existe uma estratégia formal. Têm sido projetos que têm surgido. Por exemplo, a escola também participa nestes programas Erasmus de mobilidade, que é já uma parceria com outras escolas e instituições que fizeram o projeto, que fizeram a candidatura e a escola é parceira levando alunos. Então realmente tem sido por convite de outras organizações [...], mas não há uma estratégia internacional formal. (Escola Profissional)*

Nem na Escola Cooperativa foi possível identificar uma estratégia formal para a internacionalização. Todavia, embora não exista um documento específico chamado “plano estratégico para a internacionalização”, a estratégia de internacionalização desta entidade já foi mencionada e [d]escrita em várias candidaturas. O entrevistado sugere que, com base nessas informações, seria possível formalizar um documento que desse conta de tal estratégia.

Não surpreendentemente, devido à centralidade que a internacionalização tem tido no contexto do Ensino Superior, todas as entidades deste nível de ensino que auscultámos apresentam estratégias formais para a internacionalização. Por exemplo, na estratégia do Politécnico Privado, há um foco particular no Programa Erasmus+, bem como na intenção de atrair alunos internacionais a tempo inteiro.

*Na questão da internacionalização temos focado muito na questão do Erasmus, mas ela obviamente não se cinge apenas a isso. Nós temos uma dificuldade grande, [...] na tentativa de captação de alunos internacionais o tempo inteiro. (Politécnico Privado)*

Da mesma forma, na Universidade Pública existe uma estratégia formal para a internacionalização, que está presente em documentos-chave, como o plano de ação do reitor, os planos de atividade e os relatórios de atividades e de contas. A importância que o Programa Erasmus+ ocupa no quadro das entidades do Ensino Superior é retratada pela existência de um documento separado, o *Erasmus Policy Statement*, que inclui:

*Aquilo que a instituição declara que é a sua estratégia no âmbito do Programa Erasmus, aquilo que quer fazer nos 7 anos seguintes. [...] Portanto é uma altura em que realmente sentamos para refletir, o que é que nós queremos fazer, se queremos dar continuidade... diria que há sempre continuidade, porque o Programa vai existir, com algumas alterações, mas vai decorrer. [...] A intenção da universidade é sempre fazer mais e melhor, o melhor possível, no contexto do Programa. (Universidade Pública)*

No que concerne o Politécnico Público, a estratégia formal para a internacionalização encontra-se numa fase inicial da sua implementação, por conta da mudança da presidência, que trouxe uma nova estratégia. De acordo com uma representante desta entidade, ainda não houve oportunidade de discutir a nova abordagem com a presidência, não havendo, portanto, muita informação sobre possíveis mudanças nas práticas atuais.

*Nós mudámos recentemente de presidência, e, portanto, existia uma estratégia de acordo com o plano estratégico anterior, existia um objetivo muito definido... e estamos agora a entrar na nova presidência que tem outra perspetiva de implementação. Como é muito recente e ainda não tivemos oportunidade de ter uma reunião com a presidência nesse aspeto, [...] no nosso trabalho ainda não se reflete nenhuma alteração significativa enquanto não tivermos informações objetivas de como implementar ou como alterar as práticas que existiam até agora. (Politécnico Público)*



No caso da Universidade Privada, a estratégia formal de internacionalização está contida e expressa em vários documentos, como o plano estratégico e o plano de qualidade. Esses documentos e o sistema de qualidade da entidade estão alinhados para acompanhar o desenvolvimento das atividades de internacionalização.

No que diz respeito à Câmara Municipal, existe uma estratégia para a internacionalização, embora não seja formalizada como tal. A entidade possui, todavia, um Plano de Desenvolvimento Europeu (requisito do Erasmus+) que é válido até 2027, e centra-se principalmente no Ensino e Formação Profissional, e na Educação de Adultos.

No caso da Associação Empresarial, não existe uma estratégia formal para a internacionalização. A abordagem atual é baseada em impulsos e oportunidades, muitas vezes decorrentes de sugestões de associados ou parceiros externos. A entidade reconhece a necessidade de um planeamento mais estruturado e orquestrado da internacionalização, mas ainda não formalizou tais planos.

*Ainda é muito por impulsos, por oportunidades. [...] Diria que temos de fazer aqui de facto um trabalho mais de orquestração, de planeamento dessa estratégia da internacionalização, que na verdade vai-se formando nas nossas cabeças, mas não está formalizada no papel. (Associação Empresarial)*

A análise das estratégias de internacionalização nas entidades educativas estudadas revela uma variedade de abordagens formais e informais. A presença de uma estratégia formal de internacionalização é mais comum no Ensino Superior. Nos outros níveis de ensino o panorama é mais diversificado. Algumas entidades possuem estratégias formais documentadas, como o Plano de Desenvolvimento Europeu associado ao Erasmus+, enquanto outras se baseiam em abordagens informais e ad-hoc, muitas vezes aproveitando as oportunidades que surgem ao longo do tempo. Esta discrepância entre educação não superior e educação superior é também reconhecida pela ANE+EF, que tem feito esforços para apoiar as primeiras no desenvolvimento de planos Erasmus ancorados em estratégias de internacionalização:

*E a Agência tem trabalhado muito de perto com as instituições, porque se é certo que trabalhamos com entidades ao nível do ensino básico, secundário e profissional, elas próprias muito preparadas, muito apetrechadas, e muito em condições de preparar um plano destes com muita qualidade, há outros também pela sua dimensão, pela sua falta de experiência, precisam de facto de bastante apoio, e portanto a Agência tem procurado fazer esse apoio, fazer uma formação muito próxima, e ter muita disponibilidade para que as instituições construam da melhor maneira o seu plano Erasmus (ANE+EF).*

A presença de uma estratégia formal pode indicar um maior compromisso e estruturação das atividades de internacionalização, mas também é importante reconhecer que as abordagens informais podem levar a resultados valiosos e impulsionar a colaboração internacional. A importância do Programa Erasmus+ e outros projetos financiados é destacada, já que estes têm sido fundamentais no apoio ao desenvolvimento de parcerias e atividades internacionais.

É importante ressaltar que, independentemente da abordagem adotada, as entidades educativas enfrentam desafios financeiros e logísticos na implementação das suas estratégias de internacionalização. A formalização das estratégias pode facilitar o acesso a financiamentos e ajudar a orientar e monitorizar as subsequentes atividades, porém deve-se reconhecer que a eficácia de qualquer estratégia depende de uma combinação de fatores, incluindo recursos disponíveis, parcerias estabelecidas e o envolvimento de diversos *stakeholders*.

Em última análise, a diversidade de abordagens e experiências revela a complexidade do processo de internacionalização e a necessidade de adaptação às realidades e especificidades de cada entidade e setor. A troca de experiências e melhores práticas entre entidades pode ser um passo importante para aprimorar e desenvolver estratégias de internacionalização mais eficazes e sustentáveis.

## 6.2. COMPLEMENTARIDADE DO PROGRAMA ERASMUS+ E SINERGIAS COM OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Um dos aspetos que as entrevistas pretenderam elucidar foi o panorama das fontes de financiamento existentes, do conhecimento que os representantes das entidades tinham das mesmas e/ou do recurso efetivo a estas fontes, para fomentar a internacionalização. O objetivo foi o de perceber a importância do financiamento das ações descentralizadas Erasmus+ no conjunto dos fundos empregados para internacionalizar a educação e a formação.

### 6.2.1. Fontes de financiamento para a internacionalização da educação e formação

Os relatos dos representantes das entidades que participaram nas entrevistas revelam que uma variedade de outros programas e fontes de financiamento estão a ser utilizadas, a par do Programa Erasmus+, na prossecução dos objetivos da internacionalização. Na generalidade, os entrevistados declararam não apenas que conheciam, mas também que recorriam/tinham recorrido a outras fontes de financiamento para realizar diversas atividades conducentes à internacionalização. Os poucos entrevistados (três) que se restringiam ao financiamento do Programa Erasmus+ são entidades de ensino pré-universitário e a associação empresarial. A razão para não procurarem outras fontes de financiamento pareceu prender-se com limitações institucionais como a dimensão pequena ou com a falta de capacidade interna:

*O que nós temos conhecimento tem, sobretudo, a ver com os fundos europeus dos programas que são geridos em Portugal (...) Não temos ainda experiência de projetos dessa natureza. Sabemos que existem e estamos a tentar criar condições para também podermos apresentar candidaturas no futuro para, no fundo, aproveitar esta alavanca (Associação Empresarial).*

Considerando o conjunto dos entrevistados, os relatos são testemunho de um leque alargado de fontes de financiamento a que as entidades recorrem, de modo criativo e complementar, para levar a cabo atividades de natureza diversa e que, tendo ou não a internacionalização como objetivo principal, acabam por criar possibilidades de abertura ao mundo e de conhecimento de contextos internacionais para os seus estudantes/alunos, professores e pessoal não-docente. Por exemplo, uma escola pública referiu que a mesma era uma escola embaixadora do Parlamento Europeu e também uma escola associada da UNESCO, o que proporcionava, aos seus alunos e professores, contacto com outras realidades fora do país através das mais diversas iniciativas:

*Nós somos Escola do Parlamento Europeu (...) A Escola do Parlamento Europeu tem imensos concursos, que são divulgados. Portanto tem a hipótese de [ter] conhecimento e isso, ao longo do ano, ter imensas oportunidades de participar em concursos, em atividades, fomentar clubes, participar com trabalhos, e esses trabalhos têm um prémio. E o prémio são muitas vezes, [...] quase sempre, participações internacionais. [...] E, portanto, temos anualmente os grupos, uma ou duas vezes, de vinte e tal alunos, a participar em atividades do Parlamento Europeu, por exemplo (Agrupamento Público de Escolas 1).*

Ainda no âmbito de entidades de educação e formação não-superior, foram referidas outras fontes de financiamento para projetos cujo propósito principal não fosse necessariamente a internacionalização, mas, por exemplo, a promoção da cidadania ativa ou a requalificação de jovens em risco de exclusão social. A execução destes projetos implica trabalho conjunto e colaboração em redes com entidades parceiras de outros países. Assim, foram mencionados programas de financiamento como o Active Citizens Fund, administrado pela Fundação Gulbenkian, Creative Europe e Europe for Citizens, financiados pela União Europeia e, ainda, o Serviço Voluntário Europeu e projetos financiados pelas European Economic Area (EEA) Grants. Ainda foram mencionadas atividades de internacionalização além da Europa, por exemplo através de uma rede de entidades com o propósito comum de integração social e profissional de jovens em risco:

*A nossa, digamos, internacionalização não se restringe à Europa, devo dizer. Portanto, estamos presentes através da rede do Mediterrâneo, há uma rede [nome da rede]. Portanto, através do [nome da rede] estamos presentes no Norte de África, também no Meio de Oriente, enfim, na Jordânia e assim. Temos também colaborações fortes com o Brasil e com o Japão, curiosamente, porque há algumas universidades no Japão com quem colaboramos regularmente. Enfim, e mais, por exemplo [...] há alguns processos que evidentemente estão ainda pouco consolidados, mas em África, por exemplo, com alguns países de língua oficial portuguesa, como Cabo Verde e até São Tomé e Príncipe, se desenvolvem alguns processos de colaboração. (Escola Cooperativa)*

Já no âmbito das entidades do Ensino Superior, conforme referido, é evidente que a internacionalização é uma preocupação transversal às diferentes dimensões da sua missão: o ensino, a investigação e a transformação e inovação institucional, havendo diferentes fontes de financiamento para as atividades desenvolvidas dentro destas grandes áreas. No entanto, em repetidas ocasiões, os entrevistados destacaram a mobilidade, provavelmente devido ao objetivo do estudo que foi apresentado como estando focado na avaliação do Programa Erasmus+.

No que diz respeito à mobilidade, além do Erasmus+, que é percecionado como o grande programa fomentador da mobilidade dentro da Europa, os entrevistados destacaram outros programas, como por exemplo as bolsas Fulbright<sup>7</sup> para professores e investigadores, as bolsas Santander<sup>8</sup> que permitem estabelecer ligações com os países da América do Sul e as bolsas Ciência sem Fronteiras<sup>9</sup> promovidas pelo governo brasileiro que apoiam a mobilidade de grau para estudantes brasileiros. No caso do pessoal docente e administrativo, o representante da universidade pública, referiu ainda as bolsas do Programa Iacobus<sup>10</sup>, que fomenta a cooperação entre a Galiza e o Norte de Portugal. No entanto, segundo este participante, o conjunto desses outros programas que incentivam a mobilidade internacional tem “uma significância financeira muitíssimo mais reduzida”.

Dos relatos dos entrevistados das entidades do Ensino Superior, emergiram ainda mobilidades de uma natureza diferente, não uma “mobilidade pura e dura” segundo a expressão de um participante, no âmbito de iniciativas e projetos mais abrangentes, cujo alcance vai além da mobilidade em si, como por exemplo as alianças das Universidades Europeias<sup>11</sup>. Relativamente à aliança Universidade Europeia que uma entidade integra, o seu representante explicou a dinâmica organizacional do consórcio que contempla mobilidades de curta duração com objetivos de aprendizagem muito direcionados para certas temáticas:

*Portanto são programas curtos de formação, de formação avançada, com vários temas associados a interesses também comuns às várias instituições parceiras. E, portanto, que efetivamente também dinamiza esta dinâmica da mobilidade dos estudantes, embora também não só dos estudantes. Ainda focando nos estudantes... portanto têm esta possibilidade por via destes programas, que estão mensalmente a aparecer novos cursos a que os estudantes podem candidatar a participar, e que normalmente funcionam em cada um dos países parceiros ou até no próprio nosso país, na nossa instituição também somos promotores desses mesmos cursos. (Politécnico Público)*

No âmbito da investigação, os entrevistados mencionaram a participação em projetos de investigação, que se traduzem nas mais diversas atividades e interações a nível internacional (eventos, disseminação de resultados, criação de conhecimento em parcerias internacionais) como resumido pelo representante do politécnico público:

---

7 Para mais informações, consultar: <https://www.fulbright.pt/>

8 Para mais informações, consultar: <https://app.becas-santander.com/pt/program/bolsa-ibero-americanas>

9 Para mais informações, consultar: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras>

10 Para mais informações, consultar: <https://iacobus.gnpaect.eu/pt>

11 Para mais informações, consultar: <https://europeanunialliance.eu/>

*E portanto aí estamos envolvidos em variadíssimos, portanto são dezenas e dezenas de projetos, muitos deles associados às próprias unidades de investigação e aí já envolvendo muitas vezes professores e investigadores que efetivamente fazem participações internacionais, seja no âmbito de eventos científicos, seja efetivamente na interação com outros parceiros com pares, para a prossecução e desenvolvimento do projeto e a apresentação de resultados concretos que o projeto se propõe a apresentar ou a resolver, portanto a criar soluções para a comunidade nas mais variadíssimas áreas. (Politécnico Público)*

Dos relatos dos entrevistados, emergiram várias linhas de financiamento para estes projetos de investigação internacionais, como por exemplo Horizon Europe<sup>12</sup>, as ações Marie Curie<sup>13</sup>, as redes COST<sup>14</sup>, a Fundação La Caixa<sup>15</sup>, etc.

*Nós fomos clientes de Santander e ainda somos clientes de Santander e, portanto, o Santander tem umas linhas de apoio diretas para a internacionalização em [diferentes] países, [da] Península Ibérica e América do Sul. Tivemos um projeto este ano aprovado pela Fundação La Caixa, que passa por uma investigação com parceiros também espanhóis. Estivemos envolvidos numa ou outra candidatura através de um professor nosso para projetos de Horizon Europe. (Politécnico Privado)*

*Mas além disso, se pensarmos na investigação, que também é um veículo de internacionalização, temos muitos projetos... temos e tivemos muitos projetos de investigação, por exemplo o Horizon 2020, agora no Horizon Europe, que começou em 2021... projetos, por exemplo, COST.... Há muitos projetos, muitos projetos europeus essencialmente, em que os centros de investigação da Universidade participam. (Universidade Privada)*

---

12 Para mais informações, consultar: [https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe\\_en](https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe_en)

13 Para mais informações, consultar: <https://marie-sklodowska-curie-actions.ec.europa.eu/>

14 Para mais informações, consultar: <https://www.cost.eu/cost-actions/what-are-cost-actions/>

15 Para mais informações, consultar: <https://fundacaolacaixa.pt/pt/>

No âmbito do ensino, foram mencionados os graus conjuntos em parceria com entidades estrangeiras ou as coorientações de doutoramento e pós-doutoramento.

*Acrescento ainda também que, atualmente e já há algum tempo, nós temos também tido colaborações com várias universidades estrangeiras, portanto de vários países. Eu diria com foco especial talvez aqui no Brasil, ao nível de programas até de doutoramento ou pós-doutoramento (...) o Politécnico [nome], para além de já ter dois programas de doutoramento em associação, um com a Universidade [nome], outro com a Universidade [nome], também, apesar de tudo, nas parcerias que tem nos acordos de cooperação com algumas universidades, acompanha e orienta estudantes no contexto de programas de doutoramento e de pós-doutoramento. Isto porque obviamente temos professores habilitados (...) que acompanham esses estudantes que vêm muitas vezes para cá e que passam aqui um período para realizarem cá a sua formação doutoral ou de pós-doutoramento, acompanhados por professores da nossa instituição. (Politécnico Público)*

Foram também mencionadas fontes nacionais de financiamento, como os programas Compete, o Plano de Recuperação e Resiliência ou o POCH, geralmente destinadas a projetos de inovação e transformação institucional. Embora de financiamento nacional, os entrevistados realçaram que estes programas também permitem a internacionalização da entidade, alguns sendo focados na promoção internacional das universidades portuguesas e outros noutros aspetos (e.g. inovação pedagógica), mas que implicam parcerias e trocas de boas práticas com entidades estrangeiras:

*Depois, também há programas em Portugal que propiciam a internacionalização. Por exemplo, há aqueles projetos Compete, Portugal 2020, salvo erro... nós estamos em dois [...] E são projetos nacionais, mas com fundos europeus, também é claro, mas que privilegiam a internacionalização das universidades, no fundo a possibilidade das universidades poderem desenvolver produtos e serviços pensando no mercado internacional. E estes projetos [...] permitiram também potenciar as ações em feiras de recrutamento, missões de prospeção do mercado, portanto estes projetos também deram algum elã a estas atividades. [...] E depois há outros projetos que, não sendo necessariamente internacionalização, também permitem a internacionalização. Por exemplo, estou a pensar em projetos POCH, nós temos agora dois ou três recentes na universidade, que são projetos ligados à inovação pedagógica, cujo objetivo não é propriamente a internacionalização, mas dentro do próprio projeto há atividades de estabelecimento de parcerias com universidades estrangeiras e de partilha de boas práticas com universidades estrangeiras, visitas às universidades estrangeiras, e até há a possibilidade depois de se criarem ações conjuntas com essas universidades estrangeiras. (Universidade Privada)*

Durante as entrevistas tentou-se também perceber se as entidades tinham conhecimento e recorriam ao financiamento proporcionado pelas ações centralizadas Erasmus+. As respostas dos entrevistados sugerem que existe alguma falta de clareza relativamente a essas ações, embora a maioria tenha declarado conhecer a existência delas. Exceto o caso de uma escola, apenas as entidades do Ensino Superior tentaram e/ou conseguiram financiamento através das ações centralizadas. As mencionadas foram de *capacity building*, os Erasmus Mundus Joint Masters e o apoio ao desenvolvimento de políticas:

*Um joint master, um capacity building, nós também temos, mas são ações diferentes e, portanto, o financiamento digamos que tem propósitos muito diferentes. Nós gostaríamos que as faculdades participassem mais porque se os docentes, grupos de investigação, no fundo, se conseguirem criar as sinergias e dinâmicas para este tipo de projeto, seria mais fácil crescer. Por exemplo, neste momento nós nesta última convocatória, uma faculdade submeteu um projeto, um capacity building, [...] e essa proposta o budget total ronda o meio milhão de euros, 400.000 EUR julgo. Para no fundo, colaborar-mos com a Universidade de São Tomé e Príncipe [...] Provavelmente, se fosse numa linha de investigação, talvez tivesse um financiamento maior, isso logo para começar, mas mesmo assim, quer dizer, é um financiamento que pressupõe compra de equipamentos etc. ou seja, é mais trabalhoso, envolve mais os docentes. E, portanto, eu diria que há um certo desconhecimento, eventualmente um certo estigma talvez, de que o docente, por norma, candidata o seu projeto à FCT ou ao Horizonte Europa. E eu penso... nós vamos a ver a taxa de aprovação da FCT, comparativamente... também não tenho bem noção neste momento dos valores da taxa de aprovação, mesmo uma ação centralizada, mas possivelmente seriam mais bem-sucedidos se se candidatassem a um Erasmus. (Universidade Pública)*

*Este ano estamos a fechar dois KA3, um coordenado por nós e outro por uma Universidade norueguesa, que trabalha nestas áreas das políticas, no campo de [modelo específico de educação desenvolvido nesta escola], trabalha com públicos vulneráveis e tal. (Escola Cooperativa)*

Algumas entidades afirmam terem avançado fundos próprios para financiar diversas atividades de internacionalização, como por exemplo atividades de promoção internacional da entidade ou cofinanciamento de atividades de mobilidade. No caso da escola privada, para atividades de mobilidade não enquadradas num programa de mobilidade com financiamento externo, mas resultantes de protocolos bilaterais com escolas estrangeiras, os custos foram transferidos para as famílias dos alunos:

*Organizamos aqui uns eventos, aliás está muito próxima a Semana Internacional do Politécnico. Nós temos dois eventos, um é a [nome do evento], que é para formação de pessoal não docente, e a outra é a International Week, que no fundo é para fazer mais o marketing da instituição. Esses eventos, embora as pessoas paguem um valor simbólico, porque é um valor muito pequeno, mas são também*



*financiadas no fundo pela própria instituição, porque existem almoços, existem jantares, existem passeios pela região, existem coffee breaks... (Politécnico Público)*

*Nós fizemos projetos diferentes, mas sem financiamento. Ou seja, nós fizemos projetos bilaterais, já alguns, com uma escola italiana. Nós fizemos também um projeto que envolvia uma agência de jovens na Polónia... mas esse tipo de projetos nós fizemos sempre passando para os pais o custo do projeto. Eu não tenho conhecimento de outras fontes de financiamento, para além da agência nacional Erasmus+. (Escola Privada)*

Em conclusão, as entidades participantes recorrem a uma ampla variedade de programas e recursos financeiros, além do Erasmus+. Ainda que algumas entidades, especialmente as de ensino pré-universitário e a associação empresarial, se restrinjam principalmente ao financiamento do Programa Erasmus+, os entrevistados destacaram outras fontes de financiamento, como o Active Citizens Fund, Creative Europe, Europe for Citizens, Serviço Voluntário Europeu, EEA Grants, entre outros.

É importante notar que as entidades do Ensino Superior apresentam uma preocupação mais transversal em relação à internacionalização, abrangendo não só a mobilidade, mas também o ensino, a investigação e a transformação e inovação institucional. Assim recorrem a financiamentos de investigação como Horizon, Marie Curie ou Fundação LaCaixa e também a programas nacionais como o Compete, o Plano de Recuperação e Resiliência e o POCH, que também são mencionados como fontes de financiamento que permitem a internacionalização das entidades.

Os entrevistados apontam, em alguns casos, uma falta de clareza em relação às ações centralizadas do Erasmus+, indicando que existe um potencial para maior conhecimento e aproveitamento dessas fontes de financiamento. Por outro lado, algumas entidades investem recursos próprios ou transferem os custos para as famílias dos alunos, para financiar atividades de internacionalização que não se enquadram nos programas existentes.

Dessa forma, é possível observar que a internacionalização da educação e formação é uma prioridade que as entidades buscam de maneira criativa e complementar, recorrendo a diversas fontes de financiamento e estabelecendo parcerias internacionais. No entanto, um maior conhecimento sobre as oportunidades de financiamento e uma melhor coordenação entre as diversas iniciativas pode potencializar ainda mais a abertura das entidades ao mundo e o acesso a contextos internacionais para estudantes, professores e pessoal não docente.

### 6.2.2. As ações descentralizadas Erasmus+ no panorama das fontes de financiamento

As ações descentralizadas Erasmus+ destacaram-se, na percepção dos entrevistados, pela sua importância e dimensão no que diz respeito principalmente à mobilidade e às oportunidades que esta proporciona em termos de trocas e enriquecimento intercultural. O Programa Erasmus+ é, sobretudo, associado a esta mobilidade que, dado a sua abrangência e o seu volume (mobilidade de alunos/estudantes e de pessoal docente e administrativo, mobilidade para estudos e para estágios), representa a maior fonte de financiamento das atividades de mobilidade. Por exemplo, neste domínio, as outras fontes foram descritas como “diminutas” e “reduzidas” pelo representante da universidade pública:

*Muitíssimo diminutas. Muito, muito reduzidas. Por exemplo no âmbito das bolsas Santander... são as que eu tenho melhor presente, mas não serão provavelmente melhor exemplo porque resultam no programa de mecenato e, portanto, a universidade aloca em acordo com o Santander, ou alocava, 100.000 EUR de bolsas num ano. Nós contratualizamos na ordem dos 2.000.000 de euros de bolsas Erasmus por ano. O Santander diria é o segundo maior financiamento de bolsas de mobilidade. (Universidade Pública)*

*Claro que é um financiamento muito importante, porque é ele que permite a mobilidade dos alunos, dos estudantes e, em alguma medida, a mobilidade de colaboradores e docentes, embora isso pudessemos fazer, enfim, no âmbito de outros projetos. Mas é esse programa que permite isso. Se não fosse isso, nós não conseguíamos mandar os alunos para o estrangeiro, nem receber provavelmente... enfim, receber até poderíamos mais ou menos, mas não permitiria esta dinâmica. (Universidade Privada)*

*Portanto, o Programa Erasmus, evidentemente, que é uma referência enorme, digamos, no panorama das oportunidades que estão disponíveis, pelo menos para nós, do que nós conhecemos, de onde nos movemos. Os outros programas são pequenos programas, pequenas bolinhas à volta deste círculo enorme. (Escola Cooperativa)*

Porém, no conjunto do financiamento para a internacionalização nas suas diversas manifestações, no caso das entidades do Ensino Superior as ações centralizadas Erasmus+ emergiram, embora importantes, como uma das variadas fontes de financiamento:

*Eu diria, embora não tenha os números presentes, [...] que em nível de financiamento não é o mais importante. Se contarmos todos os outros, não é de certeza o mais importante. Em termos de financiamento em si. É muito importante por aquilo que permite. Permite dar esta dimensão cultural aos alunos e esta experiência aos alunos, que não poderíamos fazer de outra maneira porque não conseguiríamos financiar isto. (Universidade Privada)*

Uma possível explicação da menor relevância do financiamento descentralizado Erasmus+ além da mobilidade poderia prender-se com a baixa taxa de sucesso no caso de outros tipos de projetos submetidos à ANE+EF em Portugal (nomeadamente Parcerias), referida algumas vezes pelos entrevistados. A perceção foi a de que os fundos atribuídos à Agência eram escassos e, por conseguinte, os projetos tinham pouca probabilidade de sucesso. A Agência confirmou esta limitação de financiamento, nomeadamente ao reconhecer a existência de muitos projetos “com muito boa qualidade, com avaliações acima dos 80 pontos, muitas vezes, que não são financiados, de facto”.

Conforme referido por um entrevistado, teriam maior probabilidade de receberem financiamento, se os seus projetos fossem propostos às Agências Nacionais de outros países, provavelmente por causa de uma menor concorrência ou mais dotação orçamental:

*Depois, na questão das candidaturas, um grande problema que temos é que todas as que são não centralizadas em Bruxelas... se formos nós a liderar a probabilidade de sucesso é muito mais baixa. Porque as verbas que são atribuídas à ANE+EF em Portugal são eventualmente proporcionais àquilo que é a realidade do país, em termos europeus, portanto o número de bolsas e o número de projetos que eles podem apoiar são muito poucos, são muito reduzidos, são 2 ou 3 eventualmente... eu acho que nos últimos anos tem sido esses números [projetos de Parceria no Ensino Superior]. E, portanto, a dificuldade de obtenção de apoios para esta via é muito difícil. Qual foi a estratégia que adotamos nos últimos 3 anos? Foi procurar parceiros alemães para liderarem, foi procurar parceiros franceses para liderarem. E as duas [parcerias] que temos agora, e nos últimos 3 anos tivemos 4, duas delas foram lideradas por organizações não governamentais francesas e tiveram... enfim, para além da própria candidatura, têm tido uma pontuação muito positiva, a última teve 90 em qualquer caso a pontos, portanto excelente em termos de avaliação... mas teve apoio. A que é liderada pelo parceiro alemão também teve financiamento, porque é mais fácil na Alemanha obter... quer dizer, não é mais fácil... as instituições de Ensino Superior alemãs privilegiam eventualmente, naquilo que eu vou tendo conhecimento, se calhar outras fontes de financiamento e outro tipo de projetos que não exatamente estes, o que quer dizer que face às candidaturas e às propostas que têm, a probabilidade de ser aprovada é maior do que aqui em Portugal. (Politécnico privado)*

Por fim, foi questionado se as diferentes fontes de financiamento permitiam às entidades irem ao encontro dos seus objetivos de internacionalização. As respostas foram mistas e ambíguas, já que mesmo os entrevistados que inicialmente responderam positivamente acabaram por apontar deficiências e lacunas no financiamento. Como descrito mais adiante, e provavelmente dado o objetivo do estudo, uma queixa quase unânime e recorrente foi dirigida ao valor desatualizado das bolsas face ao aumento do custo de vida e das viagens. Quando se trata de entidades que dependem de financiamento externo para garantir a sua sobrevivência, gerir as diferentes fontes de modo a manter a entidade a funcionar e ao mesmo tempo cumprir os objetivos delineados nos projetos requer muito esforço e, às vezes, uma disponibilidade financeira que não se tem:

*E, portanto, aqui a dificuldade é conseguirmos gerir estes projetos, no sentido de financiarmos e mantermos a estrutura operacional da nossa instituição, não, evidentemente, descurando aquilo que prometemos em candidatura e que temos que cumprir. É um exercício que não é nada fácil, e muitas vezes resulta em que, em alguns projetos, nós temos que financiar as atividades, ou seja, o programa não só não financia, daí não resulta nenhum financiamento para as atividades da instituição, como nós ainda temos que financiar essas atividades. Basta que, por exemplo, uma viagem exceda os limites para a instituição ter que pôr dinheiro. (Escola Cooperativa)*

A própria Agência Nacional reconhece que o financiamento constitui uma fragilidade do sistema português, pelo que a importância estratégica da internacionalização deveria refletir-se no financiamento também:

*Nós sabemos que vivemos num país que tem as dificuldades que tem, do ponto de vista financeiro-orçamental, mas era importante olhar para este tema e torná-lo prioritário também do ponto de vista do financiamento (ANE+EF).*

Outra lacuna que merece destaque e que foi referida por um entrevistado é a falta de financiamento para iniciativas e projetos exploratórios, para planejar e iniciar atividades novas em colaboração com parceiros estrangeiros:

*Quando queremos desenvolver algumas ações novas, e estou a pensar, por exemplo, em duplos-graus, que eu saiba não há financiamentos para isso... um seed money. Tem que ser a Universidade a financiar. Bem sei que muitas coisas se podem fazer à distância, mas, enfim, não é a mesma coisa. Por isso, no fundo, financiamento para se iniciarem processos... bem sei que pode ser muito difícil de implementar, mas sentimos às vezes alguma falta de financiamento para se começar projetos, para se começar a estabelecer uma rede, para se começar a, enfim, reuniões e visitar as instituições e haver reuniões para terminar as iniciativas, nomeadamente duplos-graus, etc. Isso eu acho que sentimos alguma falta, sim. (Universidade Privada)*

As entidades parecem, portanto, desconhecer a existência de financiamento para este tipo de iniciativas (Atividades de Formação e Cooperação - TCA<sup>16</sup>), o que revela a necessidade de uma maior divulgação e informação do setor de educação sobre as oportunidades de financiamento.

A análise do texto apresentado permite concluir que o Programa Erasmus+ tem desempenhado um papel crucial no financiamento da mobilidade de alunos/estudantes e pessoal docente e administrativo, contribuindo significativamente para o enriquecimento intercultural e a internacionalização das entidades. Contudo, apesar da sua relevância, é importante abordar alguns aspetos críticos e lacunas presentes no panorama do financiamento descentralizado.

Um dos pontos críticos é a baixa taxa de sucesso na obtenção de financiamento para projetos submetidos à ANE+EF em Portugal (sobretudo na Ação-chave 2, Parcerias), o que leva as entidades a buscarem parcerias com outros países onde a probabilidade de sucesso é maior, devido a uma menor concorrência ou maior dotação orçamental. Esta situação revela uma desigualdade na distribuição dos recursos financeiros entre os diferentes países europeus e evidencia a necessidade de uma maior equidade no acesso ao financiamento (sem descurar o reforço financeiro que outros Estados Membros introduzem no programa Erasmus e na internacionalização em geral, e que não foi objeto deste estudo).

Além disso, as respostas dos entrevistados demonstram que as entidades enfrentam algumas dificuldades para alcançar os seus objetivos de internacionalização, devido às deficiências e lacunas no financiamento. A questão do valor das bolsas, que não acompanha o aumento do custo de vida e das viagens, é uma preocupação recorrente entre os entrevistados. Outra lacuna mencionada é a falta de financiamento para projetos exploratórios, como o estabelecimento de redes e a criação de programas conjuntos, que exigem um investimento inicial por parte das entidades.

Essas limitações apontam para a necessidade de uma revisão do Programa Erasmus+ e suas ações descentralizadas, buscando melhorar a distribuição dos recursos financeiros e considerar as necessidades específicas das entidades. A implementação de melhorias no Programa Erasmus+ e no panorama do financiamento descentralizado poderá contribuir para o fortalecimento da cooperação internacional, a promoção de uma educação superior mais inclusiva e a consolidação de uma sociedade europeia mais integrada e intercultural.

---

16 O Programa Erasmus+ financia Atividades de Formação e Cooperação (TCA), que são ferramentas à disposição das **Agências Nacionais** para fomentar a criação de parcerias e contribuir para o alcance dos objetivos do Programa. Ver mais em <https://erasmusmais.pt/erasmus/tca/#1646828699391-5e13ab32-4a64>

### 6.3. IMPACTO DO ERASMUS+ E SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA

Na secção do guião da entrevista referente ao impacto do Erasmus+ e satisfação, os participantes foram questionados sobre os impactos dos projetos Erasmus+ na internacionalização da sua entidade e noutros aspetos relacionados com os participantes, a comunidade e a entidade em si. Os participantes no estudo foram ainda questionados sobre a possível existência de outros efeitos do Programa Erasmus+, positivos ou negativos, percecionados como inesperados. Por fim, foi ainda pedido aos participantes que avaliassem o processo de participação no Programa Erasmus+, considerando as suas diferentes fases: durante a candidatura, receção do financiamento e implementação do projeto.

#### 6.3.1. Perceção dos impactos na internacionalização da entidade e nos participantes e comunidade

Relativamente aos impactos do Programa na internacionalização da entidade, o mais frequentemente referido corresponde àquilo que designam de *abertura à multiculturalidade*, considerando-a um valor central adquirido na sequência dos projetos Erasmus+ levados a cabo até ao momento. A aceitação e respeito pela diversidade cultural implica o reconhecimento e valorização das diferentes culturas e a inclusão e integração de pessoas de diferentes origens. Associados à abertura à multiculturalidade estão a valorização da diversidade cultural e benefícios como o enriquecimento cultural, ou valores como a igualdade e justiça. O contacto com outras culturas e modos de vida é entendido como uma oportunidade para aprender e para cooperar. Os seguintes excertos ilustram esta perceção:

*Muitos elementos do staff da Câmara, que participaram também em mobilidades, muitos nunca tinham saído do país e muitos tinham, por exemplo, países como menos simpáticos para visitar, para conhecer, ou tinham alguns preconceitos com determinadas culturas. Mudaram também essa atitude, começaram a ter outra perceção da interculturalidade. (Câmara Municipal)*

*Para a nossa escola acho que um bom exemplo, principalmente para os alunos, é essa experiência de conhecer outras culturas, de conviver também e desenvolver o trabalho autónomo, que é sair do país, viver fora. Então, essa parte de conhecimento de outros espaços diferentes daquilo que é a sua localidade, a sua escola, acho que ajuda muito no desenvolvimento do trabalho autónomo do aluno desde um aspeto pessoal e um aspeto profissional. E também muitas vezes quando voltam, os outros alunos que não fazem ideia, assistem a este tipo de projetos e têm interesse em participar. (Escola Profissional)*

*Têm uma muito maior abertura à diferença, convivem melhor com aspetos distintos daqueles a que estavam normalmente habituados. Isso é evidente, isso é claro agora, se olhar para trás, para os últimos 10 anos ou 8 anos, e aquilo que era a nossa perceção da... enfim o nosso dia-a-dia e aquilo a que estávamos acostumados, há uma diferença muito clara sobre a forma como agora recebemos um aluno de fora, como agora recebemos uma pessoa de fora, como agora temos receptividade para ir para fora. Isso é uma diferença brutal e que se vê claramente nisso. (Politécnico Privado)*

Um segundo impacto também bastante referido pelos entrevistados diz respeito à melhoria da empregabilidade como resultado das experiências de mobilidade proporcionadas pelo Programa Erasmus+. Na verdade, a exposição a diferentes culturas, línguas e modos de trabalho pode aumentar a empregabilidade dos indivíduos num mercado de trabalho globalizado e competitivo. Com efeito, muitos entrevistados consideram que a internacionalização, por via de programas como o Erasmus+, tem sido benéfica para os estudantes em termos de empregabilidade, já que as suas experiências internacionais são vistas como uma mais-valia pelas empresas. Além disso, os estudantes que participam nestes programas são valorizados pelas suas aprendizagens interculturais e pela sua capacidade de trabalhar em ambientes internacionais, pelo que estes estudantes são vistos como mais competitivos e capazes de criar riqueza económica:

*Já tem acontecido de alguns dos nossos formandos irem trabalhar para outros países europeus por via destas experiências de Erasmus, e aquilo que também sentimos, da parte da comunidade empresarial, é ver estas experiências como uma enorme mais-valia. Aquilo que nós sentimos é que os jovens que participam nos programas de Erasmus+ têm uma enorme valorização depois nos processos de recrutamento. São vistos com bons olhos pelas empresas estas aprendizagens. Portanto, tem sido muito, muito importante para nós. (Associação Empresarial)*

*E num outro aspeto, também me parece que alguns alunos beneficiam claramente, isso em termos profissionais, pelo facto de terem tido essa experiência profissional e isso é evidente (Politécnico Privado)*

*Todas estas pessoas que têm esta experiência, depois inserem-se nas sociedades e nos mercados de trabalho. Portanto o que um estudante que fez uma mobilidade Erasmus, que se tornou, digamos assim, mais competitivo porque saiu da sua zona de conforto, é capaz de trabalhar num ambiente internacional, é capaz de perceber, por exemplo, ser mais empreendedor, perceber como é que uma ideia pode ter uma projeção e vender-se a nível internacional, ele cria riqueza económica com isso também. Provavelmente é por isso que não se valoriza tanto, porque essa parte não é conhecida. (Universidade Pública)*

Um terceiro impacto referido pelos entrevistados é o que concerne ao amadurecimento dos estudantes, associado a uma maior autonomia e independência ao lidar com situações que nunca enfrentaram antes. As experiências internacionais podem ser marcantes e transformar a vida desses jovens, que muitas vezes voltam irreconhecíveis, mais adultos quer em comportamentos, quer em atitudes.

*A sensação com que nós ficamos é que eles, neste mês em que fazem Erasmus, crescem mais do que no resto do percurso todo que fazem aqui junto de nós, porque são sujeitos a coisas que nunca foram sujeitos na vida, o que os obriga a ficarem autônomos, independentes, a amadurecerem. Portanto, acho que há aqui uma aceleração deste processo de crescimento, enquanto indivíduos, que para nós tem sido muito gratificante ver. (Associação Empresarial)*

Ao mesmo nível do impacto referente ao amadurecimento dos estudantes com experiências Erasmus, surgem também os impactos relativos à melhoria das práticas educativas dos docentes e ao reconhecimento institucional, associado também a uma maior capacidade de retenção dos estudantes. Os seguintes excertos ilustram isso mesmo:

*E mesmo isso acontece ao nível dos professores, que são muito resistentes a determinadas práticas, a determinadas metodologias, estão sempre muito obsoletos, e depois, quando vão lá fora acabam por perceber que não precisam de fazer muito diferente, basta mudar em algumas atitudes e alguns comportamentos, para tornar as aulas mais atrativas ou para modernizarem as suas práticas, ou atualizarem aquilo que são as suas práticas. (Câmara Municipal)*

*Eu diria [...] o efeito melhor que temos é o reconhecimento do trabalho bem feito. Porque, de uma forma geral, os nossos formandos, para onde vão fazer estas experiências de estágios, regra geral vêm com excelentes avaliações, com muitos elogios à qualidade do trabalho desenvolvido, de como os jovens estão bem preparados, e isso, obviamente, para nós é muito compensador ter este feedback e sabermos que estamos a preparar bem. Nós já fazemos tudo por isso, mas ter este reconhecimento de parceiros, até de outros países, obviamente que nos motiva a continuar este trabalho. (Associação empresarial)*

*Teve um impacto também na manutenção de alunos na escola. Isso também é outra coisa bastante visível. Nós somos um colégio privado e, portanto, lutamos, entre outras, por alunos. E esta sequência de anos do projeto Erasmus fez com que os alunos, quando chegassem ao 5º, 6º, 7º ano, começam a ter a expectativa de poder participar num destes projetos. E isso é outro dos fatores que os faz ficar no colégio, a expectativa de poder participar nisso. Isso é outro dos impactos positivos. (Escola Privada)*



Foram ainda referidos outros impactos resultantes do Programa Erasmus+, embora com menos frequência: a motivação dos estudantes e a consequente melhoria do sucesso académico; o desenvolvimento local, por meio do desenvolvimento de redes e parcerias na comunidade; a criação de uma identidade e cidadania europeia; o impacto financeiro; o elevado número de parcerias e consórcios internacionais; o progresso pessoal, social e académico; a digitalização. Residualmente, surgiram ainda impactos relativos à inclusão da internacionalização na avaliação do desempenho docente, à possibilidade de identificar boas práticas e ao aumento dos números referentes à mobilidade, embora num caso se tenha referido que esse aumento não se verifica tanto ao nível dos docentes.

Em conclusão, o Programa Erasmus+ tem um papel fundamental na promoção da internacionalização e da inclusão cultural, beneficiando tanto as entidades envolvidas quanto os participantes e a comunidade em geral. Os impactos mencionados destacam a importância de investir em programas como este, que promovem a diversidade cultural, a cooperação entre as diferentes culturas e o desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos. Porém, é necessário continuar a monitorizar e avaliar os impactos e desafios do Programa, a fim de garantir a sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

### 6.3.2. Efeitos inesperados

Quando questionados sobre a possível existência de outros efeitos, positivos ou negativos, do Programa Erasmus+, percecionados como inesperados, os entrevistados referiram, com maior frequência, os constrangimentos decorrentes da pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia. Na verdade, a mobilidade planeada foi afetada, os processos de mobilidade tiveram de ser adiados, quer pela impossibilidade de viajar, quer pelo receio dos pais em mandar os seus filhos para zonas próximas do local da guerra. No entanto, a pandemia também constituiu uma oportunidade para equacionar outras formas de mobilidade, como as mobilidades virtuais, e considerarem a sustentabilidade como uma preocupação importante.

*Nos últimos tempos, tivemos a pandemia, o que fez com que todo o planeamento que tínhamos alinhado fosse alterado. Tivemos de adiar todos os processos de mobilidade, porque apanhámos a pandemia pelo meio, com impossibilidades de se viajar, com muitos receios. (Associação Empresarial)*

*Se houver alguma urgência... quando foi esta questão da pandemia... e agora quando rebentou a guerra nós tivemos problemas, porque nós tínhamos, na semana que rebentou a guerra, uma mobilidade para a Polónia e depois os pais não queriam mandar os filhos para lá. (Escola Privada)*

*Só estou agora a pensar eventualmente aqueles que ocorreram devido às restrições da pandemia do Covid-19. Houve alguns, eu diria, bastante positivos [...] portanto, inesperadamente, surpreendentemente, tivemos que inventar, ou pôr em prática mecanismos que nunca teríamos utilizado e que, em alguns casos, resultaram bem. E prova disso mesmo é este prêmio que nos foi atribuído. [...] O próprio Programa Erasmus, e também aquilo que se passou durante a pandemia, também levou as pessoas a pensarem outras formas de mobilidade. Aqui estou a pensar em mobilidades. As tais mobilidades virtuais... que se calhar não são a melhor maneira, mas enfim, também tem de se pensar [...] e há quem na Universidade esteja já a pensar, em termos das mobilidades serem mais sustentáveis. (Universidade Privada)*

É importante considerar, na análise destes relatos institucionais, que as diferentes Agência Nacionais acompanharam as dificuldades da pandemia na gestão das mobilidades através da adaptação dos projetos com recurso ao mecanismo da *Force Majeure*, próprio do Programa e sob indicações concretas da Comissão Europeia. Tal permitiu a prorrogação da duração de projetos ou um recurso mais generalizado a mobilidades virtuais, posteriormente complementadas com mobilidades físicas/geográficas.

Ainda percecionado como inesperado, embora apenas por uma entidade, foi a consciência da necessidade de criar estruturas formais de apoio aos estudantes:

*Há questões sensíveis, questões relacionadas com a saúde mental, com preconceitos, com estruturas mais robustas para o acompanhamento e acolhimento destes estudantes... que fomos construindo, até agora não existia. Fazia-se, por exemplo, um acolhimento para os estudantes Erasmus, porque o estudante Erasmus chegava e estava sozinho na cidade, precisava até de um buddy, de um colega que fizesse aquele acompanhamento. [...] Portanto, as instituições não tinham, e se calhar agora, graças ao que aprenderam com o Erasmus [...] a necessidade de adequar mais as estruturas de apoio, seja se calhar fazer o maior investimento nas estruturas de apoio, provavelmente por exemplo, que é uma coisa que ainda falhamos muito, mas enfim, que é uma coisa tão simples quanto a ter os nossos regulamentos em português e em inglês, dantes não era preciso. E agora cada vez mais é preciso ter esse tipo de coisas. (Universidade Pública)*

Foram ainda referidos, em menor frequência, a possibilidade de “brain drain” ou fuga de talentos associados à mobilidade e pequenos problemas relacionados com a gestão das viagens, como voos e vistos.

Por fim, ainda no âmbito dos efeitos inesperados, de natureza mais positiva, foram referidos o desejo de repetir a experiência, por parte dos estudantes que tiveram experiências de mobilidade, o trabalho colaborativo e cooperativo entre docentes, a criação de novos projetos que surgem a partir do programa de mobilidade estudantil e a amplificação das aspirações estudantis relacionadas com os estudos, já que parece haver

estudantes que decidem ingressar no Ensino Superior por terem tido uma experiência de mobilidade, quando esse projeto não fazia parte dos seus planos iniciais.

Em conclusão, os entrevistados refletiram sobre os efeitos inesperados do Programa Erasmus+, tanto positivos quanto negativos, destacando principalmente os constrangimentos decorrentes da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia, que afetaram a mobilidade planeada e geraram receios por parte dos pais. Contudo, a pandemia também propiciou a criação de novas formas de mobilidade, como as mobilidades virtuais, e levantou preocupações sobre a sustentabilidade. Outros efeitos inesperados mencionados incluem a consciência da necessidade de criar estruturas formais de apoio aos estudantes, a possibilidade de “brain drain” ou fuga de talentos e pequenos problemas relacionados com a gestão de viagens. Por outro lado, também emergiram efeitos positivos, como o desejo de repetir a experiência, o trabalho colaborativo e cooperativo entre docentes, a criação de novos projetos e a amplificação das aspirações estudantis relacionadas com os estudos.

Face aos efeitos inesperados, sublinha-se a adaptabilidade das entidades e indivíduos envolvidos no Programa Erasmus+, que enfrentaram desafios e conseguiram encontrar soluções e oportunidades de resposta às adversidades. Além disso, evidencia-se a importância de se atentar às mudanças no contexto global e estar preparado para ajustar estratégias e abordagens em resposta a essas mudanças. Dessa forma, é fundamental que as entidades continuem a investir em estruturas de apoio e cooperação, para que os benefícios proporcionados pelo Programa Erasmus+ possam ser maximizados, mesmo diante de desafios e incertezas.

### 6.3.3. Satisfação com o Programa Erasmus+

Quando questionados sobre a avaliação que faziam da própria experiência com o Programa Erasmus+, os entrevistados identificaram uma série de aspetos que criaram dificuldades e que foram apontados numa lógica de recomendação de melhoria. Foram destacados dois principais constrangimentos em relação ao financiamento para as mobilidades. O primeiro está relacionado com o aumento de preço das viagens, além da existência de outros custos adicionais como seguros, que não estão contemplados nas regras de financiamento. O segundo é a dificuldade em conseguir o dinheiro dos 20% restantes do financiamento.

*Talvez rever as bandas de financiamento, porque as viagens com o pós-pandemia, agora com a guerra na Ucrânia, as viagens estão muito, muito, muito, muito caras. Em média o financiamento para a viagem é 350€, e não se consegue hoje-em-dia comprar uma viagem por menos de 500€. E não nos podemos esquecer que temos os seguros, depois agora cobram da bagagem se for no porão... portanto há uma série de restrições que não estão contempladas aqui nestas regras de financiamento. E isso exigia aqui uma apreciação por parte da Comissão Europeia e das Agências Nacionais para terem isto em atenção. Porque de facto pode-se conseguir até uma viagem por 400 EUR... ainda assim a câmara teria que pôr 50... mas não está incluída a bagagem, não está incluído o seguro, não está*

*incluído nada, rigorosamente nada. E isto são tudo extras que encarecem ainda mais a viagem. [...] Nós assumimos esses custos, mas outras organizações tipo escolas ou centros educativos podem e devem naturalmente sentir ainda mais dificuldades a esse nível. Pronto, mas fora isso... são os maiores constrangimentos que nós temos, são esses. (Câmara Municipal)*

*Tivemos agora um pequeno senão por causa da pandemia, tivemos uma parceria que foi nos dois anos de pandemia, que não houve a possibilidade de fazer as mobilidades e tivemos que devolver dinheiro, mas isso foi por causa da conjuntura (conjuntura?) que tivemos, não foi culpa de ninguém. Mas, de resto, é só mesmo essa questão, esse constrangimento a nível dos dinheiros. (Agrupamento Público de Escolas 2)*

*A outra [questão] é aquela dos 80-20. Sempre que recebemos o financiamento, recebemos 80% do valor à cabeça e 20% no fim. Ora, muitas vezes é difícil arranjar este 20%, porque nem todas as escolas estão disponíveis para, quando acabam os 80%... podemos estar a falar, por exemplo, de 7 ou 8 mil euros e nem sempre é fácil aceder a esse dinheiro. Não é propriamente, “Ok, adiantamos agora”. Nós temos agora uma mobilidade em março, e o projeto acabará em setembro e a correr bem o dinheiro chegará em dezembro. Portanto estes 20% nós temos de o achar de algum modo ou recebê-lo adiantado agora de alguma forma para depois, daqui quase a um ano, ir buscá-lo. Isso é difícil também. (Escola Privada)*

Embora satisfeitos com a anterior plataforma de gestão do programa, o funcionamento da atual plataforma (da responsabilidade da Comissão Europeia) é muitas vezes colocado em causa, o que se pode explicar pela fase de transição tecnológica entre programas. As dificuldades são, como reconhece a Agência Nacional, próprias dos períodos de transição, que visam a melhoria dos processos, mas que no início requerem apoio suplementar:

*Portanto a cada primeiro ano de cada novo programa de 7 anos isto acontece. Claro que acontece pela melhor razão, que é simplificação dos processos, focando na qualidade das atividades. Mas isto tem sido resolvido com um apoio suplementar aos beneficiários nesses anos claramente. Depois desta aprendizagem, de facto há um maior aproveitamento por parte dos beneficiários do programa (ANE+EF).*

Ao mesmo tempo são referidas dificuldades na implementação do *Erasmus Without Paper*, para o qual seria necessário maior apoio da agência:

*Houve uma alteração das plataformas, a plataforma atual por vezes funciona, outras vezes não funciona, por vezes o BIP está lá, outras vezes vai-se inserir um novo aluno e já não está lá BIP nenhum. E, portanto, há uma... isso foi o grande problema que eu tive no último ano, foi lidar com a questão da plataforma e com essa transição, e isso é um motivo de trabalho adicional muito acrescido. (Politécnico Privado)*

*A plataforma nova, a Beneficiary Module, esteve sem funcionar durante muito tempo, demasiado tempo, o que prejudicou imensamente a gestão e o fluir dos processos e do Programa. Só muito recentemente, por exemplo, é que está ativada uma modalidade que é a dos BIPs, Blending Intensive Programmes, portanto neste momento estamos a tentar regularizar BIPs que funcionaram em julho de 2022... portanto, de facto, eu chamaria a atenção em especial para estas experiências. (Universidade Pública)*

*Falo aqui também de um outro exemplo, que devia ser quase uma concertação a nível de todas as instituições, e apoiada pela Agência... ou mais apoiada pela Agência... que tem a ver com o Erasmus Without Paper, em que, no fundo, as instituições têm de implementar plataformas de gestão dos processos de mobilidade de forma digital. Claro que vieram orientações, há informação, etc., mas, se calhar se este processo fosse feito de uma forma mais concertada, poderia ser mais ágil. Porque há instituições, e falámos com outros colegas, que se sentem muito perdidas neste processo e que não sabem como é que hão de fazer, ou se a plataforma que têm responde àquilo que é necessário, entre outros problemas que surgem em torno disto. (Politécnico Público)*

Um outro aspeto que foi referido foi o relativo à terminologia difícil, sobretudo para quem está na fase inicial do processo de candidatura ao Programa Erasmus+. Na verdade, alguns entrevistados manifestaram a dificuldade em compreender a linguagem e os conceitos associados ao Programa Erasmus+. Além disso, ao longo dos anos, o Programa tem implementado cada vez mais *buzzwords*, o que pode ser difícil de entender e implementar, especialmente para aqueles que não têm experiência prática com a gestão de mobilidade internacional. Para aqueles que estão a começar, a linguagem e os conceitos podem ser muito complexos e difíceis de entender. No entanto, para aqueles que já têm alguma experiência, a linguagem e os conceitos tornam-se mais intuitivos:

*E a questão é sempre a mesma: é muito difícil entrar na linguagem Erasmus. Depois de cá estarmos, depois de convivemos com este processo ao fim de dois, três anos, isto começa a ser muito intuitivo para nós. Falar em mobilidades, falar em Key Action 1, Key Action 2, toda esta linguagem acaba por ser fácil para nós. Mas para quem entra é muito complicado. Eu andei dois anos, no primeiro Comenius, há cerca de nove anos, eu andei completamente sem fazer a mais pequena ideia do que é que nós estávamos a fazer. A primeira mobilidade que nós fizemos foi só com professores, eu estava, sentia-me completamente desamparado. E já tinha ido a uma ação de formação... não era uma ação de formação... a um daqueles encontros preparatórios, mas mesmo assim é muito difícil, senti muita dificuldade a entrar na linguagem. (Escola Privada)*

*E porque existe sempre a necessidade, e eu tenho acompanhado isto ao longo dos anos, porque de 5 em 5 anos mais ou menos existia um novo Programa Erasmus e esse novo Programa Erasmus tinha novas buzzwords, novas palavras, novos conceitos, para implementar. E eu acho que provavelmente já devem ter implementado quase tudo o que havia a implementar, e começaram a implementar alguns conceitos que, na nossa opinião, e quando eu digo nossa opinião refiro-me... olhe, por exemplo, eu estou num consórcio em que estão oito politécnicos aqui da zona [...] e um bocadinho mais afastados, mas toda a gente é da mesma opinião. Alguns dos conceitos que foram implementados vê-se que foram implementados por pessoas que nunca trabalharam num.... que não têm qualquer conhecimento prático de como se trabalha num gabinete de relações internacionais ou o que é que nós fazemos, porque há coisas que não têm lógica nenhuma. E infelizmente nós temos mesmo de as implementar, porque faz parte do regulamento Erasmus implementá-las. (Politécnico Público)*

Para além da terminologia difícil, foi ainda referida a burocracia associada a estes processos. Na perspetiva de alguns entrevistados, a documentação exigida para as mobilidades estudantis, especialmente de curta duração, é excessiva e burocrática, levando à desistência de alguns parceiros. Além disso, foi referido que algumas das exigências documentais são desnecessárias e poderiam ser evitadas:

*Nós para uns alunos irem em mobilidade e estarem fora durante 5 ou 6 dias, a quantidade de documentação que temos que assegurar é idêntica a uma mobilidade de 4 ou 5 meses. Estive agora em França e estavam 4 parceiros diferentes e todos eles, a opinião é unânime sobre a questão da morosidade e da questão documental associada a este tipo de candidaturas, a este tipo de mobilidades de curta duração. E começa já a haver entre alguns parceiros a vontade de não participar mais neste tipo de iniciativas, precisamente por essa questão documental ser exigente. Portanto, eu acho que em alguns aspetos, em alguns contratos, não em todos, mas em alguns contratos, em alguns procedimentos, a questão documental é claramente exigente. (Politécnico Privado)*

*Acho que há coisas que são desnecessárias e muito burocráticas e que evidentemente resultam de alguém que está em Bruxelas num gabinete, um burocrata que está a escrever e não tem a noção real do que acontece no terreno. E há pequenas coisas que não se alteram e que seriam evitáveis. Acho que causa alguma confusão. (Universidade Pública)*

Foram ainda apontados problemas no apoio por parte da Agência Nacional, atribuído a uma eventual carência de recursos humanos para prestar a assistência necessária. As entidades sentem dificuldades em resolver problemas por falta de *feedback imediato e relação de proximidade com a Agência*. A falta de recursos humanos afeta, na perspectiva de alguns entrevistados, a capacidade de a Agência apoiar as entidades de forma mais próxima e eficaz, o que dificulta a situação das entidades que já enfrentam limitações em termos de recursos.

*Mas, por exemplo, se nós temos algumas dificuldades, muitas vezes não temos o apoio imediato. [...] Nesta questão, muitas vezes queremos resolver os problemas o mais breve possível e não há esse feedback imediato. Eu compreendo que a Agência Nacional tem poucos colegas para dar resposta. Eles também, dizem sempre, se o telefone não responder, tentem novamente, não desistam. O que é certo é que muitas vezes a gente liga, liga, liga e não há essa resposta. Provavelmente também será um problema a nível da organização da própria Agência Nacional, ter mais recursos humanos, não sei. De resto, para já não temos tido grandes problemas. (Agrupamento Público de Escolas 2)*

*Tem a ver com o facto de haver esta abrangência e esta dimensão que a Agência Nacional neste momento tem, e que no fundo, com a falta seguramente de mais recursos humanos, impediu que aquela relação de maior proximidade com as instituições de Ensino Superior, nomeadamente ao nível do suporte que era dado e que era necessário, porque há dúvidas, os programas estão sempre a evoluir, etc. Essa relação de proximidade, e tendo em conta o número grande que temos de instituições de Ensino Superior e de variantes de programas que, entretanto, surgiram de tipologias de mobilidade, efetivamente traduziu-se numa maior dificuldade em apoiar as instituições de Ensino Superior, de ter um acompanhamento de maior proximidade. E isso, é claro que depois torna também para nós ainda mais difícil... porque também no nosso caso, infelizmente, os recursos também não abonam, e, portanto, isso também não ajuda. (Politécnico Público)*

Embora mencionados apenas por um ou dois entrevistados, foram ainda referidas as seguintes dificuldades/recomendações: a necessidade de maior monitorização por parte da Agência Nacional, para garantir que o financiamento concedido é usado para cumprir os objetivos; a baixa taxa de aprovação das candidaturas em Portugal, face ao elevado número de propostas (por comparação com outros países); a necessidade de revisão do peso de cada parâmetro, já que parâmetros relacionados com a organização foram percecionados como tendo um peso excessivo face ao peso do que se propõem efetivamente fazer; a necessidade de maior

transparência nos processos de avaliação das candidaturas, de modo a evitar percepções de favoritismo e a percepção de que, por exemplo, as escolas privadas possam ser discriminadas na aprovação das suas candidaturas; a falta de recursos humanos internos; a dificuldade em encontrar/identificar boas práticas; uma maior coerência nas datas de candidaturas, que foram percecionadas como sendo em alturas diferentes a cada ano; dificuldade em arranjar parceiros; e, por fim, dificuldades na implementação do projeto resultantes do facto de se sentirem “obrigados” a fazer demasiadas “promessas” na fase da candidatura, que terão dificuldade em cumprir, mas sem as quais consideram que não teriam as candidaturas aprovadas.

Os aspetos positivos das diferentes fases do Programa Erasmus+ foram referidos com menor frequência, se comparados com as dificuldades/recomendações. Salienta-se, neste âmbito, a simplicidade dos processos, sobretudo após a introdução das creditações, e a clareza do formulário de candidatura, como os aspetos mais relevantes:

*Nós sempre conseguimos gerir muito bem nessas questões administrativas, as questões financeiras, a contratualização... também somos uma organização ligeiramente diferente, porque somos uma autarquia, temos alguma autonomia financeira, já dominamos bem as regras da contratação pública, somos muitos, portanto conseguimos agilizar muito bem administrativamente estas questões. Sim, para nós é fácil de gerir. As regras são muito claras, é um modelo de financiamento que é bastante claro e muito objetivo e coerente. Portanto, é fácil de implementar, o financiamento vem sempre adiantado, uma tranche de 80%, os restantes 20% na entrega do relatório final. Portanto, para nós, não temos assim essa dificuldade em termos da implementação ao nível da gestão de projeto. A nível da candidatura também não. Nós começámos com projetos em 2016, se não me engano... projetos de KA1. Começámos com um consórcio, ganhamos bastante experiência, portanto, para nós, ao nível do KA1, são projetos bastante fáceis de desenvolver e de criar. Depois vieram as creditações, as apresentações ainda simplificaram mais o processo da candidatura. Depois da creditação ser aprovada, portanto ainda mais fácil é porque só temos que pedir um financiamento anualmente para as mobilidades que queremos realizar. Portanto eu acho que simplificou bastante este processo... e permite-nos aqui uma maior flexibilidade e gestão: não estamos sempre a fazer candidaturas, só fazemos pedidos de financiamento, portanto acho que as creditações foram muito bem concebidas, portanto acho que simplificou ainda mais o processo de candidatura. (Câmara Municipal)*

*Depois, o procedimento de candidatura parece-me relativamente simples de perceber. Acho que as coisas nesse aspeto estão lá claro, há guias de apoio, as questões têm... há algum detalhe sobre aquilo que se pretende que seja respondido em cada uma delas, e, portanto, acho que com algum trabalho e com alguma análise daquilo que são os guias de candidatura, a submissão de todo o processo, o*



*processo é relativamente simples. [...] a Agência Nacional, têm revelado, por vezes para as minhas dificuldades, para aquilo que é um atraso meu no envio de um relatório, num qualquer documento... há sempre uma paciência muito grande para aturar os meus atrasos e acredito que isto não é só por ser eu, acredito que seja transversal. E, portanto, nesse aspeto... os esclarecimentos de quaisquer dúvidas que se tenham... nesse aspeto a Agência Nacional, na minha opinião, funciona extremamente bem. (Politécnico Privado)*

Para além da simplicidade dos processos, foi ainda avaliada como positiva a disponibilidade do staff da Agência, alocado aos projetos aprovados:

*A Agência Nacional é muito presente, mais por e-mail do que por contacto telefónico. Mas nós temos sempre o responsável por cada um dos projetos e são respondentes a todas as nossas dúvidas. Assim como são também quando nós estamos a falhar ou a atrasar com alguma informação, nota-se que estão muito atentos porque há sempre um “então o que é que se está a passar aqui ou aí?”. E, portanto, também temos a nossa quota parte de respeito para com a Agência Nacional. Considerei excelente esta questão de que sabemos que somos monitorizados e muito bem monitorizados. As ações de esclarecimento que são feitas também pela Agência Nacional... esclarecimento, formativas como lhe quiseres chamar... são muito claras e são muito abertas, para que toda a gente possa participar. Fazem em diferentes pontos do país, dão oportunidade a todos. Volta e meia deparamo-nos com a seguinte situação: que no mesmo espaço têm pessoas muito experientes em mobilidade de Erasmus e pessoas que não têm experiência nenhuma. Isso poderia ser uma fragilidade, porque tu estás a ouvir uma pergunta que sabes a resposta. Contudo, as que eu tenho frequentado e os representantes da Agência Erasmus conseguem... eu costumo dizer que é quase como estar a falar com os meus alunos... eles conseguem gerir, como se fosse uma sala de aula, e chegar a todos, sem que um fique incomodado com a resposta que dá ao outro. Para eles será mais difícil às vezes ter que gerir algum participante, porque é o participante que já está a responder à pergunta do colega ao lado, quando não deveria, porque existe ali alguém para esclarecer isso. Portanto, bastante satisfeita com esse tipo de acompanhamento. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

*Trocam emails, são muito rápidos a trocar emails. A parte inicial, enquanto nós não pertencemos à... digamos, à família, aí é difícil. Mas depois quando o projeto é aprovado, nós temos um número e com esse número abrem-se portas. Nós mandamos um email, rapidamente nos respondem, temos sempre alguém. (Escola Privada)*

Um outro aspeto ainda valorizado foi o referente ao *feedback* recebido na fase dos projetos não aprovados para financiamento, já que o mesmo serviu para a melhoria das candidaturas seguintes:

*Eu posso partilhar que a primeira vez que fizemos a candidatura, pessoalmente tínhamos algumas dúvidas, porque era a primeira vez a fazer o projeto todo. Mas esta segunda vez que aplicamos o mesmo projeto conseguimos melhorar estas partes, que o feedback da convocatória nos ajudou a integrar. Então achamos que precisamos de mais colaboração e mais partilha, observamos que tínhamos de integrar mais aspetos locais e aspetos da escola, de porque é que vamos desenvolver aqui na escola. Então a partir da convocatória acho que ajudou muito o feedback do Erasmus, nas avaliações. (Escola Profissional)*

*Quando é a candidatura nós recebemos um relatório com a pontuação que obtivemos. Ninguém fica contente quando tem uma candidatura aprovada, mas não teve financiamento, não é? E ficou ali em lista de espera. Contudo, vem de tal forma descrito no relatório como é que foi obtida a pontuação, que tu tens toda a tua liberdade e margem de manobra para contestares e veres se aquilo é alterado ou não. E serve, connosco serviu no primeiro projeto que fizemos, como os pontos frágeis serem pontos de melhoria para a candidatura seguinte, submete-se a mesma. Percebendo nós que aquilo está lá dito que é para melhorar o que não fizemos tão bem, então nós vamos melhorar aquilo, e connosco tem resultado. Tudo que nos é indicado... portanto é a tal aprendizagem comum. Portanto, também não tenho nada a apontar. (Agrupamento Público de Escolas 1)*

Em suma, foram identificadas várias perceções relativas aos problemas do Programa Erasmus+, especialmente em relação ao financiamento para as mobilidades, para as quais os custos das viagens ultrapassam os valores financiados e as dificuldades em adiantar os restantes 20% do financiamento. Além disso, há dificuldades na compreensão da linguagem e conceitos do Programa, excesso de burocracia na documentação exigida, algumas lacunas no apoio e feedback imediatos por parte da Agência Nacional, baixa taxa de aprovação de candidaturas, entre outras questões. Esses problemas podem afetar negativamente a experiência e a eficácia do Programa, desencorajando a participação e comprometendo o alcance dos objetivos propostos. A transição entre programas (14-20 para 21-27) significou, para beneficiários e Agência Nacional, uma acumulação de plataformas e procedimentos, o que gerou algumas destas dificuldades. No entanto, também foram identificados aspetos positivos, por vezes aparentemente contraditórios com os anteriores, sobretudo com a entrada no novo programa, como a simplificação de alguns processos e a qualidade do apoio do staff da Agência.

Com base nas dificuldades e recomendações apresentadas, é crucial que a gestão do Erasmus+ promova ajustes e melhorias. Um caminho para isso seria a revisão das regras de financiamento, a fim de adequá-las às reais necessidades dos participantes, e a simplificação dos processos burocráticos, que poderiam incentivar maior adesão ao Programa. Além disso, é importante investir na capacitação dos envolvidos, de modo a facilitar a compreensão da linguagem e conceitos do Programa, bem como aperfeiçoar o suporte e feedback oferecidos pela Agência Nacional, garantindo um acompanhamento mais próximo e eficaz das entidades participantes. Por conseguinte, o Programa Erasmus+ possui potencial para beneficiar estudantes e entidades, mas enfrenta desafios significativos que precisam de ser equacionados e resolvidos. A implementação de melhorias e ajustes, considerando as críticas e recomendações dos entrevistados, é fundamental para garantir o sucesso e a efetividade do Programa no futuro.

#### 6.4. AS NOVAS ATRIBUIÇÕES DA ANE+EF NO APOIO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A ANE+EF de Portugal, seguindo as diretrizes estabelecidas pela resolução do Conselho de Ministros 115/2021, tem adotado uma abordagem multidimensional para reforçar a internacionalização do setor de educação e formação no país. Este esforço é visível pelo seu compromisso em ampliar a presença e influência das instituições educativas portuguesas em cenários internacionais. Nesta sequência, a agência tem identificado e promovido, ao nível do Ensino Superior, a participação em eventos internacionais significativos, como feiras e conferências, visando proporcionar às instituições portuguesas oportunidades para formar novas parcerias, melhorar a sua visibilidade global e partilhar boas práticas. Por exemplo, a agência tem vindo a desenvolver um trabalho de divulgação das oportunidades oferecidas pelas instituições portuguesas por intermédio da presença em feiras de Ensino Superior como a NAFSA (Estados Unidos), EAIE (Europa) ou a FAUBAI (Brasil). À semelhança do Servicio Español para la Internacionalización de la Educación (SEPIE), em Espanha, a intenção é a de dar visibilidade e promover o Ensino Superior português no estrangeiro.

*E portanto esta estratégia agora pretende, de alguma maneira, incorporar tudo isto num pavilhão (...) Study and Research in Portugal, porque é nesse papel que estamos no momento em que estamos a trabalhar em internacionalização. (ANE+EF)*

A agência coordena a participação das instituições nestes eventos e fornece apoio financeiro, incluindo a organização de stands e cobertura de algumas despesas.

*Portanto, nós podemos alocar uma verba que temos para a organização exatamente desse tipo de presenças internacionais, podemos alocá-la e é o que temos feito em volumes muito consideráveis... Portanto as instituições suportam as suas próprias despesas de deslocação e de inscrição em geral, e nós suportamos o aluguer do espaço, a decoração, o transporte, os seguros, etc., que é um volume muito elevado, especialmente nos Estados Unidos, são montantes elevadíssimos. E as Instituições ainda participam, portanto temos pedido às instituições uma participação de 3000 euros em cada uma das feiras. Portanto é bastante inferior ao custo real, mas permite de facto que o projeto seja sustentável. (ANE+EF)*

No entanto, a abordagem da agência vai além da simples promoção da mobilidade estudantil e de pessoal, já que reconhece a internacionalização como um conceito mais amplo, que inclui a formação de redes internacionais robustas. Esta visão mais holística é essencial num mundo cada vez mais globalizado, onde a interconexão entre instituições de ensino superior pode desempenhar um papel crucial no avanço académico e cultural:

*A internacionalização é muito mais do que isso, muito mais do que mobilidade dos estudantes, de staff, de docentes. (...) procuramos identificar aqueles que podiam ser os momentos de exposição Internacional onde nós [procuramos] acrescentar algum valor, designadamente conferências e feiras internacionais. (ANE+EF)*

Por exemplo, a agência dinamizou uma rede nacional entre as instituições que fazem parte das Universidades Europeias, uma medida que visa promover uma maior colaboração e dinamização destas instituições, estendendo-se para além do âmbito do Programa Erasmus. Esta iniciativa parte do reconhecimento da importância de fomentar um diálogo contínuo entre as instituições sobre os principais desafios que enfrentam, incluindo, por exemplo, aspetos legislativos, no sentido de adaptar a legislação nacional para assegurar que as universidades europeias possam operar da melhor forma possível dentro do quadro regulatório português:

*o tema também das Universidades Europeias, temos procurado também dinamizar, sugerimos (...) e acho que correu bastante bem, a criação de uma rede nacional das instituições que participam nas universidades europeias, que é um tema Erasmus mas que rapidamente irá muito para além do Erasmus, e que carece também de algum enquadramento a nível nacional. E claro que a tutela está muito empenhada e muito preocupada também... preocupada no sentido de interessada, e a acompanhar esse tema... e é importante que as instituições também conversem com as outras sobre aqueles que são os principais problemas, às vezes até do próprio nível legislativo, ou seja, quais são as adap-*

*tações, quais são as modificações em termos de legislação nacional que é possível, que é necessário assegurar para que as universidades europeias possam funcionar o melhor possível dentro daquilo que é o enquadramento português. (ANE+EF)*

A abordagem da ANE+EF e a perspetiva do representante da SEPIE, embora de contextos diferentes, convergem na importância de as entidades desenvolverem estratégias de internacionalização personalizadas. A ANE+EF de Portugal reconhece que, embora algumas instituições estejam bem equipadas e preparadas para desenvolver planos de internacionalização de alta qualidade, outras, devido à sua dimensão ou falta de experiência, necessitam de apoio substancial. Assim, a Agência empenha-se em fornecer essa formação e apoio necessários, garantindo que as instituições possam construir os seus planos Erasmus de forma eficaz. Ao nível do setor não superior, a agência tem trabalhado no desenvolvimento destes planos para escolas e instituições profissionais, visando garantir uma abordagem consistente e sustentável da internacionalização em todos os níveis de educação. Este aspeto da estratégia é particularmente importante, pois garante que a internacionalização não se limite ao Ensino Superior, mas seja transversal a todo o sistema educativo.

*Para dar um exemplo, o que tem acontecido agora é que, quer no Ensino Escolar, quer no Ensino Profissional, se abriu a possibilidade de uma acreditação prévia. Já existia uma coisa semelhante ao nível do Ensino Profissional, mas agora muito próximo daquilo que é a atribuição da carta Erasmus no Ensino Superior. Portanto as instituições de ensino e de formação apresentam uma candidatura apresentando no fundo o seu plano Erasmus, que é um plano que tem necessariamente que estar baseado naquilo que é a sua estratégia internacional: que tipo de abertura que pretendem estabelecer com o exterior, quais são as suas ambições, quais são os seus objetivos. (ANE+EF)*

Paralelamente, o representante da SEPIE sublinha que, enquanto algumas universidades já possuem estratégias próprias de internacionalização, outras ainda precisam de criar as suas, podendo inspirar-se parcialmente nas estratégias existentes, mas com um enfoque particular nas suas necessidades específicas:

*Bem, nós temos uma estratégia de internacionalização, o Ministério tem um plano de internacionalização, algumas universidades têm e outras não. Então, eu acho que devem começar por aí: as que não têm devem fazer o seu próprio plano de internacionalização. Podem basear-se em parte no nosso, mas há outras que devem ser próprias. Devem decidir se querem mais estudantes de mestrado, doutoramento ou licenciatura, se querem ter relação com países terceiros fora da União Europeia ou apenas a nível europeu... isso falta-lhes, muitas universidades não têm essa iniciativa. (SEPIE)*

Ambas as abordagens ressaltam a importância de uma estratégia de internacionalização adaptada, que leve em linha de conta as capacidades e os objetivos específicos de cada instituição, seja no contexto português ou espanhol.

A agência também procura alinhar as suas ações com as políticas governamentais atuais, especialmente no que se refere a projetos transfronteiriços e outras iniciativas de internacionalização, procurando garantir que as suas ações estejam em conformidade com as prioridades nacionais e possam beneficiar de um suporte político mais amplo.

*é para nós também importante ter a maior convergência possível com aquilo que são as políticas que estiverem a ser desenvolvidas em cada momento a nível governativo. Se houver, como há, por exemplo ao nível do Ministério da Educação uma importante atenção aos projetos transfronteiriços, nós também procuramos que o Erasmus possa ir, tanto quanto possível, ao encontro dessa preocupação, desse trabalho que está a ser feito, no que diz respeito à ligação entre as escolas de fronteira (...).* (ANE+EF).

Apesar destes esforços, a agência enfrenta desafios significativos. A limitação dos recursos humanos e financeiros é uma preocupação proeminente, reforçada pelo facto de a afetação completa de recursos para a internacionalização só estar prevista avançar em 2024. Além disso, eventos globais, como pandemias e conflitos, têm tido um impacto negativo na implementação de estratégias de internacionalização, evidenciando a necessidade de flexibilidade e adaptação. No caso da SEPIE, as dificuldades financeiras também foram sinalizadas. Esta dificuldade é exacerbada pelas limitações impostas pelo sistema financeiro interno de Espanha, que limita a flexibilidade na utilização do orçamento atribuído, afetando a eficácia da organização de eventos promocionais.

*Depois, claro, há desafios do ponto de vista do nosso funcionamento interno, precisamos ainda de nos apetrechar do ponto de vista de recursos humanos de uma maneira mais eficiente. Mas enfim também tivemos algumas limitações decorrentes da própria resolução do Conselho de Ministros, do ponto de vista dos recursos humanos, só a partir de 2024 nos permite também ter aqui uma equipa com uma chefia dedicada, que neste momento isso não acontece, estamos com uma colaboração muito estreita entre a área Erasmus e a área da comunicação, mas precisamos ainda de fazer uma equipa mais estruturada para responder a estes desafios. A questão financeira, naturalmente. Não temos nenhuma dúvida que seria muito importante termos aqui um orçamento específico para esta área, porque todas estas realizações de que falei estão a caminhar para a sustentabilidade, mas para podermos fazer outras intervenções, outras ações, precisamos de facto de reforço financeiro nessa matéria.* (ANE+EF).

*Temos muitas dificuldades normais de gestão e é um desafio importante, não só por nossa culpa, mas também por outra questão do Ministério das Finanças, que não nos permite flexibilidade na gestão de algumas... não as bolsas, mas a organização de eventos, e isso é um desafio muito importante, porque não temos orçamento suficiente, ou temos, mas não (...) refletido na rubrica exata, e temos*

*de fazer modificações que levam muitos meses. E às vezes chegamos muito tarde ou até atrasados a um evento. Esse é um desafio muito importante. Se em Portugal quiserem fazer..., teriam de fechar primeiro essa parte, porque temos muitas dificuldades... de alguma forma dar flexibilidade na gestão orçamental. (SEPIE)*

A ANE+EF está empenhada em ampliar a internacionalização da educação em Portugal com estratégias que demonstram uma compreensão profunda das necessidades do setor educativo e das tendências globais. Contudo, para garantir a eficácia plena destas estratégias, é importante que a agência enfrente e supere os desafios relacionados com a limitação de recursos e desenvolva capacidades para se adaptar a circunstâncias globais imprevisíveis. Neste contexto, a colaboração contínua e robusta com outras entidades governamentais e instituições educativas, tanto ao nível nacional quanto internacional, torna-se um elemento-chave para o sucesso na prossecução desses objetivos.

A SEPIE enfrenta desafios semelhantes, relacionados com a mobilidade estudantil, nomeadamente restrições orçamentais e a necessidade de uma abordagem mais holística na internacionalização. Enquanto a ANE+EF de Portugal se centra na expansão e diversificação das suas atividades, incluindo a participação em feiras internacionais e na promoção de colaborações de investigação, a SEPIE já tem experiência consolidada neste âmbito, particularmente na promoção do Ensino Superior espanhol por intermédio da organização de pavilhões em feiras internacionais e pelo desenvolvimento de estratégias de internacionalização. O modelo da SEPIE pode ser particularmente útil para a ANE+EF de Portugal, especialmente no que toca a superar desafios financeiros e burocráticos. A SEPIE, com a sua experiência de oito anos e a sua abordagem adaptativa baseada no feedback recebido, tem gerido eficientemente os recursos limitados e alinhado as metas da agência com as prioridades variadas das universidades.

*A SEPIE, como agência de internacionalização nos últimos 8 anos desde 2015, partilha competências com a agência Erasmus+. Focamo-nos principalmente no Ensino Superior, pois acreditamos que é um elemento-chave para o desenvolvimento do país. As nossas principais tarefas incluem promover e comunicar a essência do Ensino Superior espanhol, predominantemente centrado nas universidades. Realizamos atividades promocionais, participamos em feiras internacionais, fornecemos orientação sobre o sistema universitário espanhol através do nosso site e gerimos programas de mobilidade. A nossa experiência com o Erasmus também nos levou a gerir programas de mobilidade bilaterais, não sob o guarda-chuva do Erasmus. Além disso, estabelecemos acordos com países como Argentina, Uruguai, Paraguai, China e outros, atuando como uma ponte para trazer estudantes desses países para universidades ou centros de pesquisa espanhóis. (SEPIE)*

Além disso, a visão da SEPIE sobre as universidades europeias como um motor significativo para a futura internacionalização poderia ajudar a ANE+EF de Portugal a focar-se na colaboração e mobilidade dentro do espaço europeu, o que é especialmente relevante considerando as aspirações de internacionalização de Portugal.

*Sim. Nas universidades europeias, dos 50 projetos, em 44 há uma instituição de Ensino Superior espanhola envolvida, algumas a coordenar, quase 20, e nas outras a participar. (...) Contribuem para a internacionalização? Eu acredito que agora é cedo para dizer, mas no futuro, sim. Acredito que vai ser... não são palavras minhas, mas do vice-presidente da Comissão Erasmus+, (...) as universidades europeias vão ser a segunda revolução, acredito que vai ser uma grande mudança. E as universidades espanholas estão muito envolvidas nisso. Então, é uma ação centralizada que vai dar muito protagonismo, porque vai quase obrigar os estudantes dessas universidades europeias a fazer semestres em diferentes universidades da Europa, e vai, além da experiência de mobilidade, porque já é parte dos seus estudos, já terão essa conceção de que essas universidades não pertencem apenas à universidade da sua cidade ou do seu país, mas estão envolvidas numa universidade que tem sedes em 8 ou 9 países. E nessa matéria em concreto que estiverem a estudar vão obter o título de várias universidades, e vão ser cidadãos ainda mais europeus. (...) Então, em termos de internacionalização, tudo o que seja mais europeu, no final, torna-nos mais internacionais, tira-nos do país e introduz-nos mais a um nível global europeu. (SEPIE)*

Portanto, a abordagem da ANE+EF e a perspectiva do representante da SEPIE, embora de contextos diferentes, convergem na importância de as entidades desenvolverem estratégias de internacionalização personalizadas, adaptando-se a desafios demográficos e globais. Ambas as abordagens ressaltam a importância de uma estratégia de internacionalização adaptada, que leve em conta as capacidades e objetivos específicos de cada instituição, seja no contexto português ou espanhol. Ao passo que a ANE+EF de Portugal e o SEPIE da Espanha partilham um objetivo comum de promover a internacionalização das suas instituições educativas, as suas abordagens refletem as necessidades e desafios únicos dos seus respetivos contextos nacionais. A eficácia destas estratégias dependerá da capacidade de cada agência conseguir o equilíbrio entre as ambições globais e as limitações locais, adaptando-se continuamente a um ambiente educativo global em rápida mudança.

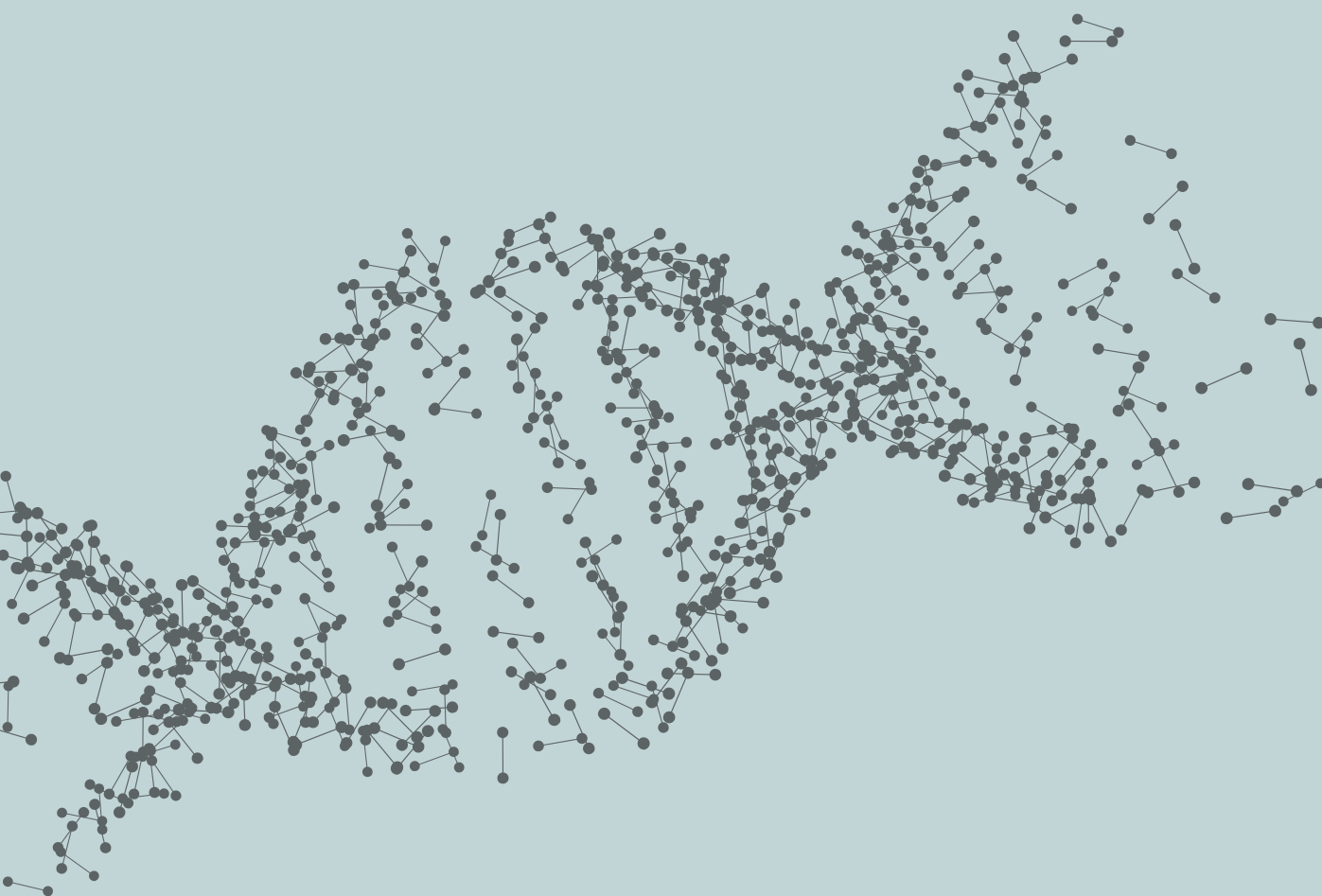


Agência Nacional para a Gestão do Erasmus+ Educação e Formação:

**Internacionalização da Educação e Formação:** desafios e oportunidades do programa Erasmus+ em Portugal

# 7

## Conclusões e recomendações



## 7. Conclusões e recomendações

Este relatório apresenta uma análise abrangente da internacionalização da educação e formação em Portugal, com base nos dados quantitativos e qualitativos recolhidos no âmbito deste estudo. A análise oferece um panorama da internacionalização das entidades de educação e formação em Portugal, bem como uma avaliação do papel do Programa Erasmus+ 14-20 no apoio à internacionalização, na complementaridade com outras fontes de financiamento e nos impactos e desafios enfrentados pelas entidades que têm como missão a educação ou a formação.

A análise da evolução dos projetos financiados revelou que, durante a vigência do Programa Erasmus+ 14-20, houve um aumento significativo tanto no financiamento total como no financiamento médio por projeto. A mobilidade de docentes, pessoal técnico e estudantes do Ensino Superior (KA103) representou uma proporção significativa do financiamento atribuído (40%) e as parcerias estratégicas no Ensino Superior foram os projetos com maior financiamento médio por projeto. O financiamento médio dos projetos do Ensino Superior foi de quase o triplo do valor médio dos projetos do Ensino Escolar. A proporção do financiamento obtido para o Ensino Superior manteve-se estável, enquanto o setor do Ensino e Formação Profissional registou o decréscimo mais notável. Os projetos envolveram um grande número de participantes, principalmente na mobilidade do Ensino Superior, enquanto o Ensino Escolar e a Educação de Adultos foram os setores que mais cresceram proporcionalmente. Ao longo do Programa, as entidades envolvidas nas candidaturas aos 2113 projetos portugueses financiados analisados ascenderam a 8577, das quais 5891 internacionais. Uma vez que várias entidades participaram em mais do que um projeto, contaram-se 4169 entidades únicas, das quais 3193 internacionais, sendo Espanha e Itália os países mais frequentemente representados nas entidades parceiras de todos os setores.

## 7.1. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM PORTUGAL

A análise qualitativa da internacionalização revelou a existência de uma diversidade de entendimentos e objetivos relacionados com este conceito, mostrando as múltiplas facetas que a internacionalização pode assumir em função do contexto e das necessidades específicas de cada entidade. A aprendizagem e a inclusão representam objetivos centrais da internacionalização, muitas vezes equacionados em termos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos estudantes/alunos, de melhoria da qualidade da educação e da promoção da equidade. A colaboração e a partilha entre diferentes atores são ainda destacadas como elementos fundamentais para alcançar estes objetivos. Da análise surgiu um panorama detalhado das atividades de internacionalização desenvolvidas pelas diferentes entidades portuguesas, revelando a diversidade dos objetivos e das atividades específicas para promover a internacionalização. Verifica-se que a mobilidade de estudantes e profissionais é uma atividade comum a várias entidades, principalmente no contexto do Programa Erasmus+. No entanto, é importante destacar as outras atividades existentes, como projetos internacionais, intercâmbios culturais, formação profissional, parcerias com outras entidades e participação em missões. Tal diversidade evidencia que a internacionalização é uma preocupação multifacetada, procurando atender às necessidades específicas de cada entidade e do seu público-alvo.

Por sua vez, a análise quantitativa permitiu concluir que a internacionalização é um objetivo estratégico de mais de 89% das entidades inquiridas, notando-se no campo do Ensino Superior uma percentagem de quase 100%. Este resultado é apoiado pela componente qualitativa, onde ficou muito clara a relação entre a internacionalização e os objetivos estratégicos das instituições de Ensino Superior. Frequentemente, nestas instituições, a internacionalização assume um papel central no cumprimento de duas das suas missões centrais: o ensino e a investigação. Por outro lado, no caso do Ensino Escolar, a internacionalização surge frequentemente como um 'extra', como um elemento potenciador de, por exemplo, melhores aprendizagens para alunos e melhor formação para o *staff*. Através de uma análise de regressão linear, verificou-se também que as entidades com maior propensão para a internacionalização são aquelas do Ensino Superior e do Ensino e Formação Profissional. De igual modo, as entidades pertencentes ao setor público ou cooperativo apresentaram uma maior propensão para a internacionalização do que aquelas pertencentes ao setor privado. Nessa análise multivariada, outras variáveis potencialmente importantes para a priorização da internacionalização na entidade, como a dimensão da entidade ou o número de fontes de financiamento utilizadas para a investigação, não se revelaram estatisticamente significativas. Por outro lado, a intensidade das atividades de investigação parece depender positivamente do número de fontes externas envolvidas no seu financiamento.

A direção da entidade é a principal responsável pela definição da estratégia de internacionalização, seguida por um grupo de trabalho específico. A grande maioria das entidades possui um plano de atividades anual que inclui ações para a internacionalização, sendo que mais de dois quintos possuem um gabinete centralizado para a sua implementação. Além disso, a grande maioria monitoriza regularmente a estratégia ou atividades de internacionalização. Contudo, da análise multivariada, emerge o resultado de que há maior intensidade de internacionalização na entidade se o responsável não pertencer à direção da entidade.

A análise conjunta dos dados quantitativos e qualitativos releva, todavia, que ter a internacionalização como objetivo central ou não, está geralmente ligado à existência (ou falta) de um conjunto de departamentos e mecanismos institucionais que apoiam o cumprimento de tal objetivo. Se nas instituições de Ensino Superior é muito comum haver gabinetes e funcionários contratados especificamente para desempenhar funções diretamente relacionadas com a implementação da estratégia de internacionalização, em algumas instituições escolares que auscultamos não existem tais estruturas ou funcionários especificamente dedicados. De facto, os dados do inquérito revelam que muitas entidades podem possuir uma estratégia para a internacionalização, mas poucas detêm uma estrutura formal designada para a sua implementação. A diferença entre o Ensino Superior e os restantes níveis de ensino torna-se muito óbvia neste caso, sendo que em apenas 7,4% de instituições de Ensino Superior a implementação da estratégia de internacionalização surge da iniciativa dos trabalhadores sem especial coordenação, enquanto a percentagem no Ensino Escolar sobe para 32,7%. De igual forma, a análise de regressão indicia que uma estratégia de internacionalização prosseguida pelos trabalhadores da entidade – ao invés de ser por um gabinete centralizado – apresenta menor intensidade de internacionalização. A ANE+EF mostra-se ciente deste desafio, procurando apoiar as instituições que carecem de recursos humanos para desenvolver documentos estruturados, como por exemplo um Plano de Desenvolvimento Europeu. A Agência Nacional reconhece, todavia, que sem compromisso por parte da gestão das instituições, o avanço no campo da internacionalização, nomeadamente nas entidades de educação não-superior, será mais lento e sinuoso.

As atividades identificadas como prioritárias pelas entidades são a mobilidade de estudantes/formandos/aprendentes (72,4%), a participação em projetos e redes com parceiros internacionais (66,8%), o desenvolvimento de parcerias com instituições estrangeiras (64,1%), e a mobilidade internacional temporária de staff para formação ou ensino (56%). Este panorama está refletido pelos dados qualitativos onde as mesmas atividades assumem um papel central, nomeadamente a questão da mobilidade e da participação em projetos e redes internacionais. As mesmas diferenças notadas acima, entre o Ensino Superior e os restantes níveis de ensino, torna-se visível também neste caso. Se, no Ensino Superior, as atividades que apoiam a internacionalização das instituições tendem a ser muito mais diversificadas, no Ensino Escolar o foco recai principalmente sobre a mobilidade e a troca de boas práticas.

Com ligeiras variações que decorrem do setor da educação e formação das instituições, as áreas geográficas de alta prioridade incidem principalmente sobre os países da Europa do Sul (84,4%), bem como pelo Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Áustria (77,6%). A Europa do Norte é também uma área de alta prioridade para a generalidade das entidades do Ensino Escolar (85,0%), Educação de Adultos (78,3%) e Ensino e Formação Profissional (73,2%), e para a maioria das entidades do Ensino Superior (56,9%). Os dados qualitativos suportam estes resultados, nomeadamente no que diz respeito à proximidade geográfica que leva a mais colaborações com países da Europa do Sul. A proximidade cultural leva a que o Brasil e os PALOP surjam nos dados do inquérito como áreas de alta prioridade para a generalidade das instituições do Ensino Superior (82,1% e 75,8%). São, no entanto, áreas geográficas pouco prioritárias para as demais. Os dados das entrevistas oferecem uma possível explicação para esta diferença que está relacionada com a ligação que há entre as áreas prioritárias das diferentes instituições e a disponibilidade de fundos para iniciar e suportar tais colaborações. Neste campo, o financiamento advém frequentemente de instituições europeias e é nitidamente dirigido para a promoção de colaborações intraeuropeias: no caso do Programa Erasmus+, por exemplo, o Brasil e os PALOP são acessíveis exclusivamente através de linhas de financiamento dedicadas ao Ensino Superior. Outro dado relevante no quadro qualitativo é o facto de, em alguns casos, e principalmente no Ensino Escolar, as áreas geográficas com que se estabelecem mais colaborações poderem não surgir de forma intencional, mas dependerem muitas vezes dos projetos e redes que estas instituições foram previamente convidadas a integrar.

Entre os desafios e obstáculos mais relevantes para a internacionalização das entidades (tanto beneficiárias como não beneficiárias), surgiram a falta de recursos, a elevada competitividade para obtenção de financiamento externo e as barreiras legais e burocráticas. Verificou-se, ainda, que as entidades têm um conhecimento limitado sobre as ações centralizadas do Programa Erasmus+ 14-20, especialmente aquelas não diretamente relacionadas com o seu setor. A Agência Nacional está ciente destas questões, nomeadamente da elevada competitividade registada a nível nacional, reconhecendo que mesmo projetos de elevada pontuação e mérito ficam muitas vezes por financiar.

A análise qualitativa confirma e complementa os resultados quantitativos. Nas entidades existem abordagens estratégicas formais e informais, sendo as primeiras mais frequentes no Ensino Superior. As entidades enfrentam desafios financeiros e logísticos na implementação das suas estratégias de internacionalização e a formalização pode ajudar a orientar e a monitorizar as atividades. A troca de experiências e melhores práticas entre entidades pode ser um passo importante para aprimorar e desenvolver estratégias de internacionalização mais eficazes e sustentáveis.

## 7.2. FINANCIAMENTO

Para as entidades inquiridas, a internacionalização tem um peso relevante no seu orçamento, qualquer que seja o seu setor. Esse peso é mais elevado no Ensino Superior, representando, em média, um quinto dos orçamentos, e mais baixo no Ensino Escolar. É importante também realçar que o peso orçamental da internacionalização das entidades que participaram no Programa Erasmus+ 14-20 é o triplo, em média, do reportado pelas não beneficiárias.

O financiamento da internacionalização foi em grande parte proveniente do Programa Erasmus+ 14-20, embora as entidades tenham também utilizado financiamento próprio e outros programas operacionais. O Programa Erasmus+ 14-20 financiou mais de quatro quintos dos fundos alocados à prossecução dos objetivos de internacionalização das entidades. No caso do Ensino Escolar, as fontes de financiamento alternativo corresponderam a menos de 15% daqueles fundos. Já no Ensino Superior, o peso do Programa Erasmus+ 14-20, apesar de dominante, foi substancialmente mais baixo. Isto deveu-se aos elevados valores de financiamento próprio e ao acesso a outras fontes externas das quais estas entidades reportam ter beneficiado com frequência. De facto, foi nas entidades que atuam no Ensino Superior que se observou uma maior diversificação das fontes de financiamento.

As atividades de internacionalização financiadas variam, sendo as mais comuns a mobilidade internacional de alunos/estudantes e trabalhadores, a criação de parcerias e a formação para a internacionalização. A análise sugere também que existem potenciais sinergias entre as diferentes fontes de financiamento que não foram aproveitadas pela maioria das entidades respondentes, uma vez que existem poucas entidades com um número elevado de fontes externas. Através de uma análise multivariada, constatamos que são as entidades do Ensino Superior e as entidades com um maior número de trabalhadores as que têm um maior número de fontes externas, o que sugere a importância dos recursos, porventura especializados e destinados à captação destas fontes.

A análise aprofundada resultante do estudo qualitativo permitiu identificar outras fontes às quais as entidades recorrem: Active Citizens Fund, Creative Europe, Europe for Citizens, Serviço Voluntário Europeu, EEA Grants, Horizon, Marie Curie, Fundação La Caixa, Compete, Plano de Recuperação e Resiliência e POCH e também as ações centralizadas Erasmus+. A existência de diversas fontes de financiamento abre, de facto, possibilidades para as entidades escolherem de modo estratégico as que mais se adequam aos seus objetivos. No entanto, para conseguirem aproveitar a variedade de fontes e as sinergias por elas potenciadas, é necessário haver conhecimento e capacitação das entidades, o que nem sempre é o caso. Por vezes, devido à sua dimensão, instituições com menos recursos têm também menos capacidades de concorrer com sucesso a diversos fundos e ao próprio Programa Erasmus+, pelo que a Agência Nacional tem procurado apoiar estas entidades de uma forma mais próxima na construção de documentos chave.

As entidades do Ensino Superior encaram a internacionalização de modo transversal, incluindo a mobilidade, o ensino, a investigação e a transformação e inovação institucional e recorrem a diferentes fundos, em função dos objetivos. As entidades também investem recursos próprios ou transferem os custos para as famílias dos alunos para financiar atividades de internacionalização que não se enquadram nos programas existentes. O Programa Erasmus+, apesar da sua importância no financiamento da mobilidade, apresenta algumas lacunas, como a baixa taxa de sucesso na obtenção de financiamento em Portugal em comparação com outros países (sobretudo nas Parcerias) e o valor reduzido e desatualizado das bolsas, ambos determinados centralizadamente no âmbito da distribuição orçamental do Programa, pela Comissão Europeia. Isso indica a necessidade de revisão do Programa e de considerar as necessidades específicas das entidades, a fim de melhorar a distribuição dos recursos financeiros e promover uma sociedade europeia mais integrada e intercultural.

### 7.3. IMPACTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ERASMUS+ 14-20

As entidades avaliam positivamente a sua participação no Programa Erasmus+ 14-20, destacando o seu impacto significativo, duradouro e positivo. Entre os principais efeitos mencionados, destaca-se: a abertura ao mundo e promoção de um ambiente intercultural, exposição a novas metodologias de trabalho e gestão, inserção em redes internacionais, melhoria do desempenho dos participantes, desenvolvimento pessoal e profissional, e o aumento da motivação e espírito de cooperação dos trabalhadores e dos órgãos de gestão em promover a participação em novos projetos e atividades. Destaca-se que, durante as entrevistas, as entidades referiram amplamente o valor central da abertura à multiculturalidade e os benefícios associados, como o enriquecimento cultural e a valorização da diversidade. Foram referidos ainda alguns efeitos inesperados, como os decorrentes da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia, os quais afetaram os projetos planeados – sobretudo os de mobilidade – mas também permitiram a criação de novas formas de mobilidade mais sustentáveis e tornaram emergente a necessidade de criação de estruturas formais de apoio aos estudantes. A análise revelou que as entidades foram versáteis e encontraram soluções para enfrentar os desafios.

As principais dificuldades encontradas no processo de candidatura ao Programa Erasmus+ 14-20 que foram referidas por entidades participantes, como evidenciado nos resultados do questionário, estão relacionadas com a falta de recursos, bem como com o desconhecimento do Programa e a sua adequação à entidade. No mesmo instrumento, as entidades também destacam a necessidade de mais apoio na preparação da candidatura, incluindo sessões específicas de apoio, bem como de sessões de esclarecimento das regras do programa e dos seus benefícios para a entidade. Foram ainda identificados problemas técnicos e de operacionalidade das plataformas, bem como a falta de respostas atempadas da ANE+EF a solicitações de esclarecimento, embora o apoio e a disponibilidade da Agência seja, paradoxalmente, um dos aspetos positivos apontados.



As questões de caráter tecnológico surgem mais no contexto do atual Programa do que no Erasmus+ 14-20, porventura associadas à transição entre programas que, regra geral, originam alguma instabilidade tecnológica. As entidades também destacam a falta de fluência em língua inglesa (dos seus recursos humanos) e a dificuldade em encontrar parceiros adequados para colaborar nos projetos. A Agência Nacional sublinha que, embora as fases de transição entre programas requeiram sempre um período de adaptação, têm sido acompanhadas por processos de simplificação dos procedimentos, o que a longo prazo facilita a participação das entidades no Programa.

Relativamente aos obstáculos que impediram a participação, o estudo mostrou, novamente, que a falta de recursos, seja para a preparação de uma candidatura, seja para a execução do projeto, é a razão mais forte para a não-participação de entidades no Programa Erasmus+ 14-20. A falta de conhecimento sobre as regras de cada ação do Programa e a sua adequação à entidade também constitui uma razão comum. Assim como as entidades beneficiárias, as não-beneficiárias sugeriram ações como a realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas e esclarecimento das regras do Programa como formas de fomentar a participação. As entidades do Ensino Escolar são as que mais valorizaram essas ações, indicando que podem ser particularmente eficazes nesse setor. Além disso, algumas entidades sugeriram outras ações, como o alargamento do prazo de submissão de candidaturas e mais disponibilidade da ANE+EF para apoiar a preparação de candidaturas (realçado como aspeto positivo por outras entidades).

No que diz respeito à satisfação, através do inquérito as entidades avaliaram o Programa Erasmus+ 14-20 como muito satisfatório, com destaque para o cumprimento dos objetivos do Programa e a satisfação geral. No entanto, o volume de trabalho de administração foi o aspeto menos satisfatório. As entidades do Ensino Superior foram as que apresentaram menor satisfação em todas as dimensões avaliadas. Entre os aspetos positivos mencionados pelas entidades estão a luta contra o isolamento geográfico, a promoção da entidade junto da sua comunidade e a melhoria do desempenho escolar e da empregabilidade dos participantes. Já entre os aspetos negativos, as entidades relataram dificuldades na coordenação das entidades parceiras, elevada carga burocrática, problemas financeiros e desmotivação dos participantes em relação às tarefas burocráticas.

O estudo qualitativo acrescentou mais detalhe sobre as fontes de insatisfação, mas estando claramente em linha com as conclusões da abordagem quantitativa. Os problemas mais frequentemente apontados ao Programa Erasmus+ 14-20 dizem respeito especialmente ao financiamento insuficiente para as mobilidades, às dificuldades na compreensão da terminologia do Programa, ao excesso de burocracia e em alguns casos, o insuficiente apoio e feedback imediato por parte da ANE+EF (que atribuem a falta de recursos), desencorajando a participação e comprometendo o alcance dos objetivos propostos.

Relativamente ao programa sucessor, o Programa Erasmus+ 21-27, é notável uma alta participação, já notada anteriormente, das entidades do Ensino Superior, seguidas pelas entidades da Educação de Adultos e do Ensino e Formação Profissional. Relativamente à participação em outros programas de apoio à internacionalização, a falta de recursos para a preparação de candidaturas é apontada como o maior obstáculo. As entidades do Ensino Superior são as mais proativas na busca de fontes de financiamento para os seus objetivos de internacionalização e manifestam uma intenção mais forte de se candidatar a outras fontes. A realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas é considerada como a ação mais efetiva para fomentar a participação em outros programas. As sugestões das entidades para fomentar a participação incluem facilitação do contacto com as entidades promotoras, fornecimento de formação, simplificação de regulamentos e burocracia, ampliação da tipologia de entidades que se podem candidatar e redução das exigências de cofinanciamento. Salienta-se que, embora o Programa seja bastante abrangente em termos de setores ou áreas de atuação das entidades elegíveis, há um conjunto de pré-requisitos que, à partida, limitam a quantidade de entidades que se podem candidatar. Por exemplo, para as mobilidades no Ensino Superior, é necessário que as entidades tenham a Carta Erasmus para o Ensino Superior (atualmente Carta ECHÉ 2021-2027), que é atribuída pela Comissão Europeia.

O presente estudo permite tecer um conjunto de recomendações às entidades de educação e formação interessadas em fomentar a sua internacionalização, bem como à ANE+EF com vista à melhor prossecução da sua missão, seja enquanto entidade que promove a internacionalização da educação e formação em Portugal, seja enquanto responsável pela gestão do Programa Erasmus+ 21-27.

#### 7.4. RECOMENDAÇÕES PARA AS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Com base nestas conclusões e em todas as análises efetuadas, foi elaborado um conjunto de recomendações para as instituições de educação e formação, no sentido de aumentarem os seus índices de internacionalização e beneficiarem mais da diversidade de financiamentos existentes.

**Recomendação 1:** Desenvolver estratégias e objetivos claros em prol da internacionalização alinhados com as metas institucionais. Isto inclui estabelecer objetivos específicos da entidade para a internacionalização. Considerando que, nalgumas, nomeadamente de Ensino não Superior, a participação no Programa Erasmus+ constitui a principal ferramenta de internacionalização, seria benéfico estabelecer objetivos e planos específicos relativamente à participação das entidades neste Programa. Existe uma relação positiva entre o desenvolvimento de estratégias e a existência de atividades de internacionalização mais visíveis, com reflexos positivos para a entidade.

**Recomendação 2:** Investir na capacitação interna. Uma vez definidas as estratégias de internacionalização, é crucial investir no recrutamento de profissionais especializados na internacionalização. Em instituições sem recursos para tal investimento, é importante garantir que um conjunto de profissionais-chave (e.g., diretores de escola, professores e técnicos) estão capacitados para contribuir para a consecução dos objetivos de internacionalização da entidade. Isto pode ser feito através de ações de formação sobre fontes de financiamento internacional, processos de candidatura e gestão de financiamentos. Adicionalmente, é importante fomentar e valorizar a aprendizagem de línguas (nomeadamente inglês) entre o staff. O investimento neste campo pode ser operacionalizado através de ações de internacionalização, como por exemplo a participação em projetos de cooperação internacional que visem precisamente este tipo de capacitação. Esta recomendação advém da falta de recursos das entidades para participar em programas de financiamento, já que esta foi a principal limitação identificada por si. Esta afeta especialmente as instituições de dimensão mais pequena.

**Recomendação 3:** Mapear e divulgar continuamente as oportunidades de financiamento. Frequentemente, as comunidades educativas não estão cientes da diversidade de oportunidades de financiamento existentes para a promoção da internacionalização. Através dos profissionais especializados ou capacitados, é importante manter todos os membros da entidade informados sobre oportunidades de financiamento que vão para além do Erasmus+. É imperativo aumentar o conhecimento sobre os programas de internacionalização disponíveis, bem como as suas regras e procedimentos, facilitando assim o acesso a esses recursos. Isto poderá ser feito através de workshops, newsletters e grupos de trabalho dedicados ao aumento da internacionalização. Outro aspeto crucial é a diversificação das fontes de financiamento para a internacionalização. As entidades devem ser encorajadas a explorar sinergias entre diferentes programas e fontes de financiamento, maximizando assim os recursos disponíveis para suas atividades internacionais.

**Recomendação 4:** Ações de consciencialização e incentivo à participação dos membros da comunidade da entidade. Frequentemente, os benefícios da internacionalização não são facilmente visíveis para profissionais e educandos que nunca tenham participado em atividades de internacionalização. Por isso, é muito importante que as entidades de educação e formação divulguem os benefícios destas atividades, incentivando ativamente professores, estudantes e outros profissionais a participarem em candidaturas e projetos internacionais. A participação pode ser motivada, por exemplo, pela divulgação dos benefícios e das oportunidades disponíveis, ou pela identificação de casos de sucesso. Uma outra forma de incentivo à participação pode ser através da implementação de programas de mentoria, onde staff e estudantes/formandos possam oferecer suporte e orientação aos seus pares. Esta família de iniciativas, além de poder gerar um aumento na participação em mobilidade e parcerias internacionais, poderá promover uma cultura de apoio e partilha de conhecimentos dentro da entidade.

**Recomendação 5:** Garantir um forte compromisso com a promoção da diversidade e da inclusão. As instituições devem assegurar que os programas de internacionalização são acessíveis a todos, independentemente das condições socioeconómicas. É essencial implementar medidas para mitigar desigualdades, como apoio financeiro adicional para participantes com menos recursos. É importante recordar que tais medidas estão em linha com os objetivos do Programa Erasmus+ para a inclusão, existindo financiamentos adicionais dedicados precisamente à mitigação das desigualdades na participação no Programa. Além disso, com o avanço das tecnologias digitais, é fundamental que as entidades conheçam e explorem oportunidades que permitam oferecer experiências internacionais a todos os seus formandos/estudantes, mesmo aqueles que não possam participar fisicamente em intercâmbios ou programas no exterior. Tais experiências podem incluir cursos online conjuntos, seminários, conferências virtuais e projetos colaborativos à distância, fomentando a acessibilidade e a inclusão.

**Recomendação 6:** Monitorizar e avaliar o impacto da participação em atividades de internacionalização. Os resultados do estudo indicam a importância de uma abordagem estratégica e bem-informada para a internacionalização. Para isso, é importante estabelecer mecanismos internos para a avaliação contínua do impacto das ações desenvolvidas pela instituição. Isto pode incluir feedback dos participantes (i.e. estudantes/formandos, docentes e staff), análise quantitativa de impacto (e.g. número de parcerias estabelecidas, mobilidades realizadas), análise qualitativa (e.g. desenvolvimento de competências, satisfação dos participantes) e a realização de ajustes regulares com base nas lições aprendidas. Tal abordagem não só contribui para a melhoria contínua das práticas de internacionalização, mas também assegura que as ações estão alinhadas com os objetivos estratégicos da entidade.

## 7.5. RECOMENDAÇÕES PARA A ANE+EF

O Programa Erasmus+ possui um papel fundamental na promoção da internacionalização da educação e formação em Portugal, trazendo benefícios significativos para os participantes, entidades e comunidades envolvidos. No entanto, existem ainda alguns desafios que foram identificados neste relatório. No sentido de auxiliar os decisores na implementação de soluções adequadas, elaboramos um conjunto de recomendações para a melhoria contínua e sucesso do Programa, bem como para apoiar a ANE+EF no cumprimento da sua missão de promover a internacionalização da educação e da formação em Portugal.

**Recomendação 1:** Continuar a promover a simplificação dos processos burocráticos e da linguagem, promovendo a acessibilidade e a transparência no acesso ao Programa – no sentido de o tornar mais acessível e compreensível para os participantes e as diferentes entidades envolvidas. Conforme é visível nos dados analisados, várias entidades encontraram dificuldades na compreensão da terminologia do Programa, excesso de burocracia na documentação exigida, e (mais recentemente) dificuldades em obter apoio e feedback imediato por parte da ANE+EF.

**Recomendação 2:** Promover, junto da CE, o ajustamento dos financiamentos às necessidades das entidades – para que os recursos sejam distribuídos de forma equitativa e proporcionem cobertura adequada para as despesas dos participantes. Conforme mencionado por vários participantes, o valor concedido para as mobilidades Erasmus+ nem sempre é suficiente para cobrir os custos reais. Adicionalmente, vários participantes percecionam a taxa de sucesso na obtenção de financiamento em Portugal inferior a outros países, o que dissuade algumas entidades de propor projetos como coordenadores.

**Recomendação 3:** Promover a inclusão e a diversidade – garantindo que o Erasmus+ seja acessível a todas as pessoas e entidades. Conforme indicado anteriormente, o desajuste entre os custos previstos e os custos reais da mobilidade faz com que o envolvimento de educandos e profissionais numa experiência internacional seja muitas vezes dependente das suas condições socioeconómicas<sup>17</sup>.

É preciso, ainda, considerar potenciais desigualdades entre entidades, nomeadamente no que diz respeito às condições e recursos humanos que têm ao seu dispor para preparar candidaturas e implementar projetos Erasmus+. Considerando as entidades não beneficiárias, a razão pela qual nunca participaram parece ser a

---

<sup>17</sup> Uma das principais prioridades transversais do novo Programa 2021-2027 é a inclusão, oferecendo-se apoio adicional a pessoas identificadas como participantes “com menos oportunidades”, designação essa que abrange vários aspetos de vulnerabilidade social: financeira, deficiência, condições de saúde, pertença a grupos minoritários, obstáculos geográficos, etc. Sobre este assunto, ver por exemplo: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/programme-guide/part-a/priorities-of-the-erasmus-programme>; e, no caso do Ensino Superior: <https://erasmusmais.pt/download/88/financiamento/1603/erasmus-2021-2027-apoios-a-inclusao-ka131-ensino-superior.pdf> (acedido a 07/06/2023).

falta de recursos para a preparação das candidaturas. Pensando, por exemplo, na diversidade de entidades, certas universidades públicas, pela sua dimensão e experiência no campo da internacionalização, parecem mais bem equipadas para concorrer ao Programa e obter financiamento do que entidades mais pequenas. No caso das entidades escolares, onde frequentemente não existem profissionais dedicados à promoção da internacionalização, esta diferença é ainda mais evidente. Embora a Agência já disponha de uma Estratégia de Equidade e Inclusão, implementar programas de apoio à inclusão e à diversidade pode ajudar a garantir que o Erasmus+ seja acessível a todos, fomentando a internacionalização da educação e formação em Portugal de uma forma mais justa e equitativa. De modo paralelo, poderá a ANE+EF ser mais eficaz no desígnio de atrair entidades que normalmente não participam nos programas por falta de recursos, dedicando uma parte do seu financiamento à sua capacitação. Isto poderá ser feito continuando a fornecer um apoio direto às entidades na preparação de candidaturas, mas também - uma vez que o estudo identificou que as candidaturas eram frequentemente iniciativas isoladas de docentes, em determinados setores - permitindo nos seus programas de apoio a contratação por parte destas entidades de trabalhadores que estejam exclusivamente dedicados à promoção ou criação das suas estratégias de internacionalização.

**Recomendação 4:** Ampliar a divulgação do Programa Erasmus+ e de outras oportunidades de financiamento – no sentido de promover o acesso à informação relevante e aumentar o conhecimento sobre formas de promover a internacionalização, sobretudo nos setores escolar, profissional e da educação de adultos. Se, por um lado, os dados recolhidos dão conta do papel central que o Programa Erasmus+ tem na promoção da internacionalização da educação em Portugal, por outro lado, muitas entidades parecem desconhecer a existência de outros financiamentos, ou mesmo de certas oportunidades oferecidas pelo próprio Programa (e.g., ações centralizadas) e os seus potenciais benefícios. Ampliar a divulgação do Programa Erasmus+ e de outras oportunidades de financiamento (pelas entidades responsáveis) pode aumentar a consciencialização sobre a importância da internacionalização e, consequentemente, melhorar o acesso e o envolvimento de pessoas e entidades às diversas fontes de financiamento.

**Recomendação 5:** Capacitar e apoiar os profissionais e as entidades que procuram envolver-se no Programa Erasmus+, de modo a melhorar a sua compreensão e possibilidades de obter e gerir os financiamentos necessários à sua internacionalização. Os dados indicam que algumas entidades enfrentam dificuldades para alcançar os seus objetivos de internacionalização, em parte devido à falta de financiamento para projetos exploratórios ou ao desconhecimento das lógicas de funcionamento do Programa. O reforço do apoio por parte da Agência Nacional surge como fundamental, assim como a manutenção e incremento das sessões de apoio à preparação das candidaturas, considerada, por muitas entidades, como uma ação altamente eficaz.

**Recomendação 6:** Continuar a fomentar a criação de redes de cooperação entre as entidades. A partilha de experiências e boas práticas entre as várias entidades participantes é uma estratégia importante para o desenvolvimento e melhoria de projetos e atividades que a ANE+EF promove. A Agência consegue, por esta via,

contribuir para a criação de redes de cooperação, que permitam a troca de experiências e a aprendizagem mútua. Todavia, os dados recolhidos indicam que este tipo de iniciativas pode não estar a ter o alcance esperado, requerendo mais investimento por parte da Agência neste campo. Tais redes de apoio e cooperação revelam-se especialmente úteis para instituições que estão a iniciar a sua participação no Programa, e que podem beneficiar do conhecimento e da experiência de entidades mais experientes. Ademais, tendo em conta que a participação no Programa e o uso que se faz dele para alcançarem os seus objetivos de internacionalização tende a ser muito diferente entre as entidades do Ensino Superior e aquelas de outros níveis de ensino, tais redes de cooperação poderão ser muito benéficas para impulsionar a propagação do Programa entre outros tipos de entidade.

**Recomendação 7:** Criar uma plataforma digital de apoio e informação<sup>18</sup>. Uma plataforma digital, acessível a todas as entidades e participantes, poderia fornecer uma série de informações e recursos úteis, desde a orientação para a preparação de candidaturas, passando pela disponibilização de documentos necessários, até a apresentação de oportunidades de financiamento, orientações e boas práticas. Além disso, a plataforma poderia facilitar a interação e a troca de experiências entre os participantes, reforçando a criação de redes de cooperação mencionada na Recomendação 6. Esta plataforma poderia também aumentar a sensação de proximidade entre (futuros) participantes e a Agência Nacional, reduzindo também o tempo que os funcionários da Agência dedicariam ao fornecimento de informações que, apesar de disponíveis online, são neste momento difíceis de localizar por parte das entidades interessadas.

**Recomendação 8:** Estabelecer mecanismos de acompanhamento sistemático da implementação e impacto do Programa – com vista a avaliar o impacto e a efetividade do Programa a longo prazo, seria fundamental estabelecer mecanismos de *follow-up*, isto é, de acompanhamento sistemático dos beneficiários após a conclusão dos seus financiamentos Erasmus+. Estes mecanismos poderiam envolver, por exemplo, a realização de estudos de acompanhamento com base em recolha de dados diversos, que permitam avaliar o impacto da experiência Erasmus+ no desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes individuais, bem como nas instituições e comunidades onde estão inseridos.

**Recomendação 9:** Garantir a flexibilidade orçamental necessária à devida dotação da Agência dos recursos humanos necessários ao cumprimento da sua missão e necessária também ao cumprimento das novas atribuições de apoio à internacionalização. Considerando o papel central que a ANE+EF desempenha no apoio às entidades de educação e formação para aumentar a sua internacionalização, é importante garantir a disponibilidade de recursos que levem à contratação de profissionais especializados, em linha com as necessidades da ANE+EF. Sem estes profissionais a ANE+EF enfrentará dificuldades em prestar o apoio necessário às entidades de educação e formação, o que afetará os seus índices de internacionalização.

---

<sup>18</sup> A Agência encontra-se a desenvolver uma plataforma com este propósito.

# Referências



## Referências

- Brandenburg, U., & De Wit, H. (2011). The end of internationalization. *International Higher Education*, (62), 15-17.
- Cairns, D. (2019). Researching social inclusion in student mobility: methodological strategies in studying the Erasmus programme. *International Journal of Research & Method in Education*, 42(2), 137-147. <https://doi.org/10.1080/1743727X.2018.1446928>
- Coelho, M., & Ribeiro, M. del C. A. (2018). Internationalization strategies in Portuguese Higher Education Institutions—time to move on and to move beyond. *EPiC Series in Language and Linguistics*, 3, 33-39.
- Comissão Europeia (2014). *Guia do Programa Erasmus+*.
- Comissão Europeia (2015a). *Erasmus+ Annual Report 2015*. Publications Office of the European Union
- Comissão Europeia (2015b). *Guia do Programa Erasmus+*.
- Comissão Europeia (2016a). *Erasmus+ Annual Report 2016*. Publications Office of the European Union
- Comissão Europeia (2016b). *Guia do Programa Erasmus+*.
- Comissão Europeia (2017a). *Erasmus+ Annual Report 2017*. Publications Office of the European Union
- Comissão Europeia (2017b). *Guia do Programa Erasmus+*.
- Comissão Europeia (2018a). *Erasmus+ Annual Report 2018*. Publications Office of the European Union
- Comissão Europeia (2018b). *Guia do Programa Erasmus+*.
- Comissão Europeia (2019a). *Erasmus+ Annual Report 2019*. Publications Office of the European Union
- Comissão Europeia (2019b). *Guia do Programa Erasmus+*.
- Comissão Europeia (2020a). *Erasmus+ Annual Report 2020*. Publications Office of the European Union
- Comissão Europeia (2020b). *Guia do Programa Erasmus+*.
- De Wit, H., & Altbach, P. (2021). *70 Years of Internationalization in Tertiary Education: Changes, Challenges and Perspectives*. The Promise of Higher Education: Essays in Honour of 70 Years of IAU, 119-125.
- De Wit, H., & Jones, E. (2022). A new view of internationalization: From a western, competitive paradigm to a global cooperative strategy. *Journal of Higher Education Policy and Leadership Studies*, 3(1), 142-152.

- Dias, G. P., Barbosa, B., Santos, C. A., Pinheiro, M. M., Simões, D., & Filipe, S. (2021). Between promises and pitfalls: the impact of mobility on the internationalization of higher education. *Journal of Further and Higher Education*, 45(1), 79–94. <https://doi.org/10.1080/0309877X.2020.1735321>
- Galego, C. (2016). Políticas educativas e ensino superior: análise da internacionalização no contexto de trabalho da profissão académica em Portugal. *Revista Internacional de Educação Superior*, 2(1), 10–30.
- Garson, K., Bourassa, E., & Odgers, T. (2016). Interculturalising the curriculum: Faculty professional development. *Intercultural Education*, 27(5), 457–473.
- Guerreiro, J. (2017). *Relatório nacional intercalar de avaliação da implementação e impacto do Programa Erasmus+: Portugal*. Comissão Europeia
- Guerreiro, C., & Barros, T. (2018). The Internationalization of Portuguese Higher Education Institutions – Reasons, Strategies and Challenges. In J. Hoffman, P. Blessinger, & M. Makhanya (Eds.), *Contexts for Diversity and Gender Identities in Higher Education: International Perspectives on Equity and Inclusion* (Vol. 12, pp. 81–98). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S2055-364120180000012007>
- Helms, R. M., & Rumbley, L. E. (2016). National Policies for Internationalization—Do They Work?. *International Higher Education*, (85), 10–12.
- Hudzik, J. K. (2011). *Comprehensive internationalization: From concept to action*. Washington, D.C.: NAFSA.
- Jones, E. (2019). Is it time to pursue ‘interculturalisation’? Times Higher Education (THE). <https://www.timeshighereducation.com/opinion/it-time-pursue-interculturalisation> Acedido 27.04.2023.
- Jones, E., & Killick, D. (2007) Internationalisation of the curriculum. In E. Jones, & S. Brown (Eds.), *Internationalising Higher Education* (pp. 109–119). Abingdon, Oxon: Routledge.
- Kaleja, K. & Egetenmeyer, R. (2017). Internationalization in European vocational education and training. In L. T. Trans & K. Dempsey (Eds.), *Internationalization in vocational education and training* (pp.63–76). Springer International Publishing.
- Knight, J. (2008). *Higher education in turmoil: The changing world of internationalization*. Rotterdam, Netherlands: Sense.
- Knight, J. (2014). Is internationalisation of higher education having an identity crisis?. *The forefront of international higher education: A festschrift in honor of Philip G. Altbach*, 75–87.
- Knight, J. (2015). Meaning, Rationales and Tensions in the Internationalization of Higher Education. In S. McGrath, S and Q. Gu (eds), *Routledge Handbook on International Education and Development* (pp.325–339). London: Routledge.
- Knight, J. (2021). Higher education internationalization: Concepts, rationales, and frameworks. *Revista REDALINT. Universidad, Internacionalización e Integración Regional*, 1(1), 65–88.
- Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Educação e Ciência. (2014). *Uma estratégia para a internacionalização do Ensino Superior Português*. Lisboa: MADR/MEC.
- Mourato, J. (2019). The benefits of internationalization in higher education: The experience in Portuguese Polytechnics. *International Conference on Technics, Technologies and Education ICTTE 2019*, 22–27.
- Mundy, K. & Manion, C. (2014). Globalization and global governance in education. In N. P. Stormquist & K. Monkman (Eds.), *Globalization and education: Integration and contestation across cultures* (2nd ed., pp.39–53). Rowman & Littlefield Education.

Pajnič, N., Lenc, A., & Šraj, U. (2017). Razvoj evropskih programov sodelovanja na področju izobraževanja in usposabljanja ter učinki teh dejavnosti. *Vodenje v vzgoji in izobraževanju*, 2, 135-158.

Poszytek, P., Fila, J., & Jeżowski, M. (2021). The 4.0 competences as facilitators in the realization, management and sustainability of Erasmus+ projects in the times of COVID-19 pandemic. In 25th World Multi-Conference on Systemics, Cybernetics and Informatics, WMSCI 2021 (pp. 44-47).

Rumbley, L. E. (2015). "Intelligent internationalization": A 21st century imperative. *International Higher Education*, (80), 16-17.

Rumbley, L. E., & Altbach, P. G. (2016). The local and the global in higher education internationalization: A crucial nexus. In *Global and local internationalization* (pp. 5-13). Brill.

Sã, C., Sin, C., Pereira, Aguiar, J., Tavares, O. (2021). *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: Quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho*. Relatório final. Edulog – Fundação Belmiro de Azevedo.

Sin, C., Tavares, O. & Neave, G. (2017). Student mobility in Portugal: Grappling with adversity. *Journal of Studies in International Education*, 21(2), 120-135.

Sin, C., Veiga, A. & Amaral, A. (2016). *European Policy Implementation and Higher Education: Analysing the Bologna Process*. London: Palgrave Macmillan.

# Anexos

## 1. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

## Inquérito às Entidades de Educação e Formação - Internacionalização e ERASMUS+

O estudo Erasmus+ educação e formação: *Análise dos contributos e sinergias para a internacionalização*, contratualizado pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, está a ser desenvolvido por um conjunto de investigadores e investigadoras da Universidade do Porto e do CIPES (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior).

O objetivo principal deste estudo é o de conhecer e analisar a internacionalização da educação e formação em Portugal, em geral, e o papel do programa Erasmus+, em particular. Com este fim, o presente inquérito recolhe informação de diferentes instituições, sejam beneficiárias ou não beneficiárias do programa. Eto versa sobre as perceções, oportunidades e desafios à internacionalização.

A participação é voluntária e pode ser terminada a qualquer momento. Toda a informação disponibilizada será utilizada exclusivamente para fins de investigação e para elaboração de um relatório de avaliação do programa Erasmus+.

O seu inquérito tem um link individual, pelo que a sua resposta não é anónima, mas é confidencial. O link individual tem como objetivo o cruzamento dos dados sobre os projetos em que a entidade participou. No relatório final, todas as entidades serão analisadas de forma agregada, de modo a que a identidade não seja revelada.

Dentro da entidade, o respondente ao inquérito deverá ser alguém com **conhecimento sobre a estratégia de internacionalização**, bem como **sobre a participação em projetos de internacionalização financiados por entidades externas**, se aplicável.

Para aceder ao inquérito e consentir a sua participação no estudo, carregue no botão "Seguinte".

Existem 55 perguntas neste questionário.

### A - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

#### Classifique a sua entidade.

● Seleccione todas as que se aplicarem

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Instituição de Ensino Superior  
☐ Agrupamento de Escolas  
☐ Escola não agrupada da rede pública  
☐ Estabelecimento de Ensino não-superior Particular ou Cooperativo  
☐ Escola Profissional  
☐ Centro de Formação Profissional do IEFP  
☐ Entidade Formadora Certificada  
☐ Associação Empresarial  
☐ Empresa  
☐ Município  
☐ Organização Não-Governamental  
☐ Outro:

#### Indique a(s) área(s) de atuação da sua entidade.

● Seleccione todas as que se aplicarem

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Ensino Superior  
☐ Ensino Escolar  
☐ Educação de Adultos  
☐ Ensino e Formação Profissional  
☐ Outro:

#### Indique a natureza da sua entidade.

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Pública  
☐ Privada  
☐ Outro:

#### Indique o número de colaboradores a tempo integral na entidade (resposta aproximada).

● Neste campo só é possível introduzir números.

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

#### Qual o número de pessoas abrangidas pelas atividades de educação e formação da entidade, isto é, número de estudantes, formandos, aprendentes? (resposta aproximada)

● Neste campo só é possível introduzir números.

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

#### A entidade está presente em mais de um município?

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim  
☐ Não

#### Indique o município onde está localizada a sua entidade.

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

A resposta for "Não" na pergunta 5 [A6] (A entidade está presente em mais de um município?)

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

#### Indique o município em que está localizada a sede da sua entidade.

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

A resposta for "Sim" na pergunta 5 [A6] (A entidade está presente em mais de um município?)

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**Indique todas as regiões (NUTS-III) em que a sua entidade desenvolve a sua atividade.**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
A resposta for 'Sim' na pergunta 10 [A6] (A entidade está presente em mais de um município?)

● Selecione todas as que se aplicam

Por favor, selecione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Alto Minho
- ☐ávado
- ☐ Ave
- ☐ Área Metropolitana do Porto
- ☐ Alto Tâmega
- ☐ Tâmega e Sousa
- ☐ Douro
- ☐ Terras de Trás-os-Montes
- ☐ Oeste
- ☐ Região de Aveiro
- ☐ Região de Coimbra
- ☐ Região de Leiria
- ☐ Viseu
- ☐ Dão
- ☐ Lafões
- ☐ Beira Baixa
- ☐ Médio Tejo
- ☐ Beiras e Serra da Estrela
- ☐ Área Metropolitana de Lisboa
- ☐ Alentejo Litoral
- ☐ Baixo Alentejo
- ☐ Lezíria do Tejo
- ☐ Alto Alentejo
- ☐ Alentejo Central
- ☐ Algarve
- ☐ Região Autónoma dos Açores
- ☐ Região Autónoma da Madeira

**Que função desempenha na entidade?**

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Presidente/responsável máximo da entidade
- ☐ Membro do Conselho de Administração
- ☐ Responsável pelo Gabinete de Relações Internacionais ou equivalente
- ☐ Diretor de Departamento
- ☐ Membro de um Grupo de Trabalho para a Internacionalização
- ☐ Outro

**Beneficiou de financiamento de algum subprograma do *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* (2007 - 2013) (e.g. Erasmus, Comenius, Leonardo da Vinci, Grundtvig)?**

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim, tanto como instituição coordenadora como parceira e/ou de acolhimento
- ☐ Sim, apenas como instituição coordenadora
- ☐ Sim, apenas como instituição parceira e/ou de acolhimento
- ☐ Não
- ☐ Não sei

**A sua entidade foi beneficiária do programa ERASMUS+ (2014 - 2020)? \***

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim, tanto como instituição coordenadora como parceira e/ou de acolhimento
- ☐ Sim, apenas como instituição coordenadora
- ☐ Sim, apenas como instituição parceira e/ou de acolhimento
- ☐ Não

**B - ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO**

**A internacionalização é um objetivo estratégico para a sua entidade? \***

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim
- ☐ Não

**Quem é o/a principal responsável pela definição da estratégia ou atividades de internacionalização?**

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Presidência da Entidade (ou similar)
- ☐ Conselho Administrativo (ou similar)
- ☐ Gabinete de Relações Internacionais (ou similar)
- ☐ Direção de Departamento (ou similar)
- ☐ Um grupo de trabalho para a Internacionalização (ou similar)
- ☐ Outro

**Por comparação com os outros objetivos estratégicos da sua entidade, como avaliaria a importância da internacionalização ?** (Sendo 1 = dos objetivos menos importantes, e 5 = dos objetivos mais importantes).

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
A resposta for 'Não' na pergunta '13 [B06]' (A internacionalização é um objetivo estratégico para a sua entidade?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ 1  
☐ 2  
☐ 3  
☐ 4  
☐ 5

**A sua entidade tem plano(s) de atividades?**

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim  
☐ Não

**Indique a periodicidade do(s) plano(s) de atividades da sua entidade.**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
(B40.NAOK (/index.php?r=admin/questions/sa/view/surveyid/738614/gid/27080/qid/454663) == "A1")

● Seleccione todas as que se aplicarem

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Anual  
☐ Periodicidade maior que doze meses (e.g., bienal, plurianual)  
☐ Periodicidade menor que doze meses (e.g., semestral)

**No(s) plano(s) de atividades estão explicitamente previstas ações para a internacionalização da sua entidade?**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
(B40.NAOK (/index.php?r=admin/questions/sa/view/surveyid/738614/gid/27080/qid/454663) == "A1")

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Não  
☐ Sim

**A sua entidade possui um documento de missão e valores?**

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Não  
☐ Sim

**Nesse documento está previsto como objetivo a internacionalização da entidade?**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
A resposta for 'Sim' na pergunta '19 [B04]' (A sua entidade possui um documento de missão e valores?)

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim  
☐ Não

**A sua entidade monitoriza ou avalia a implementação da estratégia de internacionalização?**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
(B06.NAOK (/index.php?r=admin/questions/sa/view/surveyid/738614/gid/27080/qid/451959) == "A1")

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim  
☐ Não

**A sua entidade monitoriza ou avalia a implementação das atividades ligadas à internacionalização?**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
(B06.NAOK (/index.php?r=admin/questions/sa/view/surveyid/738614/gid/27080/qid/451959) == "A2")

● Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim  
☐ Não

De seguida, encontrará um conjunto de diferentes atividades com vista à internacionalização. Para cada uma delas, indique se é ou não uma atividade realizada pela sua entidade.

	Realizada pela entidade
Mobilidade internacional ou intercâmbio de estudos de estudantes/formandos/aprendentes	<input type="checkbox"/>
Captação de estudantes/formandos/aprendentes estrangeiros	<input type="checkbox"/>
Recrutamento de colaboradores estrangeiros	<input type="checkbox"/>
Mobilidade internacional (temporária) de colaboradores (para formação ou ensino)	<input type="checkbox"/>
Formação de colaboradores para a internacionalização	<input type="checkbox"/>
Internacionalização dos currículos	<input type="checkbox"/>
Ensino à distância/online/híbrido	<input type="checkbox"/>
Criação de oportunidades de formação em língua estrangeira	<input type="checkbox"/>
Melhorar a posição da entidade em rankings relevantes	<input type="checkbox"/>
Criação de programas conjuntos	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento de parcerias com instituições de outros países (transformação e inovação institucional, partilha de boas práticas, etc.)	<input type="checkbox"/>
Participação em projetos e redes com parceiros de outros países	<input type="checkbox"/>
Publicação de investigação em revistas estrangeiras com parceiros de outros países	<input type="checkbox"/>
Educação além-fronteiras (franchising, twinning, campus no estrangeiro)	<input type="checkbox"/>
Cooperação para desenvolvimento (apoio a outros países e estudantes com menos oferta formativa e possibilidades)	<input type="checkbox"/>

Indique quais das atividades realizadas pela entidade são consideradas prioritárias.

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

Só responder a esta pergunta para os itens selecionados na pergunta B08 (De seguida, encontrará um conjunto de diferentes atividades com vista à internacionalização. Para cada uma delas, indique se é ou não uma atividade realizada pela sua entidade. \*)

Só responder a esta pergunta para os itens que não foram selecionados na pergunta B08 (De seguida, encontrará um conjunto de diferentes atividades com vista à internacionalização. Para cada uma delas, indique se é ou não uma atividade realizada pela sua entidade. \*)

	Prioritária	Não prioritária
Mobilidade internacional ou intercâmbio de estudos de estudantes/formandos/aprendentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Captação de estudantes/formandos/aprendentes estrangeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recrutamento de colaboradores estrangeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade internacional (temporária) de colaboradores (para formação ou ensino)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação de colaboradores para a internacionalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Internacionalização dos currículos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino à distância/online/híbrido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de oportunidades de formação em língua estrangeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar a posição da entidade em rankings relevantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de programas conjuntos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento de parcerias com instituições de outros países (transformação e inovação institucional, partilha de boas práticas, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação em projetos e redes com parceiros de outros países	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Publicação de investigação em revistas estrangeiras com parceiros de outros países	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação além-fronteiras (franchising, twinning, campus no estrangeiro)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cooperação para desenvolvimento (apoio a outros países e estudantes com menos oferta formativa e possibilidades)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Para além das atividades ou atividades com enquadramento estratégico de internacionalização anteriormente referidas, há outra(s) desenvolvida(s) pela sua entidade?  
Se sim, qual(is)?

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Quais as principais motivações para a internacionalização da sua entidade? (Indique no máximo 3)

● Seleccione todas as que se aplicarem

● Seleccione no máximo 3 respostas

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Melhorar a qualidade dos serviços de educação
- ☐ Preparar os estudantes/formandos/aprendentes para um mundo global
- ☐ Formação dos colaboradores
- ☐ Melhorar a investigação e desenvolvimento da entidade
- ☐ Aumentar a competitividade da entidade
- ☐ Melhorar a reputação da entidade
- ☐ Obter benefícios financeiros ou fiscais
- ☐ Servir melhor à comunidade local
- ☐ Responder a alterações demográficas

☐ Outro:



**Identifique o grau de relevância dos seguintes desafios/obstáculos à internacionalização da sua entidade.**

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Nada relevante	2	3	4	5 - Muito relevante	Não aplicável
Falta de alinhamento da gestão de topo da minha entidade com a estratégia de internacionalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de recursos financeiros próprios (i.e. da entidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de fluência em línguas estrangeiras dos colaboradores e estudantes/formandos/aprendentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indisponibilidade/resistência para a mobilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de competências interculturais dos colaboradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de competências técnicas dos colaboradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Entendimentos simplistas ou redutores do que é a internacionalização por parte dos colaboradores e estudantes/formandos/aprendentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de empenho por parte dos colaboradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de reconhecimento da entidade dos esforços de internacionalização dos colaboradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de motivação dos estudantes/formandos/aprendentes em participar em atividades de internacionalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fracca capacidade da entidade para estabelecer parcerias com instituições estrangeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de notoriedade de Portugal, no contexto global, para estabelecer parcerias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de recursos financeiros externos (e.g. programas, fundos europeus)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alta concorrência para obtenção de financiamento externo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de notoriedade de Portugal, no contexto global, como destino atrativo para a mobilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de barreiras legais ou burocráticas a nível nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ausência de alinhamento entre os sistemas de ensino (e.g. falta de reconhecimento de graus, de disciplinas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de articulação/cooperação entre as entidades para uma estratégia de internacionalização comum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique quais conhece:**

☒ Seleccione todas as que se aplicam

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Ensino Escolar – Mobilidade para pessoal do ensino escolar
- ☐ Ensino Escolar – Parcerias de cooperação e/ou parcerias entre escolas
- ☐ Ensino e Formação Profissional – Mobilidade para aprendentes e pessoal de EFP
- ☐ Ensino e Formação Profissional – Parcerias de cooperação para o ensino e formação profissional
- ☐ Ensino Superior – Mobilidade para estudantes e pessoal do ensino superior
- ☐ Ensino Superior – Parcerias de cooperação para o ensino superior
- ☐ Ensino Superior – Mobilidade internacional para estudantes e pessoal do ensino superior (ICM)
- ☐ Educação de Adultos – Mobilidade para pessoal ligado à educação de adultos
- ☐ Educação de Adultos – Parcerias de cooperação para a educação de adultos
- ☐ Ação Centralizada – Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus
- ☐ Ação Centralizada – Alianças do Conhecimento
- ☐ Ação Centralizada – Alianças de Competências Setoriais
- ☐ Ação Centralizada – Projetos de Reforço de Capacidades (Ensino Superior)
- ☐ Ação Centralizada – Atividades Jean Monnet
- ☐ Ação Centralizada – Universidades Europeias
- ☐ Outras ações do Erasmus+ 2014-2020

**Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique de quais beneficiou:**

☒ Seleccione todas as que se aplicam

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

Só responder a esta pergunta para os itens selecionados na pergunta B11 ('Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique quais conhece?')

Só responder a esta pergunta para os itens que não foram selecionados na pergunta B11 ('Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique quais conhece?')

- ☐ Ensino Escolar – Mobilidade para pessoal do ensino escolar
- ☐ Ensino Escolar – Parcerias de cooperação e/ou parcerias entre escolas
- ☐ Ensino e Formação Profissional – Mobilidade para aprendentes e pessoal de EFP
- ☐ Ensino e Formação Profissional – Parcerias de cooperação para o ensino e formação profissional
- ☐ Ensino Superior – Mobilidade para estudantes e pessoal do ensino superior
- ☐ Ensino Superior – Parcerias de cooperação para o ensino superior
- ☐ Ensino Superior – Mobilidade internacional para estudantes e pessoal do ensino superior (ICM)
- ☐ Educação de Adultos – Mobilidade para pessoal ligado à educação de adultos
- ☐ Educação de Adultos – Parcerias de cooperação para a educação de adultos
- ☐ Ação Centralizada – Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus
- ☐ Ação Centralizada – Alianças do Conhecimento
- ☐ Ação Centralizada – Alianças de Competências Setoriais
- ☐ Ação Centralizada – Projetos de Reforço de Capacidades (Ensino Superior)
- ☐ Ação Centralizada – Atividades Jean Monnet
- ☐ Ação Centralizada – Universidades Europeias
- ☐ Outras ações do Erasmus+ 2014-2020

#### Qual a orgânica da implementação da estratégia/atividades de internacionalização?

☒ Escolha uma das seguintes respostas  
Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Vários gabinetes em cooperação  
☐ Vários gabinetes independentes  
☐ Um gabinete centralizado  
☐ Inicialmente dos colaboradores sem especial coordenação  
☐ Outro

#### Indique as áreas geográficas consideradas prioritárias ou de maior interesse para a internacionalização da sua entidade.

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	De fora da estratégia	Baixa Prioridade	Alta Prioridade
Europa do Sul (e.g. Espanha, Itália, Grécia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frância, Suíça, Luxemburgo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Áustria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Europa do Norte (e.g. Dinamarca, Noruega)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Europa Central (e.g. Polónia, Hungria, Chéquia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Europa Oriental (e.g. Rússia, Turquia, Roménia, Bulgária)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Balcãs Ocidentais (e.g. Albânia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
América Latina (exceto Brasil)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PALOP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros países Africanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
América do Norte e Central	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ásia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oceânia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### C - FONTES DE FINANCIAMENTO

#### Qual o peso aproximado do financiamento dedicado à internacionalização no orçamento da sua entidade entre 2014-2020? (Indique o peso em % do total do orçamento)

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

#### Quais as fontes de financiamento utilizadas, no período entre 2014 e 2020, na prossecução dos objetivos de internacionalização da sua entidade? \*

☒ Seleccione todas as que se aplicarem  
Por favor, seleccione **todas** as que se aplicarem:

- ☐ Fontes de Financiamento próprias  
☐ Fontes Externas: ERASMUS+  
☐ Fontes Externas: POISE - PO Inclusão Social e Emprego  
☐ Fontes Externas: POCH - PO Capital Humano  
☐ Fontes Externas: POCI - PO Competitividade e Internacionalização  
☐ Fontes Externas: PO Regionais  
☐ Fontes Externas: Outros PO do PT2020  
☐ Fontes Externas: Fundações  
☐ Outro:

#### Das seguintes fontes de financiamento, indique a importância de cada uma para o cumprimento dos objetivos de internacionalização da sua entidade

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

Só responder a esta pergunta para os itens seleccionados na pergunta C02 ('Quais as fontes de financiamento utilizadas, no período entre 2014 e 2020, na prossecução dos objetivos de internacionalização da sua entidade?')

	1- Nada importante	2	3	4	5 - Muito importante
Financiamento Próprio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Financiamento Externo: ERASMUS+	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Financiamento Externo: POISE - PO Inclusão Social e Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fontes Externas: POCH - PO Capital Humano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fontes Externas: POCI - PO Competitividade e Internacionalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Financiamento Externo: PO Regionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Financiamento Externo: Outros PO do PT2020	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Financiamento Externo: Fundações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indique o peso aproximado (valor em %) de cada tipologia de fontes de financiamento no esforço de internacionalização da sua entidade. O somatório das fontes deve ser igual a 100%.

- Nestes campos só é possível introduzir números.
- Cada resposta deverá estar compreendida entre 0 e 100
- A soma deverá estar compreendida entre 0 e 100

Por favor, escreva aqui a(s) sua(s) resposta(s):

Financiamento Próprio	
Fontes Externas	
Todas as outras fontes externas	

Indique as fontes de financiamento para cada uma das atividades que reportou anteriormente.

Só responder a esta pergunta para os itens selecionados na pergunta B08 (De seguida, encontrará um conjunto de diferentes atividades com vista à internacionalização. Para cada uma delas, indique se é ou não uma atividade realizada pela sua entidade. \*)  
Só responder a esta pergunta para os itens que não foram selecionados na pergunta B08 (De seguida, encontrará um conjunto de diferentes atividades com vista à internacionalização. Para cada uma delas, indique se é ou não uma atividade realizada pela sua entidade. \*)

	Fontes próprias	ERASMUS+	POISE	POCH	POCI	PO Regionais	Outros PO do PT2020	Fundações
Mobilidade internacional ou intercâmbio de estudos de estudantes/formandos/aprendentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Captação de estudantes/formandos/aprendentes estrangeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recrutamento de colaboradores estrangeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mobilidade internacional (temporária) de colaboradores (para formação ou ensino)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação de colaboradores para a internacionalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Internacionalização dos currículos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino à distância/online/híbrido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de oportunidades de formação em língua estrangeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar a posição da entidade em rankings relevantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de programas conjuntos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento de parcerias com instituições de outros países (transformação e inovação institucional, partilha de boas práticas, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação em projetos e redes com parceiros de outros países	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicação de investigação em revistas estrangeiras com parceiros de outros países	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação além-fronteiras (franchising, twinning, campus no estrangeiro)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperação para desenvolvimento (apoio a outros países e estudantes com menos oferta formativa e possibilidades)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## D - IMPACTOS DO PROGRAMA ERASMUS+ NAS ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Os projetos enquadrados nas seguintes ações implicaram:

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

Só responder a esta pergunta para os itens selecionados na pergunta B12 (Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique de quais beneficiou: \*)

Só responder a esta pergunta para os itens que não foram selecionados na pergunta B12 (Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique de quais beneficiou: \*)

	Um impacto significativo na instituição						Uma mudança permanente na instituição				
	1 - Discordo Totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente		1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente
Ensino Escolar – Mobilidade para pessoal do ensino escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Escolar – Parcerias de cooperação e/ou parcerias entre escolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino e Formação Profissional – Mobilidade para aprendentes e pessoal de EFP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino e Formação Profissional – Parcerias de cooperação para o ensino e formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior – Mobilidade para estudantes e pessoal do ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior – Parcerias de cooperação para o ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior – Mobilidade internacional para estudantes e pessoal do ensino superior (ICM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação de Adultos – Mobilidade para pessoal ligado à educação de adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação de Adultos – Parcerias de cooperação para a educação de adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Alianças do Conhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Alianças de Competências Setoriais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Projetos de Reforço de Capacidades (Ensino Superior)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Atividades Jean Monnet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Universidades Europeias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras ações do Erasmus+ 2014-2020	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Os projetos enquadrados nas seguintes ações tiveram um efeito:**

Por favor, selecione a posição apropriada para cada elemento:

Só responder a esta pergunta para os itens selecionados na pergunta B12 (Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique de quais beneficiou: ')

Só responder a esta pergunta para os itens que não foram selecionados na pergunta B12 (Das seguintes ações do Programa Erasmus+ 2014-2020, indique de quais beneficiou: ')

	1 - Muito negativo	2	3	4	5 - Muito positivo
Ensino Escolar – Mobilidade para pessoal do ensino escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Escolar – Parcerias de cooperação e/ou parcerias entre escolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino e Formação Profissional – Mobilidade para aprendizes e pessoal de EFP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino e Formação Profissional – Parcerias de cooperação para o ensino e formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior – Mobilidade para estudantes e pessoal do ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior – Parcerias de cooperação para o ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior – Mobilidade internacional para estudantes e pessoal do ensino superior (ICM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação de Adultos – Mobilidade para pessoal ligado à educação de adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação de Adultos – Parcerias de cooperação para a educação de adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Alianças do Conhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Alianças de Competências Setoriais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Projetos de Reforço de Capacidades (Ensino Superior)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Atividades Jean Monnet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Centralizada – Universidades Europeias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras ações do Erasmus+ 2014-2020	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Relativamente ao(s) projeto(s) ERASMUS+ em que participou, descreva três dos principais efeitos observados na sua entidade.**

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**G - OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ERASMUS+**

De seguida, encontrará algumas razões para a não-participação no programa ERASMUS+. Indique em que medida cada uma poderia explicar a não participação da sua entidade no programa ERASMUS+ 2014-2020. \*

Por favor, selecione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Discordo Totalmente	2	3	4	5 - Concordo Totalmente
Desconhecimento da existência do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desconhecimento da adequação do programa à minha entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de recursos para a preparação de uma candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de recursos para execução dos projetos exigidos pelo programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rejeição da minha candidatura na avaliação do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha entidade tem dificuldades em satisfazer os requisitos de participação no programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A participação num projeto destes seria demasiado complicada para a minha entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A entidade não necessita do programa ERASMUS+ para cumprir os seus objetivos de internacionalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Qual a posição da sua entidade relativamente ao programa ERASMUS+ 2021-2027?**

☒ Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- ☐ Já se candidatou, mas não beneficia ou beneficiou do Programa
- ☐ Já beneficia ou beneficiou do Programa
- ☐ Não se candidatou nem beneficiou do programa

**A sua entidade tem a intenção de se candidatar ao programa ERASMUS+ 2021-2027?**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições não verdadeiras:

(G02\_NACK (/index.php?n=admin/questions/sa/vine/surveyId/738614/gid/27063/qId/452024) == "A3")

Por favor, selecione a posição apropriada para cada elemento:

1 - Não, de todo	2	3 - Com alguma probabilidade	4	5 - Sim, com certeza
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Em que medida as seguintes ações contribuiriam para a participação da sua entidade no programa ERASMUS+ com vista à internacionalização da entidade?**

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Não contribuiriam	2	3	4	5 - Contribuiriam bastante
Maior divulgação do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de sessões de esclarecimento das regras do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Caso seja aplicável, especifique os "Outros" da questão anterior.**

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

#### I - SATISFAÇÃO E DIFICULDADES DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ERASMUS+

**De entre as possíveis dificuldades encontradas durante um processo de candidatura, indique em que medida as seguintes dificuldades foram relevantes para a sua entidade na fase de candidatura ao programa ERASMUS+.**

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Nada Relevante	2	3	4	5 - Muito Relevante
Identificação da adequabilidade da minha entidade às diversas linhas de financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de clareza do Guia do Programa Erasmus+	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de preenchimento dos Formulários de Candidatura ao Programa Erasmus+	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos despendidos na elaboração da candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recolha da documentação necessária para a elaboração da candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Caso deseje, identifique outras dificuldades relevantes encontradas pela sua entidade durante o processo de candidatura.**

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**Como avalia a satisfação da sua entidade com a participação no programa ERASMUS+?**

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Totalmente insatisfeita/o	2	3	4	5 - Totalmente satisfeita/o
Cumprimento dos objetivos do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Volume de trabalho de administração no decorrer do projeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Papel das entidades parceiras nos projetos em que a minha entidade foi coordenadora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Papel da entidade proponente nos projetos em que a minha entidade foi parceira ou de acolhimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adesão por parte dos colaboradores da entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adesão por parte dos alunos, formandos e aprendizes da entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação geral com o programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Caso deseje, identifique outros aspetos relevantes (positivos ou negativos) que a sua entidade identificou durante a participação no programa ERASMUS+.**

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

**Qual a posição da sua entidade relativamente ao programa ERASMUS+ 2021-2027?**

● Escolha uma das seguintes respostas:

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Já se candidatou, mas não beneficiou do Programa
- ☐ Já beneficiou do Programa
- ☐ Não se candidatou nem beneficiou no programa

**A sua entidade tem a intenção de se candidatar ao programa ERASMUS+ 2021-2027?**

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
(106.NAOK (/index.php?r=admin/questions/view/survey/739614/gid/452022) == "A03")

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Não, de todo	2	3 - Com alguma probabilidade	4	5 - Sim, com certeza
.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

H - OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO NOUTROS PROGRAMAS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

De seguida, encontrará algumas razões para a não-participação em programas de financiamento externo para a internacionalização (excluindo ERASMUS+). Indique em que medida cada uma poderia explicar a não participação da sua entidade.

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente
Inadequabilidade das fontes à estratégia de internacionalização da minha entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de recursos para a preparação de uma candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rejeição das minhas candidaturas na avaliação dos programas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha entidade tem dificuldades em satisfazer os requisitos de participação nos programas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A participação num projeto destes seria demasiado complicada para a minha entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A entidade não necessita de outras fontes externas para cumprir os seus objetivos de internacionalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A sua entidade participa atualmente noutros programas de financiamento com vista à internacionalização (POISE, POCH, POCI, etc...)?

☒ Escolha uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

☐ Sim

☐ Não

A sua entidade tem a intenção de se candidatar a outros programas de financiamento externo para a internacionalização?

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:  
(H12.NACK (Index.php?n=admin/questionnaire/survey/6736614/gid/27087/qid/451989) == "A2")

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Não, de todo	2	3 - Com alguma probabilidade	4	5 - Sim, com certeza
.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que medida as seguintes ações contribuiriam para a obtenção por parte da sua entidade de diversas fontes de financiamento (exceto ERASMUS+) com vista à internacionalização da entidade?

Por favor, seleccione a posição apropriada para cada elemento:

	1 - Não aumentaria a probabilidade de participação	2	3	4	5 - Aumentaria consideravelmente a probabilidade de participação
Maior divulgação do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de sessões de esclarecimento das regras do programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de sessões de esclarecimento acerca dos benefícios da participação para a entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de sessões de apoio à preparação das candidaturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Caso seja aplicável, especifique os "Outros" da questão anterior.

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Agradecemos a sua participação! O relatório de avaliação ao programa Erasmus+ será posteriormente publicado na página da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento acerca do inquérito, não hesite em contactar: [inquerito@clipes.up.pt](mailto:inquerito@clipes.up.pt)

16.04.2023 – 17:25

Submeter o seu inquérito

Obrigado por ter concluído este inquérito.

## 2. TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

### 2.1. Entidades de educação e formação

Para os devidos efeitos, declaro que estou de acordo em participar no estudo intitulado *Erasmus+ Educação e Formação: Avaliação e análise dos contributos e sinergias para a internacionalização*, contratualizado pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e realizado por um conjunto de investigadores da Universidade do Porto e do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior.

Concordo com a gravação da entrevista por mim concedida, sabendo que a minha identidade não será revelada e a informação por mim disponibilizada será utilizada exclusivamente para fins de investigação científica e para a elaboração de um relatório de avaliação do Programa Erasmus+ sob a temática designada acima. Em alguns casos, excertos da entrevista poderão ser reproduzidos, sempre com referência a pseudónimos de modo a garantir o anonimato dos participantes e das instituições onde trabalham.

A minha participação no estudo é voluntária. Posso desistir de participar a qualquer momento, manifestando a retirada do consentimento, bem como solicitar a eliminação dos dados recolhidos até a esse momento.

Os dados serão recolhidos através da gravação da entrevista, para posterior transcrição. Após a transcrição, as gravações serão eliminadas. A informação que partilhar connosco será mantida separada dos dados que permitem identificá-lo(a) (nome e contacto), através da atribuição de um código a cada participante. A chave de descodificação (que liga cada código à identidade do participante), será guardada em ficheiro protegido por senha de acesso, sendo a senha do conhecimento exclusivo dos investigadores responsáveis pelo estudo. Esta chave será eliminada quando a informação recolhida estiver devidamente consolidada. A partir desse momento, a informação poderá considerar-se anónima e será conservada dessa forma pelos investigadores responsáveis até dois anos após o término do projeto, sendo depois destruída na totalidade.

Declaro ter lido e compreendido bem este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/o(s) investigadora/e(s). Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, à luz das garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas por este termo de consentimento informado.

Data:

Nome:

Assinatura:

## 2.2. ANE+EF e SEPIE

Para os devidos efeitos, declaro que estou de acordo em participar na entrevista para o estudo intitulado *Erasmus+ Educação e Formação: Avaliação e análise dos contributos e sinergias para a internacionalização*, contratualizado pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e realizado por um conjunto de investigadores da Universidade do Porto e do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior.

Concordo com a gravação da entrevista por mim concedida, sabendo que a informação nela disponibilizada será utilizada exclusivamente para fins de investigação científica e para a elaboração de um relatório de avaliação do Programa Erasmus+ sob a temática designada acima. Em alguns casos, excertos da entrevista poderão ser reproduzidos no relatório, sendo identificada a instituição que represento.

A minha participação no estudo é voluntária. Posso desistir de participar a qualquer momento, manifestando a retirada do consentimento, bem como solicitar a eliminação dos dados recolhidos até a esse momento.

Declaro ter lido e compreendido bem este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/o(s) investigadora/e(s). Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço.

Data:

Nome:

Assinatura:



### 3. GUIÕES DE ENTREVISTA

#### 3.1. Instituições beneficiárias

Qual é a sua função na instituição?

##### *Estratégias de internacionalização*

O que entendem por internacionalização?

Em termos gerais, quais são os principais objetivos em termos de internacionalização?

Que atividades desenvolve para promover a internacionalização? Pode dar alguns exemplos? (mobilidade de estudantes e staff, recrutamento de estudantes internacionais, parcerias estratégicas internacionais, oferta educativa noutras línguas, graus académicos conjuntos - duas ou mais instituições, internacionalização do currículo, formação para staff etc).

Por comparação com outros objetivos estratégicos da sua instituição, como avaliaria a importância da internacionalização?

Existe na sua instituição uma estratégia formal para a internacionalização?

Se existir:

Em que consiste essa estratégia e como tem sido implementada? Pode dar exemplos de medidas concretas?

Tem havido desafios ou oportunidades na criação e/ou na implementação da estratégia?

Se não:

Alguma vez foi equacionado criar uma estratégia neste sentido? Se sim, porque não se concretizou?

Quais os obstáculos?

A que áreas geográficas têm dado ou pretendem dar prioridade? Porquê?

### *Financiamento*

Tem conhecimento de outras fontes de financiamento existentes para fomentar a internacionalização, além de Erasmus+?

Se sim, obteve ou tem tentado obter financiamento? Onde?

Tem conhecimento e/ou já participou nas ações centralizadas do Erasmus + ou outros programas europeus? (e.g., Erasmus KA1: Erasmus Mundus Joint Master Degree; KA2: Capacity Building in the field of youth/higher education, Knowledge Alliances; KA3: Centres of Vocational Excellence, Policy Experimentation; Jean Monnet / non-Erasmus: Horizon, Marie Curie, COST etc.)

Como descreve/avalia estas outras fontes de financiamento em comparação com Erasmus+?

Considera que as diferentes fontes de financiamento existentes permitem cumprir/vão ao encontro dos objetivos de internacionalização da sua instituição?

### *Impacto do Erasmus+ e satisfação*

Quais são os impactos do(s) projeto(s) Erasmus+ na internacionalização da sua instituição?

Como descreveria os efeitos/impacto do(s) projeto(s) Erasmus+ na sua instituição, para além da internacionalização? (nos participantes, na instituição em si, na comunidade, etc.)

Tem havido outros efeitos inesperados (positivos ou negativos)?

Como julga que correu o processo de participação no Programa Erasmus+? Considere as suas diferentes fases: durante a candidatura, a receção do financiamento, a implementação do projeto, etc.)?

### 3.2. Instituições não beneficiárias

Qual é a sua função na instituição?

#### *Estratégias de internacionalização*

O que entendem por internacionalização?

Em termos gerais, quais são os principais objetivos em termos de internacionalização?

Que atividades desenvolve para promover a internacionalização? Pode dar alguns exemplos? (mobilidade de estudantes e staff, recrutamento de estudantes internacionais, parcerias estratégicas internacionais, oferta educativa noutras línguas, graus académicos conjuntos - duas ou mais instituições, internacionalização do currículo, formação para staff etc).

A internacionalização é um objetivo estratégico da sua instituição?

Se sim, como avaliaria a importância desta face aos outros objetivos estratégicos?

Existe na sua instituição uma estratégia formal para a internacionalização?

Se existir:

Em que consiste essa estratégia e como tem sido implementada? Pode dar exemplos de medidas concretas?

Tem havido desafios ou oportunidades na criação e/ou na implementação da estratégia?

Se não:

Alguma vez foi equacionado criar uma estratégia neste sentido? Se sim, porque não se concretizou?

Quais os obstáculos?

A que áreas geográficas têm dado ou pretendem dar prioridade? Porquê?

#### *Financiamento*

Tem conhecimento das diferentes fontes de financiamento existentes para fomentar a internacionalização?

Se sim, já obteve ou tem tentado obter financiamento? Onde?

Tem conhecimento e/ou já participou nas ações centralizadas do Erasmus + ou outros programas europeus? (e.g., Erasmus KA1: Erasmus Mundus Joint Master Degree; KA2: Capacity Building in the field of youth/higher education, Knowledge Alliances; KA3: Centres of Vocational Excellence, Policy Experimentation; Jean Monnet / non-Erasmus: Horizon, Marie Curie, COST etc.)

Se teve financiamento: como descreve/avalia a sua experiência com esta fonte de financiamento?

Concorreu alguma vez ao Erasmus+? Se sim, pode descrever a experiência?

### *Obstáculos e benefícios esperados*

Se concorreram: Que benefícios esperava ter, caso tivesse conseguido financiamento?

Se nunca concorreram: Ponderaram/ponderam concorrer a financiamento Erasmus+?

Se sim ou se não: Porquê?

Mesmo não tendo financiamento Erasmus+, tem beneficiado, de algum modo, indiretamente? (ex. através da colaboração com instituições beneficiárias)

Considera que as diferentes fontes de financiamento existentes permitem cumprir/vão ao encontro dos objetivos de internacionalização da sua instituição?

### **3.3. ANE+EF**

Qual tem sido o impacto do Programa Erasmus+ 2014-2020 na internacionalização das instituições portuguesas de educação e formação?

Os resultados foram ao encontro das expectativas da Agência?

Que desafios encontraram na gestão do Programa 2014-2020 e que estratégias usaram para os ultrapassar?

Na vossa perspetiva, quais são as áreas de maior fragilidade na internacionalização do sistema de educação e formação?

A resolução do Conselho de Ministros 115/2021 prevê um alargamento das competências da Agência no sentido de apoiar a internacionalização do setor de educação e formação durante o Programa E+ 2021-2027. Que medidas têm sido adotadas?

Esta área de atuação é totalmente nova ou já era assegurada pela agência no passado?

Que tipo de apoio direto fornece a Agência a diferentes entidades para incentivar a internacionalização da educação e formação em Portugal?

Que dificuldades estão a ter ou preveem que virão a ter para prestar apoio para a internacionalização das instituições de ensino e de formação profissional?

### 3.4 SEPIE

Legislação recente em Portugal prevê um alargamento das competências da Agência portuguesa ERASMUS+ no sentido de apoiar a internacionalização do setor de educação e formação durante o Programa E+ 2021-2027.

A SEPIE tem mais experiência a dar este apoio. O que significa, na vossa perspetiva, a internacionalização da educação e formação?

Que tipo de apoio ou serviços (diretos ou indiretos) fornece SEPIE a diferentes instituições para incentivar a internacionalização da educação e formação em Espanha?

Que medidas têm sido adotadas? Pode dar-nos exemplos de boas práticas (que tiveram o resultado esperado) e também de desafios?

Que estratégias têm seguido para ultrapassar eventuais dificuldades encontradas?

Que feedback têm recebido do setor da educação relativamente ao vosso papel na internacionalização das instituições?

O que considera que as instituições de educação e formação deveriam fazer para aumentar os seus níveis de internacionalização?

Considera que as ações centralizadas Erasmus+, nomeadamente as Universidades Europeias, contribuem para o avanço significativo da internacionalização da educação e formação?

Na vossa perspetiva, quais são as áreas de maior fragilidade na internacionalização do sistema de educação e formação?



